



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA

DIOGO FERREIRA LACERDA

O ENSINO DE HISTÓRIA DO GAMA-DF: EXPLORANDO A
HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA POR MEIO DE CRÔNICAS
(1960 - 2000)

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Diogo Ferreira Lacerda

3. Título do trabalho

O ENSINO DE HISTÓRIA DO GAMA-DF: EXPLORANDO A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA POR MEIO DE CRÔNICAS (1960-2000)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 25/06/2025, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Ferreira Lacerda, Discente**, em 26/06/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5461754** e o código CRC **C73B543E**.

DIOGO FERREIRA LACERDA

**O ENSINO DE HISTÓRIA DO GAMA-DF: EXPLORANDO A
HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA POR MEIO DE CRÔNICAS
(1960 - 2000)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientador: Professor Dr. Jiani Fernando Langaro

GOIÂNIA
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Lacerda, Diogo Ferreira
O ENSINO DE HISTÓRIA DO GAMA-DF: EXPLORANDO A
HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA POR MEIO DE CRÔNICAS (1960 - 2000)
[manuscrito] / Diogo Ferreira Lacerda. - 2025.
cccxix, 330 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de
História, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, gráfico,
lista de figuras.

1. Ensino de história. 2. história local. 3. crônica. 4. memória. 5.
identidade. I. Langaro, Jiani Fernando, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **029/2025** da sessão de Defesa da **Dissertação** de **DIOGO FERREIRA LACERDA**, que confere o título de **Mestre(a) em Ensino de História**, na área de concentração em **Ensino de História**.

Ao/s **vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **09h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“O ENSINO DE HISTÓRIA DO GAMA-DF: EXPLORANDO A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA POR MEIO DE CRÔNICAS (1960-2000)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (ProfHistória/PPGH/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Cristiane de Assis Portela (UnB)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Cristina Helou Gomide (FE/UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Cristiano Nicolini (ProfHistória/PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Coordenador de Pós-Graduação**, em 31/07/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Nicolini, Professor do Magistério Superior**, em 31/07/2025, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 04/08/2025, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em 04/08/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5537072** e o código CRC **1A1952B6**.

Referência: Processo nº 23070.025309/2025-41

SEI nº 5537072

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, autor da vida, por me conceder a oportunidade de ocupar este espaço e por me fortalecer nos momentos de dificuldade. À minha mãe, que me criou com amor e dedicação, sendo exemplo de vida e contribuindo para minha formação como homem.

À minha esposa Laís, pelo amor e apoio incondicional, e aos meus filhos Benício e Catarina, que, em várias ocasiões, não contaram com a minha atenção. Com vocês, aprendo, a cada dia, o verdadeiro sentido do amor.

Aos professores e professoras do ProfHistória da UFG, que estiveram ao meu lado durante essa jornada: Alexandre Martins, Ana Carolina Eiras, Breno Mendes, Clarissa Adjuto, Cristiano Nicolini, Heloisa Capel, Marlon Jeison e Sônia Maria de Magalhães. Agradeço pelos ensinamentos, dedicação e afeto.

Ao meu orientador, Professor Dr. Jiani Fernando Langaro, pela orientação constante e pelo suporte fundamental. Sua orientação foi essencial para que eu superasse momentos de ansiedade e insegurança. Jiani, sou imensamente grato por você ter acreditado no meu projeto e pelos valiosos ensinamentos compartilhados comigo ao longo dessa trajetória.

À Banca de Qualificação composta pelo meu orientador e pelos professores (a): professora Dra. Cristina Helou Gomide (UFG), professor Dr. Cristiano Nicolini (UFG) e a professora Dra. Cristiane Portela (UNB). Agradeço a cada intervenção, que me indicou o caminhos importantes a serem seguidos.

Aos meus colegas da turma do ProfHistória/2023, pela colaboração e companheirismo. Em especial, aos meus amigos professores do Distrito Federal, Allan Domingos, Carlos Henrique de Freitas e Edcarlos Alvino, que me acompanharam nas viagens rumo à Goiânia ao longo de todo o ano de 2023. A amizade de vocês será eterna, e sou grato por cada momento de diversão e aprendizado compartilhado.

Finalmente, agradeço a todos os amigos que me apoiaram e às pessoas que entrevistei, cuja generosidade ao compartilhar suas histórias e experiências foi essencial para a concretização desta pesquisa.

“A história elege uns para realizá-la, deixando para todos nós, os outros, a maioria, os comuns, na plateia da passividade, da idolatria paralisante e da exaltação.

Cristina Helou Gomide

Miriam Bianca Amaral Ribeiro

Para Laís, Benício e Catarina: que esta dissertação os inspire em algum momento de suas vidas.



RESUMO

A dissertação tem como objeto de estudo a história da cidade do Gama-DF, uma das regiões administrativas do Distrito Federal. Propõe, por meio da pesquisa em história oral, a construção da trajetória da cidade a partir da concepção de Brasília dentro da história local e a criação de crônicas como ferramentas pedagógicas. Visa à criação de uma narrativa local, invisibilizada pela narrativa hegemônica de transferência e construção da capital, predominante nos currículos de ensino de história. A intenção da pesquisa é contribuir com material pedagógico que possa preencher essa lacuna e aproximar os alunos da educação básica da história de sua cidade, cuja realidade difere significativamente do Plano Piloto de Brasília. O trabalho visa promover a compreensão crítica e histórica entre os estudantes sobre o seu lugar e identidade local. A metodologia adotada inclui pesquisa em história oral com a memória dos moradores que vivenciaram momentos importantes da história da cidade, além do diálogo com a historiografia do Distrito Federal e matérias do jornal *Correio Braziliense*. Como resultado das discussões, foi desenvolvido um caderno pedagógico que aborda a história da cidade utilizando o gênero literário “crônica”. Apresenta-se, assim, como proposta didática um caderno pedagógico com orientações e sugestões para professores composto por seis crônicas, além de diversas atividades pedagógicas e reflexões para serem aplicadas junto aos alunos.

Palavras-chave: Ensino de história; história local; crônica; memória; identidade.

ABSTRACT

The dissertation's object of study is the history of the city of Gama-DF, one of the administrative regions of the Federal District. It proposes, through oral history research, the construction of the city's trajectory based on the conception of Brasília and the creation of chronicles as pedagogical tools. It aims to create a local history, made invisible by the hegemonic narrative of transfer and construction of the capital, prevalent in history teaching curricula. The intention of the research is to contribute with pedagogical material that can fill this gap and bring basic education students closer to the history of their city, which has a different reality and historical process than Brasilia's Pilot Plan. The work aims to promote critical and historical understanding among students about their place and local identity. The methodology adopted includes research in oral history with the memory of residents who experienced important moments in the city's history, in addition to dialogue with the historiography of the Federal District and articles from the *Correio Braziliense* newspaper. As a result of the discussions, a pedagogical notebook was developed that addresses the history of the city using the literary genre "chronicle". Therefore, as a didactic proposal, a pedagogical notebook with guidelines and suggestions for teachers is presented, consisting of six chronicles, in addition to various pedagogical activities and reflections to be applied to students.

Keywords: History teaching; local history; chronic; memory; identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. HISTÓRIA LOCAL: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	25
1.1 Trajetória da Disciplina Escolar no Ensino de História	30
1.2 BNCC e Currículo em Movimento na História Local	35
1.3 Ensino de História: Universidade e Educação Básica	41
1.4 Por Que a escolha deste lugar da História Local, o Gama-DF?	45
1.5 Os Desafios de ensinar História	50
1.6 Regiões Administrativas do Distrito Federal - Estado da Arte	56
2. A FORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E DO GAMA-DF: HISTÓRIA, POLÍTICA E LUGARES DE MEMÓRIA	63
2.1 A História antes de J.K.	67
2.2 A Gênese do Gama-DF	76
2.3 Cidade-Satélite: Uma Decisão Política	82
2.4 Memórias da Cidade do Gama-DF	97
3. GAMA PERIFERIA: INVASÕES, VIOLÊNCIA E FUTEBOL	125
3.1 Periferias na Periferia: Invasão do Itamaracá, Inferninho e Vila Roriz	128
3.2 Violência e Gangues: “Mavoca” e “Balão Mágico”	186
3.3 Sociedade Esportiva do Gama: Identidade e Orgulho	202
4. CRÔNICAS EM SALA DE AULA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	223
4.1 JK Não Sabia (Crônica 1)	234
4.2 Amigas de Invasão (Crônica 2)	240
4.3 Uma Vez Inferninho, Sempre Inferninho (Crônica 3)	246
4.4 Prazer, Me Chamo Gama! (Crônica 4)	252
4.5 Gangues! (Crônica 5)	260
4.6 Não é Só Futebol (Crônica 6)	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
REFERÊNCIAS	276
APÊNDICE (CADERNO PEDAGÓGICO)	286

INTRODUÇÃO

Brasília simbolizou uma nova possibilidade para pessoas de todas as regiões do país, alimentando o desejo de encontrar, na nova capital, oportunidades que eram escassas em suas regiões de origem. Para muitos, garantir a subsistência já era uma vitória diante das duras condições em que viviam. Posso dizer que minha existência está entrelaçada com o sonho que Brasília proporcionou, pois meus pais, juntamente com os meus avós, migraram do Nordeste para a nova capital em busca de uma vida melhor. Trouxeram quase nada, a não ser a coragem e a fé em suas malas. A trajetória de minha família se assemelha à de muitos migrantes que chegaram a Brasília com o desejo de "ganhar" a vida, sem qualquer garantia, imersos na incerteza sobre o que o futuro lhes reservava.

Sou natural de Brasília, nascido em 1982, porém foi na Região Administrativa do Gama – RA II, então cidade-satélite, que desenvolvi toda a minha trajetória. Foi nesse lugar vivi minha infância jogando futebol e soltando pipa nas ruas, minha adolescência e minha fase adulta. Decidi cursar Licenciatura em História, me formei e iniciei minha carreira no magistério em escolas particulares da cidade, até ser aprovado, por meio de concurso público, para atuar na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com carga horária de 40 horas semanais, e na Secretaria de Estado da Educação do Estado de Goiás (SEDUC-GO), com carga horária de 20 horas semanais.

O impulso para a elaboração desta dissertação surgiu a partir das minhas experiências de ensino na rede pública. Durante as aulas, ao seguir o Currículo em Movimento do Distrito Federal, desenvolvi conteúdos relacionados à “Discussão sobre a construção de Brasília e das regiões administrativas do Distrito Federal” (Distrito Federal, 2018, p. 294). Ao planejar essas aulas, percebia a ausência de uma abordagem que valorizasse narrativas locais, capazes de estimular uma reflexão crítica sobre o processo que vai da concepção à inauguração de Brasília, bem como sobre a formação das regiões administrativas. Também identifiquei a carência de materiais pedagógicos que oferecessem suporte ao professor para trabalhar a temática a partir de uma perspectiva distinta da narrativa oficial.

Ao ingressar no ProfHistória, turma de 2023, da Universidade Federal de Goiás (UFG), surgiu a oportunidade de contribuir para o preenchimento desta lacuna que percebi ao longo da minha trajetória no magistério público. A disciplina *História do Ensino de História*, ministrada pelos professores Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães e Prof. Dr. Cristiano Nicolini, foi fundamental para que eu compreendesse que a construção da história como disciplina escolar ainda se reflete nos currículos contemporâneos. Pesquisas de alto

nível desenvolvidas no ProfHistória têm contribuído com recursos pedagógicos inovadores que, infelizmente, ainda não alcançaram os currículos e materiais didáticos. Foi, portanto, a partir dessa disciplina e do Projeto de Pesquisa, conduzido pela Profa. Dra. Heloísa Capel, que decidi direcionar a minha linha de pesquisa para a *História Local*. Assim, desenvolvi a pesquisa sobre a trajetória da cidade do Gama-DF utilizando-se da história oral e da memória de alguns moradores para construir a história local, partindo da concepção de Brasília e de suas contradições, com o objetivo que ela não seguisse a mesma linha das narrativas hegemônicas e oficiais, que frequentemente carregam um viés ufanista e conservador. Para Bittencourt (2004, p.169) conseguimos evitar tais riscos quando identificamos o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, das tradições e das festas.

Quando decidi me aventurar no desafio de pesquisar a história da cidade do Gama-DF, percebi que seria necessário focar em aspectos que, a meu ver, fossem relevantes para a compreensão da construção social, cultural e histórica desse espaço. Desde o início, deparei-me com a escassez de estudos e materiais sobre o tema, o que me levou a recorrer à história oral como opção metodológica. Samuel (1989, p. 231) afirma que “há certos tipos de pesquisa que apenas podem ser realizados com a ajuda de uma testemunha viva e áreas completas da vida nas quais suas credenciais estão acima de questionamento”. Foi por meio dos relatos de moradores e outras fontes valiosas que consegui acessar memórias e experiências fundamentais para dar vida ao que os documentos escritos, muitas vezes, silenciaram ou deixaram à margem.

No entanto, ao longo do processo — especialmente após as orientações recebidas — na disciplina de Projeto de Pesquisa e durante a fase de qualificação, ficou claro que havia um desafio ainda maior. A tentação de reproduzir uma narrativa histórica tradicional, carregada de ufanismo e marcada por uma exaltação acrítica, era um risco que poderia comprometer a profundidade da análise. Compreendi que seria uma oportunidade perdida se me limitasse a perpetuar esse olhar celebrativo, ignorando as contradições, tensões e complexidades que permeiam a história do Gama. Assim, o projeto foi gradualmente se transformando em uma tentativa de promover reflexões mais críticas, abrindo espaço para debates que dessem oportunidade tanto às vozes muitas vezes invisibilizadas, quanto aos conflitos que marcaram e ainda marcam a trajetória da cidade. Meu objetivo passou a ser não apenas narrar a história do Gama, mas contribuir para que ela fosse pensada como um campo fértil para questionamentos e aprendizagens.

Para que eu alcançasse êxito no desafio e trabalhar com a história oral e memória,

algumas leituras foram de grande importância para conseguir dialogar com as pessoas que contribuíram com esta pesquisa, minimizando os possíveis erros na condução das entrevistas e na seleção daquilo que seria significativo para este trabalho. Como mencionado anteriormente, a escassez de materiais disponíveis me levou a recorrer à história oral, por ela permitir a construção de uma nova narrativa.

A história oral é uma expressão que em geral se refere ao método de pesquisa no qual se refere ao método de pesquisa no qual se realiza uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular. Em Pollak (1992)¹, a memória é compreendida como um fenômeno coletivo e social, fruto de uma construção compartilhada e sujeita a constantes flutuações, transformações e mudanças ao longo do tempo. Em grande parte das memórias, existem marcos ou elementos relativamente fixos que se consolidaram e se tornaram parte essencial da identidade do indivíduo. Thomson (1997)² compreende que a memória, expressa por meio dos testemunhos, é constantemente ajustada e reelaborada em um processo de atribuição de sentido, modificando-se ao longo do tempo. Esses ajustes e reconstruções ocorrem porque nossa identidade é formada pela consciência do "eu", construída gradualmente através da interação com outras pessoas e das experiências vividas.

Ao dar início à pesquisa de campo deste trabalho, que já contava com uma estrutura pré-definida apresentada ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFG, aprovada sob n. 76730723.5.0000.5083, recorri ao texto de Raphael Samuel, cuja leitura não apenas fundamentou minhas ideias, mas também orientou minhas expectativas sobre o que poderia surgir das interações com os entrevistados. Pensei sobre como acessar as pessoas que poderiam contribuir significativamente para minha investigação, especialmente considerando os temas que desejava explorar. Nesse momento crucial, em que precisava dar o primeiro passo para avançar na pesquisa, veio à mente o texto de Samuel (1989), que se tornou uma referência importante no processo.

[...]o historiador terá acesso privilegiado às redes de informação que dependem da amizade e da palavra falada, às fontes não-classificadas que estão guardadas como reservas pessoais e aos homens e mulheres que são documentos ambulantes, testemunhos vivos do passado. Ele pode acrescentar, à palavra escrita, a falada e invocar a evidência visual do ambiente, a iconografia e ruínas domésticas.³

¹ POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 5, n. 10, 1992.

² THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 15, 1997.

³ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. (Trad. de Zena Winoma Eisenberg). Revista Brasileira de

O contato inicial com as primeiras pessoas que entrevistei ocorreu por meio de amizades. Durante conversas informais com amigos sobre a dissertação que pretendia desenvolver, focada na história local do Gama-DF, eles rapidamente me indicavam pessoas que acreditavam ter algo relevante a contribuir para a pesquisa. Esses primeiros entrevistados, em sua maioria, estavam associados a um certo discurso de pioneirismo da cidade, sendo recomendados por terem vivido as experiências dos primórdios do Gama. As histórias que emergiram dessas entrevistas eram marcadas por relatos de enormes dificuldades enfrentadas em um local ainda semiurbanizado. A ausência de infraestrutura básica, como saneamento e energia, além de um transporte extremamente precário, somava-se aos desafios cotidianos de construir uma nova vida em um espaço que, embora planejado, demandava uma resiliência extraordinária por parte dos moradores. Apesar disso, as narrativas que retratavam suas vidas na cidade frequentemente evocavam uma nostalgia que suaviza os tempos difíceis. Percebi que os moradores do chamado “Núcleo Pioneiro”, que foram os primeiros a receber investimentos públicos, tendem a atribuir um significado romantizado à cidade, mesmo diante das adversidades que enfrentaram para sustentar suas famílias.

Esse processo de recomposição, muitas vezes mediado pela memória, reflete o que Raphael Samuel descreve como um exercício em que a memória não pode nos dizer como a realidade foi percebida na época, mesmo quando pode ser evocada nos mínimos detalhes; e é fácil demais suavizar as dificuldades no arrebol morno da nostalgia. Os fios da consciência são particularmente difíceis de desembaraçar porque atitudes do passado e do presente facilmente se emaranham. Essa constatação revelou um aspecto central do meu trabalho: as memórias individuais e coletivas não apenas preservam eventos, mas também os reconstruem à luz do presente, com camadas de significado moldadas pelas vivências posteriores. A nostalgia, nesse sentido, funciona como uma ponte entre o passado e o presente, mas também como um filtro que, ao mesmo tempo em que conecta, pode obscurecer as nuances das experiências vividas. Nesse processo de recomposição da memória Thomson (2001), argumenta que tendemos a reelaborar ou até reprimir memórias de experiências dolorosas e potencialmente ameaçadoras, especialmente quando essas lembranças não se encaixam com a identidade que construímos no presente ou quando envolvem traumas e conflitos que permanecem sem resolução.

A experiência foi significativamente diferente quando entrevistei ex-moradores das favelas e invasões que existiam dentro da cidade. Nesse contexto — que será analisado mais

adiante, ao tratar da formação de periferias dentro da própria periferia — as lembranças desse passado deixaram marcas profundas, independentemente da situação socioeconômica em que essas pessoas se encontram atualmente.

Recordo-me de uma das entrevistadas que, antes de iniciar seu depoimento, fez questão de me alertar: "Não espere uma história romantizada da minha vivência na invasão. É uma história triste, de sofrimento." (GERALDA, 2024)⁴. Essa fala foi um marco no processo de pesquisa, pois me trouxe um choque de realidade. Percebi, naquele momento, que revisitar esse passado, mesmo com o consentimento dos entrevistados, significava lidar com memórias sensíveis, muitas vezes dolorosas. Esse encontro revelou um aspecto essencial da pesquisa: a memória não é apenas um repositório de experiências, mas também um território emocional carregado de significados que podem ser difíceis de acessar e interpretar. Para aqueles que vivenciaram condições extremas de exclusão e vulnerabilidade, como os moradores dessas invasões, rememorar o passado não é um simples exercício de resgate histórico, mas um confronto com cicatrizes que continuam presentes em suas vidas. Para Thomson (1997)⁵, uma entrevista que aborda lembranças reprimidas e, em alguns momentos, se assemelha a uma relação terapêutica, pode ser uma experiência enriquecedora para o entrevistador, mas potencialmente prejudicial para o entrevistado. Questões que evocam memórias de desigualdade, medo ou humilhação têm o poder de trazer à tona traumas e dores profundas, reabrindo feridas emocionais que podem ser difíceis de lidar.

Em outro momento, enquanto buscava por interlocutores que vivenciaram um período de extrema violência na cidade, deparei-me com algumas recusas, devido à sensibilidade do tema. Nessas situações, ficou evidente que relembrar eventos marcados por violência pode ser um processo doloroso, e muitas pessoas preferem não revisitar essas memórias. No caso do período histórico de violência que marcou profundamente a cidade recordo-me do texto de Janaína Amado (1997) acerca da ética na história oral, pois de acordo com a autora, o ato de dialogar com pessoas vivas exige do historiador um nível elevado de responsabilidade e compromisso, já que tudo o que for registrado ou dito não apenas contribuirá para iluminar aspectos históricos, mas também poderá gerar impactos diretos nas vidas dos informantes, bem como em seus círculos familiares, sociais e profissionais (AMADO, 1997)⁶. As recusas que recebi, mesmo passados mais de 30 anos dos eventos violentos, tinham argumento com

⁴ Entrevista oral concedida por Geralda Alves, ex-moradora da "invasão" da Vila Itamaracá em 22/05/2024.

⁵ THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 15, 1997.

⁶ AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia. Ética e história oral. Projeto História, São Paulo, PUC. n.15, p. 145-155, 1997.

base no medo, vingança, insegurança e resistência em revisitar um passado doloroso devido aos traumas. Descobri no decorrer da pesquisa a quantidade de pessoas que perderam suas vidas por conta de conflitos violentos. Famílias marcadas pelo sofrimento de perderem seus entes queridos de forma trágica, por vezes banal, continuam a ter certa resistência em tocar no assunto. A memória desse período para muitos ainda é sensível e de permanente luto o que para Rösen (2011)⁷, é um procedimento mental comumente utilizado para lidar com o passado traumático. É possível ressignificar o passado vivido como perda e trauma. Durante esse processo, as experiências perturbadoras, que desafiam os fundamentos da constituição de sentido e parecem resistir ao esquecimento, podem ser transformadas e integradas de forma menos dolorosa.

No entanto, quando perguntava para os entrevistados se eles consideravam que aquele assunto, mesmo recheado de histórias tristes, poderia servir de alguma forma para os jovens da educação básica, a resposta era quase unânime: “é importante para que eles vejam o que aconteceu e não repitam o mesmo erro”. Mendes (2021)⁸, afirma que o posicionamento está no imperativo moral e político de “não esquecer para que não se repita”, fundamental para que a juventude estabeleça contato com o passado traumático que impactou a região onde moram ou estudam. Essa perspectiva se relaciona ao conceito do “dever de memória”, que envolve a ideia de que as memórias de sofrimento e opressão geram obrigações por parte do Estado, da sociedade e da comunidade acadêmica. Trata-se da responsabilidade de manter viva a lembrança dos passados sensíveis, vinculados ao sofrimento das pessoas que os vivenciaram, garantindo que tais experiências não sejam apagadas ou negligenciadas.

As entrevistas realizadas revelaram histórias de vida inseridas em um contexto social que contribuiu para moldar a história da cidade, muitas vezes pouco conhecidas e insuficientemente pesquisadas. Por meio da história oral, foi possível identificar identidades individuais e coletivas que emergem do processo de narrar experiências, seja para si mesmo, seja para outros, no âmbito do convívio social. Alistair Thomson (1997) reflete sobre a relação entre identidade, memória e percepção do passado, sugerindo que nossa memória não é um registro neutro e fixo. Pelo contrário, é moldada pela maneira como nos percebemos no presente e pelas aspirações que nutrimos para o futuro. Thomson (1997) destaca que a identidade é um processo dinâmico, no qual passado, presente e futuro estão interligados por

⁷ RÜSEN, Jörn. “Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história.” Em História, verdade e tempo, por Marlon SALOMON (org.), 259-290. Chapecó: Argos, 2011.

⁸ Mendes, Breno. Limiar: estudos de teoria, metodologia e ensino de história / Breno Mendes - Goiânia: Cegraf UFG, 2021. 240 p. il.

narrativas em constante revisão.

Em uma entrevista com um escritor e memorialista que escreveu sobre o futebol amador e profissional do Gama, foi apresentada a ideia de que o futebol desempenhou um papel crucial na transformação da identidade e do sentimento de pertencimento da cidade. Antes vista como uma cidade periférica e marcada pela violência, frequentemente retratada nos noticiários locais e nacionais como um lugar repleto de problemas estruturais e sociais, o Gama encontrou no futebol uma nova forma de projeção. Essa dinâmica começou a mudar em 1969, quando um time amador da cidade venceu o campeonato local, superando equipes profissionais da época. Para muitos, esse feito foi um marco simbólico de superação e reconhecimento. Em 1998, 29 anos depois dessa conquista, a Sociedade Esportiva do Gama, time profissional da cidade, alcançou seu auge ao se sagrar campeã do Campeonato Brasileiro da Série B, um feito inédito no futebol brasiliense até então. Esses acontecimentos alteraram significativamente a forma como os moradores do Gama passaram a enxergar a si mesmos e a sua cidade. O futebol tornou-se um elemento central na construção de uma identidade coletiva que mesclava orgulho e pertencimento. As lembranças desses momentos esportivos passaram a integrar a história local, concedendo à cidade um destaque antes impensável tanto em páginas esportivas quanto sociais. Nessa perspectiva, Pollak (1992) explora a conexão entre memória e sentimento de identidade, afirmando que a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva. A memória contribui para o sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo, desempenhando um papel fundamental na construção de suas narrativas e no fortalecimento de seus laços identitários.

Nelson Rodrigues (1993; 1994) escreveu que o futebol é reflexo do jeito de ser do brasileiro, uma expressão que combina eficiência, malandragem, objetividade e transgressão, simbolizando uma fusão entre os arquétipos de Apolo e Dionísio. Em sua visão, a Seleção Brasileira era a "Pátria de Chuteiras", carregando nas costas o peso e a glória de representar o Brasil no cenário internacional. Rodrigues (1993;1994) destacou o impacto transformador da conquista da Copa do Mundo de 1958, que não foi apenas um feito esportivo, mas também um marco simbólico de superação do "complexo de vira-latas". Esse conceito, criado por ele, refere-se à crença inconsciente de que o brasileiro é inferior às demais nações, especialmente em relação aos europeus. Antes do título, essa mentalidade de subestimação impedia o brasileiro de acreditar plenamente em sua capacidade de atingir o ápice do potencial coletivo. A vitória em 1958, entretanto, simbolizou mais do que uma taça; foi um momento de redenção nacional, em que o Brasil passou a se ver como uma nação capaz de competir e

vencer no cenário global. Para Rodrigues, essa mudança representou uma ruptura com a mentalidade derrotista e abriu espaço para que o futebol se consolidasse como um elemento essencial da identidade nacional, capaz de expressar tanto as contradições quanto às potencialidades do povo brasileiro. Nesse sentido, a cidade do Gama também vivenciou um processo de reconhecimento a partir de suas qualidades futebolísticas, o que impulsionou o dinamismo da identidade local e fortaleceu o sentimento de pertencimento de seus moradores. Com isso, as pessoas passaram a nutrir um orgulho renovado pelo lugar onde vivem. Assim, o futebol revelou-se mais do que um esporte: tornou-se um campo simbólico capaz de contribuir significativamente para a construção de identidades individuais e coletivas.

A análise das identidades formadas a partir de migrantes que chegaram de diversas regiões do país à cidade do Gama-DF, em especial da região Nordeste, constitui um tema de grande relevância. Este estudo, como já citado, foi inspirado pela minha história de vida e pela minha trajetória como professor da SEEDF, que estão profundamente entrelaçadas com a história da cidade. Minha identificação com o Gama e com a comunidade escolar motivou-me a contribuir, por meio do ProfHistória, com a elaboração dessa pesquisa e como proposta pedagógica, um caderno pedagógico que abordasse a história local de forma problematizadora. Esse interesse tem como fundamento o vínculo identitário com a cidade, que foi se transformando ao longo das gerações da minha família. O estudo reflete não apenas uma perspectiva acadêmica, mas também um compromisso pessoal e profissional com a compreensão e a valorização das trajetórias históricas e culturais que moldaram a identidade do Gama.

A geração dos anos 1970 e 1980 nascida no Distrito Federal manteve forte conexão com as memórias de seus avós e pais “candangos”⁹, que chegaram ao DF durante a construção de Brasília ou em seus primeiros anos. Essas lembranças estavam profundamente vinculadas às regiões de origem dos familiares e às narrativas hegemônicas de desenvolvimentismo que moldaram a nova capital. A cidade-satélite, recém-inaugurada, passava por um processo de formação e assimilação de uma comunidade diversa, composta

⁹ A origem do termo realmente remonta ao quimbundo, uma língua falada em Angola, onde “candango” inicialmente se referia de maneira pejorativa aos colonizadores portugueses; indivíduo ruim, ordinário. No Brasil, ao longo do processo da construção de Brasília, o termo foi ressignificado e passou a designar os trabalhadores, muitas vezes provenientes de outras regiões do país, especialmente do interior, que contribuíram para a construção da nova capital. Essa população, em grande parte, era formada por migrantes que chegavam em condições precárias, com poucas condições de trabalho e de vida. Embora tenha surgido com uma conotação depreciativa, a palavra foi oportunamente ressignificada pelos idealizadores da nova capital, sendo gradualmente adotada de maneira mais positiva, passando a simbolizar a força de trabalho que tornou possível a construção da cidade.

majoritariamente por migrantes em busca de oportunidades. Com o passar do tempo, 65 anos após a inauguração de Brasília, o aumento significativo de pessoas nascidas no Distrito Federal e no Gama, transformou as identidades e suas relações com a cidade.

Atualmente, percebe-se o surgimento de uma possível terceira geração de brasilienses, cujos vínculos com as localidades de origem de seus avós ou bisavós estão se tornando cada vez mais distantes, sinalizando uma nova fase na construção das identidades locais. Há ainda dúvidas em torno de uma identidade cultural de uma cidade ainda diversa, mas tem se consolidado uma identidade territorial a partir do vínculo com o lugar e de alguns costumes que começam a ganhar sentido e se solidificar. Compreende-se que houve uma transformação na maneira de entender o lugar de pertencimento no processo de dinamismo cultural pelo qual o Gama-DF passou. Esse fenômeno não implica que as identidades formadas sejam fixas ou imutáveis; ao contrário, elas são fluidas e em constante evolução, refletindo as transformações sociais, culturais e históricas do território. Nicolini (2022) afirma que a modernidade provocou a desestabilização de diversas certezas, incluindo aquelas relacionadas às identidades fixas e coesas. Na contemporaneidade, os atores sociais são confrontados com múltiplas identidades, que se manifestam conforme as situações em que estão inseridos. Esse espaço dinâmico e em permanente transformação é fundamental para compreender como gamenses/brasilienses, ao longo das gerações, vêm ressignificando suas identidades e construindo novos sentidos de pertencimento.

Na pesquisa ficou claro que a capital Brasília foi o ponto de partida para a história de muitas famílias que residem nas regiões administrativas do Distrito Federal. No entanto, aqueles que construíram suas trajetórias no Gama, Ceilândia, Sobradinho, Taguatinga, entre outras, vivenciaram uma realidade de vida distinta da experimentada por quem viveu no Plano Piloto. É essencial que essa realidade, rica em histórias e significados, seja integrada às salas de aula, principalmente para as novas gerações locais, filhos e netos de migrantes, que estabeleceram um vínculo identitário mais profundo com a região, pois “realidades diferentes necessitam de abordagens diferentes”.

Parte da história do Gama-DF pode ser encontrada nos sites da Administração Regional do Gama, da Agência Brasília, na *Wikipédia*, em vídeos no *YouTube* e em referências historiográficas clássicas. Adirson Vasconcelos (1988) oferece um panorama histórico da cidade desde o seu surgimento, com ênfase nos aspectos da década de 1980. Já José Pastore (1969) apresenta um breve relato sobre a história de Gama, acompanhado de um estudo sociológico que retrata a realidade social da primeira década da cidade. Contudo, são poucos os estudos ou pesquisas que abordam a trajetória do Gama-DF sob uma perspectiva

social ou que se volte para a construção do passado por meio da memória de seu povo. Além disso, há uma notável carência de material didático sobre o tema, o que limita a utilização de recursos pedagógicos para a sala de aula.

Assim, este estudo visa ampliar e fomentar o conhecimento histórico sobre o Gama-DF, a partir de seus aspectos sociais e das múltiplas experiências que compõem a sua formação. Busca-se proporcionar aos alunos a compreensão de que sua cidade não surgiu de forma isolada ou espontânea, mas está inserida em um projeto político e urbano mais amplo, vinculado à formação do Distrito Federal e à modernização do Estado brasileiro. No entanto, esse projeto nacional, muitas vezes celebrado nos discursos oficiais, também silenciou vivências concretas e complexas de milhares de migrantes, homens e mulheres que, vindos de diversas regiões do país, sobretudo do Norte e Nordeste, ajudaram a erguer Brasília e suas cidades satélites. A realidade histórica do Gama, assim como dessas regiões que representam a expansão do Distrito Federal, ainda é marcada por lacunas na memória coletiva, que precisam ser reveladas e debatidas. Ao trazer à tona essas trajetórias de vida, entrelaçadas às dinâmicas políticas e econômicas do período, pretende-se contribuir para uma educação conectada ao território vivido pelos estudantes, professores e comunidade escolar com o reconhecimento de sua própria identidade como sujeitos históricos.

Como recurso pedagógico para os professores da educação básica, optei por utilizar a crônica como ferramenta de ensino voltada para a história local. A crônica, por ser um texto curto, de fácil compreensão e capaz de provocar diferentes reflexões sobre o cotidiano, se apresenta como uma excelente estratégia para o trabalho em sala de aula. Cabral (2020) observa que a crônica, como gênero literário, oferece diversas possibilidades para ser utilizada como fonte histórica no ambiente escolar, permitindo que os alunos percebam o texto como um vestígio do passado, importante para a construção de seu conhecimento histórico. Esse gênero alcança dimensões emocionais que, em algumas situações, o discurso científico não consegue tocar devido às diferenças de linguagem. Assim, o texto literário facilita o contato com as sensibilidades de uma época passada, seja do autor, seja dos personagens envolvidos na narrativa.

O primeiro capítulo discute o potencial da História Local como ferramenta pedagógica para o ensino de História, com potencialidades para a construção do conhecimento histórico que aproxima o estudante de seu território, sua memória e sua identidade. Ao reconhecer o espaço cotidiano como campo legítimo de investigação histórica, propõe-se uma prática educativa mais crítica, plural e enraizada nas experiências concretas das comunidades escolares. Fundamentado em autores como E. P. Thompson (1987), Raphael Samuel (1990) e

Circe Bittencourt (2004), o capítulo defende a articulação entre ensino e pesquisa por meio da história oral e das narrativas invisibilizadas, tomando como exemplo o caso do Gama-DF.

O texto evidencia que o ensino de História, historicamente instrumentalizado para consolidar uma narrativa nacional hegemônica, ainda enfrenta entraves curriculares, mesmo após a implementação da BNCC e do Currículo em Movimento. Estes, embora avancem em alguns aspectos, permanecem limitados quanto à inserção efetiva das diversas possibilidades da história local. Com base em Arroyo (2013), o currículo é apresentado como território em disputa, sendo necessária sua ressignificação a partir das vivências dos sujeitos escolares.

O capítulo também reflete sobre a relação entre universidade e escola, destacando iniciativas formativas como o curso *Outras Brasília*s e o ProfHistória, que fortalecem a integração entre teoria e prática. A partir da escolha do Gama como objeto de estudo, propõe-se compreender o “lugar” como espaço carregado de significados, o que permite a revisão de grandes narrativas, mas também dar visibilidade a experiências silenciadas, como as das moradoras da Vila Itamaracá. Ao abordar os desafios contemporâneos do ensino de História — como a influência das novas tecnologias, a persistência de estruturas pedagógicas tradicionais e o predomínio da periodização eurocêntrica — o texto enfatiza a necessidade de que o docente adote uma postura investigativa, crítica e eticamente comprometida com a formação cidadã dos estudantes. Por fim, apresenta um mapeamento do estado da arte da produção acadêmica voltada à história local no DF, ressaltando a necessidade de ampliar o repertório historiográfico e didático que contemple as múltiplas “Brasíliás” para além do Plano Piloto. O capítulo reafirma, assim, a história local como campo fecundo para a construção e ampliação historiográfica, aproximando o ensino da realidade vivida pelos sujeitos.

No Capítulo II, buscamos aprofundar o estudo do Distrito Federal e do Gama-DF, objeto principal desta pesquisa, a partir da historiografia local e da memória dos moradores da cidade, através de relatos de quem vivenciou os primeiros passos da urbanização na década de 1960. Fundamentada em autores como Paulo Bertrand (1994), Theófilo Miller (1991), De Castro Barbo e Schlee (2011), Júnior (2006) e Souza (2024), a pesquisa revela que o território do atual Distrito Federal possui uma longa e complexa trajetória histórica, que remonta à história pré-colonial e ao período colonial, com registros arqueológicos e vestígios de antigas rotas e ocupações humanas — inclusive na região onde hoje se localiza o Gama.

A criação das cidades-satélites é analisada como parte de uma política de segregação urbana, destinada a manter trabalhadores e populações periféricas distantes do centro político e simbólico representado pelo Plano Piloto. O Gama, nesse sentido, constitui uma das

Circe Bittencourt (2004), o capítulo defende a articulação entre ensino e pesquisa por meio da história oral e das narrativas invisibilizadas, tomando como exemplo o caso do Gama-DF.

O texto evidencia que o ensino de História, historicamente instrumentalizado para consolidar uma narrativa nacional hegemônica, ainda enfrenta entraves curriculares, mesmo após a implementação da BNCC e do Currículo em Movimento. Estes, embora avancem em alguns aspectos, permanecem limitados quanto à inserção efetiva das diversas possibilidades da história local. Com base em Arroyo (2013), o currículo é apresentado como território em disputa, sendo necessária sua ressignificação a partir das vivências dos sujeitos escolares.

O capítulo também reflete sobre a relação entre universidade e escola, destacando iniciativas formativas como o curso *Outras Brasília*s e o ProfHistória, que fortalecem a integração entre teoria e prática. A partir da escolha do Gama como objeto de estudo, propõe-se compreender o “lugar” como espaço carregado de significados, o que permite a revisão de grandes narrativas, mas também dar visibilidade a experiências silenciadas, como as das moradoras da Vila Itamaracá. Ao abordar os desafios contemporâneos do ensino de História — como a influência das novas tecnologias, a persistência de estruturas pedagógicas tradicionais e o predomínio da periodização eurocêntrica — o texto enfatiza a necessidade de que o docente adote uma postura investigativa, crítica e eticamente comprometida com a formação cidadã dos estudantes. Por fim, apresenta um mapeamento do estado da arte da produção acadêmica voltada à história local no DF, ressaltando a necessidade de ampliar o repertório historiográfico e didático que contemple as múltiplas “Brasíliás” para além do Plano Piloto. O capítulo reafirma, assim, a história local como campo fecundo para a construção e ampliação historiográfica, aproximando o ensino da realidade vivida pelos sujeitos.

No Capítulo II, buscamos aprofundar o estudo do Distrito Federal e do Gama-DF, objeto principal desta pesquisa, a partir da historiografia local e da memória dos moradores da cidade, através de relatos de quem vivenciou os primeiros passos da urbanização na década de 1960. Fundamentada em autores como Paulo Bertrand (1994), Theófilo Miller (1991), De Castro Barbo e Schlee (2011), Júnior (2006) e Souza (2024), a pesquisa revela que o território do atual Distrito Federal possui uma longa e complexa trajetória histórica, que remonta à história pré-colonial e ao período colonial, com registros arqueológicos e vestígios de antigas rotas e ocupações humanas — inclusive na região onde hoje se localiza o Gama.

A criação das cidades-satélites é analisada como parte de uma política de segregação urbana, destinada a manter trabalhadores e populações periféricas distantes do centro político e simbólico representado pelo Plano Piloto. O Gama, nesse sentido, constitui uma das

primeiras manifestações dessa lógica de ocupação planejada e hierarquizada do território. Autores clássicos como José Pastore (1969) e Ardison Vasconcelos (1988) e Luiz Alberto de Campos Gouvêa (1995) nos ajudaram a analisar a cidade em suas primeiras décadas, juntamente com o trabalho em história oral e memória realizado com quem vivenciou o início da cidade. O capítulo examina os marcos legais, sociais e territoriais que estruturaram a formação do Gama, combinando análises documentais com entrevistas e testemunhos de antigos moradores. A produção teórica de autores como Holston (1993), Paviani (1998) e Gouvêa (1995) contribui para a compreensão das dinâmicas de segregação socioespacial e da emergência de novas periferias ilegais nas próprias periferias legalizadas. Argumenta-se que a construção das cidades-satélites foi marcada por um projeto político de exclusão que negava a legitimidade plena dos migrantes como habitantes de Brasília, restringindo seu acesso a direitos e serviços urbanos.

Por fim, o capítulo dedica-se à investigação dos lugares de memória do Gama, reconhecendo espaços e narrativas que a comunidade ressignificou temporalmente. Por meio da história oral, de fontes jornalísticas e imagens, são mapeados marcos simbólicos que ajudam a constituir o pertencimento e a identidade local. Langaro (2012) destaca que os lugares de memória, embora silenciosos, atuam como alicerces que conectam emocionalmente indivíduos e grupos às suas histórias, tradições e identidades. Esses lugares ajudam a formar sentimentos diversos e fornecem o contexto necessário para compreender quem somos.

Longe de uma narrativa simplista que reduz a cidade à criminalidade e ao abandono, o capítulo III se debruça sobre as camadas históricas, sociais e culturais que moldaram a formação urbana do Gama-DF. As invasões e ocupações irregulares, tidas no conceito de periferia ilegal de Holston (1993) e surgidas em um contexto de exclusão habitacional e de negligência do Estado, revelam a persistência de desigualdades estruturais herdadas do próprio processo de criação de Brasília. As cidades-satélites, criadas para abrigar os "excedentes urbanos" removidos do Plano Piloto, rapidamente se tornaram territórios de precariedade e marginalização. No interior dessas periferias planejadas, formaram-se novas periferias, expressas em ocupações precárias, como territórios que, mesmo invisibilizados por políticas seletivas de urbanização, revelam a complexa disputa por espaço, dignidade e pertencimento nas bordas da cidade. Somadas a isso, a violência urbana e a atuação de gangues juvenis acentuaram a marginalização do território, alimentando a imagem de cidade-problema difundida pelos meios de comunicação. A violência que marcou o Distrito Federal durante as décadas de 1980 e 1990, incluindo regiões nobres como o Plano Piloto, foi

abordada nesta pesquisa com foco em duas gangues da cidade do Gama-DF, em que discutimos as atuações dos grupos Balão Mágico e Mavoca, que atuavam no Setor Oeste. Através de entrevistas de história oral, encontramos pessoas que vivenciaram de perto o trágico conflito entre esses grupos criminosos.

O futebol, no Brasil, vai muito além de uma prática esportiva: ele se inscreve nas estruturas mais profundas da vida social, cultural e afetiva do país. Nos estádios, arquibancadas e ruas, a paixão coletiva transforma o jogo em um potente instrumento de sociabilidade, capaz de gerar vínculos de pertencimento e orgulho. No caso do Gama-DF, essa dinâmica encontra uma expressão emblemática na história do futebol amador e posteriormente na Sociedade Esportiva do Gama, que, desde o final da década de 1970, deixou de ser apenas um time local para se tornar símbolo de identidade e visibilidade para uma população frequentemente marginalizada pelo poder público. O item deste capítulo que aborda a Sociedade Esportiva do Gama como identidade e orgulho, busca refletir sobre como o futebol contribuiu para a construção de um sentimento coletivo de ser "gamense", analisando memórias pessoais, dados históricos, matérias jornalísticas e referências teóricas de autores que escrevem sobre o futebol. Argumentamos que o futebol teve papel central na afirmação cultural da cidade do Gama como força simbólica que foi capaz de ressignificar a identidade da cidade e de seus moradores.

O quarto IV capítulo propõe uma reflexão entre o saber histórico e a linguagem literária, com foco na utilização da crônica como recurso pedagógico no ensino de História. Em um cenário educacional marcado por transformações sociais, culturais e tecnológicas, o texto defende a necessidade de repensar práticas pedagógicas centradas em modelos conteudistas e distantes da realidade dos estudantes. A crônica, gênero que transita entre o jornalismo e a literatura, emerge como ferramenta capaz de aproximar o ensino da vida cotidiana, promovendo uma aprendizagem mais sensível, crítica e contextualizada. Amparado em autores como Dubiela (2017), Walter Benjamin (1994), Ribas, Domas e Pessanha (2009), Fonseca (2003) e Martinho e Marques (2020), o capítulo sustenta que a narrativa, elemento comum à História e à Literatura, permite aos estudantes refletir sobre o passado e presente de maneira subjetiva e engajada. Ao abordar temas como memória, identidade, desigualdade e transformação urbana, a crônica revela-se um meio eficaz para conectar os conteúdos escolares às vivências locais e individuais dos alunos.

A proposta ganha concretude na elaboração de um caderno pedagógico composto por seis crônicas autorais que dialogam com os dados históricos, entrevistas e análises desenvolvidas nos capítulos anteriores. Os textos – “*J.K. Não Sabia!*”, “*Amigas de Invasão*”,

“*Uma Vez Inferninho*”, “*Sempre Inferninho!*”, “*Prazer, Me Chamo Gama!*”, “*Gangues!*” e “*Não é só Futebol*” – abordam episódios significativos da história do Gama-DF, trazendo à tona vozes marginalizadas, memórias invisibilizadas e experiências coletivas silenciadas pela narrativa oficial da capital. Cada crônica é acompanhada de sugestões de atividades didáticas, visando promover o trabalho interdisciplinar e o desenvolvimento de competências críticas nos estudantes. Os textos tratam, entre outros temas, da desconstrução do mito do “vazio histórico”, da experiência das favelas e invasões, da segregação urbana, da violência juvenil e da importância do futebol como elemento de identidade e pertencimento. Através de uma linguagem acessível, sensível e reflexiva, as crônicas possibilitam o desenvolvimento de uma abordagem humanizada e territorialidade do ensino de História.

O capítulo também destaca o papel da história oral como metodologia que potencializa a escuta de sujeitos historicamente silenciados, reforçando a importância de valorizar as narrativas das comunidades locais no processo de construção do conhecimento histórico escolar. A escolha do Gama-DF como objeto de estudo é, portanto, não apenas afetiva, mas profundamente política e pedagógica, pois evidencia as marcas de resistência, desigualdade e identidade que constituem as “outras Brasília” do Distrito Federal.

Conclui-se que o uso da crônica no ensino de História local oferece aos docentes da educação básica um caminho potente para trabalhar com temas estruturantes da formação cidadã, ao promover o reconhecimento das múltiplas histórias que compõem o território e estimular o protagonismo dos estudantes na construção da memória coletiva. Trata-se, assim, de um convite a olhar para o cotidiano como campo fértil de experiências históricas, ampliando os horizontes do ensino de História a partir de práticas mais plurais, inclusivas e conectadas com a realidade.

HISTÓRIA LOCAL: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Refletir sobre a construção de uma história local, requer o esforço de confrontar a cultura dos saberes históricos presentes na formação acadêmica de formados-licenciados e nos currículos oficiais da educação básica. O desejo do pesquisador em contribuir para o ensino de história através de uma perspectiva da história social do Gama-DF foi impulsionado por sua própria história e de sua comunidade local, que compartilham histórias e marcos comuns até então ausentes nas salas de aula. No Distrito Federal, a invisibilidade da trajetória das regiões administrativas, têm estimulado professores oriundos dos mestrados profissionais na elaboração de recursos pedagógicos para suprir algumas carências do currículo e dos materiais didáticos que representam os currículos oficiais editados.

A qualidade desses trabalhos demonstra que o caminho para a construção de uma narrativa local foi pavimentado. Agora, cabe às autoridades educacionais a implementação oficial dessas contribuições no currículo local, tema que será abordado neste estudo. Sigo nesta direção como um operário na construção de uma narrativa mais ampla sobre Brasília, não apenas na busca por eventos e memórias de personagens que compõem esse passado, mas também complexificando essa história que carece de um entendimento mais amplo. O objetivo envolve a busca para entender que outros espaços, além do conhecido Plano Piloto, tem história, memória e identidade que precisam ser problematizadas para que os alunos da Educação Básica compreendam o contexto histórico-social ao seu redor. Circe Bittencourt ressalta a importância da História Local para o ensino, enfatizando que:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2004, P. 168).

Embora tenha ocorrido um aumento recente nas pesquisas que abordam a história local com foco nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, ainda prevalece nas salas de aula a aplicação dos conteúdos com base na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e no Currículo em Movimento do Distrito Federal, os quais contém lacunas significativas no que se refere à história local.

Desde o seu início, o estudo de História Local foi sendo ressignificado e, ao mesmo tempo ganhando importância para o ensino de História. A noção de localidade se mesclava a outros termos comuns da historiografia: micro-história, História da Cidade, História

Regional. Foi com Vidal de La Blache (1845-1918), geógrafo francês da Escola possibilista¹⁰ que entendia o espaço geográfico como condicionante para sua própria transformação, que historiadores franceses se inspiraram a introduzir análises historiográficas entre espaço físico e história. Alguns historiadores ligados à Segunda Geração dos *Annales*¹¹ passaram a estudar os microespaços, pois entendiam como dotados de maior homogeneidade. A história local surge a partir desse momento para se compreender aspectos deixados de lado pelos estudos generalistas macroespaciais.

O conceito clássico de História Local, tal como definido por Pierre Goubert¹² (1915-2012), impôs uma delimitação significativa ao entendimento desse campo de estudo. A delimitação espacial de Goubert é politicamente determinada, o que faz com que, em muitos casos, ela não coincida com os entendimentos socioculturais das pessoas que habitam o espaço em questão. Nesse contexto, concepção de espaço acaba sendo desprovida de historicidades, manifestando-se de maneira rígida e pré-determinada (SUKOW, 2023).

Na segunda metade do século XX, o estudo da História Local se afasta de abordagens estritamente geográficas e espaciais, passando a focar na história de pessoas comuns, em lugares cotidianos e na experiência humana ao longo do tempo. Macedo (2017, p. 63) observa a necessidade de análise de um espaço específico que permite um olhar mais próximo e detalhado sobre a realidade, valorizando aspectos do cotidiano que muitas vezes são negligenciados em narrativas históricas mais amplas, afirmando que “considerar a História Local enquanto abordagem é pensar no modo de fazer adotado pelo historiador quando circunscreve a maneira como ele se apropria e observa a realidade, focando sua lente no espaço - um lugar, uma cidade, uma rua, um bairro”¹³.

Isso implica em construir alternativas pedagógicas que ofereçam recursos para suprir as carências do currículo e do livro didático. Dessa forma, a sala de aula será alcançada pela história local num exercício contínuo para que “nossos alunos e nós mesmos nos

¹⁰ Escola geográfica fundada pelo geógrafo francês Vidal de la Blache (1845-1919), que via o espaço geográfico como um fator condicionante, capaz de gerar oportunidades para sua própria transformação. Sob essa perspectiva, os fenômenos humanos teriam o poder de influenciar e modificar a natureza.

¹¹ A segunda Geração dos *Annales* de 1946 até 1968 e “dominada” pela presença de Fernand Braudel (1920-1985), centrou-se mais sobre os conceitos de estrutura e conjuntura, e acabou por aproximar-se muito de uma escola com novos métodos e propostas para a constituição de uma História serial e de longa duração.

¹² Goubert definiu a História Local “como aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês) (Goubert, 1998, p. 70)”.

¹³ MACEDO, H. A. M. de. De como se constrói uma história local: da produção e da utilização no Ensino de História. In: ALVEAL, C. M. O.; FAGUNDES, J. E.; ROCHA, R. N. A. (Orgs). Reflexões sobre História Local e produção de material didático. Natal: EDUFRRN, 2017, p. 57 - 81

vejamos na história, nos lugares onde vivemos e no país onde moramos, lançando questões e buscando pertencimento” (GOMIDE; RIBEIRO, 2020, P. 26). A importância da História Local é crucial para entendermos as narrativas que moldam nossas comunidades menores, muitas vezes negligenciadas em favor de histórias em níveis mais amplos. É fundamental reconhecer o papel significativo dessas localidades na formação da história. Ao examinarmos o contexto local e definirmos seus espaços, não apenas nos identificamos melhor, mas também compreendemos mais profundamente a nossa própria história. O estudo da História Local não apenas enriquece o conhecimento dos estudantes sobre seu entorno, incluindo escolas, bairros e cidades, mas também fortalece o processo de ensino ao promover uma compreensão mais ampla e contextualizada do passado próximo.

A história local frequentemente se conecta à história do cotidiano ao integrar as pessoas comuns como protagonistas de eventos que, à primeira vista, podem parecer insignificantes. Ela também estabelece vínculos entre diferentes grupos sociais, mostrando como suas trajetórias se cruzam e se influenciam mutuamente, tanto no presente quanto no passado.

Esta pesquisa busca apresentar parte da trajetória social da Região Administrativa II do Gama - DF, como história local, adotando uma perspectiva que se distancia de abordagens tradicionais ou ufanistas. A problematização da história de Brasília e do Distrito Federal é conduzida a partir de uma análise que se fundamenta em diversos movimentos historiográficos do Distrito Federal e destaca a participação de personagens comuns que enriquecem essa narrativa. Para reconstruir aspectos da trajetória gamense/brasiliense, este trabalho contou com a valiosa contribuição de testemunhos de moradores que compartilharam suas histórias de vida e experiências relacionadas ao passado. Esses relatos se mostraram ferramentas essenciais para a pesquisa histórica, mesmo considerando suas limitações e possíveis imprecisões, características inerentes a qualquer trabalho historiográfico. Durante o processo de pesquisa, algumas descobertas se revelaram surpreendentes até mesmo para o pesquisador, desvelando realidades antes inimagináveis. Essa experiência abriu um amplo leque de oportunidades para compreender melhor a comunidade em que vivo e leciono, oferecendo subsídios significativos para a construção de propostas que contribuam para o ensino da história local de Brasília, com foco no Gama-DF. As diversas possibilidades oferecidas pela história local oferecem ao ensino escolar outros ângulos das análises de cunho social, por vezes desconhecidos pela maior parte dos envolvidos no processo educacional.

O estudo de “outras Brasília”¹⁴, com sua diversidade e pluralidade, demanda cada vez mais de estudos locais que direcionam o olhar para aqueles que, ao longo do processo de formação do Distrito Federal, permaneceram à margem social. Nesse sentido, Gonçalves e Urban (2023) apontam para a relação entre a História Local e o Ensino de História como potencial político significativo, pois destaca as diversidades e valoriza as histórias de pessoas comuns, conectando-se diretamente à realidade dos/as estudantes. Os progressos na pesquisa historiográfica destacam que uma abordagem histórica limitada aos aspectos institucionais, biográficos, masculinos, políticos e elitistas não conseguia abarcar os desafios impostos às investigações e aos objetos de estudo (COSTA, 2019). A partir da perspectiva deste estudo, surgem algumas questões: é possível compreender a história de Brasília em sua totalidade sem considerar as remoções violentas que afetaram milhares de famílias e resultaram na segregação socioespacial? É possível entender Brasília sem reconhecer as diversas formas de violência social direcionadas às periferias em crescimento? E sem refletir sobre a ausência de investimentos estratégicos nas “cidades-dormitórios”? Os movimentos sociais de estudantes e trabalhadores que ocorreram no interior do próprio Plano Piloto devem constar no ensino de história local? Seguindo as indagações: Há memória no Distrito Federal em lugares fora do Plano Piloto? Devo ignorar as identidades que imergiram nas 'outras Brasília', com todas as suas expressões culturais, e focar exclusivamente, em sala de aula, nos feitos grandiosos de Juscelino Kubitschek e seu grupo, conforme orientado pelos currículos oficiais e livros didáticos?

A partir dessas inquietações, têm surgido temáticas locais do Distrito Federal que revelam outras realidades em contextos muitas vezes desconhecidos e que devem ser sugeridas para reflexão em sala de aula. No ensino de História, essas temáticas possuem um grande potencial político, pois ao destacar as diversidades e as histórias de pessoas comuns, próximas à realidade dos estudantes, elas contribuem para uma compreensão mais ampla e inclusiva do passado. A história local, nesse sentido, tem um poder transformador ao proporcionar uma visão plural e diversificada da história, fortalecendo as identidades dos jovens ao integrar seus cotidianos e experiências de vida ao processo educativo (SUKOW, 2023). Monografias, pesquisas de mestrado e de doutorado têm levantado temas diversos que trilham o caminho por uma história local do Distrito Federal. Aplicadas ao

¹⁴ "Outras Brasília" dá nome ao projeto da professora Cristiane de Assis Portela (docente do Departamento de História da UnB), que surge como um contraponto às narrativas oficiais, predominantemente construídas a partir do discurso hegemônico. Entre as iniciativas do projeto voltadas para o ensino da História do Distrito Federal, destaca-se o desenvolvimento de ações de pesquisa, ensino e divulgação histórica que abordam perspectivas não hegemônicas sobre a cidade e seu entorno.

ensino de história podem promover o desenvolvimento de noções de diversidade, cidadania, identidade e pluralidade, superando aos poucos uma história homogeneizadora. Aqui, estamos tratando de uma frente contra ocultamentos que tem o impacto sobre crianças, adolescente e jovens no direito de conhecer a si próprios, como analisa Arroyo,

Passarão anos na educação fundamental, completarão a educação média e sairão sem saber nada ou pouco de si mesmos, como crianças, adolescentes ou jovens-adultos na EJA. Poderão sair dominando conhecimentos a que têm direito, da natureza, das ciências, das letras, da história, do espaço, mas talvez não tivessem oportunidade de saber sobre suas vivências do espaço, da vida, do trabalho e da sobrevivência, nem da história de seus coletivos. (ARROYO, 2023, P. 262)

Na pesquisa em história local não há predileção de atores sociais. Deve-se levar em conta a dona de casa, o trabalhador autônomo, o estudante, o profissional liberal, o chamado pioneiro, o servidor público e o aposentado como sujeitos que, por meio de suas vivências e histórias, podem revelar aspectos ricos e significativos sobre uma localidade. Suas experiências ajudam a elucidar uma história local íntima e real, oferecendo uma perspectiva a partir do presente, articulada a uma metodologia que privilegia as relações sociais entrelaçadas no cotidiano. Em contextos onde há poucos materiais voltados para a trajetória político-social de determinada localidade, o uso da história oral torna-se essencial. Como ferramenta metodológica, a história oral auxilia a história local, pois “há certos tipos de pesquisa que apenas podem ser realizadas com a ajuda de uma testemunha viva e áreas completas da vida nas quais suas credenciais estão acima de questionamento” (SAMUEL, 1989, P. 231). Essas ferramentas metodológicas permitem acessar vozes muitas vezes silenciadas pelos registros oficiais e destacam os múltiplos olhares sobre os acontecimentos históricos. Por meio de narrativas individuais e coletivas, é possível construir um mosaico que revela as complexidades do passado, interpretadas a partir das experiências e interpretações de quem viveu, sentiu e contribuiu para moldar a história local. A história oral possibilita que os sujeitos sejam reconhecidos como protagonistas na construção de narrativas históricas. Já a memória, enquanto processo subjetivo e coletivo, permite acessar não apenas fatos, mas também os significados atribuídos a eles. Assim, ao priorizar as vozes das pessoas comuns, este trabalho conseguiu ir além das fontes tradicionais e produziu um resultado que reflete a diversidade do Distrito Federal e a riqueza do contexto social da história local. Trata-se de uma abordagem que apresenta não só o passado, mas também o valor das experiências humanas na compreensão da história em sua dimensão mais ampla.

A tentação de reproduzir uma narrativa histórica tradicional, carregada de ufanismo e marcada por uma exaltação acrítica, era um risco que poderia comprometer a

profundidade da análise histórica. Seria uma oportunidade perdida direcionar-me ao olhar celebrativo, ignorando as contradições, tensões e complexidades que permeiam a história local do Gama. Assim, a pesquisa representa uma tentativa de promover reflexões mais críticas, abrindo espaço para experiências invisibilizadas e conflitos que marcaram e ainda permanecem na trajetória local da cidade. O objetivo passou a ser não apenas narrar a história do Gama, mas contribuir para que ela ser pensada como um campo fértil para questionamentos e aprendizagens, complexificando a história de Brasília no ensino de história.

Seguindo adiante, é importante destacar que os conflitos relacionados ao ensino da história como disciplina escolar já estavam presentes no século XIX, quando começou a preocupação com a construção da história da nação e a definição do que deveria ser ensinado. Nesse período, lacunas intencionalmente deixadas em aberto, muitas vezes com uma carga ideológica, ainda podem ser observadas nos dias atuais. Refletir sobre a trajetória da disciplina e suas contradições, especialmente em projetos centralizadores e elitistas voltados para a formação da identidade nacional e a consolidação do Estado Brasileiro, nos permite compreender que a busca por novos rumos na pesquisa histórica não é uma demanda recente.

1.1 TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA ESCOLAR NO ENSINO DE HISTÓRIA

A importância de pesquisas que incentivem a promoção do ensino da história local está intrinsecamente ligada a diversas deficiências e lacunas que abrangem a historiografia brasileira desde a concepção de um projeto de história nacional à formação acadêmica, por conseguinte, a construção do currículo nacional. Cabe aqui uma discussão acerca da trajetória do ensino da disciplina escolar para compreendermos como foi concebida a história oficial que deveria ser disseminada com base nos trabalhos de Bittencourt (1993), Ferreira (2016), Guimarães (1988) e Nadai (1993).

No Brasil, o ensino de História era considerado uma espécie de apêndice do estudo do latim. Com a promulgação da Constituição de 1824 pelos liberais, começaram os debates sobre o ensino histórico. Parte desse grupo buscava transformar a História tradicional, centrada nos relatos ligados à trajetória de Cristo, em uma História secular, entendida como ciência social da nação e do Estado independente, embora (mantendo) os princípios educacionais da Igreja Católica. Ainda no século XIX foi inaugurado o primeiro colégio

público, o Pedro II, e foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino da disciplina de História (BITTENCOURT, 1993).

A História Geral passou a ser compreendida como a história secular da humanidade, mas coexistiu por um tempo com a História Sagrada. No mesmo período, houve uma maior preocupação com os problemas educacionais, com projetos frequentemente influenciados por grupos conservadores, muitos dos quais ligados às famílias produtoras de café, que visavam manter seus privilégios por meio da educação, buscando formar uma elite ilustrada em setores selecionados da população. Nesse contexto, o conservadorismo educacional era perceptível com a introdução da religião como matéria obrigatória (BITTENCOURT, 1993). Vale ressaltar que, em vários países ao redor do mundo, no decorrer dos debates, a História “deixou de ser vista como uma matéria ilustrativa da moral religiosa e passou a ser entendida como promotora da formação política do cidadão” (BITTENCOURT, P. 199, 1993). No entanto, apesar do surgimento de novas concepções, a história continuou a servir à formação de uma elite privilegiada, e o estudo da disciplina no país permaneceu centrado na Europa Ocidental, vista como a verdadeira História da Civilização (NADAI, P. 146, 1993).

O perfil da nação se dará a partir da escrita historiográfica homogeneizante da elite brasileira, ilustrada ideologicamente com o iluminismo e com a ideia de progresso excludente, contradizendo a própria realidade social brasileira. Sob a perspectiva iluminista que orientava pensar a nação no contexto brasileiro, a prioridade seria daqueles que estavam no topo da hierarquia social, os quais se encarregariam de esclarecer o restante da sociedade (GUIMARÃES, P. 6, 1988). Dessa forma, indígenas e negros, definidos como o “outro”, não seriam portadores da civilização, ficando de fora dos esforços para a criação da gênese da nação brasileira na tradição de civilização e progresso decorrente de uma cultura branca e europeia. Essa forma de pensar a construção da história brasileira no século XIX alimentou posicionamentos preconceituosos com forte influência no percurso do ensino de História. Diversas gerações foram educadas com conceitos negativos e preconceituosos sobre os povos indígenas, os quais, atualmente, buscam a recuperação de suas terras, culturas e direitos assegurados pela Constituição de 1988. Isso nos permite entender a magnitude do prejuízo e a grande quantidade de reparações necessárias (ALMEIDA, 2017).

Nos currículos escolares os indígenas só apareceriam no período colonial, desaparecendo no período posterior à consolidação do Estado Nacional (BITTENCOURT, 2013). Já o elemento negro representava uma barreira ao processo de civilização, confirmando que a preocupação exclusiva do IHGB estava voltada a substituição da mão de obra, descartando a integração futura dos escravizados no projeto de civilização brasileira. De

acordo com Guimarães (1988, P. 7) “o conceito de nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu”. Portanto, essa forma de ensino, determinada desde sua origem como disciplina escolar, foi o espaço da história oficial na qual os únicos agentes visíveis do movimento social eram o Estado e as elites (NADAI, P. 152, 1993).

A partir do alemão von Martius, que tem seu texto premiado em 1847, são traçadas as linhas para a construção da historiografia brasileira na garantia de uma identidade que envolvia a mescla das três raças e posterior fundação do mito da democracia racial. Os grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira na concepção de von Martius, deveriam ser tratados de forma diferente, com valorização dos estudos relativos aos indígenas que poderiam contribuir na produção do mito da nacionalidade, com destaque especial ao papel civilizador do homem branco, através da figura dos bandeirantes e das ordens religiosas (GUIMARÃES, 1988).

No projeto de construção da identidade nacional as publicações trimestrais do IHGB tratavam de discutir soluções para problemas de ordem econômica e físico-geográfica, apontando para a história como *magistra vitae*. Havia de fato grande preocupação com a integração econômica do país, evidenciando a polêmica em torno do forte regionalismo brasileiro, que poderia se tornar um empecilho ao projeto de civilização centralista do IHGB, sem perder de vista as estratégias de cunho político, econômico e social. Nesse caso, porém, o Estado é predecessor de uma nação ainda na fase de projeto do IHGB sob a proteção do imperador D. Pedro II (GUIMARÃES, 1988).

Neste contexto, a disciplina de História surge em um cenário de conflitos, sendo impossível que seja neutra, no sentido de ser uma matéria escolar que se limita a transmitir apenas um saber erudito. Mais do que isso, a História como disciplina escolar sempre esteve em disputa por grupos divergentes que ocupavam o poder educacional (BITTENCOURT, 1993). Fato é que não existe linguagem neutra quando se trata da elaboração de projetos educacionais. Em uma análise temporal percebemos que o nascimento da história como disciplina escolar envolve uma série de disputas, compreendendo o poder que exerce sobre os saberes difundidos na sociedade. Circe Maria Bittencourt (1993) analisa a história do ensino da História no momento de sua constituição. A autora desvenda os conflitos do nascimento da disciplina e o tipo de história que deveria ser disseminada na formação do Estado brasileiro até o início do regime republicano. Assim, ela apresenta em seu artigo os programas escolares da História com propostas divergentes entre a formação moral e a formação do cidadão político (BITTENCOURT, 1993). É perceptível que os projetos educacionais do século XIX

tinham a intencionalidade de valorizar a instrução escolar como meio de manutenção de privilégios, sempre atendendo a anseios de uma elite conservadora que se empenhava em limitar o acesso à educação com projetos que valorizavam a escola paga e o papel moralizante da Igreja. Em suma, a visão histórica predominante divulgada no ensino escolar do século XIX foi a cristã, sempre em conflito e polêmicas com opositores que buscavam introduzir uma história profana capaz de inserir valores da modernização (Bittencourt, 1993).

O modelo francês representou o principal suporte pedagógico para as escolas públicas, com destaque para Victor Duruy e Charles Seignobos. Os livros didáticos de Seignobos adotados em escolas brasileiras traziam a divisão dos períodos históricos com precisão em História Antiga, Idade Média, Tempos Modernos e Período Contemporâneo, e sua principal ação ocorreu na implementação da ideia de progresso civilizatório incorporada pela elite brasileira, na perspectiva que essa elite almejava alcançar. A predestinação do povo europeu da raça branca cristã determinava os rumos de todos os povos, foi o fundamento para que o Brasil caminhasse rumo ao modelo civilizatório europeu. Os livros didáticos brasileiros seguiram a proposta francesa de civilização e progresso, sendo que os países imperialistas utilizavam do mesmo argumento para justificar a dominação europeia moderna (BITTENCOURT, 1993).

Na construção da História Profana da Nação encontramos o mesmo discurso que enfatizava o tempo futuro, o “país do futuro” predestinado a se tornar grande nação sob a condução da Independência e do Estado Monárquico. A inspiração para a concepção de uma História Profana da Nação seguiu os padrões do tempo sistematizado da História Sagrada, numa clara adaptação entre o profano e o sagrado. A valorização do poder real e de sua administração em detrimento a qualquer outra versão da História da Nação seguia a predestinação divina de uma monarquia que atendia os desejos da elite econômica, guiando-se pela moral Católica (BITTENCOURT, 1993).

Após a criação da História Nacional, a preocupação passa a ser a inserção do sentimento de nacionalismo nos “cidadãos brasileiros”. Lembrando que cidadão brasileiro era aquele que dominava a leitura e a escrita, era a “cidadania ilustrada”. É o período em que o abolicionismo estava em evidência e que ocorria o processo de laicização da História no campo científico, promovendo o distanciamento em relação ao sagrado. Os historiadores do Rio de Janeiro desenvolveram textos escolares que enalteciam o amor à pátria, num esforço de impedir regionalismos. Já em São Paulo a história regional ganhou destaque dentro de uma conjuntura federalista, contribuindo para a emergência de tradições específicas no sentido de destacar a contribuição de cada região para a grandeza da nação (BITTENCOURT, 1993). De

forma bem clara, a História como disciplina escolar passou a ser alvo de interesse de diversas frentes que divergiam em torno da construção do nacionalismo e da identidade nacional. Para os militares, sob a figura do Barão do Rio Branco, a nacionalidade deveria se submeter a hierarquização da sociedade, pois o povo era uma entidade separada das elites. Outros intelectuais, como Sílvio Romero e João Ribeiro, concebiam o nacionalismo como busca de uma identidade, como meio de reconhecimento das características próprias do povo e da cultura da nação. Esses autores se esforçaram no combate ao racismo e ao exclusivismo da literatura histórica dos europeus, abordando a miscigenação como elemento formador da população brasileira. Vale destacar a desconstrução da narrativa histórica do descobrimento do Brasil de cunho sagrado, que por muito tempo foi divulgada no país através das obras do cônego Fernandes Pinheiro, quando João Ribeiro apontou para os interesses econômicos da expansão portuguesa, bem como ao complexo entendimento da relação entre indígenas e o cristianismo. Ressalto novamente a disputa em torno da História como disciplina escolar autônoma, consolidando-se como a gente fundamental na construção da nação brasileira. O ensino de História contemporâneo continua exercendo por parte da sociedade e comunidade escolar, o aspecto formador do espírito patriótico, bem como a formação de um espírito crítico e problemático da ideia de nação e de construção da cidadania. (GATTI JÚNIOR, 2012).

O advento do regime republicano estimulou a formação de um sentimento nacionalista, reforçada pela criação dos heróis nacionais, seguindo a tradição cultural de oralidade da sociedade do final do século XIX. Percebe-se a presença da História Sagrada na construção de uma história brasileira a partir da substituição ou adaptação de heróis bíblicos em heróis profanos. O caso emblemático é o de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que para ser aceite ao nível nacional como herói foi caracterizado de forma semelhante à imagem europeia difundida de Jesus Cristo. A História Profana, portanto, se consolidou no meio escolar, o que não significou o fim da História Sagrada, que continuou existindo até a metade do século XX (BITTENCOURT, 1993). A crença no mito do Brasil como o "país do futuro" permanece difundida no século XXI, refletindo vestígios de uma História Sagrada que por muito tempo permeou o ensino nas escolas brasileiras. Esse imaginário idealizado se conecta a outros mitos, como o mito fundador de Brasília e a narrativa desenvolvimentista associada à sua criação, muito presente no ensino de história do período do desenvolvimentismo nacional como símbolo da memória nacional. Por consequência J.K, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer aparecem como os três protagonistas/heróis profanos da identidade nacional do período marcante do desenvolvimentismo. Nessa lógica, assim como

na história da criação da nação brasileira onde ocorre a exclusão do “outro”, a história oficial de Brasília faz surgir o “outro” local. Esse “outro” é aquele não portador da “civilização brasiliense”, morador do Distrito Federal que vive a realidade de “outra Brasília”, excluído dos benefícios estruturais do brasiliense do Plano Piloto e, ao mesmo tempo do ensino de sua história. Portanto, os conflitos da disciplina escolar ainda exercem influência na concepção da história de localidades como Brasília, onde há a ocultação da realidade e da diversidade das Regiões Administrativas (RAs)¹⁵ que compõem o território do DF. As discussões recorrentes deste trabalho se dão no âmbito dos conflitos persistentes e necessários dentro disciplina escolar, além da busca de alternativas para o ensino de história, considerando que

[...] a configuração espacial do DF é peculiar, e expressa uma diversidade de territórios que apresentam, também, particularidades no tocante à sua própria história, que é substancialmente diversa da História de Brasília, a capital federal; a despeito de terem relações estritas e diretas com a mesma. [...] Nesse sentido, a partir desse reconhecimento, torna-se necessário desconstruir as “verdades” e sentidos de que tudo é Brasília. É preciso problematizar e abrir-se a outros olhares, outras perspectivas, dos lugares e das pessoas com suas experiências, no confronto com relações de poder econômicas, raciais, sociais e culturais, histórias que pulsam em cidades “não-Brasília” (LEITE E GARCIA-FILICE, 2015, P. 65 e 73).

Para podermos identificar e explorar novas possibilidades, é fundamental que o debate se estenda a outras questões, como os currículos oficiais que orientam os professores e professoras do Distrito Federal. Esse debate é crucial para podermos avançar em um movimento de transgressão à história única de Brasília, permitindo uma abordagem mais plural e inclusiva. Nesse processo, é necessário também indicar caminhos reais e viáveis para a prática do ensino de História, que se baseiem em narrativas históricas diversificadas, e trazerem outras análises e perspectivas — não aquelas já prontas e construídas sem a devida consulta às diversas vivências e vozes que compõem a história da cidade. Assim, será possível criar uma alternativa à visão hegemônica e construir uma educação mais representativa, que aborde as múltiplas dimensões da realidade histórica de Brasília, incluindo lugares que possam trazer uma nova perspectiva para a história local.

1.2 BNCC E CURRÍCULO EM MOVIMENTO NA HISTÓRIA LOCAL

Ao longo da minha trajetória no magistério público do Distrito Federal, sempre me incomodou a ausência de uma abordagem problematizadora sobre a história local das regiões

¹⁵ Em 10 de dezembro de 1964, com a Lei Federal nº 4.545, a expressão Região Administrativa (RA) substituiu o termo 'cidade-satélite'. No entanto, o termo 'cidade-satélite' continuou a ser utilizado popularmente e também em documentos oficiais por bastante tempo, sendo definitivamente abolido pelo Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998."

administrativas, em especial da cidade do Gama-DF. Esse incômodo se tornava mais evidente no início do terceiro bimestre do ano letivo, quando, ao trabalhar com turmas do 9º ano, me deparava com conteúdos e planejamentos que, no meu entendimento, permaneceram incompletos. Porém, a sensação de ausência não se traduzia em ação. Sentia-me preso às amarras do currículo, sem a clareza de como romper com essa limitação. Segundo Arroyo (2013, p. 15)¹⁶:

A formação pedagógica docente gira toda para conformar o protótipo profissional fiel ao currículo, tradutor e transmissor delicado e competente de como ensinar-aprender os conteúdos definidos nas diretrizes do currículo e avaliados nas provas oficiais. Não apenas o sistema escolar, mas a escola, a sala de aula, a organização do trabalho docente giram nesse território. Estão amarradas ao ordenamento curricular.

A unidade temática 'Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946' e o objeto de conhecimento associado, como 'O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação', são estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como diretrizes para o trabalho em sala de aula (BRASIL, 2018, P. 430). A BNCC em sua última versão de 2018, não pode ser considerada um documento plenamente inovador ou revolucionário, embora apresente avanços importantes, frutos da luta por representatividade e diversidade, a exemplo da educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e dos saberes produzidos por essas populações ao longo de sua trajetória. Para o que nos interessa o documento silencia sobre as contradições que envolveram a construção de Brasília e a formação do Distrito Federal. Como professor, ao tratar desses temas no contexto do Gama-DF, reconhecia a importância do estudo do conteúdo. No entanto, a conexão com a realidade local dos estudantes ia até certo ponto. Quando discutíamos a migração dos operários da construção civil de outras regiões para o Distrito Federal, os alunos conseguiam relacionar o conteúdo às histórias de vida de seus avós ou bisavós. Esse era o ponto de encontro, mas surgiam desencontros quando a análise partia de uma realidade local distinta daquela do Plano Piloto. As opções eram: seguir o currículo oficial, planejar alguma aula com temática diferente ou inventar algum projeto que pudesse suprir a carência exposta. Esbarrava na falta de conhecimento, experiência e na problemática da minha formação como docente licenciado em história. Fato é que não sabia lidar com a questão. Arroyo lembra que

Não fomos formados-licenciados para o ensino de todo o conhecimento, mas daqueles sistematizados e disciplinados nos currículos. Nos identificamos

¹⁶ ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2013a.

profissionais desse conhecimento, dos conteúdos, de nossa disciplina que os currículos e seus ordenamentos e diretrizes sintetizam como conhecimento legítimo (ARROYO, 2013, P. 16)

Quando o autor se refere a 'todo o conhecimento', não se restringe apenas aos conhecimentos históricos, inclui também a demanda por identidade do mundo real trazida por adolescentes e jovens. Essa demanda revela o quão despreparados muitas vezes estamos para lidar com a precarização das vidas desses estudantes. Em diversos momentos a rigidez do currículo nos impede de estabelecer contato com o mundo real dos estudantes, provando que as verdades científicas da disciplina e do currículo não coincidem com as verdades reais. O conflito se estabelece quando percebemos que as verdades dos cursos de formação e da educação básica estão distantes das verdades que mestres e educandos vivenciam (ARROYO, 2013). Nesse contexto, cresce o interesse de professores e pesquisadores em desenvolver alternativas pedagógicas que possam engajar os alunos com um ensino de história realmente significativo para os principais envolvidos no processo educacional. É necessário oferecer conteúdos de valor social genuíno, e não narrativas vazias e artificiais que nada agregam às novas gerações, que sentem dificuldade em se encaixar em modelos tradicionais de ensino.

Cria-se uma barreira de estabelecimento de vínculos significativos entre os conteúdos abordados e as experiências históricas, culturais e sociais vivenciadas pela comunidade na qual o aluno estava inserido, enfraquecendo o engajamento e a compreensão crítica dos processos históricos. A constatação de que faltava algo ficava mais latente quando abríamos o livro didático distribuído pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Representando o currículo editado, encontrávamos a reprodução de uma história hegemônica que não se preocupava com o processo de formação histórica local do Distrito Federal e de suas periferias. Realejo, Mello e Amorim (2021) afirmam que a versão homologada da BNCC como unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades, pouco se diferenciam dos conteúdos curriculares presentes nos livros didáticos até então, configurando movimentos de permanência na política curricular. Esses materiais, desenvolvidos para atender educadores e estudantes de todo o Brasil que priorizam uma visão ampla e generalista, alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), deixam de contemplar especificidades locais, fundamentais para o fortalecimento da identidade cultural e o reconhecimento histórico das comunidades. Santos (2022) faz interessante análise do livro didático na relação com os alunos:

Os livros didáticos, em geral bastante aplicados em sala de aula, distanciam-se, em seus conteúdos, do lugar e do cotidiano dos alunos, em geral partindo do

princípio de que têm o hábito e de que gostam de ler. O professor, se o permitir, passa despercebido pelos alunos, que em geral conversam sobre as últimas novidades, programas, ofertas de produtos distantes ou artistas que vêm na televisão.

Essa universalização do conteúdo, embora necessária em certa medida, negligencia as demandas por narrativas mais próximas das realidades vivenciadas pelos estudantes. No caso do Gama-DF, um espaço rico em história, memória e transformações urbanas, senti a necessidade de criar um caminho pedagógico que abordasse essas dimensões e estimulasse um olhar crítico e sensível sobre o processo histórico. Foi nesse contexto que o ProfHistória despontou como oportunidade para trilhar esse caminho pedagógico. Encontrei no programa não apenas a garantia de uma formação avançada, mas também a oportunidade para desenvolver uma proposta pedagógica centrada na memória e na construção identitária da comunidade do Gama-DF, inserindo o aluno como sujeito ativo na construção do conhecimento histórico, ancorado na realidade que o cerca.

O Currículo em Movimento do Distrito Federal, documento orientador do trabalho pedagógico na rede pública de ensino em sua última versão de 2018, apresenta uma tentativa de romper com a história tradicional, orientando os objetivos de aprendizagem a contextualização do Distrito Federal, ao ampliar elementos locais em sua construção

Observa-se, também, o desenvolvimento do Distrito Federal e das cidades do Entorno, desmistificando conceitos como “cidades-satélites”/“centro-periferia” e dando visibilidade e importância às cidades e aos diversos povos que as ocupam, como os indígenas e os quilombolas. Essa análise se amplia, enfatizando a diversidade dos povos, de suas culturas e das formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, as conquistas sociais como fruto de um processo histórico de lutas e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule a autonomia, o protagonismo, o convívio e o respeito entre os povos, fomentando o desenvolvimento identitário e a compreensão da alteridade (DISTRITO FEDERAL, 2018, P. 274).

Embora apresente aspectos locais, ainda precisa avançar, proporcionando maior visibilidade às periferias e às contradições que marcaram os processos de formação desses lugares. O conteúdo para o 9º ano traz uma única citação de Brasília e das regiões administrativas. Conteúdo: Discussões acerca da construção de Brasília e das regiões administrativas do Distrito Federal. Objetivos: Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais. Nesse período, considerando a idade dos alunos, alguns aspectos da história local poderiam ser inseridos como o “Massacre da GEB”¹⁷, “Segregação Socioespacial: Vila IAPI¹⁸ e Vila Amaury”, “Roriz e a Política de

¹⁷ Episódio conhecido como "Massacre da Pacheco Fernandes" ou "Massacre da GEB" ocorrido no carnaval de 1959. Segundo os relatos, soldados da Guarda Especial de Brasília (GEB) entraram no refeitório da construtora

Doação de Lotes”, são algumas das inúmeras possibilidades de trabalhar o ensino de história local do Distrito Federal. Interessante que no mesmo documento há algumas referências às regiões administrativas nas áreas de Artes Visuais e Geografia nos aspectos que envolvem a ocupação e formação das regiões administrativas, espaços de memória, cultura, lazer e patrimônio cultural (DISTRITO FEDERAL, 2018, P. 294). Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mais precisamente no 4º ano (2º ciclo - 2º bloco) encontramos algumas referências que remetem a uma historiografia ainda recente que aborda a presença de comunidades indígenas e quilombolas no Distrito Federal contemporâneas ou anteriores à construção da capital: Antigas capitais, Missão Cruls, a história de JK, os idealizadores de Brasília (Lúcio Costa e Niemeyer), os candangos. Povos indígenas que migraram para a região e ajudaram na construção como os Tapuias Fulniôs, os Cariri-Xocó e os Xikrin. A vida dos sujeitos no DF: economia, hábitos, costumes, religiões, organização social, modos de viver, convivência / Fluxo migratório para o DF, características dos povos que migraram para o DF / Formação dos Quilombos rurais e urbanos próximos ao DF, com ênfase aos remanescentes quilombolas da Cidade ocidental (Quilombo Mesquita) (DISTRITO FEDERAL, 2018, P. 282).

Como vimos, a perspectiva da história local do Distrito Federal ainda está restrita aos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de predominar um enfoque centrado na construção e inauguração da nova capital, sem considerar suas preexistências e desdobramentos, e nem mesmo a história das diversas localidades do Distrito Federal (PORTELA E ROCHA JR., 2020). O professor que atua no Ensino Fundamental enfrenta diversas possibilidades. Ele pode conduzir os alunos ao conhecimento da história do Distrito Federal, explorando suas diversidades e contradições, contando com seu próprio esforço, já que não dispõe de apoio suficiente do livro didático, que reflete o currículo estabelecido pela BNCC. Ou pode seguir estritamente a Base Nacional Comum Curricular, ou o Currículo em Movimentos do Distrito Federal, uma abordagem mais segura, mas que se mostra deficitária no que tange à história local. Nessa perspectiva, propostas voltadas para estados e municípios que busquem um currículo com parte diversificada, capaz de atender às necessidades locais, tornam-se fundamentais. A história local na Educação Básica não é

Pacheco Fernandes e alvejaram dezenas de operários. Tudo teria começado por causa de uma revolta dos trabalhadores que reclamavam das péssimas condições de trabalho, sobretudo da comida estragada que serviam (Câmara dos Deputados, 2005).

¹⁸ A Vila IAPI, que deu origem à Ceilândia, foi a maior invasão da história de Brasília. Ela ganhou o nome da sigla Instituto de Pensão de Aposentadoria dos Industriários porque começou próximo a um hospital da instituição, que ficava perto do atual Museu Vivo da Memória Candanga e se estendeu até a região onde está situado o Guará (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

apenas uma escolha metodológica, mas um gesto político e pedagógico de reconhecimento dos sujeitos, territórios e memórias que compõem o cotidiano.

Arroyo (2013) reforça que alguns movimentos têm pressionado para currículos de formação e educação básica mais afirmativos que integrem demandas de direitos à terra, igualdade, diferenças, memórias, culturas e identidades, possibilitando novas dimensões nas identidades e na cultura docente. O currículo passou a ser um território de disputa externa por contendas de interpretações epistemológicas capazes de entender as contradições do social e de fundamentar outros projetos de sociedade, de um viver mais digno e mais humano, resultando no campo do conhecimento e da ciência politizados. Somos levados a entrar na disputa histórica por negação ou reconhecimento de outros saberes, outras histórias e outros modos de pensar e de ler o mundo. É a disputa pela demarcação - reconhecimento ou segregação da diversidade social, étnica, racial, de gênero, campo e periferias. O currículo continua como território de disputa na medida em que os pesos normativos e diretrizes servem para estabelecer o controle do trabalho docente e daquilo que deve ser ensinado que é justamente a referência de identidade dos docentes.

Ainda segundo Arroyo (2013), quanto mais vem crescendo a consciência profissional, a responsabilidade ético-política, a criatividade e autoria docente, maiores as disputas sobre o que ensinar, o que trabalhar, inventar, criar no nosso campo de trabalho. Projetos, propostas, oficinas e temas geradores de estudo estão aos poucos redefinindo e ampliando o currículo na prática. Por fim, as dificuldades de ter acesso a disputa em torno do currículo, que envolvem o Estado, a sociedade, instituições, políticas e diretrizes está nas estruturas que permanecem fechadas e exercem uma dupla função: proteger os conhecimentos definidos como comuns, únicos, legítimos e não permitir a entrada de outros conhecimentos considerados ilegítimos.

Portela e Rocha JR., (2020)¹⁹ ressaltam a necessidade de se criar narrativas que contemplem nossos alunos em suas diferenças:

Como docentes desta localidade e provocados por essa história amplamente conhecida, criamos a expectativa de aprender e ensinar uma narrativa que contemplasse a diversidade de nossos estudantes, grande parte deles pertencentes à segunda geração de pessoas nascidas no Distrito Federal. Deste modo, nutrimos desde há muito a ideia de abordar a história local/regional, considerando aspectos que superassem uma história única.

Os desafios enfrentados no âmbito do currículo de História refletem uma batalha

¹⁹ PORTELA, Cristiane de Assis; ROCHA JR, Deusdedit Alves. **Ensino de História em tempos de pandemia: produção autoral e co-criação no Curso “OutrasBrasílias”**, Universidade de Brasília. H2D| Revista de Humanidades Digitais, v. 2, n. 2, 2020.

multifacetada, que exige ações estratégicas e coordenadas em diversas frentes. A universidade, como instituição formadora, desempenha um papel central nesse processo, sendo a responsável por oferecer subsídios consistentes na formação de futuros profissionais da área. Contudo, a universidade precisa ir além da sua função de ensino e pesquisa, assumindo também o compromisso de estreitar as relações com a sociedade, especialmente no que diz respeito à educação básica. Este vínculo entre o universo acadêmico e a educação básica é fundamental para a construção de um ensino de História mais democrático e inclusivo.

1.3 ENSINO DE HISTÓRIA: UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO BÁSICA

Um aspecto relevante no ensino de história é a persistente dicotomia entre a História Acadêmica e a História enquanto disciplina escolar. O alcance das faculdades de história no diálogo com a sociedade está diretamente relacionado à eficácia de sua comunicação, especialmente com a educação básica. Acredito que a falta de diálogo tenha aberto espaço para grupos que não possuem o devido compromisso com a cientificidade da História. Esses grupos conseguem atingir grande parte da sociedade por meio de uma linguagem bem elaborada e sedutora, mas também perigosa, pois veiculam conteúdos que reforçam o conservadorismo da extrema-direita, marcados por preconceitos, intolerância e teorias propositalmente mal formuladas. Exemplos disso podem ser observados em autores e produtoras de conteúdos audiovisuais que alcançam vastos públicos na mídia online. Santos (2018) aponta para a necessidade de mudança devido à persistência da hierarquização entre a pesquisa acadêmica e a prática docente nas escolas:

Não deveria haver mais lugar para pensar e praticar um ensino de história apartado da pesquisa, não cabe mais uma prática docente que separe e distinga entre um ensino memorizante e vulgarizado para as escolas de ensino fundamental e médio, Há nessa concepção em definir as funções de cada instância do conhecimento histórico e uma pesquisa circunscrita ao espaço privilegiado e especializado da academia. Trata-se de hierarquização que, apesar das críticas, se mantém (SANTOS, 2018, p. 304²⁰)

Até os anos 1960 dominava a ideia de que a escola seria o lugar de recepção do conhecimento produzido nas universidades e o professor, intermediário no processo, seria um mero reproduzidor do conhecimento. O sucesso na implementação desses conhecimentos dependeria de habilidades para gerir a adaptação do conhecimento advindo do meio acadêmico ao meio escolar em toda a sua complexidade. Há, nessa concepção, em definir as funções de cada instância do conhecimento histórico a hierarquização entre aqueles que

²⁰ SANTOS, Jorge Artur Caetano Lopes dos. (Re)Canto de Memórias: histórias do Recanto das Emas e suas moradoras (1993-2017). Tese de doutorado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

pesquisam e produzem o conhecimento científico histórico (professores universitários) e os reprodutores desse conhecimento (professores da educação básica). Estudos voltados para a didática da história empreendidos por alemães e franceses entre os anos 1960 e 1970 alteraram a concepção do conhecimento em torno de sua produção e divulgação da universidade à educação básica. Santos (2018) destaca uma transformação nas abordagens pedagógicas, enfatizando a integração entre ensino e pesquisa. Ele propõe uma estratégia em que o processo de ensinar e aprender história ocorre simultaneamente com a prática de pesquisa, ou seja, ensinar história por meio da pesquisa e, em simultâneo, pesquisar história enquanto se aprende e ensina. Essa abordagem interconectada fortalece tanto a aprendizagem quanto a produção de conhecimento histórico, criando um ciclo dinâmico de ensino-aprendizagem que enriquece a formação dos envolvidos:

É preciso trabalhar ensino e pesquisa em história como dimensões indissociáveis da disciplina histórica. Instigar as alunas e alunos a (re)escreverem a própria biografia, a pesquisarem, entrevistarem e (re)escreverem a biografia de suas avós, permitir e potencializar a problematização desses relatos de vida e suas relações com a cidade são, certamente, um caminho possível para quebrar a lógica dicotômica que opõe ensino e pesquisa de história, que reafirma as universidades como local de produção do saber e as escolas de ensino fundamental e médio, como o de reprodução (SANTOS, 2018, p.304).

Novos pesquisadores passaram a questionar os conceitos hegemônicos e tradicionais dos estudos históricos, abordando questões como as funções e usos da história na vida pública, na vida prática e na educação. Para Silva (2019)²¹, a partir da mudança de foco que predominava na concepção dominante, ocorre a necessidade de se criar uma história escolar significativa e qualitativa, inclusive no Brasil, com pesquisadores como Elza Nadai, Circe Bittencourt, Katia Abud, Selva Guimarães, dentre outros, que passaram a focar no ensino de história como objeto e campo de pesquisa. Mudanças na orientação dos cursos de pós-graduação e o surgimento de cursos de formação continuada para professores da educação básica estão promovendo transformações significativas para o ensino de história num processo de interesse crescente da universidade para com o ensino de história escolar.

Abro aqui um espaço para destacar o curso “Outras Brasília: ensino de História do Distrito Federal a partir de fontes documentais”, ministrado e criado pelos professores Cristiane de Assis Portela (UNB-Universidade de Brasília) Deusdedith Alves Rocha Jr. (UniCEUB - Centro Universitário de Brasília), como uma iniciativa de extensão capitaneada pelo Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), que propõe

²¹ Silva, Cristiani Bereta da. Conhecimento Histórico Escolar . In. DE MORAES FERREIRA, Marieta; DE OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Org.). Dicionário de ensino de história. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

compreender, debater e desenvolver estratégias didático-metodológicas para o uso de fontes documentais no ensino de história do Distrito Federal, oferecendo formação continuada para docentes da rede pública de ensino que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e/ou na EJA- Educação de Jovens e Adultos (PORTELA E ROCHA JR., 2020). Tal iniciativa dos professores é semelhante à ideia desta pesquisa, que propõe apresentar resultados de um trabalho que possa contemplar a diversidade do Distrito Federal, complexificando a história de Brasília em contribuição para o ensino de história. Um dos objetivos é compor aquela história já conhecida por professores e estudantes que se apresenta como única para todo o DF “de grandes personagens (homens brancos em um lugar de privilégio social) que compõem um grande feito, conduzido pelo Estado em sua feição personalista e centrada em Juscelino Kubitschek, liderança popular conhecida como JK e que à época fora eleito presidente do Brasil” (PORTELA E ROCHA JR, 2020, p.1).

Nessa perspectiva, acredito que a escola é lugar de produção de conhecimento, no entendimento de que ao reconhecer a escola, o professor e o estudante como sujeitos centrais na construção de um conhecimento histórico específico, ampliou-se o próprio campo do ensino de história, que passou a abarcar também as potencialidades do desenvolvimento do pensamento histórico em crianças e jovens (SILVA, 2019). O conhecimento histórico privilegiado está profundamente ligado ao local, às narrativas que permeiam o cotidiano e à história vivida, ele se revela e se interpreta por meio de representações que trazem à tona rastros do passado na temporalidade presente, tanto para os estudantes quanto para os professores (SILVA, 2019).

Outro caminho eficiente que encurta a distância entre o mundo acadêmico e a sociedade civil são os mestrados profissionais, a exemplo do Mestrado Profissional em Ensino de História, cuja proposta começou a ganhar forma em 2012, sob a liderança da professora Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ). Esse projeto foi incentivado pela CAPES, pela coordenação da área de História, e pelos programas ProfMat e ProfLetras, já consolidados em rede nacional. Inicialmente, o mestrado profissional foi estruturado em uma rede regional, impulsionado pelo interesse de um grupo de professores do estado do Rio de Janeiro. Para obter a aprovação da CAPES, o projeto deveria possuir abrangência nacional, com foco no público-alvo de professores da educação básica que atuam nas redes públicas de ensino. Importante ressaltar que o ponto de consenso entre os professores que formataram o projeto do ProfHistória era de que o curso deveria ter teoria da história e historiografia no trabalho de construção do conhecimento histórico como foco principal,

com a premissa de que todas as temáticas abordadas deveriam estar relacionadas com a sua prática em sala de aula. (FERREIRA, 2016)

Os objetivos definidos para o ProfHistória apresentaram uma nova perspectiva para a docência do ensino de História da educação básica, sobretudo a respeito do desenvolvimento das múltiplas competências comunicativas dos alunos em diversos ambientes, além do estímulo de capacidade de verificação da fidedignidade das informações históricas, algo de extrema relevância num processo necessário para a prática do ensino de História. As linhas de pesquisa do mestrado profissional em ensino de História trouxeram a necessidade de refletir sobre o ensino escolar, considerando seus saberes e práticas, e a compreensão das múltiplas formas de ensinar e aprender História para além da escola, o que tem tensionado a historiografia em vários níveis (FERREIRA, 2016). Essas demandas da pós-graduação do ensino de História fizeram-se necessárias diante do que observamos no movimento em direção à memória e na luta por direitos, acirrando disputas sobre a escrita e o ensino de História.

O Mestrado Profissional em Ensino de História em rede nacional reúne atualmente 39 instituições de nível superior associadas de diversas localidades. Desde o início do programa em 2014, constatou-se que o ProfHistória beneficia os professores em suas carreiras e inovando no desenvolvimento de métodos e estratégias de ensino. O ProfHistória conseguiu ampliar as perspectivas do ensino de História nas instituições de ensino superior com o crescente interesse dos docentes pelo programa e questões ligadas à educação básica, revitalizando as licenciaturas numa maior integração da pós-graduação com a graduação.

Entendo que o ProfHistória alcança os seus principais objetivos, dentre eles o de revigorar a formação continuada dos docentes da educação básica, trazendo à luz tabus enfrentados pelo mundo acadêmico na comunicação com a sociedade em geral, no aprimoramento das licenciaturas e na reafirmação do ensino de História. É um programa fundamental para a modernização do ensino de História nas escolas públicas, proporcionando aos professores uma formação de alta qualidade que integra teoria e prática. Seu objetivo é aproximar o conhecimento acadêmico da realidade da sala de aula, permitindo que os docentes se apropriem de métodos e teorias historiográficas contemporâneas, adaptando-os ao contexto dos alunos. Isso resulta em um ensino de História mais dinâmico, crítico e contextualizado, que expõe a pluralidade, perspectiva e a diversidade histórica do Brasil, promovendo uma compreensão mais abrangente e inclusiva do passado.

Esta pesquisa, estimulada por minhas inquietações como docente do magistério público, e principalmente pela oportunidade que o ProfHistória da Universidade Federal de Goiás - UFG me concedeu, representa uma contribuição para o ensino de história tendo por objeto de pesquisa a trajetória da cidade do Gama-DF, complexifica a compreensão da formação do Distrito Federal e, acredito, estabelece uma ponte entre a universidade e a educação básica. Além disso, oferece subsídios para a sala de aula por meio de recursos didático-pedagógicos voltados a uma abordagem crítica e problematizadora da história, fruto das iniciativas do ProfHistória-UFG.

1.4 POR QUE A ESCOLHA DESTE LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL, O GAMA-DF?

A forma como enxergamos o mundo a partir de um determinado lugar, e não de outro, revela que os espaços não são meras localidades, mas pequenos mundos repletos de singularidades, sentimentos, identidades e pertencimentos. Esses lugares expressam subjetividades que podem se expandir de uma rua ou vizinhança para um quarteirão ou setor, estendendo-se pela cidade até alcançar esferas maiores, como o estado, o país, o continente e, por fim, o mundo. O estudo de José D'Assunção Barros (2022), associado à historiografia do pequeno espaço e à abordagem de pequenos e médios lugares, correspondentes a pequenas localidades, mostrou-se valioso para entender a definição de localidade/lugar, especialmente quando me refiro ao Distrito Federal. Isso é particularmente relevante ao analisar a Região Administrativa do Gama-DF como lugar que se enquadra na relação histórico-política do local Distrito Federal. Para Barros (2022), o lugar é um espaço que adquiriu visibilidade para alguém por estar carregado de significados específicos. Assim, o lugar é um espaço que recebeu novas camadas de sentido. Usando uma metáfora da música, podemos dizer que o lugar é o espaço objetivo sobre o qual se construiu um acorde de subjetividades.

O lugar apresenta características únicas dentro de uma mesma localidade. Em outras palavras, quando dois pesquisadores decidem escrever sobre a história das regiões administrativas de Ceilândia e Lago Norte, simultaneamente desenvolvem uma pesquisa sobre a história local do Distrito Federal. No entanto, as especificidades dessas histórias serão moldadas pelas particularidades dos lugares que estão pesquisando, que resultam em oferecer uma visão social mais ampla do Distrito Federal e de Brasília. Segundo Barros (2022, p. 24) “este (o lugar) não deveria mais ser visto como um mero local, mas sim um

mundo que coloca em jogo as suas próprias regras. Pode-se mesmo dizer que todos os lugares são pequenos mundos”. Vale lembrar que esse tipo de abordagem não se configura como fragmentada e desconectada, quando na verdade, o lugar amplia os horizontes de análise sob uma perspectiva mais dinâmica onde conseguimos compreender melhor a realidade histórica em suas nuances. Dessa maneira, o estudo do lugar pode transcender a própria pesquisa na problematização onde até então determinados conhecimentos estavam consolidados por modelos generalistas. Outro exemplo de como o lugar pode ampliar o entendimento da sociedade é o trabalho com a história oral que esta pesquisa apresenta com filhos de pessoas que não se associam a dicotomia operário/candango e elite “pioneira” burocrática, referencial típico de muitas análises sobre a formação do Distrito Federal. Por muito tempo o conhecimento histórico sobre Brasília presente nos currículos concentrou os estudos na “Era Jk”, sem praticamente abordar a formação do Distrito Federal a partir das regiões administrativas, dificultando tentativas de se conhecer as questões sociais das antigas cidades-satélites. Barros (2022) nos apresenta quatro motivos para se pensar uma relação do lugar abordado pela História Local em conjuntos maiores com totalidades que o integram, sinalizando para caminhos distintos:

- História Local para abordar aspectos da totalidade, ou de regiões mais amplas.
- História Local como recurso para testar ou reformular generalizações (visões gerais já difundidas).
- História Local ou de um lugar com objetivo de juntar-se a outras histórias locais.
- História Local como motivação interna (demanda do próprio local ou interesse do pesquisador).

Os quatro motivos apresentados pelo autor traduzem de forma clara a necessidade de fomentar estudos do lugar para que generalizações ou visões gerais já difundidas sejam reformuladas. Estudos desse tipo têm surgido com maior frequência no meio acadêmico por meio de pesquisas realizadas por professores universitários, estudantes de graduação, pós-graduandos de especialização, mestrado e doutorado. Porém, tais estudos ainda têm pouco alcance para os alunos da educação básica, muito por conta do currículo engessado que revela generalizações já ditas e impedem a construção de uma consciência histórica de uma história problematizadora. As novas gerações, influenciadas pela cultura consumista e de massas, tendem a enxergar as condições atuais dos locais onde vivem como algo que sempre existiu de forma inalterada (SANTOS, 2002).

Um exemplo marcante é a história de vida de Verônica e Geralda (Lade) na ocupação

da Vila Itamaracá, que será detalhada ao longo deste trabalho. Não se trata apenas de mais um relato sobre pessoas que cresceram em uma favela do Distrito Federal, mas de um lugar que desempenhou um papel significativo na formação do Gama e nos posicionamentos sociais e políticos das entrevistadas. Ao mesmo tempo, suas histórias destacam o contínuo fluxo migratório que moldou a região e as políticas habitacionais de Brasília, que, naquela época, promoviam uma urbanização precária das favelas com claros objetivos políticos. Outras áreas favelizadas do Gama revelam a frustração do sonho de prosperidade em Brasília, oferecendo um retrato realista do que significava migrar para o Distrito Federal nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Essas histórias mostram a dura realidade enfrentada por famílias inteiras que chegavam à região em busca de uma vida melhor, mas encontravam desafios que contrastavam com o sonho idealizado da capital federal.

Também conseguimos através da escolha desse lugar perceber a totalidade das dinâmicas sociais por meio da violência que afetava a juventude de Brasília, especialmente nas áreas mais periféricas, marcadas pela escassez de entretenimento, lazer e oportunidades. Nesse cenário, as histórias se interligam: nas décadas de 1980 e 1990, a violência juvenil atingiu níveis alarmantes no Distrito Federal, atingindo, inclusive, a população majoritariamente elitizada do Plano Piloto, que se acreditava imune a problemas de violência juvenil, geralmente associados às desigualdades sociais. O conceito de lugar, aqui, vai além de uma simples noção de espaço físico, tornando-se uma ferramenta para análises mais aprofundadas. Ele tem inspirado estudos históricos voltados à historiografia de pequenos espaços, nos quais as dinâmicas locais ganham destaque. A História Local, nesse sentido, passou a ocupar um papel central nos debates e análises historiográficas a partir da segunda metade do século XX. “O lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, porque investido de certos significados. Assim, o lugar é o espaço ao qual foram agregados novos níveis ou camadas de sentidos. Conforme uma metáfora que poderíamos tomar de empréstimo à música, o lugar é o espaço objetivo sobre o qual se ergueu um acorde de subjetividades” (BARROS, P. 25, 2022)²². Ainda segundo o autor, a História Local é uma história que se produz de um lugar, que traz as marcas deste lugar, que retorna depois a este mesmo lugar e produz novas interações com os leitores que se reapropriarão criativamente desta história (BARROS, 2017).

Portanto, ao escolher um determinado lugar para realizar a pesquisa, a intenção é fazer

²² BARROS, J. D’A. História local e história regional: a historiografia do pequeno espaço. Tamoios, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22 - 53, jul./dez. 2022

uma história local que vá além de uma simples narrativa fragmentada. O objetivo é a compreensão do contexto em sua totalidade, oferecendo uma leitura que complexifica, capaz de desconstruir visões simplificadas ou cristalizadas de uma 'história única'. Essa abordagem permite não apenas entender as particularidades de um determinado espaço, mas também iluminar as múltiplas dimensões que o constituem, desafiando interpretações homogêneas e revelando as camadas esquecidas ou subestimadas que muitas vezes ficam à margem das versões mais dominantes. Escolher o Gama-DF como lugar para a escrita da história local oferece aos alunos a oportunidade de se conectar com diferentes aspectos da história do Distrito Federal e suas interações com o país. Ao tomarem como referência o espaço e o lugar onde vivem, eles podem perceber de maneira mais próxima e tangível como os eventos históricos se entrelaçam com a realidade cotidiana. Dessa forma, a história se aproxima da escola, da rua, da quadra, e se articula de maneira a revelar não apenas o passado de quem ali viveu, mas também as relações e os contextos que continuam presentes no dia a dia dos alunos.

O uso do lugar (da História Local) como caminho para o mais amplo também pode ser instrumentalizado como meio eficaz para testar grandes teorias e generalizações acerca de uma realidade ou referência mais vasta – o Brasil ou o sistema escravista, por exemplo de modo a verificar se teoria ou a perspectiva que vinha sendo proposta ou adotada pela comunidade de cientistas sociais se aplica mesmo ou se precisa de reajustes.

Partindo do princípio de abordar a história do Gama-DF, o produto pedagógico propõe uma valorização das especificidades locais e de suas conexões com os contextos maiores. Para isso, serão apresentadas crônicas que narram histórias significativas do Gama, cada uma delas focada em temas específicos que ajudam a compreender a trajetória histórica da cidade. Essas crônicas não apenas evidenciam os acontecimentos que moldaram o Gama, mas também buscam despertar nos alunos uma identificação com o espaço onde vivem, promovendo reflexões que problematizam a cidade. Além disso, o material pedagógico inclui uma série de sugestões de atividades pedagógicas pensadas para auxiliar os professores na abordagem desses temas em sala de aula. As propostas metodológicas abrangem desde debates e análise de fontes históricas até a realização de atividades práticas, como mapas afetivos, produção de textos reflexivos e atividades com história oral. Assim, o objetivo é fomentar o aprendizado ativo e crítico, permitindo que os estudantes compreendam o Gama como parte integrante da formação de Brasília e da construção de sua identidade histórica, social e cultural.

O turista que vem visitar Brasília geralmente se concentra nas áreas mais famosas,

como as edificações do Eixo Monumental, as Asas Sul e Norte, e o Lago Paranoá, onde a paisagem do Pontão encanta os visitantes. No entanto, ao limitar-se a esses locais, ele perde a oportunidade de conhecer a diversidade da cidade. Talvez ele nunca visite outras áreas do Distrito Federal. Dentro dessa história local existem “outras Brasília”, “lugares” menos famosos, que possuem história e cultura. Esses lugares são regiões administrativas, como Ceilândia, cuja história começa com uma das maiores favelas que se estabeleceu nos arredores do Plano Piloto, a Vila IAPI, que conta com forte influência nordestina, uma feira espetacular e um povo resiliente. Taguatinga, cujo começo se dá pelo assentamento na região da favela Vila Sarah Kubitschek, e que atualmente conta com um polo comercial vibrante, destacando-se como a região administrativa mais autossuficiente do Distrito Federal. Sobradinho, por sua vez, estabeleceu-se a partir da Vila Amaury, mas já era ponto de passagem de caravanas desde os tempos coloniais. Também há áreas como o Sol Nascente, uma das maiores favelas do Brasil (IBGE, 2022), que revela que o fluxo migratório continua a apresentar desafios ao Distrito Federal.

Cada uma dessas localidades, e tantas outras no "quadrado"²³, guarda segredos, tradições, experiências, memórias, identidades e histórias que ampliam o olhar sobre o que realmente significa viver na capital do Brasil. Daí a necessidade de se voltar para o “lugar” ou “lugares” para que se tenha o entendimento da história local em suas diversas possibilidades. Segundo Barros (2022), ao examinar um lugar, ou seja, ao realizar a história local, é possível aprender também sobre a totalidade. As especificidades desses lugares só serão reveladas para os alunos da educação básica se as pesquisas e estudos voltados para a história local forem incluídas de alguma forma como ferramentas pedagógicas. É necessário expor a diversidade do Distrito Federal e fomentar iniciativas que deem espaço às comunidades locais, permitindo que suas narrativas sejam conhecidas e incorporadas ao ensino de história. O ensino de história local se apresenta como um recurso valioso, capaz de enriquecer o ensino de história ao envolver professores, alunos e a comunidade no processo de ensino-aprendizagem. Em um contexto atual, marcado por um fluxo incessante de informações e formas de entretenimento muito mais atraentes do que o ambiente tradicional da sala de aula, essa abordagem ganha ainda mais importância. O professor, especialmente o da área de humanas, enfrenta o desafio diário de, a cada planejamento e a cada aula, capturar a atenção dos alunos e incentivá-los a

²³ A construção da nova capital do Brasil foi oficialmente viabilizada com a definição de sua área na Constituição de 1891. Em 1892, a "Missão Cruls", sob a liderança de Louis Ferdinand Cruls, explorou o Planalto Central para demarcar a região, realizando um levantamento sobre sua geografia, clima, flora, fauna e recursos naturais. A área demarcada ficou conhecida como Quadrilátero Cruls, a primeira versão do "quadrado", como os brasilienses costumam se referir ao Distrito Federal (Governo do Distrito Federal, 2020).

compreender o contexto histórico, diante de um mundo cada vez mais acelerado e dinâmico.

1.5 OS DESAFIOS DE ENSINAR HISTÓRIA

A sala de aula não é mais o palco onde se apresentam monólogos para um público passivo. Não basta falar para que os alunos aprendam. O trabalho em sala de aula exige um professor em permanente situação de investigação, despertando a curiosidade, a criatividade e o interesse pelo ensino que tem como pressuposto a descoberta.

Selva Guimarães Fonseca

A reflexão proposta pela epígrafe reforça a necessidade de repensar as práticas pedagógicas para torná-las mais alinhadas com as realidades e os desafios contemporâneos. Tal reflexão remete a uma inquietação que me acompanha desde o início da minha atuação como professor: Como ensinar história? Como fazer com que os alunos entendam a importância dessa disciplina? Preciso ser artista ao invés de professor para chamar a atenção dos meus alunos? Lembro, quando aluno, as disciplinas mais atrativas não eram por interesse apaixonante pelo conhecimento, mas se davam por conta da empatia que nutria pelo professor(a). Em uma entrevista à Fiocruz o professor José Augusto Pacheco, um dos principais pesquisadores do campo dos Estudos Curriculares afirmou que “poderá acontecer aprendizagem em sala de aula, se forem criados vínculos e esses vínculos não são apenas afetivos, também são do domínio da emoção, da ética, da estética” (FIOCRUZ, 2020). O cenário educacional contemporâneo exige dos professores muito mais do que domínio de conteúdo. Hoje, é imprescindível que esses profissionais desenvolvam habilidades socioemocionais, empatia e sensibilidade para compreender as múltiplas realidades dos alunos. Dessa forma, entendo que a atuação em sala de aula de práticas pedagógicas inovadoras, pesquisas, projetos e atividades que busquem outras fontes históricas, podem promover um tipo de escola mais reflexiva, crítica, que compreenda o contexto social que está inserida.

Fonseca (2003) aponta para as práticas que devem ser incorporadas nos processos didáticos do ensino de história para que a sala de aula se torne um espaço mais inclusivo e reflexivo, onde diferentes perspectivas podem ser exploradas e analisadas:

[...] os saberes históricos, os valores culturais e políticos são transmitidos na escola a sujeitos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos nos outros espaços educativos. Isso implica a necessidade de nós, professores, incorporarmos no processo de ensino e aprendizagem outras fontes de saber histórico tais como o cinema, a TV, os quadrinhos, a literatura, a imprensa, as múltiplas vozes dos cidadãos e os acontecimentos cotidianos. O professor, ao diversificar as fontes e dinamizar a

prática de ensino, democratiza ao saber, possibilita o confronto e o debate de diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da experiência histórica²⁴.

Os desafios de ensinar história são inúmeros, sem respostas prontas ou estratégias únicas. No entanto, acredito que algumas práticas eficazes podem emergir a partir de um trabalho que se inicia antes mesmo de adentrarmos a sala de aula: no planejamento cuidadoso e reflexivo, apoiado por uma diversidade de recursos pedagógicos que vão além do livro didático, como propõe Selva Guimarães Fonseca. Além de incorporar novas práticas pedagógicas, o planejamento não deve se restringir a um tecnicismo que apenas descreve conteúdos (anuais, bimestrais, unidades e por aulas), objetivos, procedimentos, avaliações, recursos e bibliografias. Embora esses elementos sejam importantes, muitas vezes, os planejamentos acabam sendo exigidos mais como um instrumento de controle burocrático sobre o trabalho do professor do que como uma ferramenta pedagógica que realmente facilite e oriente o processo de ensino-aprendizagem. Um planejamento inovador exige a implementação de projetos que ampliem a compreensão dos conteúdos estudados, sem, no entanto, simplificá-los ou reduzi-los, que deve considerar não apenas os conteúdos a serem abordados, mas também as metodologias e os materiais que tornem o ensino significativo e conectado com a realidade dos alunos.

Outra questão que representa um desafio ao ensinar a disciplina de história está no quadripartismo dos períodos históricos. Essa divisão rígida e universal (como se valesse para todos os povos do mundo) tem o efeito de fazer com que o estudo da História pareça algo distante, descontextualizado e pouco relevante para a realidade local e atual dos estudantes. Tem o perigo de promover o silenciamento de histórias locais, indígenas, africanas, asiáticas e de outros grupos que não se encaixam nessa narrativa linear.

A divisão clássica dos conteúdos de história a que todos os alunos da educação básica têm contato, apresenta a tradicional divisão da história em Pré-história, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, situadas no tempo com marcos que definem o seu início e término. A Idade Média, por exemplo, teria o seu início com a Queda do Império Romano do Ocidente no ano de 476, em decorrência do colapso econômico que culminou com as invasões dos povos “bárbaros”, inaugurando o feudalismo como modelo socioeconômico baseado nas relações de dependência. O fim da Idade Média ocorre no ano de 1453 com a Conquista de Constantinopla pelo Império Otomano, inaugurando uma era de transformações significativas na política, economia, sociedade e cultura de parte da Europa,

²⁴ FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados. Editora Papyrus: São Paulo, 2003. Coleção Magistério: Formação e Trabalho.

dentre as quais podemos citar: Expansão Marítima Comercial, Grandes Navegações, Ascensão dos Estados Nacionais, Renascimento Cultural, Reforma Protestante, Mercantilismo. Essa divisão tradicional do tempo histórico, que se propõe a ser universalmente aplicada a todas as regiões do mundo, não reflete adequadamente as particularidades das diferentes sociedades humanas. Chesneaux (1995) destaca que o modelo francês quadripartite de organização da história universal não reflete as particularidades do passado histórico de outras nações. Por exemplo, na Grécia, a antiguidade se estende até o século XV, enquanto na China a história moderna vai até o movimento patriótico de 1919. Nos Estados Unidos, a história nacional é estruturada em torno de dois eixos fundamentais: a Guerra de Independência (século XVIII) e a Guerra de Secessão (1860-1864). O autor chama a atenção para as armadilhas do quadripartismo histórico nas funções que o modelo exerce, com destaque para a função ideológica e política que resulta em

[...] privilegiar o papel do Ocidente na história do mundo e reduzir quantitativa e qualitativamente o lugar dos povos não-europeus na evolução universal. Por essa razão, faz parte do aparelho intelectual do imperialismo. Os marcos escolhidos não tem significado algum para a imensa maioria da humanidade: fim do Império Romano, queda de Bizâncio. Esses mesmos marcos destacam a história das superestruturas políticas, dos Estados, o que também não é inocente (CHESNEAUX, 1995, P. 95).

O ensino de história do Brasil, ao adotar a compartimentação do tempo baseada nas idades, segue uma lógica ocidentalizante de produção do conhecimento. Como resultado, os conteúdos da história europeia dominam grande parte do tempo nas poucas aulas de história ao longo da educação básica, enquanto as narrativas da história nacional são frequentemente tratadas de forma subordinada às perspectivas e interesses europeus. Dessa forma, entender como os processos históricos se desenrolaram em contextos locais, articulando-se com as dinâmicas regionais, nacionais e globais, torna-se um passo essencial para desconstruir as narrativas eurocêntricas que muitas vezes dominam a historiografia. Chesneaux (1995) reforça que o quadripartismo falha principalmente devido ao próprio movimento da história, sendo incompatível com a evolução do mundo contemporâneo e com as exigências do presente. Essa abordagem permite revelar a complexidade e a pluralidade das experiências humanas, destacando que a História não se resume às perspectivas e protagonismos europeus, mas inclui também as contribuições, resistências e adaptações de diferentes povos e culturas ao longo do tempo.

Atualmente, o professor enfrenta outro grande desafio ao ensinar história: a competição e concorrência voraz com produções cada vez mais sofisticadas, como canais do *youtube*, podcasts, jogos e outros conteúdos de história. Muitas dessas produções são

visualmente atraentes, com o poder de capturar rapidamente a atenção dos estudantes. Contudo, frequentemente carecem de um compromisso ético, democrático e inclusivo, características caras ao ensino de história. Em um contexto de revisionismos conservadores, o papel do professor se torna ainda mais desafiador, pois ele é frequentemente contestado em sala de aula pela influência de mídias alternativas de cunho ideológico, que buscam impor à sociedade suas versões distorcidas da história. Nesse cenário, a atitude do professor deve ser pautada pela coragem de questionar, pela capacidade de promover o pensamento crítico e pelo compromisso com uma visão histórica fundamentada em evidências. Diante do avanço dessas opiniões que tentam negar ou revisar a historiografia, destaco o texto “Compromissos Éticos da Docência em História” elaborado pela Associação Brasileira de Ensino de História - ABEH que traz como objetivos “garantir que a escola continue sendo cada vez mais um lugar de desenvolver o pensamento crítico, onde se questionam as relações desiguais entre os seres humanos e a forma como nos relacionamos com a natureza” (ABEH, 2022, p. 15).

É preciso priorizar a construção de um pensamento histórico crítico, que permita aos alunos compreenderem os contextos, as múltiplas vozes e as disputas de narrativas presentes na história. O compromisso ético do professor está em assegurar que essas práticas valorizem a pluralidade, promovam a inclusão e respeitem a diversidade cultural e social dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. Para isso, o docente deve explorar uma variedade de fontes e estratégias pedagógicas, como o uso de filmes, literatura, debates, análises de documentos e até tecnologias interativas. Dessa forma, o ensino de história se torna um espaço de diálogo e formação cidadã, preparando os alunos não apenas para compreender o passado, mas também para agir de forma consciente e transformadora no presente. Selva Guimarães Fonseca (2003, p. 37 - 38) destaca que o papel formativo do ensino de história deve estar intrinsecamente ligado ao próprio processo de ensinar e aprender história. Segundo a autora, “a história como saber disciplinar tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades múltiplas. Requer assumir o ofício de professor de história como uma forma de luta política e cultural”²⁵.

Portanto, para que o papel formativo da história seja realmente efetivo, é fundamental nos esforçarmos para superar o reprodutivismo que ainda domina boa parte das práticas pedagógicas no ensino de histórias centradas exclusivamente nos livros didáticos. Esse modelo, muitas vezes, promove uma visão simplificada e estática da história, correndo o

²⁵ FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados. Editora Papyrus: São Paulo, 2003. Coleção Magistério: Formação e Trabalho.

risco de perpetuar ideias de uma verdade única, absoluta e imutável, distantes da complexidade e das múltiplas interpretações que o conhecimento histórico exige. Selva Guimarães Fonseca (2003)²⁶ ressalta a necessidade de adotarmos uma postura investigativa em sala de aula. Essa abordagem investigativa implica ousar e levar os alunos a construir uma atitude reflexiva e questionadora em relação ao conhecimento historicamente produzido. Ao fomentar essa prática, o professor não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também incentiva os estudantes a reconhecerem a história como um campo em constante construção, sujeito a novas interpretações e análises. Nessa perspectiva, alunos e professores tornam-se sujeitos da ação pedagógica na atitude de investigar e produzir conhecimento.

Como exemplo de prática pedagógica que reúne possibilidades em contribuição ao ensino de história é o caderno pedagógico anexo a esta pesquisa com sugestões diversas de atividades voltadas à construção do conhecimento histórico, promovendo um trabalho pedagógico colaborativo que envolve diretamente os principais sujeitos do processo de ensino-aprendizagem: professores e alunos. As atividades propostas são planejadas, desenvolvidas e avaliadas de maneira conjunta, valorizando a participação ativa e a interação entre todos os envolvidos. Em vez de se limitar a conceitos prontos e estáticos, o caderno busca despertar o desejo, o interesse, a imaginação e a curiosidade, criando condições para uma compreensão histórica mais rica e significativa. Para isso, apresenta algumas crônicas que exploram formas alternativas de acesso aos níveis de historicidade, abordando temas, fatos, questões, sujeitos, práticas sociais e culturais. Essas crônicas foram elaboradas a partir de pesquisas e entrevistas realizadas ao longo deste trabalho, nas quais a história local e as experiências humanas de pessoas comuns através da história oral, ganham destaque como fontes históricas relevantes. Ao conectar essas vivências ao ensino de história, o caderno pedagógico oferece um caminho para explorar narrativas plurais e fomentar o diálogo entre o passado e o presente. Apresento, ainda, uma proposta de projeto pedagógico baseada na metodologia de história oral, na qual os alunos terão a oportunidade de construir o conhecimento histórico sobre a formação da cidade do Gama no contexto da construção de Brasília. Para isso, eles serão incentivados a entrevistar familiares ou vizinhos, conectando suas experiências pessoais às narrativas históricas do lugar em que vivem. Santhiago e Magalhães (2015)²⁷ destacam os múltiplos benefícios que a utilização da história oral pode

²⁶ Idem.

²⁷ SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. de. História Oral na sala de aula. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Práticas Docentes). 206 p.

trazer tanto para a aprendizagem do conhecimento histórico quanto para os ganhos pedagógicos no ensino de história. Essa metodologia permite que os estudantes assumam o papel de agentes ativos na construção do conhecimento, estimulados pela curiosidade e pelo desenvolvimento de habilidades investigativas. Ao incorporar a história oral no ensino, os alunos passam a vivenciar um processo de aprendizado mais dinâmico, participativo e agradável, no qual podem diversificar suas fontes de informação e desenvolver o pensamento crítico na análise dessas fontes.

O caderno pedagógico será introduzido a partir da leitura da crônica "Muito Prazer, Gama!", que servirá como ponto de partida para estimular reflexões e despertar o interesse pelo tema. O principal objetivo dessa proposta é levar os alunos a compreenderem que a história do lugar onde vivem, assim como as experiências das pessoas ao seu redor, são elementos fundamentais para a construção da memória e da identidade histórica do Gama, contribuindo, em simultâneo, para a compreensão da trajetória de Brasília. Essa prática também promove uma maior sensibilidade em relação à diversidade, ensinando os estudantes a respeitar e conviver com diferentes perspectivas e experiências humanas. Além disso, o trabalho com história oral contribui para que os alunos se reconheçam como protagonistas e produtores da história, reforçando sua consciência histórica e compreendendo o papel que desempenham na sociedade. Também facilita a compreensão de conceitos abstratos, como tempo, espaço, indivíduo, sociedade e localidade, ao relacioná-los de maneira concreta às histórias de vida das pessoas entrevistadas. Por fim, essa abordagem pedagógica incentiva os alunos a exercitarem suas habilidades de comunicação oral e escrita, desenvolvendo essas competências em todas as etapas do trabalho, desde a investigação inicial até a apresentação dos resultados.

Trata-se de uma abordagem eficiente e, ao mesmo tempo, inovadora, que insere o aluno no processo de produção do conhecimento histórico ao valorizar as narrativas de pessoas comuns e diversas. Essa prática permite ao estudante analisar o que foi aprendido em sala de aula à luz do conteúdo das entrevistas, desenvolvendo habilidades como comunicação, sensibilidade, cidadania e curiosidade intelectual. Além disso, o projeto incentiva o aluno a realizar pesquisas prévias antes das entrevistas, estimulando uma preparação fundamentada e crítica, e a analisar os resultados com um olhar reflexivo e investigativo. Essa metodologia incentiva a autonomia do aluno no processo de construção do conhecimento através da escuta de histórias de vida de um passado recente que promove o contato direto com experiências de vida e perspectivas diversas, enriquecendo a compreensão sobre a pluralidade humana e estimulando o respeito pelas diferenças. O passado recente nos conteúdos de história da

educação básica é fundamental para a vida, a cultura e compreensão dos processos históricos. Na ausência do estudo do passado recente na escola, Santhiago e Magalhães (2015) apontam para a função de religação que a história oral exerce.

Ela religaria as pequenas singularidades históricas ao fluxo da sociedade; os alunos (na qualidade de pesquisadores) às suas comunidades; o conhecimento escolar à sociedade, socializando o processo de construção e difusão do conhecimento. É um recurso que desperta as perspectivas que falam em favor de um esforço de consciência histórica, científica, cultural, das pessoas e de suas comunidades (SANTHIAGO e Magalhães, 2015, p.11).

Portanto, não há uma receita única e definitiva em como ensinar história na educação básica. No entanto, há recursos e estratégias acessíveis que nos permitem introduzir novos métodos de ensino e fontes de informação, incentivando os alunos a adotar uma postura crítica em relação aos conhecimentos adquiridos. A contínua formação do docente e o planejamento pedagógico devem ser mais do que um simples instrumento burocrático; ele precisa ser uma ferramenta dinâmica que fomente a reflexão, a criatividade e o envolvimento ativo dos estudantes. Nesse contexto, ao integrar projetos que promovem a investigação e o intercâmbio de conhecimentos, as práticas pedagógicas se tornam mais significativas, contribuindo para o desenvolvimento tanto das habilidades cognitivas quanto sociais dos alunos. Além disso, é essencial investir em uma formação contínua que favoreça o acesso a novos métodos pedagógicos e incentive a criação de propostas didáticas inovadoras, ampliando as perspectivas educacionais e fortalecendo a prática docente. Pesquisas surgem com o propósito de ampliar os horizontes historiográficos da história do Distrito Federal e, mesmo aquelas que não têm como um de seus objetivos principais a produção de material pedagógico, vêm contribuindo de forma significativa para o ensino de História na educação básica, servindo como fonte de pesquisa e referência para futuros trabalhos.

1.6 REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL - ESTADO DA ARTE

O mapeamento das produções acadêmicas de história local do Distrito Federal constitui uma etapa fundamental para compreender o estado da arte sobre o tema e orientar novas investigações. Iniciar essa análise pelo ProfHistória, seguido de uma exploração nos repositórios das universidades, permite identificar as principais linhas de pesquisa desenvolvidas, as abordagens metodológicas predominantes e as lacunas ainda existentes. Além disso, esse levantamento é essencial para avaliar a originalidade da pesquisa proposta, destacando as contribuições que ela pode oferecer para a história local e para o

ensino de história, seja no aprofundamento de temas pouco explorados ou na revisão de perspectivas tradicionais. Por fim, tal mapeamento também colabora para fortalecer o papel da história local como ferramenta pedagógica, promovendo o ensino crítico e contextualizado da história do Distrito Federal em diferentes níveis educacionais.

Monografias, dissertações e teses têm oferecido contribuições significativas para o campo da história local, consolidando-o como um eixo relevante de investigação acadêmica. No entanto, observa-se que grande parte desse interesse está concentrada nas regiões administrativas do Distrito Federal. Enquanto Brasília, na condição de capital federal, tem sua história amplamente estudada e registrada por diversos pesquisadores ao longo dos anos, as regiões administrativas permanecem em segundo plano, frequentemente relegadas a uma invisibilidade histórica. Esse silêncio acadêmico tem sido rompido, ainda que de forma pontual, por iniciativa de professores e pesquisadores comprometidos em lançar luz sobre essas localidades, destacando suas especificidades, dinâmicas sociais e relevância cultural. Assim, o desafio reside em ampliar e consolidar essa linha de pesquisa, apresentando histórias que contribuam para uma compreensão mais plural da formação e identidade do Distrito Federal.

Os cursos do ProfHistória, oferecidos em diversas universidades brasileiras, têm desempenham um papel significativo no desenvolvimento de dissertações voltadas para a pesquisa da história local, além de incentivar a produção de materiais didáticos que ampliam as alternativas pedagógicas para o ensino de história na educação básica. No levantamento do estado da arte, procurei identificar trabalhos relevantes sobre a história local do Distrito Federal que priorizem a análise da memória e da identidade como eixos teórico-metodológicos para o ensino de história local. Essa abordagem busca não apenas ampliar a compreensão sobre as dinâmicas históricas do Distrito Federal, mas também fomentar práticas pedagógicas das vivências e narrativas locais, fortalecendo o vínculo entre a história ensinada e as realidades vivenciadas pelos estudantes.

A dissertação de mestrado de Técia Goulart de Souza (2020) “*educação para as relações étnico-raciais no Centro De Ensino Fundamental Miguel Arcanjo – São Sebastião – Distrito Federal: diálogos dentro e fora da escola*”, do ProfHistória da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), visa a construção de uma proposta de práticas pedagógicas no Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo, que se situa em São Sebastião (Distrito Federal), envolvendo a disciplina Parte Diversificada (PD) e sua relação com a Educação para as Relações Étnico-raciais, em consonância com a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-

raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Outro objetivo da pesquisa foi construir um projeto de educação para as relações étnico-raciais que envolva o ensino de história, os saberes transdisciplinares e a comunidade escolar ao longo do período letivo do Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo, de São Sebastião, Distrito Federal. A criação do projeto sobre educação para as relações étnico-raciais envolvendo o ensino de história e a comunidade escolar do CEF Miguel Arcanjo – DF se deu com base nos debates teórico-metodológicos ocorridos durante a pesquisa de mestrado da autora e observando os recortes que compõem os objetivos de sua pesquisa. A metodologia escolhida foi a qualitativa de natureza aplicada, pois buscou gerar conhecimentos práticos para uma situação específica da instituição, no que se refere à implementação de um projeto de educação para a educação das relações étnico-raciais na disciplina de PD. Os registros gerados na pesquisa foram construídos a partir de entrevistas com os/as professores/as responsáveis pela disciplina de PD, essas entrevistas foram gravadas, transcritas e transformadas em centelhas de sentidos e significados e, na concepção do Filósofo Walter Benjamin.

A pesquisa de Souza (2020) originou a parte propositiva em duas ações. Uma delas foi o diálogo e a parceria com educadores/as que atuam em pontos de cultura da cidade para compartilhar seus saberes nos encontros de PD, dentro e fora da escola. E outra que reestruturou a disciplina chamada Parte Diversificada (PD) em uma disciplina voltada para Educação para as Relações Étnico-Raciais, em cumprimento à Lei 10.639/2003. As duas proposições se entrecruzaram através do diálogo com educadores/as que atuam na comunidade e fora do espaço escolar. Com a reestruturação da disciplina ocorreram os encontros entre estes/as sujeitos/as, os/as estudantes e o/a professor/a de PD.

A pesquisadora deixou claro que “sua intenção, com esta representação, é que o/a leitor/a pudesse compreender um pouco mais da realidade na qual estava imersa: tanto na caminhada pessoal, quanto na trilha de trabalho, pesquisa e o cruzamento destes caminhos” (SOUZA, 2020, P. 20). Durante a pesquisa a autora implementou uma série de oficinas que geraram proposta de planejamento da disciplina PD em Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER).

Na dissertação de Sandra Maria Rodrigues (2021), “*Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações*” a partir da educação patrimonial desenvolvida no ProfHistória pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a pesquisadora investigou as memórias femininas e suas histórias por meio de práticas de educação patrimonial e inventários participativos do patrimônio cultural. O foco da pesquisa foram as narrativas

das mulheres sobre a construção da cidade-satélite de Ceilândia-DF. Rodrigues desenvolveu suas ações com estudantes do 2º ano do Ensino Médio de uma escola localizada na zona rural da Região Administrativa de Ceilândia. O objetivo central era promover o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural e da história local, destacando o papel das mulheres como transmissoras de valores, saberes e narrativas históricas.

A pesquisa também visava dar visibilidade às memórias e perspectivas das mulheres, criando um espaço de construção coletiva e dialógica do conhecimento, que valorizasse a cultura periférica e fortalecesse as identidades locais. Conforme relato da professora, o projeto despertou afetos e memórias, além de fortalecer as identidades não apenas entre os estudantes, mas também entre todos os envolvidos no processo (RODRIGUES, 2021). Ao evidenciar as histórias femininas, a pesquisa contribuiu para ressignificar o patrimônio cultural de Ceilândia e fortalecer o papel das mulheres como protagonistas na preservação e transmissão de memórias. Em aulas-oficinas foram trabalhadas a história local de Ceilândia, que se estabeleceu a partir de uma Campanha de Erradicação dos Invasores – CEI, e conceitos dos eixos estruturantes do projeto. A autora trabalhou com aula-oficina pensada no sentido de problematizar questões voltadas para a patrimonialização dos bens culturais dentro do Distrito Federal. A oficina recebeu o nome de “O patrimônio do DF e suas muitas identidades: narrativas e aprendizagem histórica dos estudantes”. A oficina teve como objetivo refletir sobre o patrimônio oficial e afetivo, destacando suas diretrizes, implicações e importância para a preservação da identidade da comunidade local (RODRIGUES, 2021).

Na parte propositiva foi produzido um material didático como fruto da pesquisa que corresponde a um itinerário didático e, assim como a própria pesquisa da qual ele parte, se intitula “*Ceilândia/DF: Histórias, Afetos e (re)significações a partir da educação patrimonial*”. O itinerário traz locais de referência histórica, cultural e afetiva de Ceilândia guiado pelas histórias das entrevistadas Ana Maria, Antônia e Severina, moradoras de Ceilândia desde os primeiros anos de sua criação, que fazem parte da história da RA e amparado também pela perspectiva das alunas e alunos do 2o ano do Ensino médio do Centro Educacional Incra 09 (RODRIGUES, 2021).

Oliveira (2022) desenvolveu sua dissertação no âmbito do ProfHistória pela Universidade Federal de Goiás (UFG), “*O processo de construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF como possibilidade para o ensino de História*”, tinha por principal objetivo a construção do Museu Virtual de Ceilândia-DF, realizado em parceria com alunos do

primeiro ano do Ensino Médio. O projeto foi desenvolvido de forma remota e dividido em etapas ao longo do primeiro semestre de 2021. Como parte das atividades, os alunos responderam a um formulário sobre sua relação com a cidade, realizaram entrevistas com familiares e coletaram objetos para compor o acervo do museu. Durante a pesquisa, o professor Vinícius José Duarte de Oliveira identificou a presença do discurso oficial do governo nas memórias dos primeiros moradores de Ceilândia, evidenciando tanto convergências quanto divergências. Ele buscou ampliar essa análise dialogando em sala de aula com espaços não oficiais de memória. Além disso, como objetivo complementar, criou uma referência para a história local de Ceilândia, oferecendo um espaço acessível onde professores e alunos pudessem explorar o acervo e utilizá-lo em suas práticas pedagógicas.

A monografia de conclusão de curso de Lisandra Figueiredo Magalhães dos Santos (2021), *“Abordagem da História Local nos livros didáticos utilizados nas escolas públicas de Sobradinho/DF: estudo da aplicação do Plano Nacional do Livro Didático”*, apresentada em 2015 à Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB), investigou a ausência de Sobradinho nos livros didáticos utilizados no 4º ano do ensino fundamental. Dos Santos (2015) analisou os livros de História adotados pelas escolas públicas de Sobradinho/DF, com o objetivo de verificar se a história da região era contemplada e, em caso positivo, de que forma estava sendo abordada. Para aprofundar a pesquisa, a autora realizou entrevistas semiestruturadas com professoras de Escolas Classe (Ensino Fundamental I) da região, buscando compreender como o livro didático de História é utilizado como recurso pedagógico e se contribui para o ensino da história local. A análise revelou que, embora existam dois títulos de história local disponíveis, ambos carecem de alinhamento pleno com o Currículo em Movimento do Distrito Federal, além de não atenderem de forma satisfatória às demandas pedagógicas das professoras (SANTOS, 2015).

Essa lacuna leva os docentes a buscarem materiais complementares externos para suprir as necessidades em sala de aula. O estudo destaca a relevância de reconhecer, ainda na formação inicial dos futuros professores, a carência nos currículos que ressoam nos conteúdos e material didático sobre a história local nas diferentes regiões administrativas do Distrito Federal. Mesmo após mais de meio século da inauguração de Brasília, muitas dessas regiões continuam invisibilizadas em seus registros históricos e na construção de suas memórias locais, perpetuando um silenciamento que limita o ensino de história, inclusive distanciando-o das realidades de professores, alunos e comunidade escolar.

A tese de Daniela Pereira Barbosa (2021), “*O Patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento 1959-2014*”, da Universidade de Brasília (UNB) examinou doze dossiês de tombamento referentes a construções localizadas em Brasília, mas distantes do núcleo original do Plano Piloto. Esses dossiês consistem em uma documentação diversa, elaborada por profissionais da área de patrimônio, com o objetivo de fundamentar a proteção dos bens analisados. Segundo Barbosa (2021), a formulação dos discursos de tombamento não buscou criar uma história paralela ou alternativa à narrativa oficial, mas sim complementar e ampliar os valores associados a Brasília, incorporando as especificidades de cada local à construção dessa narrativa.

A autora espera que sua pesquisa contribua para o debate sobre o patrimônio de Brasília, particularmente no que se refere ao processo de preservação de bens situados fora do núcleo central. Barbosa (2021) destaca que a formação dos diferentes espaços sociais da capital é permeada por representações que, em alguns casos, se mostram conflitantes e, em outros, complementares, influenciando as diversas formas de perceber e interpretar Brasília. Embora vinculada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), a autora apresentou uma discussão abrangente sobre o patrimônio local e sua inter-relação com o patrimônio consolidado do Plano Piloto. Sua abordagem enriquece o entendimento sobre a importância das áreas periféricas na construção da identidade cultural e histórica de Brasília, ampliando o escopo dos debates preservacionistas na cidade.

A pesquisa de história oral de Edson Beú Luiz (2007) que resultou na dissertação de mestrado do programa de pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UNB), “*Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades*”, teve como objetivo principal analisar os possíveis efeitos que as experiências vividas pelos candangos durante a edificação de Brasília, incluindo o período posterior à inauguração, tiveram sobre o processo de construção da identidade dos filhos em relação à Brasília (BEÚ, 2007). De acordo com o autor, a trajetória desses trabalhadores, responsáveis pela edificação de Brasília, incluindo o período pós-inauguração, foi inicialmente marcada pelo sonho de uma vida melhor, mas também permeada por inúmeras adversidades. Esse percurso, repleto de perdas e ganhos, implicou múltiplas rupturas, incluindo de natureza cultural.

Nesse contexto, buscou-se investigar e compreender os sentimentos transmitidos aos filhos em relação à cidade, com foco nas noções de identidade, memória, representação e imaginário. Na pesquisa de história oral, Luiz buscou por filhos de candangos, que

residiam no antigo núcleo de favelas conhecido como Vila do IAPI, de onde foram removidos em 1971. O recorte espacial deste estudo envolve os ex-moradores da Vila do IAPI que foram removidos em 1971, para a recém-criada cidade-satélite de Ceilândia (DF) (BEÚ, 2007). O trabalho de Luiz se insere no contexto da história local do Distrito Federal, com foco na memória dos candangos que viveram na invasão do IAPI. A partir dessa análise, ele se aprofunda no estudo das memórias relacionadas à localidade, explorando como essas lembranças moldaram a identidade e o desenvolvimento dos filhos dos candangos.

A tese de doutorado de Jorge Artur Caetano Lopes dos Santos (2018), “(RE)CANTO DE MEMÓRIAS: histórias do Recanto das Emas e suas moradoras (1970-2005)”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB), teve por objetivo estudar a cidade do Recanto das Emas e contar as histórias da cidade, estabelecendo um diálogo com as memórias de suas moradoras. A prática de ensino-aprendizagem de história em uma escola local que envolveu a transformação dessa prática ao incluir as experiências dos alunos, que entrevistaram suas avós foi a principal motivação para que a pesquisa fosse desenvolvida. O estudo também analisa as narrativas memorialísticas autobiográficas dessas mulheres. A partir dessas experiências possibilidades surgiram para escrever uma história do Recanto das Emas a partir das narrativas de algumas de suas moradoras, suas netas e netos, enfim, de pessoas que conferem sentido a esse espaço em suas experiências cotidianas (SANTOS, 2018). O autor construiu uma história local, percebida por meio do diálogo aberto com a memória das moradoras da cidade, avós das estudantes, com suas formas de (re)construir a cidade, da apropriação que dela fazem, dos sentidos que lhe conferem em suas vivências e no relembrar dessas vivências.

O TCC de Danilo Posvar (2023), *REPRESENTAÇÕES E ESTIGMAS EM TORNO DO “INFERNINHO” NO GAMA (1972-1980)*, pela Universidade de Brasília (UNB), analisa as representações construídas por fontes jornalísticas entre as décadas de 1960 e 1980 acerca do “Inferninho”, uma comunidade situada no Gama-DF na linha de pesquisa de história local. Carneiro (2023) argumenta que o processo de construção da nova capital esteve intimamente ligado à periferização resultante dos fluxos migratórios, o que favoreceu a criação de uma narrativa permeada por estigmas sociais.

O autor apresenta o processo de urbanização de Brasília como altamente contraditório. Embora as comunidades fossem desfeitas para atender aos interesses do planejamento urbano do governo, o contraste entre os grandiosos projetos urbanísticos e as

condições precárias dos trabalhadores que os construíam se tornaram evidentes. Nesse contexto, o autor expressa a preocupação em construir uma narrativa regional que dê visibilidade às comunidades periféricas de Brasília, cujas histórias são frequentemente apagadas pela versão hegemônica da história da capital. Essa invisibilidade é confirmada tanto nas interações com os moradores quanto na escassa abordagem dessas questões no ambiente escolar, onde predominam as narrativas dominantes. Contudo, essas narrativas hegemônicas não refletem a realidade da maioria da população que vive nas periferias do Distrito Federal. O TCC de Carneiro (2023) foi importante fonte de pesquisa para o desenvolvimento do subcapítulo “*Periferia da Periferia...*”, no qual discuto as contradições sociais a partir das entrevistas com ex-moradores da invasão.

Os próximos capítulos desta pesquisa fazem a análise de narrativas pouco exploradas e ausentes nos currículos da educação básica. A abordagem se inicia com a história da região que futuramente daria origem ao Distrito Federal, no período anterior à construção de Brasília. A investigação evidencia a presença humana neste território desde o período pré-colonial, atravessando o período colonial e destacando aspectos histórico-sociais negligenciados no ensino de história.

2. A FORMAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E DO GAMA-DF: HISTÓRIA, POLÍTICA E LUGARES DE MEMÓRIA

A história do Distrito Federal não se resume à epopeia da construção de Brasília, tampouco se limita à narrativa centrada nas grandes figuras políticas, como Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa ou Israel Pinheiro. Pesquisas recentes têm buscado ampliar esse olhar por meio de estudos arqueológicos e cartográficos baseados em relatos de viajantes que transitaram pelo território onde hoje se encontra o Distrito Federal, desde o século XVIII. Esses relatos revelam que a região já era conhecida e explorada, marcada por intensos fluxos de pessoas e mercadorias. Brasília, na verdade, representou uma das etapas da colonização do sertão goiano, cuja memória remonta a mais de duzentos anos de história colonial, hoje apagada pelo asfalto, desconhecida pela população e frequentemente ignorada no ensino de História.

Vieira Jr. (2012), em pesquisa sobre como a revisão da cartografia de Goiás pode oferecer novos olhares sobre a história do Distrito Federal, aponta que a narrativa sobre Brasília continua sendo construída sob o registro do mito. A capital é frequentemente apresentada como fruto de uma ocupação inaugural, apagando vestígios de séculos de história

anterior, sem reconhecer um passado ou tradições próprias, e relegando ao esquecimento aqueles que aqui viveram antes da sua construção.

Brasília promoveu uma nova fase de colonização, posterior ao ouro e a agropecuária. No nada a cidade-capital não poderia ter surgido, mas o discurso proferido por seus construtores retornava a lógica do sertão, lugar longe e inabitado. Como nos anteriores bandeirantes, Brasília buscou colonizar o sertão goiano, e como um aguaceiro nos vales do Cerrado, a modernidade chegou nos anos 60 ressignificando como ausência e atraso, o tempo e as relações formadoras da vida espalhada nos chapadões do Planalto Central. Rica é a história colonial de Brasília (VIEIRA JR, 2012).

Portanto, a historiografia e o ensino de história necessitam de uma releitura da história do Distrito Federal não somente para contestar o conceito de inauguração na exploração do cerrado central, mas para traçar uma nova organização da história da região no espaço e no tempo. Embora Brasília exista há relativamente pouco tempo em comparação com o longo período de ocupação do Planalto Central, cerca de cinco vezes menor, é comum que a história anterior à construção da cidade seja negligenciada. Frequentemente, essa região é erroneamente caracterizada como um "vazio demográfico", desconsiderando a presença de populações, atividades econômicas e processos históricos que já ocorriam no local antes da criação da capital federal (QUEIROZ, 2007).

Apesar de não ser o objeto de estudo principal dessa pesquisa, não faria sentido escrever sobre a história do Gama-DF e da formação do Distrito Federal sem abordar um pouco da história que antecedeu o surgimento de Brasília. Estaria, dessa forma, reproduzindo o mesmo silenciamento dos currículos e livros didáticos que focam no mudancismo e no ineditismo de Brasília na região do Planalto Central. Antes de abordar diretamente a formação do Distrito Federal, este capítulo apresenta estudos que demonstram que a história da região antecede a ocupação europeia que se iniciou no século XVIII. Pesquisas arqueológicas indicam que grupos humanos já habitavam o território muito antes da chegada dos colonizadores, deixando vestígios que ajudam a compreender a ocupação pré-colonial do Planalto Central.

Entre os principais estudiosos dessa temática estão Eurico Teófilo Miler (1991) e Paulo Bertran (1994), cujos trabalhos se tornaram referências fundamentais para a arqueologia do Distrito Federal. Ambos realizaram levantamentos que evidenciam a presença de sítios arqueológicos, com fragmentos de cerâmica, utensílios líticos e outras marcas materiais de povos antigos. No entanto, apesar da relevância histórica e científica dessas descobertas, os estudos arqueológicos na região enfrentam sérias limitações. A expansão urbana acelerada e a realização de obras públicas e privadas provocam o desaparecimento de muitos vestígios. Além disso, a localização de muitos desses sítios em propriedades privadas

representa um obstáculo ao acesso e à continuidade das pesquisas. A cidade do Gama-DF se insere de maneira significativa no contexto de estudos como os de Miller (1991) e Bertran (1994), que evidenciam uma história prévia à construção de Brasília e à presença de Juscelino Kubitschek. Esses autores revelam a existência de vestígios de ocupações humanas anteriores, tanto de períodos pré-coloniais quanto coloniais, por meio de sítios arqueológicos já catalogados, como os sítios Zico 2, Retiro e Marica, Zico, localizados na região da Ponte Alta. Tais espaços, embora reconhecidos, ainda carecem de investigações mais aprofundadas, sobretudo por estarem situados em propriedades privadas, o que limita o acesso e a pesquisa científica mais sistemática. A presença desses sítios reforça a ideia de que o território do atual Distrito Federal possui uma complexidade histórica que vai muito além da narrativa oficial da “cidade que nasceu do nada”.

Outra localidade que faz parte do processo histórico anterior a J.K é a conhecida Fazenda Gama onde Juscelino Kubitschek esteve em sua primeira visita à futura capital. No capítulo, a gênese da cidade do Gama é abordada não apenas como um relato histórico descritivo, mas como algo importante que serve para compreender o processo de urbanização periférica promovido pelo Estado durante a construção de Brasília. A apresentação da cidade contempla sua dimensão histórica, o projeto urbanístico original, suas características naturais e geográficas, mas também destaca as implicações políticas e sociais de sua criação enquanto cidade-satélite.

A fundação do Gama, assim como de outras cidades-satélites do Distrito Federal, deve ser compreendida como uma estratégia deliberada de segregação territorial e socioespacial. Essas cidades foram concebidas para abrigar os trabalhadores responsáveis pela construção da nova capital, bem como os migrantes que chegavam em busca de oportunidades, mas que não podiam permanecer nas imediações do Plano Piloto. Dessa forma, o surgimento do Gama esteve profundamente ligado ao esforço do poder público de preservar o núcleo central de Brasília — símbolo da modernidade — livre dos conflitos sociais e das tensões geradas pela desigualdade, pelo desemprego e pela pobreza. Essa lógica excludente, no entanto, gerou efeitos profundos e duradouros ao longo das décadas seguintes que também serão discutidos no capítulo 3. A cidade enfrentou inúmeros problemas estruturais, econômicos, de violência, desde a carência de serviços públicos de qualidade até a precariedade habitacional.

Na sequência, o capítulo aborda a formação do Distrito Federal, destacando o contexto que levou à criação das chamadas cidades-satélites. Essa configuração urbana surgiu como resposta à crescente demanda por moradia, impulsionada por um fluxo migratório intenso e contínuo que gerava uma ocupação acelerada e desordenada do território, marcada por

moradias consideradas irregulares e constantes invasões. Diante dessa realidade, as autoridades locais foram pressionadas a agir, e a solução encontrada foi a criação de núcleos urbanos periféricos, previstos nos planos diretores elaborados pela Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital). Inicialmente, esses núcleos estavam concebidos como Unidades de Serviços Rurais (USERS), cujo objetivo era fornecer suporte agrícola ao Plano Piloto, garantindo o abastecimento e sustentando a vida urbana da nova capital federal.

Contudo, esse plano original foi rapidamente abandonado frente à urgência em conter os impactos sociais e políticos provocados pela ocupação desordenada e pelas crescentes reivindicações por moradia digna. A realidade impôs outra lógica: a das cidades-satélites como solução emergencial, porém precária, para abrigar trabalhadores da construção civil e migrantes recém-chegados, que viam na nova capital uma promessa de oportunidades. A partir dessa mudança forçada de planejamento, discutimos no capítulo as lutas sociais por moradia travadas por essas comunidades de trabalhadores, que deram origem às primeiras cidades-satélites.

A criação desses núcleos urbanos, no entanto, foi marcada por uma decisão política deliberada de segregação socioespacial. Assim, ao invés de integrar os novos habitantes ao tecido urbano do Plano Piloto, relegou-os às margens da cidade, dando origem a verdadeiras cidades-dormitório: áreas periféricas carentes de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços essenciais. A criação das cidades-satélites não solucionou, porém, os problemas habitacionais do Distrito Federal. Ao contrário, favelas e invasões passaram a se formar também nas áreas periféricas, revelando o fracasso do projeto urbanístico em negar ou esconder os problemas históricos de desigualdade do país. Essa nova configuração, marcada por contradições, exclusões e oportunismo político, será explorada com mais profundidade no Capítulo 3, onde discutiremos o avanço das ocupações irregulares nas próprias cidades-satélites e o surgimento de novos conglomerados periféricos.

Dessa forma, fica evidente que o projeto modernizador de Brasília, idealizado para representar uma ruptura com o Brasil arcaico e de desigualdades já observadas nas grandes cidades brasileiras, acabou por reproduzir — e até acentuar — as mesmas contradições sociais. A distância física e simbólica entre o Plano Piloto e as cidades-satélites escancarou o abismo social e urbano que o plano original tentou mascarar, revelando que a utopia modernista da capital planejada foi, em grande medida, construída sobre a exclusão de milhares de pessoas que sustentaram sua edificação.

A história local do Distrito Federal partindo do reconhecimento da importância das cidades que compõem o território do DF é parte importante deste capítulo. Tema central desta

pesquisa, a cidade do Gama-DF foi uma das primeiras regiões administrativas constituídas, recebendo moradores oriundos de diferentes partes do país durante o processo de formação do Distrito Federal. Ao longo da pesquisa, buscou-se apresentar as múltiplas vivências e memórias dos moradores por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando como principal instrumento metodológico a história oral — mais especificamente, a técnica de história de vida. Esta metodologia permitiu aos entrevistados narrar livremente suas trajetórias pessoais, ao mesmo tempo em que refletiam sobre o cotidiano de sua comunidade, os espaços simbólicos e as transformações pelas quais passaram ao longo do tempo.

A seleção dos participantes foi realizada com base nos temas centrais definidos na estrutura da dissertação, em busca de experiências e pontos de vista que pudessem enriquecer o debate proposto. As narrativas construídas a partir dessas entrevistas revelam diversos olhares sobre o Gama, oferecendo interpretações que muitas vezes não estão presentes nos registros oficiais ou na historiografia tradicional. Através da escuta atenta das memórias, é possível perceber como os moradores atribuem significados aos lugares que frequentam ou frequentaram, constituindo os lugares de memória. Tais lugares, carregados de afetividade e simbolismo, são elementos-chave para a compreensão da história local a partir da perspectiva dos sujeitos que a vivenciaram, propondo uma narrativa histórica de experiências como elementos indispensáveis na constituição da memória coletiva e na construção do saber histórico sobre o Distrito Federal.

2.1 A HISTÓRIA ANTES DE J.K

Até então, o local onde iria ser Brasília não passava de um carrascal, infestado de cascaveis, com a terra seca esturricada, aberta em fendas pela inclemência do sol. O único testemunho da passagem do homem por ali era um pardieiro, pretensiosamente denominado Fazenda do Gama, e que se resumia numa casa de telhado baixo, com um cercado no fundo, no qual viviam, confinados, uns cinco bois e uns três leitões.

Juscelino Kubitschek

Na visão popular, a chegada de Juscelino Kubitschek e das equipes responsáveis pela mudança da capital para o território do futuro Distrito Federal marcou a ruptura com um suposto "vazio territorial". Antes desse processo, havia apenas alguns moradores dispersos em fazendas espalhadas pela região. Nas palavras de Kubitschek, o único vestígio da presença humana era a antiga sede da Fazenda Gama, como se não houvesse passado ali. Para muitos, a história começava naquele momento, reforçando a ideia de que, até então, havia um "vazio cronológico" — a percepção de que Brasília e suas áreas ao redor surgiram de um "nada", sem continuidade histórica antes de sua fundação. Fato é que a construção de Brasília invisibilizou

a história dos grupos pré-históricos com evidências há pelo menos 12 mil anos, do “Homocerratis” do século XVIII, expressão criada pelo pesquisador Paulo Bertrand (1994), esquecendo-se dos quilombolas, do período colonial representado pela atuação do fazendeiro goiano e das vastas fazendas históricas dentro do território do Distrito Federal.

Bertrand (1994) aponta que a região do Distrito Federal era território de caça e pequena agricultura de antigos grupos Macro-Jê, além de já ter sido ocupada por levas de indígenas migrantes, considerando-a uma Babilônia de agentes e conflitos potenciais, vindos desde as mais remotas origens do homem nas Américas, a contrapor-se a um tipo de história do Distrito Federal que só parece iniciar-se com Brasília. Além de ter sido território de passagem de antigas comunidades indígenas, foi território de comunidades que se formaram ao longo das rotas de mineração, agricultura e pecuária a partir da colonização do século XVIII. As diferentes etapas da colonização já haviam provocado o afastamento dos povos originários da região do Planalto Central, de forma que, no início das obras de construção de Brasília, não havia populações indígenas fixas no território que hoje corresponde ao Distrito Federal.

Alguns pesquisadores têm se dedicado a estudar o passado pré-histórico e colonial do Distrito Federal, desafiando a visão ainda predominante de que a região era intocável, com um passado inacessível às investigações. Escrever sobre o Gama sem considerar os vestígios da presença humana na pré-história do Brasil Central e ao longo período colonial, quando a região se tornou um importante ponto de passagem para tropas, mesmo que esses aspectos não sejam o foco principal da pesquisa, resultaria na reprodução de uma narrativa que privilegia o passado a partir das missões de exploração do Planalto Central ou mesmo do início das obras de Brasília.

A ocupação humana, onde se situa o Distrito Federal, remonta há pelo menos 11.000 anos. Essa datação é baseada em estudos realizados com fragmentos de carvão encontrados em escavações. Grupos de caçadores-coletores se estabeleceram na região, e posteriormente pequenos grupos de cultivadores, sendo substituídos por sociedades de agricultores ceramistas até a presença luso-brasileira, no século XVIII. A presença humana no Brasil Central é tão antiga quanto em outras regiões da América do Sul. O IPHAN possui registrados algo em torno de 64 sítios arqueológicos no Distrito Federal, localizados nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Jardim Botânico, Santa Maria, São Sebastião, Riacho Fundo, Gama e Paranoá. Trinta deles estão vinculados a grupos que sobreviviam da caça e coleta, 8 são aldeias de sociedades agricultoras e ceramistas e 26 são sítios históricos relacionados a fazendas, caminhos e à construção de Brasília (SOUZA, 2019).

Em entrevista ao portal G1²⁸-DF em 2018, a arqueóloga Margareth Souza do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), disse que o estudo dos sítios arqueológicos é importante para entender processos de migração do *Homo sapiens sapiens*, o aperfeiçoamento da tecnologia, a transição do sistema econômico e a ocupação do Planalto Central. (G1-DF, 2018)

As primeiras pesquisas no campo arqueológico no Distrito Federal foram realizadas pelos arqueólogos Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Campos Mello entre 1991 e 1994, a serviço da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap. O solo e as grutas do Distrito Federal preservam uma rica variedade de pinturas rupestres e fósseis. Trinta anos após a fundação de Brasília, o arqueólogo Eurico Theófilo Miller trouxe à luz as primeiras evidências de sítios pré-históricos no Distrito Federal, com destaque para a região do Gama. Em 1991, foram encontrados dois sítios arqueológicos com restos de cerâmica e artefatos de pedra, ocupando cerca de 3.000 m² nas cabeceiras do córrego Ipê. No centro do sítio, há vestígios de materiais cerâmicos e pré-cerâmicos (líticos).

Os estudos apontaram que os artefatos de pedra são mais antigos e que tenham se misturado aos cerâmicos devido a perturbações no solo. As escavações no ribeirão Ponte Alta, a oeste do Gama, revelaram quatro sítios arqueológicos indígenas em uma área de poucos quilômetros quadrados, dois deles com características cerâmicas e pré-cerâmicas, sobrepondo-se e cobrindo mais de 5 hectares. O sítio cerâmico²⁹ corresponde a uma antiga aldeia indígena de formato circular com características da tradição Jê. Ainda na área de Ponte Alta, foram localizados mais dois sítios exclusivamente cerâmicos, um deles grande e de formato circular. Todos esses sítios do Gama foram apenas identificados, sem terem sido escavados. No entanto, considerando que essa pequena área, cujo ambiente natural não é dos mais favoráveis, revelou seis sítios pré-históricos, é razoável supor a existência de muitos outros em áreas mais propícias do Distrito Federal (BERTRAN, 1994, P. 11 e 12).

Bertran (1994) em seu trabalho sobre a *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal*, reforçou que o Planalto Central não era um "vazio" onde a capital modernista do país foi implantada. A ideia de um sertão desabitado, surgiu principalmente devido ao distanciamento geográfico em relação às áreas mais densamente povoadas do litoral. Essa visão foi alimentada por ideologias que apagaram a presença das

²⁸ O G1 é o portal de notícias da Globo (Globo Comunicações e Participações S.A.).

²⁹ Os sítios pré-históricos ou pré-coloniais cerâmicos do Planalto central geralmente apresentam restos materiais de grupos que praticavam algum tipo de agricultura, e cujos vestígios mais abundantes são fragmentos ou mesmo vasilhas inteiras feitas de argila queimada, usadas no preparo e armazenamento de alimentos ou, ainda, como urnas funerárias para sepultamento dos mortos (IPHAN, 2014).

populações originárias e depois subalternas que viviam nessas regiões, frequentemente vistas como áreas de natureza que permanecia praticamente intocada. Estudos como o de Bertran conseguem expandir a compreensão histórica da região para além de J.K, ao reconhecer os vestígios e a longa trajetória de ocupação anterior à construção de Brasília.

O autor desmistificou a ideia de vazio histórico pré-JK no Distrito Federal:

Eis que o Distrito Federal não era “sertão incomunicável” e, ao contrário, muito transitado nesta época, através de duas das três principais “estradas” da Capitania: a da Bahia pelos Registros de Santa Maria e Lagoa Feia e a de Minas pelo de Arrependidos. A centralidade do Distrito Federal antecede em 200 anos à sua geopolítica (BERTRAN, 1994, P. 147)

Estudos apontam que, além dos sítios arqueológicos do período pré-colonial, há registros de sítios relacionados à ocupação europeia na região, que se consolidou a partir do século XVIII. Segundo Queiroz (2007), a história do Planalto Central pode ser dividida, com base nos diferentes usos do território, em três grandes períodos, representados por distintos ciclos. O primeiro corresponde à ocupação inicial impulsionada pela mineração, iniciada com as expedições do início do século XVIII e estendendo-se até a decadência desse ciclo no final do mesmo século. O segundo período caracteriza-se pela predominância da agropecuária de subsistência, que se desenvolveu desde o início do século XIX até meados do século XX. Já o terceiro período tem início no século XX e está associado à implantação de Brasília no Planalto Central.

Os vestígios encontrados incluem restos de edificações e outras construções, assim como materiais como louça, vidro e metal de origem europeia, que eram utilizados em conjunto com cerâmica e outros itens de produção local. No Parque Nacional de Brasília, são encontrados diversos desses sítios, ligados às antigas estradas coloniais. Além disso, existem registros de uma ocupação rural mais recente, anterior à construção de Brasília, distribuídos por toda a área do Distrito Federal, com sítios compostos por restos de edificações, muros e outras estruturas, geralmente feitas de terra crua e madeira, seja bruta ou lavrada (IPHAN).

Outros registros históricos do século XVIII mencionam as estradas reais, como mencionadas por Bertran, construídas sob autorização da Coroa Portuguesa, que estava ciente da descoberta de ouro na Capitania de Goiás. Essas estradas reais demonstram que não havia vazios regionais, confirmando a presença de um trânsito significativo de viajantes, mercadores e autoridades.

De Castro Barbo e Schlee (2011) realizaram uma análise da cartografia histórica da Capitania de Goiás no século XVIII, com o objetivo de identificar os itinerários de importantes vias de comunicação que já haviam sido estabelecidas durante o período colonial

e que atravessavam o Planalto Central, especialmente nas áreas que hoje correspondem ao Distrito Federal (DF). De acordo com os autores, desde 1750 foram registrados nomes de localidades e cursos d'água nos atuais limites do Distrito Federal. Além disso, a partir de 1778, estradas que atravessavam a região começaram a ser representadas cartograficamente. Os itinerários nos documentos analisados pelos pesquisadores confirmam que o Planalto Central, dentro dos limites do atual DF, era uma rota importante entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso (Figura 10). A toponímia³⁰ dos locais e marcos naturais mencionados revela diversos lugares que ainda existem hoje, como Formosa, Mestre d'Armas, Ponte Alta, Sobradinho, Lagoa Feia, rio Maranhão, rio São Bartolomeu, Gama, Contagem e Rodeador.

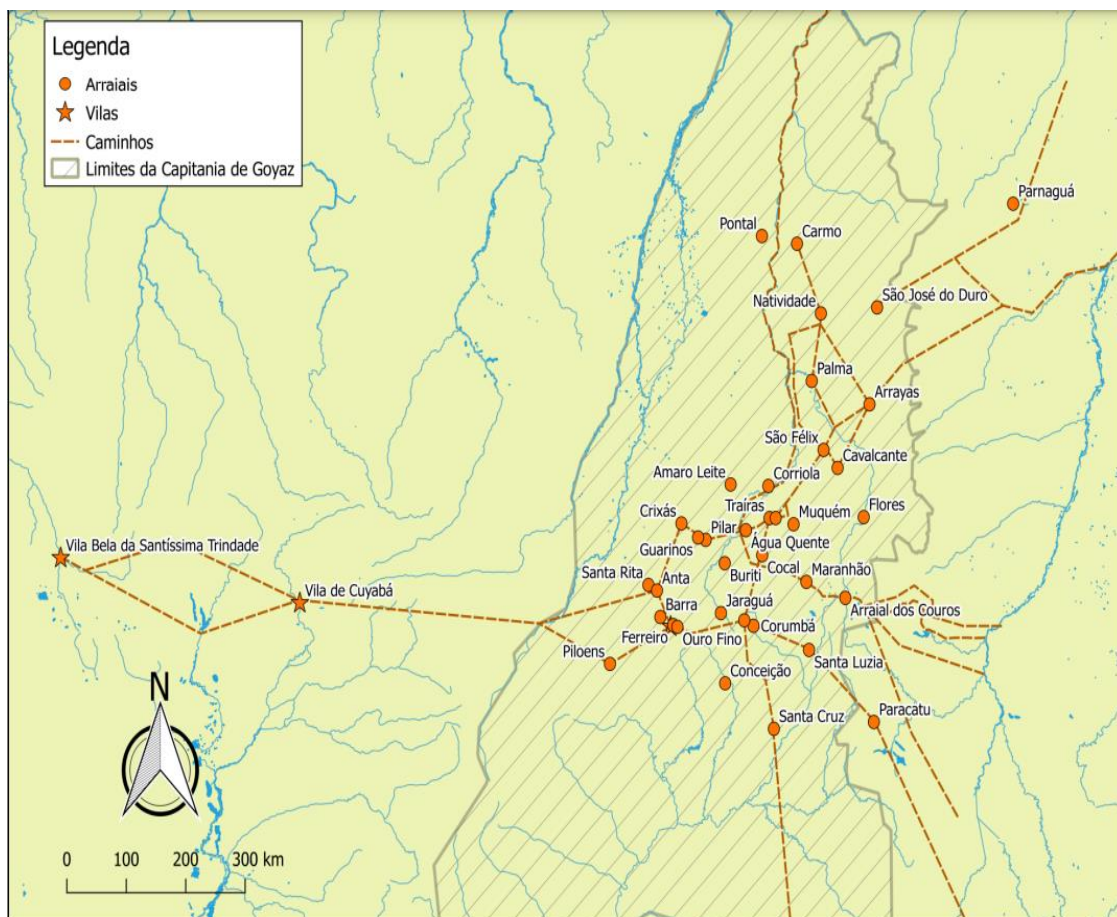


Figura 10 - Conexão dos caminhos e dos descaminhos de Goyaz com Cuyabá, São Paulo, Minas Geraes, Bahia, Piauí e Pará (MALULY, 2017)

Segundo Bertrand (1994), há cerca de dois séculos e meio, o território que hoje corresponde ao Distrito Federal era um ponto de convergência de duas das mais importantes estradas da colonização brasileira. Essas vias conectavam as antigas capitais, Salvador e Rio

³⁰ De acordo com o Dicionário online de português: Estudo linguístico e histórico da origem dos nomes do lugar (Toponímia, 2025).

de Janeiro, à futura capital do país. A “Picada da Bahia”³¹ (Figura 11), estrada que partia de Salvador e atravessava o sertão baiano, oferecendo ao viajante do século XVIII duas opções de travessia do rio São Francisco: uma em Carinhanha, na Bahia, e outra em São Romão, em Minas Gerais. No primeiro caso, o trajeto seguia pelo registro de Santa Maria; no segundo, pela Lagoa Feia, até se unirem à Formosa. Dali, a rota prosseguia em direção à Contagem de São João (próxima a Sobradinho), passando por Meia Ponte (atual Pirenópolis-GO), Vila Boa de Goiás, e seguia até Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso, localizada às margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia. Por ela passou D. Luiz da Cunha Menezes, em 1778, o Fanfarrão Minézio, quando deixava a cidade de Salvador para assumir como governador da Capitania de Goyaz. Essa estrada que vinha da Bahia chegava ao atual Distrito Federal pelo extremo nordeste.

De acordo com as pesquisas de Bertrand (1994), outro caminho que ligava o Rio de Janeiro a São Luís e Belém do Pará atravessava Minas Gerais por cidades como Juiz de Fora, São João d'El Rey, Formiga, Bambuí, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e Unaí, entrando na capitania de Goiás pelo registro de Arrepêditos e seguindo em direção a Luziânia. Esse trajeto era bem diferente do atual, que passa por Belo Horizonte, uma cidade que ainda não existia na época. Caso o viajante optasse por seguir para o Norte, ele se dirigia de Luziânia, passando pelo local onde hoje está o Plano Piloto de Brasília, até a contagem de São João e Planaltina. A partir daí, tomava a direção Norte, percorrendo um caminho semelhante ao da atual estrada para Alto Paraíso, Cavalcante, Arraias, a antiga e próspera Natividade e Dianópolis, de onde avançava para o Piauí, passando por Corrente, e para o Maranhão, por Pastos Bons, alcançando Belém do Pará.

³¹ De acordo com o Dicionário Caldas Aulete (Digital), “picada” significa: Caminho aberto em mata fechada a golpes de facão ou foice; atalho; pique; trilha (Aulete, 2025).



Figura 11 - Mapa produzido pelo brigadeiro José Raimundo da Cunha Matos, nos mostra em detalhes, o trecho da Picada da Bahia que atravessava toda a região norte do Distrito Federal. Disponível: <http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf/PICADA%20DA%20BAHIA%20atual.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

José da Costa Diogo é considerado o primeiro viajante registrado a percorrer as terras de Goiás e o atual Distrito Federal, com relatos datados de 1734 a 1735. Sua profissão ou ocupação exata é desconhecida, podendo ter sido tropeiro, comerciante ou outra categoria não identificada com precisão (MALULY, 2017). Segundo registros históricos, a viagem de José da Costa Diogo atravessou a porção norte do Distrito Federal, passando pelo vale do rio Sobradinho, a serra de São João (atual Chapada da Contagem) e o ribeirão Três Barras, dentro do Parque Nacional de Brasília. Esse caminho se tornaria a Estrada Real da Bahia em 1736. O relato de José da Costa Diogo é o mais antigo conhecido sobre uma viagem pelas terras do atual Distrito Federal (JÚNIOR, 2006).

Deusdedith Alves Junior (2006) apresenta o território da Capitania de Goiás, que perpassa o futuro Distrito Federal na primeira metade do século XVIII, a partir da figura do viajante José da Costa Diogo:

A história de José da Costa Diogo é uma história vivida no Brasil Central setecentista e por esta razão interage com um território ainda em processo de conquista, com um tempo marcado pela inauguração da atividade mineradora aurífera e os ajustes administrativos para o seu controle por parte da coroa portuguesa (JÚNIOR, 2006, p. 79).

Uma conhecida Estrada Real que ligava Santa Luzia (Luziânia) à contagem de São João (Próximo a Sobradinho) foi deixada ao abandono ou até mesmo desapareceu por mais de um século (Figura 12). Bertrand (1994) fez uma reconstituição hipotética, compreendendo

alguns trechos isolados: Posto Colorado, SQN 316, Estado Maior do Exército, Memorial JK, Parque da Cidade, Cemitério, 716 Sul, estrada do Aeroporto, estrada para o Gama e Luziânia. Um detalhe curioso é que essas vias eram extensas, mas não eram largas, nem retas, como as estradas a partir do século XX. Com pouco mais de dois metros de largura, permitiam apenas a passagem de um carro de boi. As principais funções desses caminhos eram: transporte de pessoas escravizadas, evasão de pedágios, escoamento do ouro e transporte de gado.



Figura 12 - Segmento da Estrada Real de Santa Luzia a Contagem - Foto: Margareth Souza

Precisamos compreender a história da região como um espaço rico e com trajetória própria, que abrange desde a pré-história, com sítios arqueológicos espalhados pelo Distrito Federal, até o período colonial, marcado por antigas fazendas e estradas - as chamadas picadas - que conectavam o futuro Distrito Federal e Goiás às principais cidades da época. Essa perspectiva amplia a compreensão histórica do território, desmistificando a ideia de "vazio histórico", frequentemente atribuída à região antes da construção de Brasília.

Precisamos compreender a história da região como um espaço rico e com trajetória própria, que abrange desde a pré-história, com sítios arqueológicos espalhados pelo atual território do Distrito Federal até o período colonial, marcado por antigas fazendas, trilhas e estradas — as chamadas picadas — que conectavam o centro-oeste interiorano às principais cidades da época. Essa perspectiva amplia a compreensão histórica do território, desmistificando a ideia de "vazio histórico", frequentemente atribuída à região antes da construção de Brasília.

A visão de que a história do Distrito Federal só teria se iniciado com as missões de reconhecimento e exploração dos séculos XIX e XX, como a viagem de Adolfo Varnhagen³², em 1877, e, posteriormente, as Missões Cruls (1892-1894)³³ e Polli Coelho (1946-1948)³⁴ ou com a própria instalação da NOVACAP, precisa ser revista. Esses marcos foram importantes para a consolidação do projeto de interiorização da capital, mas não inauguraram a ocupação humana ou a relevância histórica da área. Pelo contrário, a região já era habitada e culturalmente ativa muito antes dessas iniciativas. Com a instalação da Novacap, sob a liderança de Juscelino Kubitschek nos anos 1950, inicia-se um novo capítulo — emblemático, sim, mas não isolado — de uma longa e complexa trajetória histórica. Nesse contexto, a construção de Brasília não pode ser vista como um marco inaugural, mas sim como parte de um processo histórico mais amplo, que atravessa tempos, saberes, territórios e memórias anteriores.

³² Aos 61 anos, Varnhagen pediu licença da chefia da delegação diplomática na Áustria para estudar o sertão bruto brasileiro. Foi quando ele liderou a missão oficial ao Planalto Central, a primeira grande expedição científica para a localização e a mudança da capital federal. A partir do ponto terminal da Estrada de Ferro Mogiana, em Uberaba (MG), Varnhagen viajou por 30 dias seguidos em no lombo de um burro para chegar à Vila Formosa da Imperatriz, então cidade de Formosa (GO), a cerca de 80 km de Brasília. Apesar das marchas cansativas, o diplomata chegava a percorrer mais de 40 quilômetros por dia. Todo o relato da viagem ao centro do país foi registrado em uma carta, datada de 28 de julho de 1877, enviada ao ministro da Agricultura, Antônio Francisco de Paula Souza. O objetivo de Varnhagen era apontar as terras adequadas ao sistema de colonização europeu e localizar a área para a construção da nova capital (IPHAN).

³³ Em 1891, a definição da área destinada à futura capital do Brasil foi incluída na primeira Constituição da República. No ano seguinte, uma expedição científica foi enviada ao Planalto Central com o objetivo de explorar e demarcar a região. Liderada pelo astrônomo belga Louis Ferdinand Cruls, a missão ficou conhecida como “Missão Cruls”. A equipe, composta por médicos, geólogos e botânicos, realizou um levantamento detalhado sobre a topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna e os recursos naturais da área. O território delimitado passou a ser conhecido como Quadrilátero Cruls (Governo do Distrito Federal, 2020).

³⁴ O presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, criou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. Presidida pelo general Djalma Polli Coelho, colocava em prática um dispositivo do artigo 4º da Constituição Federal de 1946: “a capital da União será transferida para o Planalto Central do país”. Após dois anos de pesquisa, os estudos dessa Comissão ratificaram as informações de Varnhagen e do Relatório Cruls, e confirmaram a região que abriga as nascentes que vertem para as principais bacias do país como o local ideal para a construção da nova capital (Portal Cerratense, 2017).

2.2 A GÊNESE DO GAMA-DF

Em abril de 1956, no início do mandato do presidente Juscelino Kubitschek, o projeto de lei que determinava a transferência da capital foi enviado para apreciação na Câmara dos Deputados. Como era esperado, a oposição udenista ofereceu resistência à sua aprovação, solicitando vistas, o que resultou no engavetamento temporário da proposta. Após cinco meses de impasse, Kubitschek mobilizou o deputado da UDN de Goiás, Emival Caiado, para articular o convencimento de seus colegas de partido a fim de garantir a tramitação do projeto. Uma vez aprovado na Câmara dos Deputados, o processo no Senado foi praticamente protocolar, dado o amplo apoio que o governo possuía na casa. Finalmente, em 19 de setembro de 1956, uma quarta-feira, a Lei nº 2.874 foi sancionada por Kubitschek. No dia 30 de setembro, o Diário Oficial da União a publicou, e sua repercussão foi amplamente divulgada pelos principais jornais do país (KUBITSCHER, 2000).

Portanto, a aprovação da Lei nº 2.874 foi decisiva para que o governo colocasse em prática o seu plano de metas que tinha por base a estratégia política do desenvolvimentismo³⁵. Kubitschek descreveu em suas memórias os enfrentamentos que teria com a oposição,

[...] “a situação que havia herdado, decorrente das agitações que convulsionaram o país a partir do suicídio de Vargas, não era, de fato, animadora. Respirava-se uma atmosfera de profundos ressentimentos. Os elementos da Oposição haviam traçado uma norma de conduta que só poderia ser prejudicial ao país: a de criar todas as dificuldades possíveis à minha administração” [...] (KUBITSCHER, 2000, p. 43).

O artigo 2º da referida lei autorizava o Poder Executivo a tomar as medidas necessárias para agilizar a construção da nova capital, incluindo a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). Já o artigo 3º especificava as atribuições da companhia, como a execução, venda, locação e arrendamento de imóveis localizados no Distrito Federal ou em qualquer parte do território nacional, de acordo com os objetivos definidos pela lei. Esse arcabouço legal foi fundamental para a efetivação da construção de Brasília e a estruturação do novo Distrito Federal.

Após a inauguração de Brasília em 1960, o prefeito Israel Pinheiro concentrou seus esforços na reorganização do espaço urbano da nova capital. Preocupado com a erradicação

³⁵ Nome dado à estratégia política de desenvolvimento adotada durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que visava acelerar o processo de industrialização e superar a condição de subdesenvolvimento do país. O desenvolvimentismo como modelo econômico postulava que o crescimento dependia diretamente da quantidade dos investimentos e da produtividade marginal do capital; estes dois elementos estavam ligados ao investimento estrangeiro, que os fazia variar em função de sua própria importância. O desenvolvimentismo como ideologia de um desenvolvimento autônomo no âmbito do sistema capitalista proclamava por sua vez a riqueza e a grandeza nacional, a igualdade social, a ordem e a segurança (ABREU-FGV, 2023).

dos acampamentos improvisados que surgiram ao redor do Plano Piloto, ele promoveu a transferência desses moradores para áreas urbanizadas nas recém-criadas cidades-satélites. Taguatinga, oficializada como cidade-satélite em 1958, já abrigava muitos dos operários que participaram da construção de Brasília, tornando-se o primeiro núcleo habitacional oficial fora do centro. Sob a liderança do engenheiro José Maciel de Paiva e mais seis pioneiros, a NOVACAP, a mando de Israel Pinheiro, deu início à formação da cidade-satélite do Gama. (VASCONCELOS, 1988)

A ocupação das terras que hoje integram a Região Administrativa do Gama (RA-II) remonta a períodos anteriores à colonização, conforme identificado por arqueólogos. Registros indicam a presença de populações pré-históricas na área, que, segundo a Missão Cruls, apresentava condições favoráveis para a ocupação por populações pré-coloniais. Entre os fatores que justificam essa adequação, destaca-se a disponibilidade e a distribuição de matéria-prima adequada para a confecção de instrumentos de pedra. Alguns sítios arqueológicos de relevância histórica, localizados na região da Ponte Alta, que remontam a períodos pré-históricos e coloniais. Entre os sítios pré-históricos, encontram-se: Zico 2, Retiro e Marica (este último com ocupação na pré-história), registrados por Eurico Theófilo Miller e Paulo Jobim de Mello entre 1991 e 1992. Quanto aos sítios de ocupação colonial, destacam-se: Cantinho, Caboclo, Marica (também com ocupação pré-colonial) e Amarelinho (SOUZA, 2019).

Em 1956, após a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), grupos de trabalhadores começaram a chegar à área do futuro Distrito Federal, e Juscelino Kubitschek, em sua primeira visita ao Planalto Central, desembarcou no aeroporto Vera Cruz em 2 de outubro de 1956, próximo ao Eixo Monumental. Recebido por Bernardo Sayão assinou alguns documentos e atos de nomeação, ainda no campo de pouso JK. Visitou a fazenda Gama, junto de autoridades como os governadores de Goiás e da Bahia, JK e o deputado Israel Pinheiro caminharam até uma nascente de água, marcando o início simbólico do projeto de Brasília. Ao retornarem do passeio, a comitiva presidencial foi recebida com café produzido na própria fazenda, servido por Zenaide Barbosa dos Santos, o Café da Zenaide, com quem posaram para uma foto (Figura 13) que se tornaria histórica. A sede da fazenda localizava-se nas proximidades do aeroporto provisório, o que a tornou um ponto de apoio estratégico para Juscelino Kubitschek nos primeiros trabalhos relacionados ao início das obras de Brasília. No final do dia, o grupo retornou ao Rio de Janeiro, deixando nas terras da Fazenda Gama um marco simbólico da futura transferência da capital para o Planalto Central (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2019).



Figura 13 - Café da Zenaide na Fazenda do Gama, 2 Out. 1956. Fonte: Arquivo Público

A Fazenda Gama, com uma extensão de 3.540 alqueires, pertencia ao casal Agostinho de Almeida e Silva e Rozélia Teles da Silva, descendentes das famílias Roriz tradicionais na região de Luziânia, sendo desapropriada entre junho de 1956 e março de 1958 (VASCONCELOS, 1988). Barbosa (2021) destaca que a edificação representa um exemplo típico da arquitetura presente no Planalto Central entre os séculos XVIII e XIX, apresentando características do período colonial brasileiro. A autora também aponta que, em outubro de 1956, como o local acolheu Juscelino Kubitschek e sua comitiva durante uma visita ao terreno destinado à construção de Brasília, foi conferida à edificação um papel simbólico na narrativa política da transferência da capital.

As fazendas da região refletiam um modo de vida pastoril, tendo sido provavelmente demarcadas na segunda metade do século XVIII. Seus moradores viviam da agricultura de subsistência e da criação de gado, evidenciando o predomínio de uma dinâmica rural na área antes da construção de Brasília. Essas propriedades antigas funcionaram como pontos de apoio para caravanas e comissões que se dirigiam ao Planalto Central. Nesse contexto, a sede da Fazenda Gama destaca-se como o único exemplar remanescente desse cenário cultural.

Essa singularidade contribuiu para a solicitação de seu tombamento em 2006³⁶, feita por Ataíde Rodrigues de Oliveira, então presidente do Brasília Country Club — instituição proprietária da sede da Fazenda Gama, considerando que o imóvel preserva, ainda que parcialmente, traços de sua configuração original. Sua existência permite observar de forma clara o contraste entre duas épocas e formas distintas de ocupação do território, valorizando os marcos regionais representativos no processo de implantação de Brasília (BARBOSA, 2021).

A cerca de 400 metros da sede da Fazenda Gama está o Catetinho (Figura 14), primeira construção de Brasília, que serviu como a primeira residência oficial de Juscelino Kubitschek. O presidente J.K pernoitava no Catetinho sempre que ia a Brasília, permanecendo até 30 de junho de 1958, quando se transferiu para o Palácio da Alvorada, residência definitiva do Presidente em Brasília. Kubitschek descreve a ideia da construção do “palácio de tábuas”:

[...] “Eu ia a Brasília umas duas vezes por semana; mas pouco demorava ali, por falta de alojamento. Foi aí que João Milton Prates, aviador, e que fora meu piloto durante o meu tempo de governador de Minas Gerais, lançou esta ideia num grupo de amigos meus: "Vamos dar uma casa ao presidente?". [...] Oscar Niemeyer, que fazia parte do grupo, prontificou-se a esboçar, ali mesmo, o croqui do que seria a casa. Pediu tinta e papel, e, em dois tempos, o desenho estava concluído” (KUBITSCHKEK, 2000, P. 56).



Figura 14 - Catetinho atualmente. Fonte: Agência Brasília

³⁶ Art. 1º - Fica tombada como patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal e sob a proteção do Governo do Distrito Federal a Casa da Fazenda Gama, situada nas dependências do Brasília Country Club, considerando que essa Casa hospedou o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e sua comitiva, quando da primeira visita ao Planalto Central, ocorrida em 02 de outubro de 1956, representando, simbolicamente, o marco da transferência da Capital Federal para Brasília (BRASÍLIA, 2006). .

A área territorial do Gama pertencia às fazendas Gama, Ipê, Alagado e Ponte Alta, sendo estas as duas últimas sua base territorial. Essas fazendas pertenciam ao território do município de Luziânia (antiga Santa Luzia), sendo desapropriadas para o início das obras da nova capital. De acordo com Vasconcelos (1988) e Germires Reis, historiador e escritor de Luziânia-GO, o nome Gama é uma homenagem ao padre Luiz da Gama Mendonça, que no começo de 1747, chegou a Santa Luzia (atual Luziânia), sendo o primeiro sacerdote que penetrou o acampamento das minas da região e celebrou a primeira missa naquele lugar. O padre celebrava missas e batizados nas mais distantes localidades, portanto, em homenagem, acredita-se que o nome Gama tenha sido dado ao ribeirão e ao platô. Essa é a versão mais aceita tendo em vista que nenhum morador da própria Fazenda Gama tinha o registro desse nome.

O Gama surgiu como cidade-satélite no primeiro ano de fundação de Brasília, em outubro de 1960. Algumas versões indicam o dia 8 de outubro como a data de sua fundação, em referência à visita do prefeito do Distrito Federal, Israel Pinheiro, que já planejava a transferência de moradores da Vila Amaury para a localidade. No entanto, optou-se por aproveitar o feriado do dia 12 de outubro para marcar oficialmente a fundação, garantindo que a data fosse lembrada.

O urbanismo do Gama foi projetado pelo engenheiro Paulo Hungria com um traçado único, distinto de todas as outras cidades-satélites já desenvolvidas, organizando a área urbana em cinco setores: Norte, Sul, Leste, Oeste e Central (Figura 15). A área rural do Gama é considerada uma das mais importantes do Distrito Federal, ficando atrás apenas de Planaltina, Paranoá e Brazlândia. Ela está organizada em três núcleos rurais: Ponte Alta, Casa Grande e Alagado — sendo que a Ponte Alta é subdividida em Ponte Alta de Cima, Ponte Alta de Baixo e Ponte Alta Norte. Situada a cerca de 33 quilômetros do Plano Piloto, a cidade possui setores residenciais organizados em grandes quadras hexagonais, cada uma dividida internamente em seis triângulos. Cada triângulo abriga 96 ou 100 lotes e inclui um setor comercial, resultando em um conjunto que, na planta, se assemelha a uma colmeia (VASCONCELOS, 1988).



Figura 15 - Mapa da cidade do Gama-DF. Fonte: Governo do Distrito Federal

A ocupação do Gama teve início na Quadra 21 do Setor Leste, onde se formou o núcleo pioneiro da cidade. Posteriormente se expandiu para as quadras 15, 18 e 22, com a atuação das construtoras Juber, Americana e Itamaracá. O primeiro assentamento na cidade recebeu 30 famílias removidas da barragem do Lago Paranoá, além de moradores da Vila Amaury, Vila IAPI, Vila Planalto e em 1970, foram incorporados à população do Gama os moradores do Setor de Indústria de Taguatinga. A cidade planejada pelo arquiteto Paulo Hungria iniciou sua trajetória com a ausência de serviços públicos essenciais, que foram conquistados de forma satisfatória por meio do enfrentamento e da luta dos primeiros moradores no final dos anos 1980. A cidade tornou-se ao longo do tempo, polo econômico e de influência de municípios e localidades da periferia metropolitana de Brasília, como Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Céu Azul, Engenho das Lages e Pedregal. Como principais pontos turísticos conta com a Casa Velha do Gama, o Museu do Catetinho e a Capela São Francisco de Assis. Apresenta patrimônios ambientais pois em sua área existem três parques ecológicos: o Parque Recreativo do Gama (Prainha), que é cortado pelas corredeiras e cachoeiras do Ribeirão Gama, Parque Ecológico e Vivencial da Ponte Alta, e Parque Urbano e Vivencial do Gama, além de uma Reserva Ecológica (CODEPLAN, 2021, P. 14).

Criada como parte do projeto de ocupação do território ao redor do Plano Piloto, mantendo uma distância geográfica considerável em relação ao centro administrativo de Brasília, durante anos, enfrentou o estigma de cidade-dormitório, com uma economia frágil e

limitada, poucas opções de lazer e altos índices de violência. Além disso, sofria com um transporte coletivo precário e problemas de urbanização, como os encontrados nas quadras do Setor Oeste, popularmente conhecido como "Gaminha", e em áreas que apresentavam características de favelização. Essa realidade permaneceu por décadas como desafios enfrentados pela população gamense (PASTORE, 1969).

Embora Brasília tenha sido concebida como símbolo de integração nacional, seu desenvolvimento acabou refletindo as disparidades e a heterogeneidade características do Brasil, perpetuando a tradicional divisão entre áreas destinadas a ricos e a pobres (COSTA, 2011). O contraste entre as regiões administrativas e o Plano Piloto é abissal e fica evidente no processo histórico do uso e ocupação do solo, no crescimento desordenado, na construção em áreas impróprias para habitação e na falta de uma política econômica de desenvolvimento urbano que impactou na qualidade de vida da população dessas regiões criadas ao redor da capital federal. Coelho (2017) reforça a análise da segregação socioespacial das regiões administrativas no contexto de Brasília em que o Plano Piloto exerce uma força simbólica significativa. Ao longo do tempo, consolidou-se o estigma de que essa área não é lugar para a população de menor renda: sua presença é vista como provisória, seja em atividades de trabalho ou em habitações temporárias, que acabam removidas em nome da preservação da cidade. Sobre essas questões, trataremos melhor no próximo subcapítulo.

2.3 CIDADE-SATÉLITE³⁷: UMA DECISÃO POLÍTICA

Se teu amor foi hipocrisia / Adeus, Brasília, Vou morrer de saudade / Se teu amor foi hipocrisia / Adeus, Brasília, Vou pra outra cidade.

Alceu Valença

Brasília inspirou inúmeros poetas, compositores e artistas, que exploraram suas contradições intrigantes em suas obras e ampliaram o debate para além dos textos acadêmicos. Artistas como os integrantes das bandas Legião Urbana, Plebe Rude, Capital Inicial, além de Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Djavan e Caetano Veloso, expressaram visões divergentes sobre a cidade, capturando em suas músicas e poesias sentimentos opostos que vão do encantamento à crítica. Cada um, à sua maneira, explorou a

³⁷ A denominação 'cidade-satélite' foi criada pela Lei nº 3.751, de 1960, que organizou administrativamente o Distrito Federal. Em 1961, o território foi dividido em subprefeituras e, em 1964, a Lei nº 4.545 mudou o nome para 'região administrativa', numerando cada uma delas. As regiões administrativas se tornaram a principal divisão interna do DF, sendo continuamente ajustadas devido à urbanização. O DF passou de sete subprefeituras em 1961 para oito regiões administrativas (RAs) em 1964, 12 em 1990 e, em 2008, já contava com 21 RAs. Desde 2011, há 31 RAs. Mesmo assim, o termo 'cidade-satélite' ainda é amplamente usado no Distrito Federal e no restante do Brasil (DERNTL, 2018).

complexidade de Brasília, tornando-a um símbolo cultural multifacetado que continua a inspirar interpretações artísticas diversas.

A combinação entre as obras se estabelece por meio de um vínculo com a cidade, que não é necessariamente adornado por sorrisos e flores, mas que carrega um profundo potencial de análise às suas contradições. As obras refletem, em diferentes graus, a complexidade e as contradições numa conexão que atravessa momentos de encantamento e frustração, mas que, em sua essência, impulsiona um processo contínuo de pesquisa e reinvenção.

Alceu Valença escreveu em 1990 “Te amo, Brasília”, música sobre os migrantes que vieram para Brasília pela promessa da nova capital e se decepcionaram quando as expectativas de vida nova foram frustradas. A “hipocrisia” nos versos do compositor em parte se cumpriu, como discutiremos mais adiante. Ao mencionar a “hipocrisia” de Brasília, Valença faz uma crítica à cidade ou ao que ela representa. O compositor parece antecipar ou expor uma contradição: a capital, planejada para ser uma utopia de progresso e modernidade, talvez não tenha cumprido suas promessas para todos os seus habitantes. À primeira vista, *Te Amo, Brasília* pode parecer apenas mais uma música de tributo, uma expressão de amor e admiração por um lugar, no caso, a capital brasileira. No entanto, uma análise mais profunda revela que a canção vai além de uma simples homenagem. Ao invés de celebrar Brasília de maneira superficial, a música pode ser vista como uma crítica ao projeto modernista da cidade, idealizada para representar o progresso e a renovação nacional. Brasília, construída para representar o futuro e a modernidade do Brasil, também carrega em sua história a sombra das promessas não cumpridas. Para muitos, a cidade, com sua arquitetura inovadora e seu plano urbanístico grandioso, acabou simbolizando não apenas inovação, mas também distanciamento e frustração. Edson Beú Luiz (2007) retrata de forma precisa os sentimentos de frustração e incerteza que afetaram os trabalhadores de Brasília.

Ao convocar levas de trabalhadores de todas as regiões do país, o governo parecia não se preocupar com o dia seguinte. Ao mesmo tempo em que os candangos ouviam o chamamento e as seguidas manifestações de louvor à sua capacidade de trabalho, nada lhes era oferecido como recompensa após concluída a grande obra, especialmente em relação à manutenção de emprego e ao direito à moradia, pois nem mesmo os barracos que ocupavam nos acampamentos lhes pertenceriam (BEÚ, 2007, P. 83).

Brasília incorporou a mitológica ideia do Novo Mundo ao ser concebida como uma nova capital no Planalto Central, destinada a florescer como uma grande civilização em um paraíso de abundância. Essa visão foi inspirada no sonho profético do padre italiano Dom Bosco, que, 75 anos antes da construção da cidade, teria imaginado uma “Terra Prometida”

nessa região, caso que se tornou parte da mitologia fundacional da nova capital federal.

A transferência da capital remonta ao século XVIII, quando personalidades, estadistas e revolucionários já citavam a transferência da capital como forma de “povoar”, desenvolver e assegurar a posse do vasto interior brasileiro. No artigo terceiro da Constituição republicana de 1891 estava descrito que uma área de 14.400 km² estava destinada à construção e futura instalação da nova capital. Pastore (1969, p. 3 e 4), em seu texto “Brasília: a Cidade e o Homem”, detalhou objetivos múltiplos para a mudança da capital: introduzir recursos econômicos em áreas consideradas até então despovoadas; introduzir e desenvolver uma sólida agricultura em Goiás, Mato Grosso e Maranhão; desenvolver um sistema de comunicação para integração nacional; diminuir as desigualdades existentes entre as regiões do Brasil; a construção da nova capital seria acompanhada de uma burocracia moderna, livre dos vícios da máquina governamental do Rio de Janeiro; novo plano urbanístico para concentrar agências governamentais para facilitar a comunicação entre elas; nova capital como novo símbolo popular para o futuro do país; plano ambicioso artístico e técnico, Brasília provaria ao povo e ao mundo do que o Brasil é capaz; e, finalmente, as modernas linhas da planta física e das facilidades de habitação contribuiriam para criar uma vida “mais democrática” tanto para os altos dirigentes do país como para os simples trabalhadores.

Brasília emergiu seguindo à risca a meta-síntese de Juscelino Kubitschek, logo após sua eleição em 1955, dentro do programa do desenvolvimento do país, respondendo às teorias do desenvolvimentismo da década de 1950. Brasília foi a prioridade máxima de Kubitschek que sustentava a ideia de que a nova capital iria introduzir um novo espaço, uma nova época para o Brasil. A própria Novacap, empresa estatal que planejou, construiu e administrou Brasília, divulgava que na nova cidade haveria perfeita coexistência social, concebida para transformar a sociedade brasileira (HOLSTON, 1993).

Dentre os objetivos múltiplos, o último item descrito por Pastore (1969) afirma que a cidade diante das facilidades de habitação contribuiria para criar uma vida “mais democrática” tanto para os altos dirigentes do país como para os simples trabalhadores. Pois bem, essa intenção revela um mecanismo de negação, pois, nas entrelinhas, percebe-se um incômodo com o restante do Brasil, onde a sociedade é marcada por uma estratificação de classes sociais, e o acesso a serviços e equipamentos urbanos é distribuído de maneira desigual, conforme as classes (HOLSTON, 1993). Nesse contexto, Brasília não é vista apenas como o oposto dessa realidade desigual, mas também como um antídoto para evitar o que acontecia nas outras regiões do país.

Para Holston (1993), embora Brasília tenha sido projetada com o objetivo de criar uma nova forma de sociedade, ela acabou sendo construída e ocupada pelas mesmas dinâmicas sociais que se pretendia rejeitar, trazidas pelo restante do Brasil. A chave para entender essa contradição não está na falha de criar algo novo, mas na própria concepção das cidades-satélites, que materializaram esse paradoxo. A cidade planejada não ficou imune às contradições e conflitos entre as duas sociedades que coexistiam. O próprio governo acabou reforçando algumas das condições básicas de subdesenvolvimento que buscava erradicar.

A concepção de Brasília buscava negar as características de subdesenvolvimento e da vida urbana tradicional no Brasil. Curiosamente, os brasilienses rejeitavam a imposição desse novo modelo de urbanismo, mas aceitavam a ideia de negação do subdesenvolvimento. O migrante que fugia da miséria e da fome encontrava em Brasília oportunidades econômicas de trabalho que lhe proporcionaram melhores condições de vida, algo que não encontrara em sua região de origem. No texto "Os filhos dos candangos: exclusão e identidade", Beú (2007, p. 108) entrevistou vários trabalhadores da construção da nova capital, chamados localmente de "candangos", e mostrou que a trajetória iniciada nos anos 1950 revela não apenas perdas, mas também importantes conquistas. Segundo eles mesmos, o balanço final é positivo. Embora tenham sido submetidos a uma exclusão socioespacial, avaliavam que suas condições de vida eram muito melhores do que as enfrentadas em suas regiões de origem.

Vale destacar que a maioria dos pais dos entrevistados veio do sertão nordestino, uma área historicamente grassada pela seca e pela aguda desigualdade social, onde a sobrevivência era dificultada pelo desemprego e pela falta de assistência médica. A saudade de sua terra natal era um sentimento permanente, mas o retorno definitivo para o seu lugar de origem não era consenso para a maioria dos candangos, que mesmo se sujeitando a jornadas exaustivas e muitas vezes habitando alojamentos precários ou mesmo em favelas, chegaram a estabelecer vínculo com o local.

O plano vencedor de Lucio Costa não compreendeu, como se sabe, a expansão do que ocorreu no DF. Conforme conhecido trecho do seu Relatório, o urbanista partiu do princípio de que a cidade "não será, no caso, decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região".

Conforme afirmou Lúcio Costa no início dos anos 1970:

O Plano estabelecido era para que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500 a 700 mil habitantes. Ao aproximar-se destes limites, então, é que seriam planejadas as Cidades-Satélites, para que estas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas, arquitetonicamente definidas. Este era o Plano proposto (COSTA, 1974, p. 26).

Durante muito tempo permaneceu a ideia de que não havia projeto para abrigar os trabalhadores no período pós-inauguração de Brasília. O direito a um lugar na cidade, contudo, não era o Plano Piloto, e sim as regiões periféricas da capital, considerando que no projeto de Lucio Costa e nem nas diretrizes da Novacap havia a previsão de cidades-satélites. O projeto para alocar os trabalhadores que representavam a mão de obra excedente estava na criação de unidades rurais, conhecidas como USERS (Unidades Socioeconômicas Rurais) com o objetivo de abastecer o centro administrativo. De acordo com Derntl (2020), havia um planejamento regional para a área que formaria o Distrito Federal, refletindo a preocupação dos planejadores com o abastecimento de Brasília.

Juscelino Kubitschek e Ernesto Silva descreveram o Plano de Abastecimento de Brasília e a criação das USERS (Unidades de Serviços Rurais) como parte fundamental desse processo, visando organizar a produção de alimentos para a capital. Embora o planejamento inicial das USERS não tenha sido implementado, ele serviu de base para a estruturação produtiva rural no DF. Caiado (2005) reforça a ideia de previsão de núcleos urbanos, denominados cidades-satélites, no projeto urbanístico para serem implementados a partir da saturação do limite populacional estabelecido para o Plano Piloto. A autora afirma que sua implantação antecipada em áreas distantes do centro criou grandes vazios urbanos e iniciou uma ocupação controlada pelo Estado, marcada por uma divisão social no espaço urbano, que influenciou a organização do território do DF e seu entorno.

Na década de 1960, a ocupação irregular do solo, marcada por invasões e posses irregulares, alterou os planos originais de uso produtivo da terra, que acabaram sendo direcionados para outros fins. Brasília não aparece como empreendimento exclusivamente urbano ou restrito ao Plano Piloto, mas compreende, em sua zona rural, projetos para núcleos também concebidos segundo um ideário modernista e dotados de caráter modelar. Ainda que os projetos aqui não tenham sido implementados por completo, contribuíram para moldar a ocupação inicial do território e integram um conjunto de decisões tomadas à época da implantação da capital (DERNTL, 2020, P.2). Maria Fernanda Derntl (2019), em sua análise voltada para o urbanismo e arquitetura, observou que de fato havia uma proposta para o território do Distrito Federal que foi acelerada devido ao grande contingente de ocupação ilegal, onde os planos foram reelaborados devido a urgência de demanda habitacional.

A partir de 1958 a Novacap decidiu construir cidades-satélites para acomodar os trabalhadores (também chamados de candangos³⁸ ou pioneiros) alojados nos acampamentos das construtoras ou vivendo em favelas nas redondezas do Plano Piloto. Importante destacar que a formação de algumas das primeiras cidades satélites, inclusive a já existente Cidade Livre, se deu por associações voluntárias de moradores que reivindicavam a legalização da posse da terra, serviços urbanos e a continuação dos assentamentos. A Vila Sara Kubitschek, que deu início a ocupação de Taguatinga³⁹ em 1958, foi o primeiro caso dos resultados de enfrentamento de uma associação que contava com um grupo de comando, surgindo ao lado da Cidade Livre pelo impedimento imposto pela GEB, a mando do governo, para evitar que migrantes alcançasse a Cidade Livre e ampliasse a invasão. A escolha do nome da primeira-dama para batizar a favela foi estratégica e de genialidade para um tipo de organização com alcance político limitado. A associação através do grupo de comando pressionou o governo que decidiu criar uma cidade-satélite a 25 km de distância para acomodar os moradores da favela Sarah Kubitschek.

Enquanto isto, a Cidade Livre explodia demograficamente. E uma invasão é formada ao seu lado, do dia para a noite. Naquela época qualquer invasão clandestina era reprimida pela guarda. Muitos problemas de violência estavam surgindo. Os invasores fizeram faixas de apelo e deram à invasão um nome político: Vila Sarah Kubitschek. [...] Ante os problemas, o próprio presidente Juscelino se preocupou em resolvê-los. E, depois de uma reunião com Israel Pinheiro, decidiram, ambos, abrir de imediato, um loteamento da futura cidade. [...] Em uma semana tem início a transferência da Vila Sarah Kubitschek. E a futura Taguatinga começa em 05 de junho de 1958 (VASCONCELOS, 1988, P. 24-25).

Após a transferência, a mobilização política que viabilizou a criação da primeira cidade-satélite não teve continuidade em ações que garantissem representatividade política ou melhorias nos serviços urbanos. Assim, a associação acabou se dissolvendo logo após a conquista do direito à moradia (HOLSTON, 1993).

Outro caso de organização dos moradores teve a liderança de Amaury de Almeida, membro da Novacap, que tinha vínculo com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e propôs a criação de um assentamento que reunisse favelados que trabalhavam para as empresas de construção e que haviam fixado residência ilegal nos arredores do Plano Piloto, a Vila Amaury (Figura - 32). O governo, através da Novacap, autorizou o

³⁸ Antes da construção de Brasília, a palavra "candango" era usada de forma depreciativa, originada da língua quimbundo de Angola, onde os africanos se referiam pejorativamente aos colonizadores portugueses. No Brasil, o termo passou a designar trabalhadores pobres do interior. No entanto, durante a edificação de Brasília, "candango" adquiriu uma conotação positiva, referindo-se a todos os envolvidos na construção da capital.

³⁹ Taguatinga tem sua origem no nome da fazenda que originou o seu território. Etimologicamente, Taguatinga é um vocábulo oriundo da língua tupi e composto para designar "terra branca" ou "barro branco" (VASCONCELOS, 1988).

acampamento em terras que seriam inundadas pelo lago artificial, o futuro Lago Paranoá. A intenção da estatal era ratificar a provisoriamente do assentamento. O assentamento recebeu a denominação oficial de Núcleo Provisório Bananal, mas era conhecido popularmente pelo próprio nome do seu líder. Com a total insegurança habitacional do local, que seria submerso pelas águas do lago, o líder do assentamento propôs a criação da Associação Beneficente da Vila Amaury. A associação, cujo único objetivo era o direito à permanência no Distrito Federal, se organizou minimamente para lutar por esse direito. Se exigia do governo como reivindicação a criação de uma nova cidade-satélite para acomodar na legalidade os futuros despejados pelas águas. A intenção era que se repetisse o que aconteceu com os favelados da Vila Sara Kubitschek, quando foram removidos e conquistaram o direito de residir legalmente em Taguatinga. Durante oito meses, o lago subiu lentamente até atingir a chamada “cota mil⁴⁰”.

Enquanto suas águas não atingiam o nível máximo, os moradores resistiam em deixar o local. Conforme o lago enchia, casas, ruas, bares e todas as lembranças ali vividas foram engolidas pelas águas. Essa história permanece submersa, atraindo pessoas de várias partes do mundo, mergulhadores e entusiastas em busca dos segredos e relíquias da Vila Amaury (MEMÓRIA CB, 2023).

A força do movimento de moradores através da associação estava nos laços políticos de que o seu líder mantinha com o PTB e na relação do partido com a base governista, que inclusive contou com a simpatia do vice-presidente João Goulart⁴¹ (1919-1976).

⁴⁰ O lago de Brasília, decorrência da barragem construída no rio Paranoá, envolve a cidade, formando um compasso curvo de mais de 40 quilômetros, de ponta a ponta, e armazenando cerca de 600 milhões de 138 metros cúbicos de água, com cinco quilômetros de largura e 35 metros de profundidade. A linha-d'água atinge a cota de 1.000, o que quer dizer mil metros acima do nível do mar (KUBITSCHEK, 1975, P. 137-138).

⁴¹ João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, com a defesa das chamadas reformas de base, que incluíam reforma agrária, tributária, administrativa, bancária e educacional. Em março de 1964, durante um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no qual havia mais de 300 mil pessoas, Jango anunciou o início das reformas de base. A reação da oposição foi imediata: dias depois ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em 31 de março, os militares, com o apoio dos Estados Unidos, deram início a um golpe de Estado (Memorial da Democracia 2015 - 2017).



Figura 32 - Vila Amaury: a vila submersa. Fonte: NEIVA, Ivany Câmara. Uma cidade encantada: memórias da Vila Amaury em Brasília. Brasília: LGE Editora, 2004.

Em meio à mobilização da Associação Beneficente de Vila Amaury, Sobradinho⁴² foi criada em maio de 1960, tornando-se a segunda cidade-satélite do Distrito Federal, destinada a receber os moradores da vila. Parte desses moradores também foi realocada nas cidades-satélites de Taguatinga e Gama. A conquista do direito de permanecer no Distrito Federal levou à desarticulação e ao fim da Associação Beneficente de Vila Amaury.

O Núcleo Bandeirante surgiu em 1956, inicialmente chamado de "Cidade Livre"⁴³, como um polo de apoio comercial e de serviços para os trabalhadores que vieram construir a nova capital federal. Caracterizado por construções de madeira, o local funcionava com lotes cedidos em regime de comodato, sem escritura, sob a premissa de que seria uma ocupação

⁴² Na versão lendária mais popular, o nome da Região Administrativa veio da existência de um velho cruzeiro de madeira rústica, erguida antes de 1850, às margens de um ribeirão numa fazenda e no qual teriam sido construídas duas casinhas do pássaro João-de-Barro, sobrepostas, em cima do braço direito do mesmo. Tal fenômeno atraía a atenção dos viajantes, que passavam a tomar por referência aquele ponto geográfico, denominando-o "Cruzeiro do Sobradinho" ou "Sobradinho do Cruzeiro". Na outra corrente, nestas terras existiu um pequeno sobrado que servia de referência para os contrabandistas de ouro que procuravam burlar o fisco real (SOBRADINHO, 2024).

⁴³ A fim de atrair rapidamente comerciantes e empresários que pudessem suprir necessidades tão básicas, o governo passou a conceder benefícios aos novos comerciantes, liberando-os de obrigações como alvará, pagamento de tributos e limitação de horário para funcionamento. Daí a origem do nome Cidade Livre (Memorial da Democracia, 2015-2017).

provisória até a inauguração da capital. Essa localidade se tornou emblemática por ter sido o primeiro aglomerado urbano do Distrito Federal que não foi oficializado como primeira cidade-satélite, comprovando a intenção dos planejadores em promover uma exclusão socioespacial dos moradores, colocando inclusive em dúvida o tipo de planejamento regional para a região. Depois do dia 21 de abril, data da inauguração de Brasília, todos os moradores da cidade livre eram invasores, de acordo com a Novacap (HOLSTON, 1993).

Juscelino Kubitschek antes de deixar a presidência da república teria se comprometido oralmente em manter a antiga Cidade Livre (Figura - 33), cuja duração segundo os planos iniciais, deveria coincidir com a inauguração da nova capital. Jânio Quadros⁴⁴, durante a campanha eleitoral, garantiu que a cidade seria legalizada. Quando eleito mudou o discurso e na figura do novo prefeito do Distrito Federal, Paulo de Tarso, iniciou remoções que acenderam o alerta aos moradores. Para Holston (1993) a prática de garantir compromissos entre governantes e governados de forma oral, sem a necessidade de registros escritos, foi rompida durante o governo de Jânio Quadros, cuja postura na campanha eleitoral e as medidas adotadas no poder geraram desconforto pela quebra desse padrão tradicional. As primeiras medidas de Paulo de Tarso, prefeito do Distrito Federal, visavam reduzir as invasões da cidade ocasionando uma série de remoções para diversas cidades-satélites que foram vistas pelos comerciantes como o início de uma erradicação total.

Para combater as medidas do governo Jânio Quadros, surgiu na Cidade Livre sob a liderança da Associação de Comerciantes, o Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante (MPF), que agrupava toda a cidade, cujo objetivo principal era a luta pela sobrevivência da cidade pressionando o congresso para alcançar a legalização da ocupação. A estrutura organizacional do movimento contava com diversos departamentos divididos em presidente, vice-presidentes, secretário, tesoureiros, publicidade, relações públicas e cultura. O movimento nascido do desejo de fixação se constituiu em um dos eventos mais significativos da história de Brasília, como alternativa para enfrentar a política de demolição e uma experiência de ação solidária para preservar o espaço urbano pioneiro (SOUSA, 1991).

⁴⁴ Jânio Quadros foi o primeiro a tomar posse em Brasília como presidente do Brasil, eleito em 1960. Conhecido por sua postura populista e estilo excêntrico, Jânio construiu sua carreira política com base em uma imagem de moralizador, prometendo combater a corrupção. Antes de ser presidente, foi prefeito de São Paulo e governador do estado. Seu mandato presidencial, no entanto, foi curto e marcado por decisões polêmicas. Em 1961, após apenas sete meses no cargo, renunciou de forma inesperada, alegando pressões de "forças ocultas", o que abriu caminho para uma crise política e o início da instabilidade que culminaria no golpe militar de 1964 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2006).



Figura 33 - Avenida comercial da Cidade Livre. Fonte: Fundo Novacap – Arquivo Público

Durante a fase mais dura de enfrentamento com o governo, que resultou em demolições, expulsões e fechamentos de lojas e violência, o MPF sofreu dissidências internas que abalaram sua organização, sendo preciso reorganizar todo o movimento para fazer frente ao prefeito Paulo de Tarso. O evento da renúncia de Jânio em 25 de agosto de 1961 repercutiu em grave crise na política brasileira, mas que significou passo importante para que o MPF estivesse mais próximo de conquistar o direito de fixação e legalização definitiva da cidade. João Goulart, que já havia demonstrado simpatia pela permanência da Cidade Livre, assumiu a presidência sob o regime parlamentarista, e, precisando de apoio para governar sob o novo regime, decidiu apoiar a iniciativa do movimento pró-fixação. Em 20 de dezembro de 1961 a Lei nº 4020⁴⁵ no artigo Art. 1º decretou que o chamado Núcleo Bandeirante passaria a ser considerado cidade-satélite (BRASIL, 1961).

O movimento pela fixação da Cidade Livre representou a maior ação popular até então, mesmo que sob forte influência de empresários e comerciantes, de resistência à prefeitura do Distrito Federal e por consequência, ao governo federal que mobilizou forças na

⁴⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4020-20-dezembro-1961-353718-publicacaooriginal-1-pl.html>

tentativa de seguir com o plano original que era blindar o Plano Piloto das condições existentes no restante do Brasil repleto de pobreza e subdesenvolvimento. Centenas e depois milhares de barracos de madeira iam sendo fixados e posteriormente transferidos para as cidades-satélites, escondendo na distância geográfica a miséria dos migrantes dos olhos dos visitantes ilustres e das fotografias e filmes propagandísticos da arquitetura e do plano ímpar da “capital da esperança” (SOUSA, 1998, P. 180). Assim como os movimentos que lutaram e contribuíram para o surgimento de Taguatinga e Sobradinho, o MPF também sucumbiu e as novas identidades políticas não tiveram continuidade. De acordo com Holston (1993), as primeiras cidades satélites do Distrito Federal tiveram uma origem subversiva, surgindo por meio de ocupações de terra. Essas ocupações reivindicavam o direito à residência legal em áreas urbanas, em contraste com o planejamento inicial, que previa comunidades predominantemente rurais.

Os três casos citados, incluindo o Gama que tem sua história ligada à Vila Amaury e a Vila IAPI, servem para compreender que o processo de formação das primeiras cidades-satélites foi consequência de uma luta bem-sucedida que garantiu o acesso legal a um lote. As associações formaram identidades políticas com objetivos limitados onde a prioridade era o direito legal à residência, ficando de fora o desejo de obterem direitos políticos após essa conquista, algo que traria consequências permanentes para as periferias criadas. Portanto, a falta de reivindicações mais amplas, fez com que a “concessão” governamental desmobilizasse de forma imediata aquelas entidades. O desaparecimento dessas organizações facilitou a ação governamental para a manutenção do Plano Piloto inatingível pelas favelas ao seu redor o que Holston (1993) chama de periferia ilegal, para criar a periferia legal, controlando todo o seu planejamento urbano e estrutura político-administrativa.

Assim surgiu um novo modelo de povoamento dentro da estrutura administrativa do Distrito Federal concebido pela criação das cidades satélites. Esse modelo pré-definia quem ocuparia determinados espaços, favorecendo o acesso da alta burocracia ao Plano Piloto (praticamente inabitado à época) e garantindo a manutenção de um clima de tranquilidade nas relações político-administrativas que foram estabelecidas entre o centro e a periferia. O clima de tranquilidade, mantido pelo controle centralizado que emanava do centro para a periferia, foi reforçado pela própria dinâmica de assentamento nas cidades periféricas recém-criadas. A começar pela distância dessas periferias em relação ao Plano Piloto e seus bairros nobres, o que proporcionava um certo distanciamento de problemas que pudessem perturbar essa tranquilidade. Além disso, o processo de assentamento exigia que o próprio morador construísse seu barraco no lote designado, garantindo uma ocupação imediata e evitando o

risco de perder o espaço para outra ocupação. Posteriormente, as melhorias nas moradias ficariam a cargo dos próprios moradores, realizadas em seu tempo livre, o que os impediria de utilizar esse tempo ocioso em protestos ou reivindicações. Stumpf e Santos (1996), apontam que os serviços de infraestrutura implementados gradualmente nas cidades-satélites estavam acima da média nacional, precisamente para evitar movimentos reivindicatórios que pudessem ameaçar a estabilidade do Plano Piloto, especialmente durante os governos militares.

Gouvêa (1995) descreve esses mecanismos como eficientes instrumentos de controle social, uma vez que a população, além de estar fisicamente distante e, portanto, com menor capacidade de mobilização para protestos, permanecia ocupada em longas etapas de construção, desde a ocupação inicial até as melhorias habitacionais, o que os deixava sem tempo para reivindicar outros direitos. Outro aspecto fundamental para a manutenção da tranquilidade foi a ausência de representação política nas cidades-satélites, com o objetivo de eliminar as turbulências inerentes à organização política, relegando esses espaços a um estado de desarticulação política. O Estado e o mercado imobiliário contribuíram para o processo de segregação que caracteriza a relação entre Brasília e as cidades-satélites, acentuando a expulsão de famílias de baixa renda, que muitas vezes foram forçadas a se deslocar além das fronteiras do Distrito Federal (SANTOS, 2018).

Podemos afirmar que a criação das cidades-satélites foi resultado de uma decisão política estratégica. Em primeiro lugar, ao atender as demandas dos movimentos populares que lutavam pelo direito à moradia, o governo conseguiu absorver sua autonomia e autoridade. Depois, ao negar qualquer forma de representação política a essas áreas, impôs-se uma completa subordinação da periferia ao centro, gerando um alto custo social para os habitantes das cidades-satélites. A categorização dos moradores do Distrito Federal em dois tipos de brasilienses fazia parte dessa estratégia política. De um lado, havia o brasiliense com acesso às moradias do Plano Piloto e a serviços públicos de qualidade; do outro, o brasiliense que precisava buscar residência nas cidades-satélites, enfrentando serviços públicos precários, escassez de empregos e longas distâncias, agravadas por um transporte coletivo caro e ineficiente. A respeito dessa divisão social Holston (1993), afirma que:

[...] o pertencimento a um dos grupos de status acarretava um conjunto de direitos, privilégios, poderes e formas de consideração social com respeito ao outro afetava significativamente as condições de vida de seus membros. Por esta razão, podemos descrever essa distribuição de vantagens como um exemplo de estratificação social (HOLSTON, 1993, P. 282).

Paviani (1998) descreve com precisão o que ocorreu nas décadas seguintes, quando a

abertura de novos espaços urbanos no Distrito Federal acentuou ainda mais o abismo entre o centro e as regiões periféricas. No Plano Piloto, concentram-se o poder político, a administração pública, os melhores postos de trabalho e salários, além de áreas de mansões e apartamentos de luxo. Em contraste, as cidades-satélites foram marcadas por habitações de baixo custo, muitas vezes construídas por meio de mutirões, e por uma população de baixa renda. Em 1970, as carentes cidades-satélites representavam a segregação espacial dos mais pobres, aumentando a periferia antes de as áreas centrais terem atingido entre 500 mil a 700 mil moradores, de acordo com as pretensões originais de Lúcio Costa. Os antigos e os novos migrantes foram se localizando nas periferias, enquanto o centro urbano nunca chegou a atingir a população programada.

Os moradores do Distrito Federal e de outros estados brasileiros ainda utilizam o termo "cidade-satélite" para se referir às regiões periféricas em relação ao Plano Piloto, que fazem parte do território do Distrito Federal. Em 1998, o termo "cidade satélite" foi proibido nos documentos oficiais do Governo do Distrito Federal, com a justificativa de que se reforçava uma hierarquia entre o Plano Piloto e as demais áreas, uma distinção que, ao menos em tese, deveria ser combatida pelas políticas públicas distritais. Oliveira (2021) observa que o conceito de "cidade satélite" remete a um processo histórico de marginalização que transcende a simples divisão espacial. Por exemplo, as RAs do Lago Norte e Lago Sul, áreas destinadas à população de alta renda, não fazem parte da RA do Plano Piloto, mas nunca foram classificadas como cidades satélites.

A jornalista Conceição Freitas, em matéria publicada no jornal *Metrópoles*⁴⁶ em 2019, criticou a mudança do termo "cidade-satélite" promovida pelo ex-governador Cristovam Buarque⁴⁷. Ela considera a expressão "Região Administrativa", reduzida à sigla RA, como "*cumprida, enfadonha e desprovida de sentido*" (METRÓPOLES, 2019). Apesar dessa crítica, Freitas reconhece que a criação dessas regiões ocorreu em um contexto histórico de segregação socioespacial, o que fez do Distrito Federal o território mais desigual do Brasil em termos espaciais. A polêmica em torno do termo ainda provoca discussões, debates e

⁴⁶ *Metrópoles* é um veículo de comunicação com linguagem acessível e atuação totalmente voltada para o meio digital. Comprometido com a informação de qualidade, o portal se destaca por sua capacidade de informar, escutar, interagir, debater, denunciar, diversificar, entreter e prestar serviços relevantes à sociedade do Distrito Federal e de todo o país.

⁴⁷ No último ano do mandato de Cristovam Buarque como governador do Distrito Federal, foi publicado o Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998, que proibia a utilização da expressão "satélite" para designar as cidades do território do Distrito Federal em documentos oficiais e outros registros públicos. O artigo 1º do decreto estabelecia que "as cidades situadas no território do Distrito Federal deverão ser designadas por seus respectivos nomes em documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal, sendo vedada a utilização da expressão 'satélite'." (Brasil, 1998).

confusões que têm suas raízes no planejamento e na formação do Distrito Federal. Embora houvesse projetos para a criação de cidades-satélites, persistiam incertezas sobre a inclusão dessas áreas no contexto da capital e no seu desenvolvimento, gerando dúvidas sobre a definição do que realmente constituiria Brasília.

Em novembro de 2019, uma enquete realizada pela página do Facebook "Histórias de Brasília" (colocar referência) levantou a seguinte questão: “A denominação 'cidade-satélite' foi considerada pejorativa e oficialmente substituída por 'região administrativa'. No entanto, uma nova geração de brasilienses deseja resgatar o termo 'satélite'. Qual é a sua opinião sobre isso?” As respostas foram variadas, entre os que defendiam o retorno ao antigo termo cidade-satélite e os que defendiam a manutenção da mais recente nomenclatura. Um internauta comentou que “satélite dá uma noção de segregado e inferior, enquanto região administrativa remete a algo mais integralizado”, outro destacou que “cidade satélite é a cara de Brasília. Região Administrativa tem em todo o país, mas cidade-satélite só aqui”. A discussão expandiu-se para assuntos como a insatisfação pela falta de autonomia na escolha dos administradores e a falta de estrutura que persiste nas regiões administrativas. Outro comentário interessante afirmou que “tanto faz, o importante é que a segurança, saúde, educação e lazer funcionem”, mostrando que a discussão do termo é mais um detalhe do propósito de exclusão socioeconômica que atingiu essas áreas isoladas.

A Constituição Federal de 1988 determinou no artigo 32 que o Distrito Federal é uma unidade da federação que combina competências legislativas de Estado e Município, abrigando a capital federal do Brasil, Brasília, que também é a sede do governo do Distrito Federal. Apesar de sua natureza híbrida, a Constituição Federal de 1988, proíbe a divisão do Distrito Federal em Municípios. Assim, sua estrutura política se diferencia das demais unidades federativas do país, contando com um governador e uma Câmara Legislativa composta por 24 deputados distritais, mas sem a figura de um prefeito. Em 1990, os eleitores do Distrito Federal tiveram, pela primeira vez, a oportunidade de eleger, além do governador, 24 deputados distritais.

O ponto principal para entendermos a disputa pela denominação, está no processo de criação dessas regiões e, mais importante, na forma como suas populações foram excluídas da "Capital da Esperança" ou da "Brasília Modernista". O impacto de décadas de projetos políticos que, ao invés de integrá-las plenamente à capital, as trataram como meros apêndices, cidades-dormitório sem relevância, onde o interesse se limitava ao uso da mão de obra e ao controle social. As cidades-satélites, ou Regiões Administrativas, foram negligenciadas em termos de infraestrutura urbana, sofrendo com a falta de investimentos públicos que as

privaram, por décadas, de segurança, lazer, cultura, emprego, transporte coletivo e saúde pública. Para se ter uma ideia, em 1985, na cidade do Gama – inaugurada ainda em 1960 –, apenas 45% da população tinha acesso à rede de esgoto. Tavares (2009), em seu estudo sobre a marginalização da juventude na periferia da Ceilândia no Distrito Federal, utilizando como abordagem o estilo de vida da cultura Hip Hop, estabelece também essa relação de dependência criada propositalmente entre periferia e centro, onde Ceilândia é a periferia passiva, invisibilizada e inexpressiva.

Esses problemas ainda são evidentes nos relatos de gerações que viveram, e continuam a viver, nessas regiões. Para Ferreira e Penna (1996) o tecido urbano de Brasília se desenvolveu caracterizado pela fragmentação social e polarização espacial, formando um mosaico multifacetado. Nesse contexto, um dos aspectos mais preocupantes é a presença de áreas que permaneceram inertes ao desenvolvimento, compostas exclusivamente por residências de populações pobres e segregadas.

As regiões administrativas ainda necessitam de serviços urbanos que possam conferir dignidade à população, tendo em vista que algumas localidades ainda carecem de infraestrutura básica. Depois, para que deixem o rótulo de dormitório é fundamental fortalecê-las economicamente, com incentivos fiscais consideráveis no comércio para a geração de empregos, redução de impostos estaduais e federais e parcerias para a implantação de indústrias próximas à cidade. Comércio e indústria fortalecidos poderiam reduzir a dependência do serviço público, surgindo novos postos de trabalho e formação específica para contribuir com a carência da mão de obra. Incentivo maior e ampliação da parceria entre o GDF e a agricultura familiar nas RAs para o abastecimento de instituições públicas. Outro ponto fundamental é a escassez quase total de lazer e eventos culturais, que faz com que a população das regiões administrativas se desloque para o plano piloto em busca de entretenimento. Investimentos e mais opções de transporte público, que é uma celeuma histórica em todo o Distrito Federal. Incentivar a criação de parques que propiciem qualidade de vida e oferta serviços, além da construção de complexos culturais que possibilitem o contato da população com o teatro, música e exposições é uma forma de valorizar a arte e a produção artística local e de fomentar a geração de empregos vinculados à cultura.

Por último, penso que a descentralização política das RAs a partir da mudança na legislação para que a comunidade local possa de alguma forma participar da escolha do administrador regional e que esse tenha a autonomia suficiente para solucionar questões locais que representam uma demanda diferente em relação ao Plano Piloto. Mesmo com a possibilidade de participar das eleições escolhendo deputados distritais e governador, há uma

diferença entre as necessidades particulares das RAs e as demandas do Plano Piloto, onde os instáveis necessitam de maior participação e representatividade política. Tais medidas se bem elaboradas e colocadas em prática com planos governamentais sérios, levando em conta a participação da população em seu planejamento e aplicabilidade, têm possibilidade de fazer com que os núcleos urbanos periféricos se tornem mais cidades e menos satélites-dormitórios favorecendo a superação de hierarquias implícitas entre Brasília (o Plano Piloto) e as demais áreas, promovendo um modelo de desenvolvimento urbano mais equitativo e inclusivo.

Rocha (2012) classifica os habitantes do Distrito Federal entre estáveis (Plano Piloto) e instáveis (zonas periféricas), apesar de reconhecer que existem as figuras intermediárias. A classificação não é redutível ao simples antagonismo entre ricos e pobres ou na propriedade ou detenção de capital econômico. Ela designa indivíduos (estáveis) ancorados socialmente num contexto social determinado ocupando uma posição dominante e indivíduos (instáveis) em posição dominada, os marginais, fragilmente protegidos pela disposição de suportes que lhes permitem inserir-se plenamente na sociedade.

Todavia, até o momento, o que temos de concreto é o contraste entre o Plano Piloto e a maioria das RA's, contraste que se torna evidente na própria historiografia do Distrito Federal, que se reflete nos conteúdos trabalhados em sala de aula, priorizando uma visão hegemônica da história de Brasília e relegando a um segundo plano, ou ignorando completamente, a história social das regiões administrativas. Neste trabalho, apresento parte da história do Gama, construída desde 1960 por pessoas comuns, muitas vezes marginalizadas, em meio a lutas, violências e eventos marcantes.

2.4 MEMÓRIAS DA CIDADE DO GAMA-DF

“A minha história é, talvez. É talvez igual a tua, jovem que desceu do Norte, que no Sul viveu na rua. E que ficou desnorteado, como é comum no seu tempo”.

Belchior

Os versos de Belchior capturam a experiência de inúmeras famílias que deixaram suas terras natais em busca de novas oportunidades ou para escapar das dificuldades que assolavam suas regiões, especialmente o Nordeste brasileiro. A poesia de Belchior pode ser transportada para a história de Brasília, pois reflete a vida de tantas pessoas que participaram ou que são frutos da expansão de Brasília e da formação do Distrito Federal. Essas famílias, movidas pelas promessas de progresso da Era JK, arriscaram tudo ao migrar para o Planalto Central. Belchior, contudo, vai além ao expressar as angústias, a desorientação e o preconceito vividos pelo migrante de origem humilde, que estava perdido e deslocado em

um ambiente novo, lidando com o estranhamento e a incerteza.

Sou herdeiro dessa história de migração, assim como muitos amigos, colegas e conhecidos que encontrei ao longo da vida. A consciência de que minha trajetória é consequência desse processo histórico, marcado por um planejamento urbano precário e proposital, que resultou em uma segregação socioespacial, reforça a importância de promover uma reflexão com as novas gerações que estão em formação na educação básica. O objetivo de envolver a geração atual da educação básica com as memórias da cidade do Gama reflete a aflição do professor, que se propôs a pesquisar a história da cidade sob o viés social, em promover a inserção dos alunos e da localidade onde moram ou estudam, com a história da cidade com uma proposta pedagógica voltada para o trabalho docente dos professores da educação básica, que contribuirá para que os alunos percebam que tanto o lugar em que vivem como a comunidade a que pertencem são parte integrante e viva da história de Brasília e do Brasil. Para isso, em *Memórias da Cidade do Gama - Capítulo 2*, apresento a cidade através de algumas memórias e também os lugares significativos a quem os moradores conferiram sentido ao longo do tempo.

Evidenciar a memória do espaço que acolheu, ainda que de forma precária, nossos pais, avós ou bisavós é essencial para fortalecer o ensino de história. Essa iniciativa não apenas promove o conhecimento e a reflexão crítica, mas também estimula a identificação das pessoas como parte da história de um lugar ainda pouco investigado pela academia. Ao fazer isso, contribui-se para suprir lacunas evidentes no currículo local, ampliando as possibilidades de diálogo com narrativas históricas muitas vezes negligenciadas.

Na definição de Henry Rousso (2006), a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que resulta em uma representação seletiva do passado. Esse passado não pertence apenas ao indivíduo, mas está sempre ligado ao contexto familiar, social e nacional em que ele está inserido. Por isso, toda memória é essencialmente coletiva. Como elemento essencial de identidade da percepção de si e dos outros, numa tarefa dupla na construção de uma historiografia que dialoga com fontes diversas. Na tarefa de construir histórias do lugar, o compromisso com a análise da historiografia já difundida torna-se importante para uma escrita mais robusta, considerando que o trabalho com a memória se dá com os olhos do presente, sobre a visão contemporânea no momento da fala. Isso se torna evidente nas entrevistas, em que o nível de consciência política e social dos indivíduos se reflete em suas análises do passado. Para alguns, essa percepção está diretamente ligada à formação que receberam ao longo da vida, o que fez com que o passado passasse a ter um significado mais profundo no âmbito político e social. Outros, diante da precariedade econômica, se tornaram

o alvo predileto de figuras políticas que utilizaram a máquina pública para cooptar e desmobilizar, trazendo memórias de gratidão eterna.

Dentre as limitações da memória testemunhal estão a sua própria seletividade e seus silêncios, assim como o relato escrito, têm seus vieses burocráticos e vazios irrecuperáveis. Não pode nos dizer como a realidade foi percebida na época, mesmo quando pode ser evocada nos mínimos detalhes, e pode facilmente atenuar as dificuldades quando evoca a nostalgia (SAMUEL, 1989). Para Portelli (2004) essa realidade é representada num tabuleiro de quadrados desiguais, mas como uma colcha de retalhos em que os pedaços são diferentes formando um todo coerente depois de reunidos. A memória através dos testemunhos é ajustada e constantemente trabalhada num processo de conferir sentido, e se altera com o passar do tempo. Esses ajustes e construções da memória ocorrem pelo fato de que “nossa identidade é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com a nossa própria vivência” (THOMSON, 1997, P. 57).

Pierre Nora (1993, p. 9) reforça a dinâmica atual da memória que se molda às condições do presente e às projeções. [...] a memória é a vida: sempre carregada por grupos vivos e em permanente evolução, [...] é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, porque é afetiva e mágica, não se acomoda a detalhes que a confortam, se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas.

Quando decidi escrever sobre as memórias da cidade, problematizadas dentro do contexto de uma história social, o objetivo era trazer ao conhecimento dos alunos da educação básica a trajetória da cidade vista sob o olhar de quem teve experiências em épocas e contextos diferentes. Tais acontecimentos compõem a própria relação das pessoas com o lugar, considerando que é por meio da defesa da memória, muitas vezes tratada como esquecida, que se busca criar uma identidade coletiva que define os indivíduos pela sua relação com a localidade (VIANA, 2017).

Durante as entrevistas que realizei com pessoas de diferentes gerações que contaram suas histórias de vida e concordaram em colaborar com o meu estudo, recebi depoimentos interessantes de memórias individuais e coletivas que conferem sentido ao local. O grau de relevância das experiências coletivas do passado foi outro ponto que chamou atenção. Percebi que alguns eventos que ganharam repercussão na imprensa podem passar despercebidos por pessoas que vivem na mesma cidade, mas que não foram diretamente impactadas. Um exemplo retratado foram os casos de violência promovidos pelas gangues no Gaminha (Setor Oeste); embora alguns moradores do Setor Leste tivessem pleno conhecimento do problema, esses eventos se tornaram irrelevantes em suas memórias, seja

porque não foram diretamente afetados pelo conflito, seja pela distância física em relação aos acontecimentos.

O pesquisador, por sua vez, parte da suposição ingênua de que tudo o que escreve tem a mesma relevância para todos os habitantes de um mesmo espaço geográfico. Com isso, acaba selecionando o que deve ou não integrar seu trabalho acadêmico, conforme sua própria percepção. A forma como cada indivíduo interpreta os eventos do passado pode variar, inclusive entre membros de uma mesma família, já que as experiências são únicas e pessoais. Embora haja limitações no trabalho com a memória, ela se torna essencial quando surge de narrativas de uma cidade que carece de estudos voltados para a sua história. Ressalto que a memória não é história. A história se serve da memória. No entanto, é responsável por criar identidade, dando significação a um grupo ou sociedade.

Este estudo, portanto, é uma contribuição para o ensino de história, utilizando as memórias da região administrativa do Gama-DF. Reconheço que outras memórias igualmente significativas às abordadas nesta pesquisa ainda podem ser exploradas, isso porque o passado é moldado pelas experiências de vida, além de ganhar significados diferentes a cada experiência com o tempo presente.

Segundo Viana (2017, p. 111), em determinadas sociedades, representantes dos interesses dominantes assumem a tarefa de manter vivos na sua memória certos eventos, valores, crenças e práticas que garantam sua permanência na esfera do poder, isso porque “a definição da memória local se apresenta como um espaço de disputa, que assinala diferentes interesses, sentidos e definições dos grupos envolvidos”. Muitas vezes tornam-se os responsáveis pela eliminação de qualquer memória coletiva relacionada aos movimentos populares que, de alguma forma, possam prejudicar ou impedir a efetivação de sua dominação.

Apresentar as memórias da história social do Gama não é uma tentativa de criar uma história em oposição à narrativa hegemônica de Brasília, mas sim de recompor uma história incompleta. Não se pode escrever a história de Brasília sem considerar o Gama e outras regiões administrativas como parte integrante desse processo. Foi disseminada a visão de que fomos um apêndice irrelevante no surgimento da nova capital, uma cidade-satélite destinada apenas a receber contingentes sem acesso à moradia (“invasores”) e depois fornecer mão de obra para o bom funcionamento do Plano Piloto. No entanto, essa visão marginaliza aspectos importantes e esquecidos, que são essenciais para a compreensão completa da capital e, especialmente, para os estudantes locais, que vivenciam outra Brasília. Portella (2020) destaca a persistente dificuldade em perceber Brasília de forma plural, não apenas como a

capital nacional, mas também como um espaço onde os moradores constroem no cotidiano seus sentidos de pertencimento. Assim, ao retratar os eventos políticos e sociais do Gama, abrimos novas possibilidades de entendimento que ampliam a percepção da história que vai além da memória oficial.

Pesquisar a história do Gama-DF significa a busca pela “história do lugar”, que na perspectiva do ProfHistória ocorre por meio da simbiose entre a universidade, a escola e a comunidade de uma localidade. O desapego pela história da cidade, pouco estudada e discutida em vários aspectos, se deu pela imposição da história hegemônica de Brasília como única, porém, repleta de lacunas e pelo próprio distanciamento que a geração de crianças e jovens da educação básica estabelecem com a cidade. Isso ocorre muito por conta da ausência de propostas pedagógicas com a devida qualidade que possam promover a compreensão da potencialidade da história do lugar na recomposição e preservação das memórias e identidades. Conhecer as histórias de luta, dificuldades, dor, medo, solidariedade, coletividade, criatividade, sonhos e projetos, levam a compreender que o lugar onde moram nem sempre existiu da mesma forma e que o lugar em que vivemos é parte integrante e viva da história do Brasil e do mundo. Pode-se partir do pressuposto de que a recomposição da história de um lugar ou localidade envolve a ideia de que a história está presente em todos os espaços e momentos (SANTOS, 2002).

Investigar o passado da cidade do Gama a partir das primeiras experiências de quem presenciou o início da cidade significa preservar as memórias vivas do passado, assim os estudantes passam a enxergar com respeito os idosos de sua família, rua e quadra reconhecendo seu papel essencial à sociedade humana e em geral desempenhado com a generosidade, a riqueza de dados e a clareza de que só quem viveu o passado em questão pode expressar (SANTOS, p. 113, 2002).

Na busca por compreender melhor o passado da cidade do Gama, conheci dona Malvina Alves Pereira de 82 anos (Figura 16), uma das primeiras moradoras do núcleo pioneiro da cidade, residente da quadra 21 do Setor Leste. Ela compartilhou sua trajetória, desde a saída de sua cidade natal, Paracatu-MG, até a chegada à "Cidade Livre" (atual Núcleo Bandeirante), em 1959, um ano antes da inauguração de Brasília. Em 1964, mudou-se definitivamente para o Gama. Dona Malvina relatou em detalhes como foi o início de sua vida na cidade, destacando as muitas dificuldades enfrentadas em uma comunidade ainda em formação: “A gente não tinha esgoto, já não tinha água. A gente só tinha luz. Não tinha asfalto. E muita poeira. Muita, muita, muita poeira. Recebia a água do caminhão pipa. Toda casa tinha um tambor de duzentos litros que enchia pro pessoal ter água. Telefone, nem se

falava em telefone naquela época” (MALVINA, 2024, Entrevista oral)⁴⁸. D. Malvina relatou as condições precárias em que a cidade se encontrava na década de 1960, sem qualquer estrutura para atender tanto os moradores já instalados quanto os que ainda chegariam com a intensa onda migratória que, como a trajetória da narradora bem demonstra, não era composta exclusivamente por populações vindas do Nordeste brasileiro, ou seja, havia diversidade entre as pessoas que se dirigiam à nascente Brasília em busca de trabalho e sobrevivência. A ausência de infraestrutura e a sensação de abandono geraram uma espécie de aversão à cidade, ilustrada por uma história que, com o tempo, se transformou em lenda entre os moradores mais antigos: “Aí morreu um cachorro ali perto do Catetinho, aí eles puseram uma placa no cachorro assim: “morro na lama mas não vou pro Gama” (MALVINA, 2024, entrevista oral)⁴⁹. Segundo Dona Malvina, o lema pejorativo foi reinterpretado como uma jogada de marketing pelo empresário Paulo Octávio,⁵⁰ nos anos 1990, durante a construção dos primeiros prédios residenciais no setor central do Gama. A iniciativa trouxe uma visão mais positiva da cidade: “Aí com a construção do Paulo Octávio, os prédios ali em cima, né? Ali no setor central. Aí pôs: “Quem ama mora no Gama” (MALVINA, 2024, entrevista oral). Dona Malvina vivenciou momentos contrastantes na trajetória da cidade. Embora tenha iniciado sua trajetória como moradora de uma área pioneira que recebeu os primeiros investimentos urbanos e depois se tornou “nobre”, ela experimentou as dificuldades típicas de uma periferia, onde, segundo seu relato, faltava tudo. Curiosamente, a região onde Dona Malvina ainda reside tornou-se, ao longo do tempo, uma das mais valorizadas da cidade, simbolizando uma mudança que contrasta com a realidade precária dos primeiros anos.

Outro relato relevante sobre os primeiros anos da cidade é o de Dona Ilda Pimenta do Carmo, de 86 anos (Figura 17). Natural de Goiandira, Goiás, Dona Ilda foi a primeira professora do Gama. Inicialmente, residiu no alojamento do Hospital do IAPI e iniciou sua trajetória como professora regente em grupos escolares na Vila Planalto e na Velhacap⁵¹ (atual Candangolândia), antes de se estabelecer no Gama em setembro de 1960, antes da

⁴⁸ Informação concedida pela moradora Malvina Alves Pereira em 29/04/2024. Para assistir a entrevista, acesse o link: https://drive.google.com/file/d/12mpx6paRVH_5GK59DBuMEjt7BBbaCWfq/view?usp=drive_link; https://drive.google.com/file/d/12rc4ccWPL6nLkaMMb6ZiGa-qk8egXuUz/view?usp=drive_link

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Empresário do ramo imobiliário e político brasileiro que em 2010 assumiu brevemente o governo do DF após a prisão de José Roberto Arruda no escândalo do Mensalão do DEM, mas renunciou logo em seguida. Envolvido em investigações de corrupção, Paulo Octávio sempre negou as acusações. Ele é casado com Anna Christina Kubitschek, neta de Juscelino Kubitschek (METRÓPOLES, 2019).

⁵¹ Em 1959, a sede da Novacap foi transferida para o Plano Piloto de Brasília. As casas foram ocupadas por outros moradores, e a Vila Operária passou a ser chamada de Velhacap. O nome Candangolândia viria só mais tarde, para homenagear os operários da construção de Brasília (RODRIGUES, 2019).

inauguração oficial da cidade. Dona Ilda compartilhou suas experiências nos primórdios da cidade:

O meu marido veio com o engenheiro que estava demarcando a cidade. Ele e mais outros servidores. E aí eu também vim morando num barraco de madeira. As casas no início do Gama eram todas de madeira, inclusive a administração regional. Tinha o Mercado do Leste, uma farmácia, um banco, ali na quadra vinte e dois. O ponto de ônibus era no Mercado. (ILDA, 2024, Entrevista oral)⁵²

Dona Ilda detalha o início da cidade com a presença de barracos de madeira como moradias, incluindo a estrutura administrativa, que refletia a improvisação típica de uma cidade em processo de construção. A menção a pontos de referência como o Mercado do Leste, farmácia e banco, demonstra como o espaço urbano do Gama começou a se organizar para atender às necessidades básicas dos moradores. Em seu depoimento, ela compartilhou suas primeiras experiências como professora em Brasília:

Eu consegui fazer o concurso para professores e passei, graças a Deus. Logo comecei a trabalhar e o primeiro local em que eu trabalhei como professora foi lá na Vila Planalto. Então, mas pra gente ir pra lá eu ficava no alojamento do Hospital do IAPI que era mais perto. Então, na Vila Planalto quando eu já tinha vindo para o Gama os ônibus aqui eram de quatro em quatro horas. [...] Foi lá no Mercado Leste que eu atendi as primeiras matrículas. A prefeitura (Brasília) nos cedeu uma sala porque a escola não estava pronta. Assim, não tinha como noticiar o início das matrículas. Então apareceu um circo na cidadezinha e tinha um alto-falante que passava na rua. Eu pedi e eles noticiaram o início das matrículas no microfone do circo (ILDA, 2024, Entrevista oral)⁵³.



Figura 16: Malvina Alves Pereira. Fonte: Arquivo pessoal

⁵² Informação concedida pela moradora Ilda Pimenta do Carmo em 11/07/2024. Para ter acesso ao áudio completo da entrevista, acesso o link:

https://drive.google.com/file/d/12ZasRM93raPJOTzpzZDAEn2SkYRcfDvf2/view?usp=drive_link

Observação: Dona Ilda não autorizou a gravação em vídeo, apenas a gravação em áudio e a realização de fotos.

⁵³ Idem.

O isolamento do Gama, localizado a mais de 30 km do Plano Piloto, fica evidente no relato de Dona Ilda, que descreve as dificuldades enfrentadas com o transporte coletivo, que operava com intervalos de quatro horas entre os ônibus que ligavam a cidade ao centro da capital. Essa situação reforçou a necessidade de Dona Ilda se estabelecer no Gama, onde já atuava como professora concursada. Seu marido conseguiu a cessão de um lote, ainda em condições semiurbanizadas, possibilitando a fixação da família na região.

D. Ilda destacou-se como a primeira paroquiana da cidade, estando presente desde os primórdios da formação da futura Paróquia São Sebastião, quando as missas ainda eram realizadas nas instalações da Escola Classe 01 do Gama. Seu esposo, que exercia a profissão de motorista, também desempenhou um papel fundamental nesse contexto. Nos finais de semana, ele se encarregava de transportar os padres do Plano Piloto até o Gama, permitindo que as celebrações eucarísticas acontecessem. D. Ilda é constantemente lembrada nas celebrações da paróquia por seu trabalho comunitário ao longo de décadas.



Figura 17.1 - Ilda Pimenta do Carmo. Fonte: Arquivo Pessoal

Outro entrevistado foi Edmar Divino Gomes (Figura - 18), professor, nascido no Gama em 17 de março de 1962, onde viveu até 1971. Ele compartilhou lembranças de sua infância durante os primeiros anos da cidade:

Bem, eram muitas casas, barracos de tábua, barracos mesmo. A gente deitava, via a lua, via a imensidão todinha de fora. Saíamos catando raízes

para cozinhar feijão no fundo do quintal, porque éramos bem pobres. Do nosso lado tinha a família que era do tio Manoel, que eram sete meninos, todos crentes, mas era muito puro, parecia uma irmandade, todo mundo brincava na rua até nove horas da noite naquela escuridão, porque não tinha lâmpadas, só com a claridade da lua, mas a gente não tinha violência (EDMAR, 2024, Entrevista oral)⁵⁴.

O depoimento de Edmar enfatiza aspectos humanos e afetivos muito fortes como a solidariedade entre os vizinhos e a convivência entre famílias que ressalta o senso de comunidade. A ausência de violência é destacada com nostalgia, sugerindo que, mesmo em condições adversas, havia segurança e confiança mútua. As crianças brincavam juntas até tarde, iluminadas apenas pela lua, o que também revela a falta de infraestrutura básica, como iluminação pública. O relato descreve uma vida simples e difícil, marcada pela pobreza e pela precariedade das moradias. As casas mencionadas eram, na verdade, barracos de tábuas, frágeis a ponto de permitir ver o céu à noite. A situação de miséria se revela também na necessidade de buscar raízes para cozinhar o feijão, indicando a escassez de alimentos e recursos básicos.

Santos (2018, p. 203/204) reforça que esse "bocado de coisa de dificuldade é uma forma de violência que começa desde o processo de expulsão das populações mais pobres para regiões cada vez mais distantes dos empregos, dos melhores equipamentos urbanos e se estende à precariedade do transporte público". É violência que abastece os índices de criminalidade, mortes, exclusões, espoliações e o descaso do poder público.

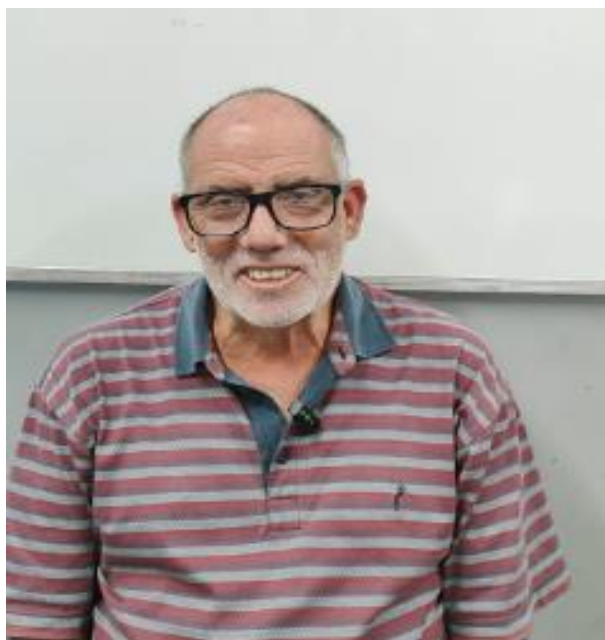


Figura 18. Edmar Divino Gomes. Fonte: Arquivo pessoal

⁵⁴ Informação concedida pelo ex-morador da cidade Edmar Divino Gomes em 11/07/2024. Para assistir a entrevista completa, acesse o link: https://drive.google.com/file/d/12RgEMTeavmzIzZIB8p-RsNLIGE311wzY/view?usp=drive_link

Um dos primeiros registros acadêmicos sobre a cidade do Gama, ainda na década de 1960, foi feito por José Pastore (1969) e revelava os desafios de uma urbanização incipiente. Na época, a maioria das construções, como já relatado pelas entrevistadas, era de madeira, o mercado de trabalho interno era frágil, e os serviços essenciais, como transporte, abastecimento de água e eletricidade, estavam disponíveis apenas para parte da população. Havia ainda uma escassez de equipamentos institucionais e opções de lazer. O principal problema apontado pelos moradores era o isolamento da cidade.

Pastore (1969), com base em sua pesquisa iniciada em 1966, apontou que o Gama apresentava um dos piores índices de satisfação entre os moradores, superado apenas pela Vila IAPI. Durante as três primeiras décadas da cidade, a imprensa frequentemente destacava os inúmeros desafios enfrentados pela população. Entre os principais problemas, além da precariedade da infraestrutura, a ausência de opções de lazer era uma reclamação constante dos habitantes.

Um dos marcos históricos que atravessou gerações no Gama foi o Córrego Crispim, um dos mananciais que deságuam na Prainha, um parque com piscinas de água corrente. A Prainha (Figuras 19 e 20), junto com o Córrego Crispim, tornou-se um ponto central de recreação e lazer para as comunidades locais e das áreas vizinhas. Além disso, o local desempenhava um papel funcional importante, servindo como espaço de trabalho para muitas mulheres. De acordo com relatos de moradoras das primeiras décadas da cidade, as águas do córrego eram amplamente utilizadas para lavar roupas, reforçando sua relevância no cotidiano da população. Com a instalação da Fábrica da Skol inaugurada em 1973, antiga cervejaria, que começou a explorar a nascente do Córrego Crispim (afluente do Córrego Alagado) e a despejar resíduos diretamente no Córrego Alagado, a população testemunhou o início do fim do único espaço natural e acessível de lazer (BARBOSA, 2024). Nos anos 1990, a poluição total dos córregos, e conseqüentemente das águas que alimentavam o parque, selou o destino do local, inviabilizando seu uso para lazer ou qualquer outra atividade.

Outra entrevistada que contribuiu de forma significativa foi Verônica Aidê Vicente (Figura - 19). Nascida no Gama em 1961, é filha de migrantes vindos do Nordeste e de Minas Gerais. Criada na antiga Invasão da Vila Itamaracá — tema que será aprofundado no Capítulo 3 —, um dos assentamentos irregulares formados nos primórdios do Gama para acolher trabalhadores e suas famílias, Verônica viveu nesse espaço até os 14 anos. Sua trajetória revela a experiência concreta das populações que chegaram à cidade em sua fase inicial de ocupação periférica, marcadas pela escassez de infraestrutura, pelas condições precárias de moradia e pelo esforço coletivo para construir uma vida digna. Entre suas lembranças mais

marcantes está o Córrego Crispim, lembrado não apenas como uma fonte essencial de água para sua família, mas também como um espaço de lazer e sociabilidade durante a infância — símbolo das estratégias de sobrevivência e dos afetos que permeavam o cotidiano das comunidades:

O Córrego Crispim foi um local onde eu aprendi a nadar. Por quê? Porque era o local que minha mãe lavava roupa toda semana. Então, desde pequena eu, e as minhas irmãs, a gente ia com ela pro córrego. Aí lá ajudava a lavar roupa e tomava banho e assim foi o local que a gente aprendeu a nadar foi o Córrego Crispim. Então apesar dessa vida dura, né? Dessa dureza dela ter que descer pra lavar roupa e era um local que tinha uma descida muito íngreme, uma subida. Tinha essa parte que a gente considerava que era um grande lazer que era tomar banho no córrego. E é Memória é assim é uma das melhores que eu tenho da minha infância e morando naquele lugar. Apesar de toda a hostilidade que a gente vivenciava por ser invasor, por morar num local de muita pobreza, por ser muito pobre. Então, era assim, era um prazer enorme tomar banho naquele córrego. (VERÔNICA, 2024, Entrevista oral)⁵⁵.

Verônica aponta, com sensibilidade, que os momentos vividos no Córrego Crispim estão entre as melhores memórias que guarda da infância. Seu relato revela como, mesmo em contextos marcados pela pobreza e pela exclusão social, o afeto, a brincadeira e os vínculos familiares são capazes de ressignificar a experiência e marcar positivamente a formação subjetiva. O córrego, cenário de uma rotina árdua e necessária — como a lavagem de roupas, atividade que recaía sobre as mulheres da família: ela, sua mãe e suas irmãs —, transformava-se também em espaço de lazer, descoberta e aprendizado. Foi ali que Verônica e suas irmãs aprenderam a nadar, brincaram, se banharam e construíram memórias que hoje são lembradas com afeto e alegria. Essa experiência revela a criatividade e a capacidade de reinvenção com que muitas infâncias em comunidades periféricas enfrentam a escassez. O Córrego Crispim não era apenas um recurso natural fundamental para a sobrevivência da família, mas também um refúgio emocional, um espaço de liberdade em meio às duras limitações impostas pelas condições de vida na antiga Invasão da Vila Itamaracá.

⁵⁵ Informação concedida por Verônica Aidê Vicente em 01/05/2024. Para assistir a entrevista completa, acesse o link: https://drive.google.com/file/d/1-4Ov5P4EZ2S7L4FKHtXCqf6GIVDeoguA/view?usp=drive_link;



Figura - 19: Verônica Aidê Vicente. Fonte: Arquivo pessoal

O Parque da Prainha (Figuras 20 e 21) faz parte da memória afetiva de muitos moradores do Gama que viveram na cidade até o início dos anos 1990. Sua perda foi lamentada desde que o parque encerrou suas atividades no início dos anos 2000, quando a poluição comprometeu o local, somado ao abandono por parte do poder público, privando a população de um dos poucos espaços de lazer ao ar livre, com banho em água natural e corrente. As piscinas estão secas, o córrego exala mau cheiro, e como o parque se situa na divisa entre DF e Goiás, é afetado pela criminalidade dos bairros limítrofes. Ali virou um ponto de desova de veículos, assalto, tráfico de drogas e até serve para a prática de sexo. Os funcionários do pouco que resta em algum funcionamento no Parque da Prainha recomendam que ninguém circule sozinho pela mata. É muito perigoso (CARVALHO, 2017).

A fábrica de cerveja, diretamente responsável pela poluição dos córregos Crispim e Alagado que abasteciam o parque, enfrentou diversos processos judiciais até o encerramento de suas atividades. Embora os órgãos ambientais buscassem uma solução efetiva para que a empresa adotasse medidas de despoluição, nenhuma solução definitiva até julho de 1989, quando a fábrica foi multada (Figura - 22). No entanto, o prejuízo causado pela fábrica gerou danos irreversíveis para a natureza e à comunidade.

Na página do Facebook “Gama Cidadão”, uma postagem sobre o estado de abandono do Parque da Prainha evidencia, por meio dos comentários dos usuários, o valor afetivo que o local ainda representa para a comunidade. Muitos expressam saudade e indignação. Um dos comentários lamenta: “É lamentável ver um paraíso como a Prainha destruído! Passei minha

infância tomando banho e brincando” (MARTINS, 2012). Verônica também compartilhou lembranças da infância no parque, reforçando seu vínculo emocional e a frustração diante do descaso atual.

A prainha foi um dos poucos lugares de prazer na minha infância. A gente saía aquela meninada da invasão, ia caminhando ali por baixo. Gente, era uma festa aquilo! A prainha foi um dos lugares mais lindos que eu já conheci na minha vida, na minha memória. Uma piscina enorme, aquela água verde e água natural, porque ela era oriunda do córrego que vinha descendo. Então, era maravilhoso. Abandonaram porque o estado não tem interesse, né? Por que é público, né? (VERÔNICA, 2024, Entrevista oral)



Figuras 20 e 21- Prainha nos anos 1960 e 1980

Fontes: <https://www.gamalivre.com.br/2018/> e <https://globoplay.globo.com/v/3587371/>. Acesso em 10 set. 2024

Durante muitos anos, a Prainha foi um dos principais pontos de encontro e lazer da população do Gama. Aos fins de semana, famílias inteiras se reuniam ali para piqueniques, churrascos e banhos na cachoeira e na piscina de águas correntes, em momentos de convivência numa cidade ainda em fase de consolidação. Para boa parte da geração nascida até meados dos anos 1980, o local representava a única alternativa acessível de lazer com contato direto com a natureza e banho em água limpa. Sua importância era também simbólica, pois oferecia respiro diante das limitações urbanas da época. A degradação progressiva do espaço, resultado da ausência de políticas públicas de preservação ambiental e do despejo inadequado de resíduos, provocou uma ruptura significativa no lazer da cidade. Com a perda da Prainha, o Gama viu desaparecer um de seus raros refúgios naturais, privando gerações futuras de uma vivência coletiva que hoje se encontra enraizada na memória afetiva da população.

Em matéria publicada em 8 de julho de 1989, o jornal *Correio Braziliense* noticiou a multa aplicada à fábrica da Skol pela Secretaria Especial de Meio Ambiente e Tecnologia (Sematec), no valor de 1.000 Bônus do Tesouro Nacional (BTN), devido à poluição das águas

do Córrego Crispim em níveis muito acima dos toleráveis. Segundo a reportagem, há indícios de que, desde o início de suas operações, a cervejaria Skol vinha poluindo o córrego, causando sérios prejuízos à população local, que passou a sofrer com doenças de pele, hepatites, disenterias e outros problemas de saúde. (CORREIO BRAZILIENSE, 1989) A matéria ainda relata que os impactos ambientais provocados pela fábrica foram tão graves que o mau cheiro chegou a substituir a imagem das antigas águas límpidas do córrego. Moradores da região denunciaram o forte odor e as consequências para a saúde de suas famílias, especialmente das crianças, que adoeciam com frequência. Barbosa (2006) observa que, durante as primeiras décadas da cidade, a Prainha era um espaço amplamente utilizado pela comunidade do Gama e região para lazer, recreação e atividades econômicas. No entanto, com a implantação da fábrica, que passou a captar água das nascentes do Córrego Crispim e a despejar seus efluentes diretamente no Córrego Alagado, o local foi abandonado pelas autoridades e deixou de atrair a população, devido ao seu estado de degradação ambiental.

O Cine Itapuã (Figura 23), inaugurado em 1963, localizado no Setor Leste da cidade, foi referência para a cultura do Distrito Federal, sendo o segundo cinema mais antigo da capital, atrás apenas do Cine Brasília. O espaço se tornou um importante polo de entretenimento, levando cinema, teatro e música para a comunidade gamense. Mais do que um simples equipamento cultural, o Cine Itapuã foi por décadas um ponto de encontro e um terreno fértil para artistas e promotores culturais, desempenhando um papel central na vida cultural da região. A Praça do Cine Itapuã, oficialmente Praça Lourival Bandeira, era o ponto de encontro de jovens desde os anos 1960 até os anos 1990. O espaço contava com produções cinematográficas de grande sucesso como os Trapalhões, Xuxa, Bruce Lee, além de apresentações musicais com artistas consagrados a nível nacional como Zélia Ducan, Moraes Moreira. Emílio Santiago, Ângela Ro Ro.

A sala de cinema serviu também para a divulgação e reprodução do cinema local. Quem não se lembra das produções do “Rambo do Cerrado”? Afonso Brazza (1955-2003), bombeiro, cineasta e ator, criado na cidade e que ficou conhecido como o "Rambo do Cerrado". Ele fazia cinema com os recursos que tinha à disposição, utilizando negativos quase vencidos e outras soluções criativas. Com poucos meios, Brazza transformou o que poderia ser uma limitação técnica em uma estética própria e inovadora (SECEC-DF, 2022). Afonso Brazza produziu filmes de ação, sempre ambientando suas histórias em Brasília e no Gama. Seu primeiro longa-metragem, *"Inferno no Gama"* (1993), foi lançado no Cine Itapuã e narra uma trama de crime e vingança situada na cidade. Na película, ele atuou ao lado de sua esposa, a atriz Claudette Joubert. O estilo “trash” do cineasta brasileiro evidenciou sua

originalidade ao fazer cinema localmente. Ao todo, Brazza dirigiu oito filmes e atuou em 13, todos com orçamentos limitados. Brazza morreu aos 48 anos de idade, vítima das complicações de um câncer no esôfago (SECEC-DF, 2022). Portanto, o Cine Itapuã é um lugar de memória coletiva da cidade que marcou a cena cultural por muito tempo, deixando um legado cultural para as gerações que usufruíram da sua existência até meados dos anos 1990.



Figura 23 - Cine Itapuã nos anos 1960.
Fonte: Arquivo Público

O Estádio Walmir Campelo Bezerra (Figura 24)⁵⁶, mais conhecido como Bezerrão, é um ícone do esporte e da cultura na cidade do Gama e do Distrito Federal. Inaugurado em 1977, foi palco de grandes momentos da Sociedade Esportiva do Gama, especialmente durante o auge do clube nos anos 1990 e início dos anos 2000, quando suas arquibancadas eram fervorosamente ocupadas por torcedores apaixonados. Além de ser o cenário de memoráveis conquistas do time, o Bezerrão sempre desempenhou um papel central na vida cultural da cidade, servindo como ponto de encontro para a comunidade local e um símbolo de pertencimento e orgulho para os moradores. O estádio, enquanto espaço de memória coletiva, sempre desempenhou um papel fundamental ao preencher a lacuna de opções de

⁵⁶ Em 1977, o Estádio Walmir Campelo Bezerra foi inaugurado (Bezerrão). A primeira partida foi em 9 de outubro do mesmo ano, quando o Botafogo, do Rio de Janeiro, venceu o Gama por 2 X 1. O primeiro gol foi marcado por Gil, do Botafogo. O estádio passou por ampla reforma e foi reinaugurado em 13 de novembro de 2008. No dia 19 de novembro de 2008, houve um jogo entre as seleções de Brasil e Portugal, jogo este que estabeleceu o recorde de público do estádio. O time brasileiro venceu por 6 X 2, três gols de Luís Fabiano, um de Elano, Maicon e Adriano. O português Danny, porém, foi o autor do primeiro gol (RELÍQUIAS DO FUTEBOL, 2012).

lazer, tornando-se um ponto de encontro essencial para a socialização e a vivência de experiências compartilhadas, especialmente na comunidade do Gama onde as formas de entretenimento eram escassas. As imagens apresentam o Estádio Bezerrão em dois momentos importantes de sua trajetória: na inauguração, em 1977, e após a ampla reforma concluída em 2008, que modernizou sua infraestrutura e aumentou sua capacidade. A partir de então, o estádio passou a sediar eventos esportivos de maior expressão, incluindo treinos de seleções durante a Copa do Mundo FIFA 2014 em Brasília. Em 2019, foi palco de jogos da Copa do Mundo FIFA Sub-17 e, com frequência, serve como centro de treinamento da Seleção Brasileira. O Parque Leste (Figura - 25) é um espaço que marcou a infância de muitos moradores da cidade. Situado na quadra 40 do setor leste, próximo ao Mercado Leste e à Praça do Cine Itapuã, o parque foi o primeiro da cidade, construído na década de 1960. Desde então, consolidou-se como um dos principais locais de lazer para crianças e adultos de toda a região, desempenhando um papel central na vida social e comunitária do Gama (GOV-DF, 2018). O Parque Infantil Leste é o maior espaço público ao ar livre voltado para crianças na região administrativa do Gama, DF (NOVACAP⁵⁷, 2021). Outro parque importante para a memória gamense situa-se no setor oeste, o Parque Castelinho (Figura 26), localizado na quadra 12. A Praça do Castelinho do Gama já foi palco de muitas celebrações. O espaço sediava festas juninas e uma variedade de eventos culturais, esportivos e sociais. Diante da escassez de opções de lazer que historicamente marca a cidade do Gama, o Parque Infantil Leste e o Parque Castelinho destacam-se como espaços fundamentais na vida de muitas infâncias gamenses. Mais do que locais de entretenimento, esses parques integram a memória afetiva da comunidade e cumprem um papel essencial ao oferecerem ambientes de convivência comunitária, além de favorecerem o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças. O Castelinho, assim como a praça do Cine Itapuã, o Parque Recreativo do Gama (Prainha), o Parque Infantil Leste e o Bezerrão são patrimônios importantes da cidade, fazendo parte da história e das memórias daqueles que viveram momentos inesquecíveis em cada um desses lugares. Esses espaços, ainda que alguns estejam inutilizados devido à falta de investimentos públicos, integram a memória social da cidade e são parte essencial da história local.

⁵⁷ A Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) foi criada em 19 de setembro de 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. A finalidade única era gerenciar e coordenar a construção da nova capital do Brasil (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2025).



Figura 24 - Estádio Bezerrão antes e depois da reforma.

Fonte: <https://reliquiasdofutebol.blogspot.com/2012/01/blog-post.html>. Acesso



Figura 25 - Parque Leste atualmente.

Fonte: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/02/12/criancada-ganha-parquinho-novo-no-setor-leste/>



Figura 26 - Parque Castelinho atualmente.

Fonte: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/04/20/renovado-parque-castelinho-do-gama-sera-reaberto-em-21-de-abril/>

Dentre esses lugares que representam marcos importantes para a cidade e ao mesmo tempo espaços de memória está a Paróquia São Sebastião⁵⁸ (Figura 27), a primeira igreja da cidade, figurando entre os espaços de atuação social na assistência a crianças e famílias carentes e atuação política, sobretudo nos tempos da Ditadura Militar (1964-1985). No dia 31 de dezembro de 1978, o jornal *Correio Braziliense* destacou, em uma matéria especial, parte da trajetória da igreja que teve início em 1960, quando ainda possuía uma estrutura física modesta, construída em madeira. A reportagem ressaltou também o importante trabalho social realizado pela paróquia, que beneficiava mais de 250 famílias sob a liderança do pároco Luis Paoli, o responsável por conduzir e finalizar as obras da construção definitiva do templo, consolidando-o como um marco na comunidade (CORREIO BRAZILIENSE, 1978). Durante uma entrevista concedida ao jornal, Walmir Campelo, então administrador da paróquia, enfatizou a relevância da instituição no campo da assistência social, destacando seu papel fundamental no amparo às famílias carentes da comunidade gamense. Esse trabalho ganhou ainda mais força a partir de 1964, quando a paróquia foi confiada à Congregação dos Pavonianos pela Arquidiocese de Brasília⁵⁹.

Com um carisma voltado para a educação e o cuidado de crianças e jovens com deficiência auditiva, a atuação dos Pavonianos reforçou a missão da paróquia, tornando-a não apenas um espaço de fé, mas também de inclusão social. A Paróquia São Sebastião, além de atuar na assistência social, teve importância na luta contra a repressão do Regime Militar (1964-1985). Em 7 de novembro de 1982, sediou uma importante reunião com a Associação dos Moradores do Setor Leste do Gama, cujo principal foco foi a discussão das questões políticas do país desde 1964. O debate, conduzido pelo Pe. Graciano, então pároco da igreja, e por líderes da Associação, criticou abertamente o AI-5 e a repressão aos movimentos populares, destacando as consequências políticas e sociais no período (SILVA, 2021).

⁵⁸ Para conhecer o início da história da Paróquia São Sebastião ver em: disponível em: <https://www.facebook.com/admgama/posts/par%C3%B3quia-s%C3%A3o-sebasti%C3%A3o-para-conhecer-melhor-a-hist%C3%B3ria-da-par%C3%B3quia-s%C3%A3o-sebasti%C3%A3o/2923706074323457/>. Acesso em 13. jun. 2024.

⁵⁹ A Congregação dos Filhos de Maria Imaculada, ditos Pavonianos, é uma congregação religiosa católica fundada por São Ludovico Pavoni que nasceu em Brescia, na Itália, no dia 11 de setembro de 1784.



Figura 27 - Paróquia São Sebastião. Fonte: Administração Regional do Gama-DF

Uma das memórias mais trágicas da cidade ocorreu na manhã do dia 31 de outubro de 1992. Na ocasião, um grupo de jovens seguia para Minas Gerais para participar do 4º Festival da Canção Religiosa de Paracatu, quando o ônibus em que viajavam colidiu com uma carreta que vinha em sentido contrário. O impacto fez o veículo cair em uma ribanceira, resultando em um saldo trágico de mortos e feridos. O acidente foi noticiado nas páginas do *Correio Braziliense* do dia 01 de novembro de 1992 sob o título “Acidente na BR-040 mata 16 pessoas” (Figura 28). Trecho da notícia explicava o motivo da viagem e como ocorreu o acidente:

O ônibus placa CL-0954, de Brasília, que levava 49 jovens da Igreja São Sebastião do Gama, para o 4º Festival da Canção Religiosa de Paracatu, se chocou com o Mercedes placa JZ-4786 da Jacarezinho Transportes Ltda, de Goiânia (GO). A colisão aconteceu às 8h45, a cinco quilômetros da cidade mineira. O pneu dianteiro furou em uma curva, o veículo desgovernou atravessando a pista, e batendo de frente no caminhão que transportava combustíveis. Doze pessoas morreram na hora, inclusive os motoristas do ônibus, Deolindo Pereira da Silva, 43 anos, e do caminhão Abiner Severino Botelho (CORREIO BRAZILIENSE, 1992).

Após a notícia de 01 de novembro, outras pessoas vieram a falecer no hospital, totalizando mais de 20 mortos. A segunda matéria de 02 de novembro de 1992 noticiava o enterro das vítimas sob o título “Enterro de 7 mortos do ônibus emociona o Gama”. O velório dos jovens (Figura 29) foi realizado na Paróquia São Sebastião e contou com a presença do arcebispo de Brasília, que celebrou a cerimônia. Uma multidão comoveu-se e

acompanhou o cortejo até o cemitério, que ficou completamente lotado, demonstrando o impacto do acontecimento na comunidade. “Num clima de muita comoção entre amigos e familiares, cerca de três mil pessoas compareceram ao cemitério do Gama. [...] os corpos foram velados durante toda a tarde na Igreja São Sebastião onde foi celebrada missa pelo arcebispo militar dom Geraldo Ávila” (CORREIO BRAZILIENSE, 1992).



Figura 28 - Notícia do acidente. Fonte: CDOC Correio Braziliense



Figura 29 - Velório na Paróquia São Sebastião. Fonte: CDOC Correio Braziliense

Durante a pesquisa, aventei a possibilidade de um dos sobreviventes que eu já

conhecia me conceder um relato acerca da experiência do acidente. Fiquei preocupado em causar algum tipo de mal-estar pelos narradores rememorem episódios tão traumáticos para algumas famílias. De prontidão, as pessoas contactadas disseram não ter problema porque, hoje, lidam com o episódio de maneira mais leve. Meu primeiro entrevistado foi Aldair Silva Couto (Figura - 30), que esteve no acidente e foi peça fundamental para ajudar os feridos no resgate. A primeira pergunta foi sobre o motivo da viagem, respondida por Adailton, que na sequência relatou a causa do acidente.

Era o festival da canção religiosa da Igreja Católica. Nós estávamos indo como participantes, pertencentes à paróquia São Sebastião. O ônibus que nós estávamos tinha a banda que ia tocar, pessoas amigas, torcida, uma série de pessoas com o objetivo de participar desse evento. Mas não chegamos ao festival. Em um determinado ponto da viagem, eu não tenho como precisar, mas o ônibus teve algum tipo de problema. Acredito eu que se que tenha estourado um pneu que foi esse que foi relatado, que o pneu furou. E o motorista tentou segurar. Em um segundo momento, estourou um segundo pneu. Ele (motorista) não conseguiu segurar e era numa descida, esse ônibus bateu de frente com uma carreta (ALDAIR, 2024, Entrevista oral)⁶⁰

Para além do evento em si, o papel de Aldair como uma figura que ajudou no resgate revela não apenas sua resiliência, mas também como situações de crise podem inspirar atos de coragem e solidariedade. Esse aspecto humano da narrativa pode ser explorado para discutir a importância da memória de ações positivas em meio a adversidades. A história do acidente apresenta situações individuais e coletivas que se entrelaçam, daí a importância de preservar essas memórias, e da forma como elas podem ser usadas mesmo diante de experiências tão marcantes. O ônibus colidiu com o caminhão-tanque que por sorte estava vazio e Aldair presenciou cenas traumáticas de mortos e feridos dilacerados pelo impacto do acidente. Perguntei como ele conseguia rememorar os detalhes do acidente com tanta tranquilidade.

Não foi algo tão fácil. E quando eu falo isso pra alguém, as pessoas dizem que falo com naturalidade. Eu aprendi com esse acidente que se aconteceu não vai ser parando de contar ou deixando de contar que vai mudar o ocorrido. O que eu queria era mudar o acontecido, mas como não tenho esse poder o que eu posso fazer é falar para as pessoas que quando estiverem em um acidente desses, tente ajudar. Aprenda como fazer para que se um dia precisar você possa ajudar alguém. (ALDAIR, 2024, Entrevista oral)⁶¹

O relato de Aldair é impactante, pois destaca o processo de recomposição da memória de uma experiência traumática. Ele demonstra uma compreensão da realidade ao

⁶⁰ Entrevista oral concedida por Aldair Silva Couto em 01/05/2024. Para assistir a entrevista completa, acesse o link:

⁶¹ Idem.

reconhecer que o ocorrido não pode ser alterado, mas que é possível transformar a experiência em um aprendizado que beneficia os outros. O ato de compartilhar a experiência com naturalidade alivia o peso emocional que ele carrega, e permite que outros aprendam com sua vivência ao encorajar as pessoas a ajudar em situações de emergência. Segundo Thomson (2001), tendemos a compor memórias que nos ofereçam certa serenidade, reelaborando ou reprimindo experiências que permanecem dolorosas ou que não se encaixam em nossa identidade atual. Nesse contexto, o futuro se apresenta como algo indeterminado e aberto, mas o passado também está aberto a novas perspectivas e interpretações. Apesar de não podermos alterar os acontecimentos que já se concretizaram, o modo como os interpretamos e atribuímos significados a eles está em constante transformação. Os acontecimentos permanecem abertos a novas interpretações, assim como nossos planos para o futuro podem ser redefinidos em função de nossas lembranças (MENDES, 2021). Reinterpretar eventos passados pode auxiliar no processo de cura, crescimento e aprendizado, transformando memórias difíceis em marcos de superação ou pontos de partida para mudanças positivas.



Figura 30 - Aldair, morador do Gama e sobrevivente do acidente de Paracatu-MG.

Outra entrevistada foi Uasila Maria (Figura 31), nascida no Gama e sobrevivente do acidente de 1992 de Paracatu (MG) relatou sua experiência, desde o início da viagem até o acidente. Participante do EJC (Encontro de Jovens com Cristo), como a maioria dos jovens que participaram da viagem, o acidente foi um marco para a cidade do Gama e mudou sua

vida.

E fomos rumo a Paracatu. O pessoal, todo mundo cantando dentro do ônibus, porque como a torcida ganhava ponto, os meninos iam cantando a música para nós aprendermos a música, para a gente poder cantar na hora da apresentação e ganhar o ponto. E aí nós chegamos em Cristalina. Foi quando ele parou, deu uma parada, nós descemos e aí quando nós voltamos, eu e a minha amiga trocamos de lugar. Eu fui para a janela e ela foi para o corredor. Nós começamos a brincar dentro do ônibus, a jogar palitinho. E aí eu só acordei depois de 28 Dias no hospital. Eu não vi e não ouvi nada. O ônibus se chocou com uma carreta de óleo diesel. Morreram 19 pessoas. E eu não ouvi freada, grito. Nada, nada. Deus é maravilhoso comigo porque eu não vi nada. Eu fiquei em coma (UASILA, 2024, Entrevista oral⁶²).

A fala de Uasila é um misto de sentimentos: lembrança, dor e espiritualidade. Ao mesmo tempo em que ela revive um momento traumático, também afirma sua sobrevivência como um testemunho da ação divina. Seu relato reforça a importância da memória para a construção de sentidos sobre tragédias. A troca de assento com a amiga pode carregar um peso simbólico. Em muitos casos de sobrevivência, momentos assim ganham um significado quase místico, como se o destino estivesse em jogo. Pode revelar sentimentos de culpa, sorte ou proteção divina. No caso de Uasila, que sobreviveu, foi algo relevante. No meio da entrevista perguntei a Uasila como ela lidava com o assunto de forma natural. Prontamente disse que o fato de ter “apagado” no momento do acidente a preservou de possíveis traumas. Porém, amigas de Uasila que sobreviveram ao acidente até hoje se recusam a tocar no assunto. Algumas precisaram de terapia para lidar com a tragédia.

Segundo Antunes (2021), situações trágicas podem desencadear crises que levam as pessoas a repensar seus valores e objetivos de vida. Embora o sofrimento seja inevitável, muitas conseguem se recuperar e até se fortalecer emocionalmente, tornando-se mais sensíveis e resilientes. O autor destaca que as perdas também podem abrir espaço para um novo olhar sobre a vida, favorecendo uma reconfiguração do modo de existir e, em alguns casos, a descoberta de novos sentidos para viver. Uasila continuou seu relato dizendo que a tragédia marcou a cidade com uma tristeza ainda lembrada até hoje, e que também representou uma grande mudança em sua própria vida:

O acidente foi um marco para o Gama pela quantidade de pessoas que morreu, pela forma trágica e violenta do choque entre o ônibus e a carreta que estava vazia, porque se estivesse cheia provavelmente teria explodido. Meu avô fala que nunca viu tantos caixões juntos na vida dele quando aconteceu o velório na Paróquia São Sebastião. Então todo mundo que mora no Gama há mais de 32 anos lembra desse acidente ou conhecia alguém que era amigo, primo, tio, avô que estava dentro do ônibus. Para mim foi uma mudança de vida, de repente

⁶² Entrevista oral concedida por Uasila Maria em 01/05/2024. Para assistir a entrevista completa, acesse o link: https://drive.google.com/file/d/19nOXFwA6eUzxuc4Zy9ErXa1cpWdKqzPJ/view?usp=drive_link

me tornei preferencial. Como eu tive a perda óssea de 8cm, o meu joelho só dobra 50% e todos os meus calçados têm salto de compensação, então não tem como não ser o centro das atenções, na rua, na praia, andando de short ou de saia mais curta. O pessoal sempre me olha com um ponto de interrogação (UASILA, 2024, Entrevista oral)⁶³

O relato de Uasila é um poderoso testemunho da forma como eventos trágicos podem marcar profundamente tanto a memória coletiva de uma comunidade quanto a trajetória pessoal de um indivíduo. O acidente virou um momento inesquecível na história do Gama. Foi algo tão forte e doloroso que muitos moradores ainda lembram com clareza, principalmente pela quantidade de pessoas que morreram e pela cena difícil de ver muitos caixões juntos na Paróquia São Sebastião. Quem viveu naquela época guarda essa lembrança como parte da sua história de tantas vidas perdidas de forma repentina e brutal. Para Uasila, entretanto, a marca não é apenas simbólica ou emocional, mas também física e cotidiana. A mudança de vida é expressa através do corpo transformado, os limites impostos e no olhar curioso de outras pessoas. Mesmo passado depois de 32 anos do trágico acidente, as lembranças continuam presentes nas memórias da cidade.



Figura 31 - Uasila, moradora do Gama e sobrevivente do acidente de Paracatu-MG. Fonte: Arquivo pessoal.

A cidade do Gama-DF apresenta em seus espaços públicos de memória elementos que fazem referência à história do lugar. Apresentar esses espaços e memórias pode oferecer

⁶³ Idem.

novas perspectivas para a narrativa histórica do Distrito Federal que, para a educação básica e o currículo local, siga outros caminhos que vão além da força do marco de memória da construção de Brasília. Os conhecimentos sobre o passado não surgem de forma isolada ou rigidamente dividida entre história (como ciência que analisa e interpreta fatos com base em métodos e fontes) e memória (como lembrança coletiva ou individual, frequentemente subjetiva). Em vez disso, esses conhecimentos são construídos em uma fronteira fluida, um espaço onde essas duas dimensões se encontram, interagem e se influenciam mutuamente. Nesse aspecto, as disputas pela memória em torno da reafirmação de poder levou ao silenciamento das memórias das cidades-satélites que foram concebidas em projetos de menor importância.

A historiografia do Distrito Federal tomou novos rumos no período pós-apologético à Brasília, rompendo com narrativas idealizadas que enalteciam exclusivamente o projeto modernista da capital. Pesquisadores como José Pastore, Aldo Paviani, Luiz Alberto Gouvêa, Nair Heloísa Bicalho de Sousa, James Holston e Gustavo Lins Ribeiro se destacaram ao produzir trabalhos significativos que analisaram os processos sociais, políticos e econômicos envolvidos na formação do Distrito Federal. Mais recentemente, novos estudos passaram a explorar as dinâmicas das regiões administrativas, procurando superar o silenciamento histórico imposto às histórias e memórias de sujeitos comuns, como “candangos”, brasilienses, gamenses, ceilandenses e taguatinguenses. Esses trabalhos buscam trazer à tona as vivências de grupos marginalizados, oferecendo um olhar crítico sobre as diversas formas de se experienciar Brasília para além do plano piloto.

A historiografia contemporânea expandiu as pesquisas para incluir temas anteriormente negligenciados, como a pré-história do Distrito Federal, o estudo de comunidades quilombolas da região e o passado pré-colonial. Esses trabalhos desafiam a antiga narrativa de um "vazio histórico" na região do Distrito Federal, enfatizando que a ocupação e a riqueza cultural da região precedem a instalação da Novacap, contribuindo para uma compreensão mais ampla do território. O sentido de recompor algumas memórias da cidade do Gama e apresentar seus espaços públicos que formam os elementos da história do lugar segue o objetivo “de trazer à tona as memórias, que se manifestam não apenas nas lembranças individuais, mas também nas marcas deixadas pela história em seus monumentos, ruas, avenidas e espaços de convivência, assim como nos planos e políticas oficiais, frequentemente justificada como indispensáveis ao progresso e à modernidade”. (FENELON, 1999).

Os espaços mencionados, que carregam a memória pública local, suscitam uma

reflexão sobre uma periferia que, apesar de ter recebido infraestrutura, como o asfalto, carece de espaços culturais capazes de promover uma reflexão crítica e problematizar sua trajetória histórica. São lugares aos quais a população, ao longo do tempo, atribuiu sentidos e identidades, mas que permanecem à margem das narrativas oficiais. Esse fenômeno reflete uma dinâmica semelhante à de outras cidades que consolidaram memórias cristalizadas baseadas em mitos fundadores, ignorando as contradições que se perpetuam sob a retórica do suposto desenvolvimentismo. A memória oficial de Brasília está predominantemente centrada nos feitos de Juscelino Kubitschek e de seus colaboradores, além dos chamados “pioneiros” que assumiram cargos de destaque na capital. No Plano Piloto, museus e monumentos narram uma saga heroica que celebra a construção da cidade no “meio do nada”, sobre um suposto “vazio populacional” e “vazio histórico”, consolidando sua imagem como símbolo do progresso nacional.

Entretanto, essa narrativa idealizada negligencia a história social da cidade e não reserva espaços para contar, seja de forma crítica ou mesmo ufânica, as trajetórias das regiões administrativas e de seus habitantes. Nessas áreas as disputas, transformações e diversidades que marcaram a construção e o desenvolvimento é praticamente invisível. Essa exclusão reforça a cristalização de memórias ligadas ao mito fundador, deixando evidente o silenciamento histórico das regiões administrativas de Brasília.

Marilena Chauí (2000) nos apresenta uma análise da construção do mito fundador da história do Brasil sob a forma das três operações divinas que, no mito fundador, respondem pelo país: a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado. Numa relação com o mito fundacional do Brasil, Brasília se insere na constante reinvenção do país, que seria uma releitura da narrativa de origem do Brasil, que nunca cessa, pois o país é uma invenção histórica. Nesse sentido, primeira missa realizada em Brasília o cardeal Mota reforçou essa perspectiva em seu pronunciamento quando dirigiu à Juscelino as seguintes palavras:

[...] Brasília seria "o acontecimento máximo depois do Ipiranga" e "o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional". E concluiu assim sua oração: "Na Bíblia se lê como Deus plantou, no meio do paraíso terreal, a miraculosa Árvore da Vida. Brasília é a árvore da vida nacional, providencialmente plantada no Planalto Central da nossa Pátria. Que as bênçãos de Deus e da Virgem Mãe de Deus façam com que Brasília cresça, floresça e frutifique em perene primavera da vida nova do Brasil: Incipit vita noval". (KUBITSCHKEK, 1975, P. 88-89)

A comparação que o religioso faz entre Brasília e o Ipiranga, eleva a cidade à condição de símbolo de renovação nacional, de um novo começo, tão importante quanto a emancipação política do país. É a tentativa de criar continuidade histórica e simbólica,

conectando eventos fundadores. Para Chauí (2000), o mito fundador é uma narrativa simbólica que procura explicar e legitimar o nascimento de uma nova ordem política, social ou cultural, apresentando-a como resultado de uma missão histórica ou de um destino providencial. Como já descrito neste estudo, a transferência da capital pensada desde o século XVIII atendia a uma série de interesses da nação, dentre eles promover o desenvolvimento do vasto interior brasileiro e reduzir as desigualdades regionais. Do ponto de vista simbólico, J.K foi movido a colocar em prática o que já estava previsto na profecia de Dom Bosco que a recebeu através de um sonho.

“Entre os paralelos 15° e 20° havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago. Então uma voz disse repetidamente: quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível” (NAZÁRIO, 2010).

A associação direta com a Terra Prometida da tradição bíblica é um elemento importante na construção do mito fundador de Brasília. O povo brasileiro seria simbolicamente conduzido ao coração do país para dar início a uma nova era nacional. Nesse imaginário, Brasília representa a redenção, destinada a trazer prosperidade, integração e uma espécie de salvação coletiva. Essa imagem de um paraíso terrestre no Planalto Central integra a lógica mítica da fundação nacional providencialmente guiada. Essa visão integra o que Chauí (2000) chama de sagração da história e do governante como aspectos fundamentais do mito fundador. A história nacional é concebida como um caminho inevitável, guiado por uma força superior que conduz ao presente como se este fosse a realização de um plano divino. Ao mesmo tempo, o governante — neste caso, Juscelino Kubitschek — é elevado à condição de escolhido, não apenas pelo povo, mas por uma missão maior, quase messiânica, conferindo-lhe legitimidade carismática e transcendência.

O Imperador Pedro II, no fecho de um soneto, dizia aguardar a justiça de Deus na voz da História. A justiça de Deus, no meu caso, tenho-a eu comigo, na intimidade de minha fé. Por isso só aspiro a ver confirmado aquilo que já tenho: a benevolência de meus contemporâneos. Na verdade, ao verificar que minha obra maior teve o seu prosseguimento natural, em benefício exclusivo do Brasil, dou-me por bem pago de todas as lutas que travei. O importante, numa batalha, não são os mortos e os feridos, mas a praça conquistada (KUBITSCHKEK, 1975 - P. 2)

O depoimento de Juscelino Kubitschek é profundamente simbólico e revela, com clareza, a construção de uma autoimagem messiânica e redentora, típica do mito fundador, como analisado por Marilena Chauí (2000). Ele se apresenta como instrumento de um destino nacional, como herói fundador que, mesmo diante do sofrimento pessoal e da oposição, realizou a obra que garantirá o futuro da nação. Brasília, nesse contexto, é simultaneamente

símbolo e conquista, inserida em um mito fundador que continua a se reinventar, encontrando novas formas de expressão, novas linguagens, valores e ideias. Assim, quanto mais parece se transformar em algo diferente, mais reafirma sua própria repetição (CHAUÍ, 2000).

É importante destacar que a descoberta de narrativas locais para o Distrito Federal não está isenta de disputas de poder. Há quem reivindique o título de pioneiro nessas cidades, mesmo não ocupando espaços de privilégio na comunidade. A elaboração das memórias coletivas é um processo profundamente influenciado por interesses políticos e sociais, que determinam quais narrativas são legitimadas e quais são silenciadas. Reconhecer essas tensões é fundamental para reconfigurar as narrativas históricas e incorporar as vozes e vivências dos grupos historicamente marginalizados.

É fundamental promover o diálogo com as memórias do Gama nos espaços públicos, nos currículos educacionais e nos materiais didáticos, como forma de contribuir para o aparecimento de outras narrativas sobre Brasília por meio de “outras Brasília”, que contemple a diversidade e a complexidade de sua história. Torna-se indispensável a criação de espaços culturais que revelam a cidade a partir de sua trajetória inicial, marcada pelo isolamento geográfico, pelas dinâmicas de exclusão social, pelo abandono histórico e ausência de incentivo ao entretenimento cultural. Sobre esses espaços, alerta Langaro (2012, p. 336):

[...] Compreendermos que os espaços onde tais versões do passado se materializam devem ser problematizados, portanto, não somente como aqueles onde é fixada uma versão do passado, mas sim lugares onde há memórias em disputa, pois, como tal, eles carregam as marcas das tensões sociais em meio às quais as recordações são forjadas e disputam a hegemonia no interior da esfera pública [...]

Neste estudo, optei por trabalhar com a história oral, buscando pessoas que viveram ou ainda vivem nos lugares abordados. Essa abordagem destaca a importância de recorrer a um passado no qual os lugares de memória, embora silenciosos, atuam como alicerces que conectam emocionalmente indivíduos e grupos às suas histórias, tradições e identidades. Esses lugares ajudam a formar sentimentos diversos e fornecem o contexto necessário para compreender quem somos. O ato de rememorar desempenha um papel central nesse processo, pois oferece um conjunto de ferramentas para ressignificar o passado por meio das palavras. Essa prática nos possibilita compreender a existência de memórias que atravessam lugares, porque tal noção evoca pluralidade, conflito e movimento, em meio aos quais as memórias e esses próprios locais são formados. (LANGARO, 2012)

Assim, rememorar transcende a simples lembrança; é um exercício de reconexão com experiências vividas. Etimologicamente, rememorar significa “chamar de volta ao coração”. Esse ato consiste em trazer novamente à consciência experiências vivido — sejam elas de dor,

sofrimento ou alegria. Mais do que um processo de recordação, recordar é um movimento de recomposição, que permite visitar e reinterpretar o passado, conectando-o ao presente de forma significativa.

Prosseguiremos com esse esforço de diálogo com as memórias, narrativas orais e demais fontes de pesquisa no próximo capítulo. Nele, exploraremos as dimensões complexas da vivência na cidade do Gama, que envolveram (e ainda envolvem, em alguns casos), o lidar com a precariedade e a violência do espaço urbano precário. Todavia, não deixaremos de tratar também das mudanças que ocorreram no local, com a construção de uma nova identidade positiva.

3. GAMA PERIFERIA: INVASÕES, VIOLÊNCIA E FUTEBOL

No Gama a fama é o drama sensacionalista: jornais, revistas, segunda sai a próxima lista. Pânico na população, mas esqueceram a Escolinha De Futebol Do Bezerrão. Do samba no salão que já é tradição e de repente nem tudo anda mal.

Gog- Brasília Periferia

Os desdobramentos da política que hierarquizou os cidadãos do Distrito Federal em diferentes patamares sociais deixaram marcas profundas na configuração urbana e social da região, percebida também na cidade do Gama-DF. É preciso compreender os impactos dessa política expressos na exclusão social vivida pela periferia Gama-DF e intensificados pela formação de ocupações ilegais dentro da própria periferia. Assim, é possível reconhecer que a então cidade-satélite representou uma extensão dos conflitos por moradia dos expulsos das áreas próximas do Plano Piloto ou daqueles que continuavam migrando para o Distrito Federal. Na história do Brasil, processos semelhantes ao de Brasília envolviam a prática de “limpar” o centro para modernizá-lo, eliminando os impactos causados por ocupações irregulares. Campos (1991) faz análise sobre os impactos do agravamento da crise social no processo de formação do espaço urbano do Distrito Federal.

[...] observa-se o contínuo crescimento do número de habitantes em Brasília, provocado não só pelo peso da forte imigração ocorrida no momento anterior, mas, também, pelo seu incremento vegetativo. Este crescimento vai implicar uma pressão constante por moradias por parte dos migrantes que chegavam à cidade, e também, do grande número dos sem-teto, que não preenchiam os critérios estabelecidos pela Novacap para a compra dos lotes nas cidades-satélites (CAMPOS, 1991, P. 103).

Com a crise social na formação do espaço urbano, observa-se que, nas primeiras décadas de existência da cidade-satélite do Gama-DF, ocorreu o surgimento de diversas

ocupações irregulares, formadas por centenas de famílias migrantes. Tratava-se, em grande parte, de pessoas em situação de sem-teto que, ao chegarem ao Distrito Federal, enfrentavam enormes dificuldades para se estabelecer de maneira legal. Diante das barreiras econômicas e burocráticas, essas famílias buscaram alternativas mais acessíveis de moradia, recorrendo à ocupação de terras. Nesse contexto, emergiram no Gama o que podemos denominar, seguindo os estudos de Holston (1993), de periferia ilegal — uma expansão informal surgida dentro da chamada periferia legal.

A cidade do Gama, projetada inicialmente como parte do plano de assentamento ordenado, passou a abrigar também áreas de ocupação irregular, configurando um espaço de coexistência entre o urbano planejado e o urbano informal. Além disso, o crescimento dessas áreas ilegais foi impulsionado pelo forte clientelismo político, prática comum no Distrito Federal especialmente no final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990. Esse clientelismo favorecia a criação de uma periferia semiurbanizada, com infraestrutura precária e concessões irregulares de terrenos. Para aprofundar a compreensão desse processo, realizei pesquisa de história oral, entrevistando pessoas que se encontravam na condição de sem-teto, como aponta Campos (1991).

Esses entrevistados, vindos de diversas regiões do país, compartilharam suas experiências de vida nas invasões, revelando as condições de precariedade e resistência enfrentadas nas novas ocupações do Gama-DF. Além das privações materiais, os moradores dessas ocupações enfrentaram por muitos anos o peso simbólico de serem rotulados como "invasores", um estigma social que os posicionava à margem da cidade formal. Esse processo de estigmatização contribuiu para dificultar a inserção plena desses sujeitos na dinâmica urbana, mesmo depois que foram reassentados em áreas regularizadas.

Outra questão de forte impacto social que afetou o Gama-DF entre os anos 1980 e meados dos anos 1990 foi o avanço da violência urbana, com destaque para a atuação de gangues juvenis que passaram a aterrorizar diversas áreas da cidade, especialmente a região do Setor Oeste. Esse cenário de insegurança e medo cotidiano foi abordado na epígrafe deste trabalho, em que o rapper GOG expôs a realidade vivida no Gama através da música "*Brasília Periferia*" (GOG, 1994). Na canção, GOG denuncia o aumento da violência e a estigmatização da cidade, que, naquele período, figurava frequentemente nas manchetes da grande mídia (jornais impressos, emissoras de rádio e canais de televisão) devido à recorrência de episódios violentos que ali ocorriam. O retrato da violência como fato social, também revela o impacto que a exposição midiática teve na construção da imagem pública do Gama-DF enquanto território de vulnerabilidade e conflito.

Nas próximas páginas, serão apresentados alguns episódios emblemáticos de violência que marcaram a história recente do Distrito Federal, incluindo ocorrências registradas em regiões de maior poder aquisitivo. Paralelamente, será realizada uma análise da percepção da comunidade gamense acerca do fenômeno das gangues juvenis e dos impactos provocados por sua atuação no cotidiano local. Essa reflexão será desenvolvida por meio da pesquisa em história oral em diálogo com reportagens veiculadas na imprensa da época e com a contribuição teórica de estudiosos que se dedicaram à compreensão do fenômeno das gangues, buscando assim uma abordagem mais ampla e fundamentada sobre a dinâmica da violência urbana no Gama-DF.

Diante dos inúmeros problemas relacionados à questão habitacional, à precariedade da infraestrutura urbana e à crescente violência — em grande parte provocada pela atuação de gangues juvenis —, consolidou-se a imagem do Gama como uma cidade marcada por intensos problemas sociais. Nesse contexto adverso, a ascensão do futebol como um refúgio simbólico ganha relevância na trajetória histórica da cidade, funcionando como espaço de resistência, identidade e esperança para seus moradores. Novamente a epígrafe retorna ao texto, pois GOG (1994) destaca essa dimensão em sua música, ao apontar que, enquanto a cidade era constantemente associada à violência e ao drama sensacionalista propagado pela grande mídia, práticas culturais e esportivas floresciam na comunidade local.

Entre essas iniciativas, o rapper faz referência à Escolinha de Futebol do Bezerrão e ao tradicional samba no salão, atividades realizadas nas dependências da Sociedade Esportiva do Gama (SEG), time de futebol profissional da cidade. Mais do que um simples entretenimento, o futebol no Gama-DF se transformou em uma poderosa expressão de identidade coletiva, tornando-se um dos principais motivos de orgulho para seus moradores. Argumentamos que o futebol desempenhou um papel crucial na reconstrução da imagem do Gama. Em uma época em que a cidade era amplamente associada a problemas como a violência, a falta de infraestrutura e a marginalização social, o sucesso do time de futebol ajudou a deslocar o foco dessas questões negativas, promovendo uma nova percepção sobre a comunidade. Dessa forma, o argumento será desenvolvido com base em entrevistas, matérias jornalísticas e estudos que analisam a relação entre o futebol e o contexto social. O futebol, assim, não foi apenas uma válvula de escape diante das adversidades, mas também um fator de identidade, pertencimento e orgulho local.

Portanto, diversos fatores que moldaram a realidade social e urbana do Gama-DF, com foco nas questões habitacionais, na violência urbana e na importância do futebol na construção da identidade local compõem a história da cidade. Através de uma investigação

histórica e social, serão abordados os impactos da ocupação ilegal e do clientelismo político, que resultaram na formação de áreas periféricas informais e no estigma associado aos moradores dessas ocupações. Além disso, será explorado o papel da violência, especialmente a causada por gangues juvenis, e como essa situação contribuiu para a marginalização da cidade nas narrativas midiáticas.

Será destacado ainda o papel simbólico e transformador do futebol, exemplificado pela trajetória da Sociedade Esportiva do Gama (SEG), que se tornará um refúgio e um elemento de orgulho para a comunidade local. A partir de entrevistas, reportagens e estudos teóricos, o capítulo buscará oferecer uma visão mais ampla sobre o impacto dessas dinâmicas na formação da cidade do Gama-DF e na compreensão da história local do Distrito Federal.

3.1 PERIFERIAS NA PERIFERIA: INVASÃO DO ITAMARACÁ, INFERNINHO E VILA RORIZ

“Serão as senzalas, na nossa história, a primeira solução habitacional para as classes trabalhadoras”.

Stumpf e Santos

Em artigo escrito no livro *Brasília: Moradia e Exclusão*⁶⁴, de organização de Aldo Paviani (1996), Stumpf e Santos (1996) fazem interessante análise entre trabalho e moradia considerando que a ampliação do parque industrial no Brasil fez aumentar a crise no campo habitacional, situação que gerou desigualdades habitacionais evidenciadas nas moradias informais, como as favelas, que muitas vezes oferecem condições de vida insuficientes para garantir dignidade aos seus moradores. A epígrafe também nos leva a refletir sobre a continuidade histórica de um sistema habitacional marcado pela segregação e pela privação de direitos básicos, remetendo às raízes da desigualdade social que persistem no Brasil desde o período escravista.

Ao refletir sobre as questões urbanas e sociais logo após a inauguração de Brasília, e por extensão, os problemas semelhantes enfrentados na cidade do Gama-DF, com o surgimento de favelas e ocupações irregulares, decidi buscar um caso marcante na história do Brasil para entender como o governo lidava com as periferias, vistas muitas vezes como obstáculos ao desenvolvimento nacional. Historicamente, as políticas adotadas pelo Estado brasileiro frequentemente se resumiam à remoção dessas comunidades, sem um planejamento governamental que abrangesse de forma integral a questão habitacional. A ausência de

⁶⁴ A esse respeito, ver: STUMPF; SANTOS, 1996.

políticas públicas eficazes deixava lacunas importantes, como a falta de emprego, transporte adequado, serviços de saúde e educação de qualidade, perpetuando, assim, o ciclo de exclusão social e marginalização. O processo de remoção de pessoas refere-se às ações sistemáticas de deslocamento forçado de comunidades ou indivíduos de suas residências ou territórios. Esse processo pode ocorrer por diversos motivos, como urbanização, desenvolvimento de infraestrutura, conflitos armados, políticas governamentais, ou desastres naturais. Neste estudo, a remoção de pessoas refere-se à intervenção governamental na área de habitação dentro de um processo histórico no Brasil, prática que não solucionou a questão habitacional. Pelo contrário, transferiu o “problema” para regiões mais distantes dos grandes centros, agravando as dificuldades econômicas das comunidades removidas (GOUVÊA, 1995).

O episódio de remoção marcante na história brasileira foi o “Bota-Abaixo”⁶⁵, promovido no início do século XX pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos. A partir de 1903, Passos promoveu uma intervenção para modernizar a cidade e transformá-la em uma “Paris tropical”. Essa intervenção incluiu a demolição de cortiços e a expulsão de moradores pobres do centro da cidade para abrir espaço a amplas avenidas e edifícios modernos. Essas ações seguiam o modelo europeu de cirurgias urbanas inspiradas nas ações do Barão de Haussmann em Paris, que entre 1853 e 1870 remodelou radicalmente o espaço urbano e expulsou para os subúrbios os trabalhadores, destituindo-os da urbanidade e da vida urbana, isto é, da possibilidade de vivenciar e experimentar a cidade (TRINDADE, 2012, P. 141). A reforma remodelou radicalmente o espaço urbano e expulsou os trabalhadores para os subúrbios, destituindo-os da urbanidade e da vida urbana, obrigando-os a ocupar um outro tipo de periferia, os morros. O bota-abixo carioca se insere nos processos que visavam sanear as metrópoles infestadas de doenças, como tifo, peste bubônica e varíola (GOUVÊA, 1995).

Em Brasília, nas décadas posteriores à inauguração, o governo continuou a implementar ações que objetivavam o controle do espaço e a segregação social, voltadas sempre para os interesses econômicos do Estado e das classes dominantes. Nunca houve um planejamento estatal para sanar os problemas de habitação, e sim planos de moradias cuja finalidade era o controle político e de exploração econômica da maioria da população (GOUVÊA, 1995).

⁶⁵ Expressão criada para designar, ao mesmo tempo, o processo de reformas urbanas operado a partir de 1903 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e o prefeito da cidade à época, Francisco Pereira Passos (1902-1906). Com a expressão “Bota-Abaixo”, buscou-se destacar a maneira radical pela qual foi implementado um conjunto de obras públicas que então redefiniram a estrutura urbana da capital federal. Sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar, foram também as palavras de ordem do prefeito Pereira Passos (Motta, 2023).

Brasília foi idealizada não apenas como a antítese da estratificação social, mas também como seu antídoto. Os planejadores queriam criar um valor de igualitarismo dentro do Plano Piloto, almejando a mesma vida comum entre os servidores públicos de nível inferior e funcionários mais qualificados (HOLSTON, 1993).

No entanto, o projeto maior para população fora do Plano Piloto, era implementado por ações que objetivavam o controle do espaço e a segregação social, voltadas sempre para os interesses econômicos do Estado e das classes dominantes. Nunca houve um planejamento estatal para sanar os problemas de habitação, e sim planos de moradias cuja finalidade era o controle político e de exploração econômica da maioria da população (Gouvêa, 1995). Assim como em oportunidades anteriores usou-se o urbanismo como objeto de controle e segregação social, Brasília operou a separação física entre o Plano Piloto e as cidades-satélites direcionada para os interesses das classes dominantes, resultando num modelo eficaz de segregação e controle social.

Em 2011, durante a execução de obra para consertar uma infiltração no Salão Verde da Câmara dos Deputados em Brasília, operários encontraram várias inscrições deixadas por trabalhadores candangos da época da construção da nova capital. As inscrições variavam de expressões de esperança a manifestações românticas. Uma delas chamou atenção e ganhou destaque nas agências de notícias do governo federal: “Que os homens de amanhã que aqui vierem, tenham compaixão dos nossos filhos e que a lei se cumpra” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011). Essa frase foi escrita pelo trabalhador candango José Silva Guerra em 22 de abril de 1959 e representa um misto de otimismo e preocupação com o futuro e com os rumos políticos do país. No entanto, muitos "josés", na condição de trabalhadores “candangos” que foram essenciais para a concretização do "sonho de Dom Bosco", ainda enfrentariam outra incerteza: a habitacional. Durante a construção da nova capital, os trabalhadores não foram considerados no projeto urbanístico. A cidade teria sido “pensada” para atender a classe média e os funcionários do governo federal começaram a ocupar de forma irregular áreas próximas ao Plano Piloto (BEÚ, 2007).

Entre os anos de 1956 a 1961, o governo Kubitschek dedicou pouca atenção à questão habitacional, sem mencionar o tema em seu Plano de Metas. Como resultado, com o aumento da demanda sem uma resposta correspondente do lado da oferta, a questão habitacional tomou contornos de crise a partir da década de 1960 (GOUVÊA, 1995). Tentou-se utilizar o trabalhador da construção como mão de obra barata, fazendo o papel semelhante ao de um trator, pois simplesmente limpava a terra para a ocupação de classes mais abastadas (GOUVÊA, 1991, P. 83). Assim, surgiram localidades como a Vila IAPI, Vila Amaury

(inundada pelas águas do Paranoá), Vila Tenório, Vila Sarah Kubitschek, Vila Bernardo Sayão, Vila Esperança, Morro do Urubu e Morro do Querosene. Parte dessas ocupações foi removida para as primeiras cidades-satélites: Taguatinga, Sobradinho, Gama e Ceilândia (Figura - 34).

Nesse contexto de remoção, o Núcleo Bandeirante, anteriormente Cidade Livre⁶⁶, que iniciou sua história em 1956, foi um caso isolado de vitória das classes populares sobre o Estado. Foram várias as tentativas de desmontagem e remoção da Cidade Livre, comprovando que na prática o planejamento do governo se pautava pelo controle e segregação do espaço urbano. A vitória do movimento popular, que contava com trabalhadores de diversas áreas, ocorreu com a definitiva fixação da cidade em 20 de junho de 1961, por meio da Lei nº 4.020. Ainda assim, a política pública de remoção de ex-operários, construtores de Brasília, foi implementada em grande escala, sendo removidos para a periferia, passando a morar em assentamentos inóspitos, embriões de cidades-satélites, destituídos de infraestrutura básica e longe do mercado de trabalho que ajudava a garantir a sua subsistência (BEÚ, 2007, P. 15).



Figura 34 - As primeiras cidades-satélites.

Fonte: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/10/31/e-surgem-as-cidades-satelites/>. Acesso em 27 junho 2024

A concepção das cidades-satélites de Brasília, portanto, se enquadra na necessidade de acomodar o enorme fluxo migratório que serviu para compor a massa de mão de obra

⁶⁶Em seu livro de memórias **Por que construí Brasília**, Juscelino Kubitschek descreveu a importância estratégica da Cidade Livre para os trabalhadores que não paravam de chegar: “Formara-se o Núcleo Bandeirante, ou melhor, a Cidade Livre, onde era permitido à iniciativa particular desenvolver-se fornecendo o necessário aos moradores de Brasília. Hotéis, pensões, bancos, empresas de aviação, padarias, açougues, agências de automóveis, postos de gasolina foram surgindo, construídos de madeira, no atropelo característico do formigueiro humano que se organizava. Era a saga do rush do ouro ocorrido no Oeste norte-americano, reproduzido em idênticas cores dramáticas, no coração do Brasil” (Kubitschek, 1975, p. 68).

necessária para que o projeto de construção da nova capital fosse cumprido dentro do prazo previsto de quatro anos. Para se ter uma ideia do processo de intensa migração que ocorreu com a construção da nova capital, houve uma taxa média de 103,88% de migrantes ao ano, o que fez com que a população desse um salto de 12.700 habitantes em 1957 para 127 mil em 1960. As primeiras cidades-satélites foram criadas para erradicar algumas “invasões”⁶⁷ nas áreas centrais e próximas ao do Plano Piloto que poderiam descaracterizar o projeto urbanístico de Lúcio Costa. Desde a fundação de Brasília, até o golpe militar de 1964, a política urbana e territorial do Distrito Federal tinha um objetivo claro: remover todas as favelas⁶⁸ e “invasões” que surgiram durante a construção da cidade. (QUINTO JR. E IWAKAMI, 1991).

Durante a construção de Brasília, as autoridades e seus apoiadores destacaram a criação de cidades-satélites pelo governo. No entanto, não havia certeza se essas áreas fariam parte da capital e de seu desenvolvimento, o que gerou dúvidas sobre a definição do que constituiria Brasília e o que seria o restante do Distrito Federal. Fato é que a expansão do território ocorreu de forma desigual contando com um planejamento inicial precário, transformando as cidades-satélites recém-inauguradas em periferias⁶⁹, ao contrário da região do Plano Piloto que se beneficiava com fortes investimentos públicos em diversas áreas. O que se viu posteriormente, no Distrito Federal, foi uma verdadeira segregação socioespacial dos segmentos populacionais com menor poder político e econômico, confinando-os a áreas específicas do território. Nessas áreas, o acesso à moradia, à infraestrutura urbana e aos serviços básicos era extremamente limitado, muitas vezes exigindo grandes deslocamentos diários para atender demandas por trabalho, saúde, entretenimento, educação, entre outros (CAIADO, 2005). Essa situação representou a principal faceta espacial da exclusão social

⁶⁷ Refuto o conceito estabelecido de invasores para os primeiros moradores que trabalharam nas obras de construção da nova capital. Reforço a ideia apresentada no prefácio do livro de Edson Beú (2007), *Os filhos dos candangos*, redigido por Marcia de Melo Martins Kuyumjian (2007), que define a situação dos candangos trabalhadores que de operários, passaram à condição de invasores, de indesejáveis da cidade moderna.

⁶⁸ O IBGE utiliza os seguintes critérios para a identificação de uma favela: “Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse; e, pelo menos, um dos demais critérios abaixo; Ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos (iluminação elétrica pública e domiciliar, abastecimento de água, esgotamento sanitário, sistemas de drenagem e coleta de lixo regular) por parte das instituições competentes; e/ou predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos e/ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; e/ou localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística, tais como faixas de domínio de rodovias e ferrovias, linhas de transmissão de energia e áreas protegidas, entre outras; ou em sítios urbanos caracterizados como áreas de risco ambiental (geológico, geomorfológico, climático, hidrológico e de contaminação)” (IBGE, 2022).

⁶⁹ Na definição de Álvaro Domingues (1994, p. 7), periferia “é o lugar da exclusão, da marginalidade e da segregação social, da ausência de uma noção de pertença a um lugar, do déficit de cidadania”. Segundo ele, a distância ao centro é uma distância sociológica, simbólica e de poder.

enfrentada por esses segmentos populacionais inseridos nas cidades-satélites criadas e um dos grandes problemas a serem enfrentados pela população e pelos governos locais por décadas.

A segregação foi agravada pela ausência de um sistema de transporte eficiente, dificultando o acesso da população que vivia entre 12 e 43 km do Plano Piloto. Os vazios urbanos entre as cidades-satélites e o Plano Piloto encareceu as tarifas e dificultou o acesso da população ao principal pólo de empregos (GOUVÊA, 1995). Essas cidades-satélites reproduzem até hoje o que ocorre em todas as cidades, sendo relegadas a um certo abandono quanto ao fornecimento de equipamentos urbanos e outros benefícios do centro (QUINTO JR. E IWAKAMI, 1991).

Devido ao constante processo de migração em todo o Distrito Federal, o Gama enfrentou problemas habitacionais semelhantes aos que atingiram o Plano Piloto. A grande diferença se deu no contexto social. Brasília se “protegeu” da pobreza e do atraso, blindando o Plano Piloto de corpos ‘invasores’ e ‘indesejáveis’, promovendo a segregação espacial por meio do polo de empregos da criação de periferias, popularmente conhecidas como cidades satélites. O contraste se deu no surgimento de favelas dentro das periféricas satélites, que subsistiram com piores condições sanitárias. Paviani (1991) estabelece interessante análise demonstrando que as forças que promoveram a periferação, realizando sucessivas remoções de acampamentos de obras e de favelas do Plano Piloto, foram às mesmas que atuaram para concentrar e elitizar o centro.

A cidade-satélite do Gama foi criada com o mesmo objetivo das outras: acolher os "invasores" das áreas do Plano Piloto. Desde a sua fundação a cidade continuou a receber migrantes de várias regiões do Brasil, que nutriam o sonho de usufruir da prosperidade na nova capital. Porém, o sonho de usufruir da suposta prosperidade não se realizou como imaginavam, o que fez com que famílias se estabelecessem em moradias precárias, ocupando terrenos irregulares sem as mínimas condições humanas de sobrevivência. Quinto Jr. e Iwakami (1991) apontam para a questão das levas migratórias que continuaram chegando ao Distrito Federal:

Assim, as remoções como a da Vila Sara Kubitschek (que se formou próximo à Cidade Livre em 1958, devido à chegada dos flagelados da seca do Nordeste), que deu origem a Taguatinga, ou à Vila Amauri, que deu origem ao Gama, não foram suficientes para alocar as levas migratórias que surgiram depois⁷⁰

O deslocamento constante dos migrantes nordestinos em busca de melhores condições de vida envolvendo necessidades básicas como segurança alimentar, moradia, trabalho e

⁷⁰ A esse respeito, ver: QUINTO JR; IWAKAMI, (1991)

acesso à saúde ocorre desde o século XIX. A seca, fenômeno natural que há décadas atinge boa parte da região, compõe um conjunto de graves problemas sociais que forçou milhares de nordestinos a abandonar seu lugar de origem em busca de sobrevivência.

Entretanto, a seca foi apenas um dos fatores que impulsionaram esse êxodo: a tentativa de encontrar um novo lugar social e escapar da exclusão imposta pelas elites brasileiras, cujos projetos modernizantes privilegiavam determinadas regiões e classes sociais, também foi decisiva (GUILLEN, 2009). O discurso que atribui a migração exclusivamente à seca oculta a violência social, especialmente o mandonismo local com base no latifúndio, que negava aos pobres o acesso à terra. A migração nordestina, portanto, configurou-se como uma resposta ativa a um sistema injusto, sustentado por narrativas que naturalizavam tanto a pobreza quanto a migração, assim como a própria seca. Ao afirmar que a pobreza e a migração são fenômenos históricos do Nordeste, corre-se o risco de reforçar essa naturalização, como se tais condições fossem inevitáveis, quando, na verdade, são resultado de processos sociais, políticos e econômicos historicamente construídos. Guillen (2002) destaca a importância de uma análise crítica diante de discursos dessa natureza.

Quando se trata de migração nordestina, tudo se passa como se fosse uma decorrência econômica e social natural, levando-se em conta a construção imaginária do tripé Nordeste/seca/ migração. Essa construção imaginária "destina" ao homem nordestino a condição e migrante, pobre e flagelado. De certo modo, essa representação social contribui para criar a invisibilidade histórica em torno do migrante (GUILLEN, 2002, P. 72) .

Migrar pode ser entendido, portanto, como estratégia não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também para buscar um lugar social onde se possa driblar a exclusão pretendida pelas elites brasileiras. Em suma, a pobreza e a migração no semiárido não podem ser tratadas como "naturais" para esconder a responsabilidade social e política nesse processo. Esse processo desmistifica a ideia de que a migração nordestina se reduz à fuga da seca e revela sua profunda dimensão social e política. Muitos dos entrevistados desta pesquisa, originários da região Nordeste, não se identificavam como simples flagelados da seca, mas sim como vítimas de um complexo conjunto de problemas sociais que os forçaram a migrar em busca de melhores condições de vida no Distrito Federal.

Nesse sentido, o Gama vivenciou o surgimento de duas invasões e de um loteamento construído de forma precária para atender certa demanda habitacional e os interesses políticos do então governador. Essas áreas são frutos do contínuo fenômeno migratório desde os anos 1960 e da política habitacional implementada pelo governo do Distrito Federal. Neste item, farei a análise de três casos significativos na história do Gama que estão intimamente ligados aos desafios persistentes da questão habitacional, percebida pelo governo como um meio de

controle e segregação social.: Invasão da Vila Itamaracá⁷¹ e Vila Roriz⁷² como áreas de expansão da cidade e Inferninho⁷³. Os três casos analisados se enquadram num redirecionamento das ações governamentais no plano habitacional a partir de novas formas de controle e segregação social das famílias de baixa renda. Inicialmente, como proprietário da maior parte das terras do Distrito Federal, o Estado conseguiu erradicar as favelas ao redor do Plano Piloto com relativo sucesso.

Para exercer controle social, foram criadas cidades-satélites precárias, distantes dos centros de emprego e poder. Supondo que a oferta de moradias era o principal motivo para a migração, o poder público decidiu interromper essa prática entre 1979 e 1982. Isso resultou em um aumento significativo no número de pessoas vivendo em favelas, chegando a 85 mil, número muito maior do que nos anos anteriores. Em resposta, o governo mudou de estratégia a partir de 1982, implementando um programa de urbanização das favelas através do Promorar⁷⁴ Brasília - Programa de Assentamento Populacional de Emergência administrado pelo GEPAFI - Grupo Executivo para o Assentamento de Favelas e Invasões, cujo objetivo principal era o assentamento de famílias e a urbanização do local onde viviam. O programa funcionou como um instrumento adicional de controle social do governo. As famílias foram fixadas pela pequena infraestrutura oferecida, o que foi percebido pela população como um ganho. Ao mesmo tempo, as melhorias habitacionais eram responsabilidade das famílias, que se mantinham constantemente ocupadas com obras permanentes. Isso dificultava sua organização e fazia parte de uma estratégia para desmobilizar qualquer ato de reivindicação futura (GOUVÊA, 1995).

Na análise de Lemos (2017), os fenômenos das invasões e favelas são discutidos por meio de uma comparação entre os processos históricos de formação de Soweto, na África do Sul, e de Ceilândia, no Distrito Federal. O estudo abrange a segregação racial e espacial daqueles que podem e devem ser eliminados de maneira "civilizada", enquanto protege aqueles que têm o direito de usufruir dos recursos públicos e dos espaços mais privilegiados.

⁷¹O nome "Itamaracá" deriva da língua tupi e, dentre outros significados propostos, significa "pedra que canta", a partir da junção dos termos *itá* ("pedra") e *mbara'ká* ("chocalho"). Mas a antiga Vila Itamaracá levou essa designação porque ali havia o acampamento da Construtora Itamaracá (CS Gama) (Almeida, 2013).

⁷²A Vila Roriz, fundada em 1989 pelo então governador Joaquim Domingos Roriz (1936-2018), é uma área de expansão do Setor Oeste do Gama.

⁷³O termo "inferninho" em sua etimologia é o diminutivo de inferno e era bastante usado na narrativa popular como a designação de certas boates que são "menos refinadas", ligadas a prostituição e com ambientes precários em relação a limpeza. O uso do termo na favela surgiu de maneira popular, e nos dá pistas de como era o ambiente, muito ligados à ideia de prostituição, bebedeira e baderna (Carneiro, 2023, p.13-14).

⁷⁴Promorar (1982) — Tinha como objetivo a urbanização de aglomerados urbanos, considerados carentes de infraestrutura, habitação e equipamentos de saúde, educação e lazer. Na época foram construídos também, dentro desse programa, conjuntos de habitações de 26m² (GOUVÊA, 1995).

O objetivo do estudo Lemos (2017) é identificar reflexões semelhantes ou próximas sobre os processos e instrumentos de segregação racial, de gênero e social nas cidades de Soweto e Ceilândia nas décadas de 1950 e 1970. Considera-se como os processos históricos, as políticas estatais e as diversas formas de exercício do poder podem resultar em biopolítica⁷⁵ e necropolítica⁷⁶. Nesse contexto, desde a origem das cidades satélites e a subsequente favelização delas, o governo agiu para remover os corpos que “invadiram” espaços temporários e convenientes, com a intenção de que, uma vez atendida a necessidade, esses indivíduos desaparecessem das áreas centrais. Essa abordagem reflete a tática de determinar quem deve ser mantido vivo e quem pode ser deixado à margem, tanto no aspecto racial quanto social.

Invasão da Vila Itamaracá

“Meu primeiro banho de chuveiro foi aos quatorze anos, porque a gente tomava banho com a água que a gente tirava do poço”

Verônica Aidê

“Meu sonho era poder chegar na minha casa, abrir uma torneira e a água sair”

Geralda Alves

A Invasão do Itamaracá começou na segunda metade da década de 1960, nas proximidades do primeiro conjunto de casas populares construído no Gama pela empresa construtora Itamaracá. Sua população era formada por migrantes que se deslocaram para Brasília durante a construção da cidade. Localizava-se na área da quadra 16 do Setor Leste, estendendo-se até as proximidades do córrego da Prainha, e abrigava 344 famílias. A proposta de urbanização, elaborada pelo GEPAFI⁷⁷ em conjunto com a Administração Regional do

⁷⁵ Biopolítica é um conceito que aborda as práticas e estratégias governamentais focadas na gestão da vida e da saúde das populações. Desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault (2002), a biopolítica abrange a regulação dos corpos e das populações por meio de políticas públicas, intervenções médicas, práticas de higiene, controle de natalidade e outras formas de administração da vida. O objetivo dessas práticas é melhorar a saúde, a produtividade e o bem-estar da sociedade, enquanto disciplinam e controlam os indivíduos. A biopolítica marca uma transição do poder soberano, que se baseava no direito de "fazer morrer" ou "deixar viver", para um poder que se preocupa em "fazer viver" e "deixar morrer", focando na promoção da vida e na gestão das condições que a sustentam.

⁷⁶ Necropolítica é um conceito formulado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) que descreve as práticas e estratégias de poder que expõem determinados grupos ou indivíduos a condições de vida que os tornam suscetíveis à morte. A necropolítica investiga como o poder soberano determina quem tem o direito de viver e quem será condenado à morte, utilizando a violência e o controle para sujeitar populações específicas à extrema precariedade, marginalização e abandono.

⁷⁷ Em 1982, foi criado o GEPAFI (Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões), com o objetivo de analisar as possibilidades de melhoria das condições de vida da população de baixa renda, basicamente moradora de invasões. Esse grupo foi estabelecido para implementar políticas de urbanização em áreas invadidas, desde que apresentassem certo nível de adequação. O GEPAFI também buscava reorganizar as áreas

Gama, promoveu a regularização da propriedade dos lotes ocupados, melhorias no abastecimento de água, energia elétrica e abertura de ruas. O trabalho de Luiz Alberto Campos Gouvêa, "Brasília: Capital da Segregação e do Controle Social" (GOUVÊA, 1995), juntamente com as fontes orais disponíveis, foi fundamental para a análise da Invasão da Vila Itamaracá no contexto do programa governamental de urbanização das favelas através do Promorar Brasília - Programa de Assentamento Popular de Emergência. Devido ao escasso material escrito sobre a Vila Itamaracá e sua posterior urbanização, recorri às fontes orais, também com o intuito de compreender melhor as experiências e percepções do passado da favela, que existiu por mais de 20 anos.

A população da Vila Itamaracá era composta por 1.835 habitantes, que formavam um total de 344 famílias. As famílias mais antigas chegaram à área na segunda metade da década de 1960, estabelecendo laços de trabalho e vizinhança. Utilizavam os serviços públicos disponíveis e interagiam socialmente no comércio local e na Igreja. Por consequência, os moradores reivindicavam sua permanência na área, que foi ampliada com a chegada de 108 famílias provenientes de invasões espalhadas pelo Gama e pela Vila do Areal, em Taguatinga. A propósito das entrevistas desse tópico conheci duas ex-moradoras da antiga "invasão" da Vila Itamaracá, atual quadra 50 do setor leste, que concordaram em contribuir com a pesquisa. Verônica e Geralda compartilharam suas memórias, repletas de certa nostalgia, mas também de desencanto por uma experiência "nada romântica" vivida no local.

Conheci Verônica através da entrevista que fiz com uma moradora que chegou à cidade na década de 1960. Ao conversar sobre a estrutura da dissertação, sua filha mencionou que conhecia uma amiga que havia crescido na Invasão do Itamaracá. Pedi para que intermediasse o contato, pois queria muito ouvir sua história de vida. Assim, entrei em contato com Verônica e conseguimos agendar uma conversa. Verônica foi muito solícita e estava disposta a contribuir com a pesquisa, falando sobre o período em que viveu na invasão. Em seu primeiro relato ela explicou os motivos que levaram os seus pais a se instalarem na invasão:

Eu nasci no ano de mil novecentos e setenta e um, no Hospital Regional do Gama e moro no Gama há cinquenta e três anos. Sou filha de Francisco e Aidê. Meu pai veio de João Câmara Rio Grande do Norte para o Gama e minha mãe nasceu numa cidadezinha em Minas Gerais chamada Cabeceira Grande, próximo de Unaí. Então eles vieram para o Distrito Federal com aquele sonho de conseguir uma vida melhor. Aqui chegando eles foram morar evidentemente no mesmo local que é no setor sul do Gama, que na época era conhecido como Vila São João e se conheceram numa festa e em três meses estavam casados. E eu sou a filha primogênita de uma família

de cinco filhos e nós morávamos de favor na casa de uma de um tio que também era migrante do Rio Grande do Norte e eles ficavam morando num quarto lá e aí minha mãe ficou sabendo que estavam invadindo uma área e quem invadissem poderia futuramente ser dono daquele local. E aí eu tinha salvo engano, uns dois a três meses de vida, quando minha mãe colocou quente no meu pai e falou: vamos lá fazer um barracinho pra gente ter um local pra morar. E assim eles fizeram. Com três meses mais ou menos fomos morar na conhecida Invasão do Itamaracá, que é onde hoje é a quadra cinquenta do setor leste. (VERÔNICA, 2024, entrevista oral)

A invasão que formou a favela na Vila do Itamaracá teve seu início ainda em 1960, primeira década de existência da cidade do Gama, sendo formada por famílias vindas dos estados do Nordeste (59,6%), Minas Gerais (21,8%) e de Goiás (8,4%)⁷⁸. A grande maioria decidiu migrar para a área em busca de melhores condições de trabalho e quando chegaram foram morar com algum membro da família que já estava estabelecido na área. A escolha pela área de “invasão” em sua grande maioria tinha como principal motivo o preço dos aluguéis (50,4%) e em segundo lugar (7,6%)⁷⁹ a necessidade de ficarem próximos do local de trabalho. A renda de 72,1% da população da Vila do Itamaracá era de até 2,5 salários-mínimos. A favela que se formou era carente de infraestrutura, sem acesso a água encanada, rede de esgoto, energia elétrica e pavimentação das ruas. Verônica relatou em detalhes como era a invasão em termos de infraestrutura e as características de sua moradia com um fato curioso de sua vida pessoal:

Então, era um local sem nenhum tipo de saneamento básico, sem nenhuma estrutura, não tinha água, não tinha luz, não tinha piso. O barraco mesmo que eu morava era de um único cômodo e tinha uma cama de casal, um beliche e um sofá, ou seja, o mínimo pra você se subsistir. Eu morei nesse local até os quatorze anos de idade. Então, até as pessoas acham assim estranho quando eu falo, assim, que meu primeiro banho de chuveiro foi aos quatorze anos, porque a gente tomava banho com a água que a gente tirava do poço e, enfim, uma vida extremamente precária. (VERÔNICA, 2024, Entrevista oral)⁸⁰

Ao mencionar o primeiro banho de chuveiro apenas aos 14 anos, Verônica ressalta a importância dos pequenos gestos cotidianos que, para muitos, são banais, mas que para ela marcam uma passagem em sua experiência de vida. Essa memória serve como marcador da desigualdade vivida. A surpresa demonstrada por outras pessoas ao ouvirem sua história, especialmente ao saberem que seu primeiro banho de chuveiro ocorreu apenas aos 14 anos, evidencia o abismo entre diferentes realidades sociais e reforça a invisibilização das

⁷⁸ Os dados que aparecerão durante a análise da Vila do Itamaracá foram obtidos na pesquisa de campo desenvolvida para a dissertação de mestrado de Luiz Alberto de Campos Gouvêa (1995).

⁷⁹ Os dados que aparecerão durante a análise da Vila do Itamaracá foram obtidos na pesquisa de campo desenvolvida para a dissertação de mestrado de Luiz Alberto de Campos Gouvêa (1995).

⁸⁰ Entrevista oral concedida por Verônica Aidê, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá. Para assistir a entrevista completa, acesse o link:

https://drive.google.com/file/d/1-4Ov5P4EZ2S7L4FKHtXCqf6GIVDeoguA/view?usp=drive_link

experiências de precariedade no Distrito Federal que ficam escondidas na história local da cidade do Gama-DF.

Outra entrevistada foi Geralda Alves (Figura 36), a quem conheci por intermédio de Verônica. Verônica e Geralda eram amigas de infância na Invasão do Itamaracá e compartilhavam inúmeras histórias daquela época. Geralda é professora aposentada da SEEDF e nasceu em Paracatu-MG. Motivados por uma emergência de saúde durante a gravidez de sua mãe, sua família mudou-se para residir no Distrito Federal quando ela tinha apenas três meses de vida.

Seus pais se mudaram para o Gama-DF, inicialmente morando nas quadras 31 e 33 da cidade satélite. Aos três anos, sua família enfrentou dificuldades de moradia e teve que deixar a casa onde moravam, cedida por amigos. Com recursos limitados, a única alternativa viável foi adquirir um pequeno barraco em uma área de invasão conhecida como Invasão do Itamaracá. Geralda se lembra do impacto dessa mudança. Seu pai, mesmo doente, fez o possível para ampliar o pequeno caixote de madeira onde passaram a viver, tentando tornar o espaço minimamente habitável. Ela cresceu nesse ambiente, dividindo o espaço com outras famílias que também chegavam à região em busca de moradia. Passou toda a infância e parte da adolescência nessa ocupação, saindo de lá apenas aos 14 anos.

Antes de iniciarmos a entrevista, Geralda fez questão de deixar claro que suas lembranças não tinham nada de romântico. Ao recordar sua infância, ela já demonstrava certa consciência social ao analisar a lentidão das autoridades em relação aos diversos problemas enfrentados por sua comunidade:

Eu era uma criança que eu me questionava e questionava muito tudo, sabe? Muito. Porque eu achava assim, estamos condenados a viver isso pra sempre? De vez em quando aparecia uma notícia, ah, vamos tirar, vamos tirar, não sei o quê. E aí a gente começava a se animar um pouquinho, aí depois esfriava. Às vezes passava uns fiscais pra poder fazer, identificar as famílias, quantidade de pessoas na família e a gente se animava, mas às vezes sumia e nunca mais. Eu andava no Gama, eu juro, é uma coisa impressionante, mas eu ficava andando e olhando os espaços que o Gama tinha pra ver se poderia pegar a gente e colocar nesses espaços. Eu imaginava quando eu olhava pro Gama e falava assim: “gente acho que aqui caberia esse povo. Aí olhava, gente acho que aqui caberia”. Eu ficava assim na minha cabeça, na minha cabeça estava assim, acho que aqui caberia. Só que eu não tinha noção, políticas públicas naquela época ninguém se interessava. (GERALDA, 2024, entrevista oral)⁸¹

⁸¹ Entrevista oral concedida por Geralda, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá em 22/05/2024.

Para assistir a entrevista completa, acesse o link: P.1

https://drive.google.com/file/d/12AcX7WAAey4VQZYDpPkbZJI2OxfdfHFgw/view?usp=drive_link

P. 2 https://drive.google.com/file/d/12DNwjinVDWTVJo7Eiug9ReDtPcckA5cnH/view?usp=drive_link



Figura 36 – Geralda, ex-moradora da Invasão do Itamaracá. Fonte: Arquivo pessoal.

A experiência de Geralda de caminhar pelo Gama e imaginar espaços onde sua comunidade pudesse ser assentada revela não só o desejo de uma casa própria, mas também a imaginação de uma criança que de forma espontânea faz uma reflexão sobre o planejamento urbano a partir do olhar de quem vivencia a exclusão territorial. Mesmo sem ter clareza sobre o funcionamento das políticas públicas, Geralda expressa uma imaginação política interessante que envolve a necessidade de inclusão de pessoas comuns na formulação de projetos de habitação. Dessa forma, sua fala associa-se diretamente à luta histórica pela casa própria no Brasil. Quando Geralda pergunta: “Estamos condenados a viver isso pra sempre?”, ela aponta para a insegurança constante vivida por famílias em situação de ocupação irregular, marcadas pela ameaça recorrente.

O que ocorria no Gama em sua primeira década de existência era a repetição do que era rotina em Brasília: a dispersão dos despossuídos. Durante os anos 1960, novos assentamentos urbanos além da cidade-satélite do Gama foram construídos com o objetivo de manter a imagem modernizadora de Brasília, pois a nova capital não poderia reproduzir os problemas do Rio de Janeiro ou de São Paulo, que tinham em seus tecidos urbanos as "manchas" de favelas e cortiços. O processo de realocação continuou na capital federal com a

criação de novos assentamentos como Sobradinho, Vila Buriti (anexa à preexistente Planaltina) e Brazlândia, outra localidade que já existia antes de Brasília (PAVIANI, 1991). O contínuo fluxo migratório que evidenciava o problema de moradia na cidade do Gama estava relacionado ao grave problema de desemprego. A maioria dos moradores da "invasão da Vila do Itamaracá" se estabeleceu na região em busca de melhores condições de vida, o que incluía a busca por oportunidades de emprego. Esse processo agravaria a periferação do espaço urbano. Em sua fala Geralda relatou a percepção de uma divisão social dentro da própria cidade do Gama, quando ocorriam os desfiles cívicos em datas comemorativas, explicitando que dentro da satélite periférica também começou a surgir uma camada elitizada da população:

“Dentro do Gama era separado aquela parte ali mais do CG (Centro de Ensino Médio 01 do Gama), né? Era um grupo de pessoas que se relacionavam muito bem, que se conheciam. Eu sei disso porque eu participava dos desfiles do Gama. Eu sempre fui aquela aluna assim, quer apresentar lá na frente comigo pra apresentar Hora Cívica que existia antes, né? Então eu ia lá e me apresentava no desfile do Gama. Eu participava e assim lá no desfile, lá naquele palanque estavam aquelas famílias, né? Eu lembro na época do Valmir Campelo Bezerra⁸², do Leosmar Litran⁸³. Tinha as famílias, as filhas, eu sabia ali, eu via que aquele pessoal ali não se misturava. Era aquele pessoal que estava próximo daqueles políticos da época” (GERALDA, 2024. Entrevista oral)⁸⁴

O relato de Geralda, enquanto estudante, sobre a percepção de que uma elite havia se formado na cidade satélite periférica próxima ao Centro de Ensino Médio 01 do Gama e a igreja matriz São Sebastião faz todo o sentido. Nas imediações, o núcleo pioneiro foi estabelecido a partir da quadra 21, expandindo-se para as quadras 18, 22 e 15. Essas áreas receberam os primeiros investimentos públicos e alcançaram significativo desenvolvimento nas primeiras décadas da cidade. Os imóveis das quadras pioneiras ainda mantêm um alto valor imobiliário em comparação com outros setores da cidade. Verônica também percebeu a elitização da cidade quando começou a estudar no CG (na época, Colégio do Gama). Ela relata os primeiros contatos que teve com alunos de outras localidades aos 14 anos, quando a invasão do Itamaracá se tornou a quadra 50. O CG recebia muitos alunos das quadras mais elitizadas da cidade, e, quando descobriam que Verônica morava na invasão, ficavam perplexos.

“Então assim, quando eu já morava na quadra cinquenta, eu tava com quatorze anos de idade. Aí eu terminei o ensino fundamental e fui estudar no ensino médio. E fui

⁸² Valmir Campelo Bezerra foi Administrador Regional do Gama-DF entre os anos de 1974 a 1981 (Brasil, 2025).

⁸³ Leosmar Litran dos Santos foi administrador do Gama-DF entre os anos de 1981 a 1985 (Distrito Federal, 1980).

⁸⁴ Entrevista oral por Geralda Alves, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá em 22/05/2024.

estudar aonde? No colégio do Gama, no CG, o CG que naquela época, no ano de 1986, que foi quando eu fui estudar no CG, era uma escola super elitizada, por quê? Porque naquela época felizmente a escola pública era muito mais bem vista do que a escola privada, então os filhos das pessoas que tinham mais dinheiro, vamos dizer assim, todos estudavam no CG. Então, por exemplo, ali que é a quadra 21 do leste, 22, 23, 24, 25, sempre foi um centro mais elitizado dentro do setor leste do Gama. Os filhos daquelas pessoas todas estudavam no CG, noventa por cento estudavam no CG, entendeu? E eu tinha muita vergonha de falar que morava na 50, por causa dessa questão que, primeiro que a cinquenta era oriunda da invasão. Segundo, que o índice de violência ela era muito, muito alto. Então quando eu comentava assim pra um outro colega que eu morava na 50, meu Deus! Você não tem medo? Lá é muito violento, mora bandido Verônica! Por que você mora lá?” (VERÔNICA, 2024. Entrevista oral)⁸⁵

O simples fato de Verônica ser moradora de uma área favelizada composta a partir de uma invasão, já carregava consigo um estigma social profundamente enraizado na estrutura urbana do Gama-DF que àquela altura (década de 1980) já se encontrava segmentada socialmente. Desde a sua origem, a cidade apresentava uma divisão espacial marcada entre as quadras que receberam investimentos estatais de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços urbanos, e aquelas ocupadas de maneira informal, frequentemente relegadas à precariedade. Nesse contexto, morar na quadra 50 não era apenas morar em algum lugar da cidade-satélite do Gama-DF, mas uma marca que implicava de certa forma uma exclusão simbólica.

A quadra 50, identificada por muitos anos como um espaço violento e desordenado, passou a ser associada a imagens negativas como o crime, a marginalidade e o abandono. A circulação desses estigmas fez com que moradores de outras áreas da cidade, especialmente das quadras mais consolidadas e valorizadas, associassem o local a um espaço perigoso, onde, segundo o relato de Verônica ao comentar com um colega onde morava havia o sentimento de espanto e rotulação: “é perigoso, mora bandido”. O que aconteceu com Verônica revelou-se como uma barreira à convivência entre jovens de diferentes partes da cidade. A presença de Verônica nesse espaço expunha de forma nítida a desigualdade socioespacial e os preconceitos associados à origem territorial dos estudantes. Sua convivência com colegas das quadras mais antigas e consolidadas era atravessada por sentimentos de vergonha, julgamento e deslocamento, revelando como o território de origem opera como marcador de identidade e de valor social nas interações cotidianas.

Verônica continua o seu relato revelando que a quadra 50 sofria os estigmas próprios de uma periferia:

“A violência era muito evidente naquela época, e a rádio Planalto noticiava tudo, assim como o Correio Braziliense, que todos acompanhavam. Sempre que o Gama

⁸⁵ Entrevista oral concedida por Verônica Aidê, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá 01/05/2024.

aparecia nas páginas policiais, era provável que a quadra 50 estivesse envolvida nas reportagens. A violência existia na cidade e, assim, tudo de ruim que acontecia no Gama era associado à quadra 50. Por exemplo, se ocorria um assalto no Setor Oeste, era comum atribuir o crime a moradores da quadra 50, embora nem sempre fosse possível provar essa ligação” (VERÔNICA, 2024. Entrevista oral)⁸⁶.

O estigma criado pelos principais meios de comunicação da época (rádio e jornal) era propagado por aqueles que não tinham um conhecimento aprofundado da realidade local e acabam desqualificando e marginalizando simbolicamente tanto a área quanto seus habitantes.

O estigma também está associado ao local de residência, gerando representações simbólicas negativas e depreciativas sobre determinados espaços da cidade, o que acaba afetando seus moradores. O estigma é descrito como uma linguagem contraditória entre atributos e estereótipos, o que significa que um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem (Goffman, 1988). Os estereótipos, que podem incluir características tanto positivas quanto negativas, funcionam como uma etapa anterior que pode levar à formação de estigmas. Quando aspectos negativos são atribuídos, eles podem resultar em discriminação, diferenciação e segregação social (GOFFMAN, 2008). Verônica relatou que se sentia um pouco triste a respeito dos estigmas que carregava, mas nada que a afetasse ao ponto de chorar. Na verdade, segundo a ex-moradora, essa situação se revelou como um estímulo para que ela saísse daquela situação:

“Outro ponto para quem mora num local assim que não tem nada é a forma como você é visto por aqueles que têm. É outro ponto muito difícil, né? Porque você às vezes nós éramos chamados de invasores, porque como o nome do local era Invasão do Itamaracá, se fosse hoje, seria bullying. Naquela época já existia o bullying, né? Embora você se sentisse um pouco magoado, mas não foi nada assim, sinceramente, nada que me afetasse assim ao ponto de chorar. Eu acho que aquilo inclusive me motivou, estimulou e incentivou a querer sair da situação em que eu me encontrava, né? Então, quando você falava assim, Verônica, onde você mora? Ah, eu moro na invasão. Aí você ouvia o coro: invasora, invasora! Eu era uma criança de sete, oito ou nove anos. Muito cruel né?” (VERÔNICA, 2024. Entrevista oral)⁸⁷

Apesar de ter conseguido conviver com os estigmas à época, enfrentando os olhares e julgamentos sem demonstrar grande incômodo, Verônica reconhece hoje a crueldade de tudo aquilo que viveu. Com o distanciamento do tempo, ela compreende o peso simbólico das violências cotidianas que sofreu, muitas vezes naturalizadas, e o quanto essas experiências moldaram sua trajetória de forma silenciosa, porém profunda.

Entender a formação de Brasília e seu entorno urbano, além do papel das políticas de preservação do centro e da realocação da população de favelas e invasões para a periferia, é essencial para compreender a distribuição espacial da violência urbana no Distrito Federal. Esse processo resulta em uma dupla seletividade espacial e segregação social. O rápido

⁸⁶ Entrevista oral concedida por Verônica Aidê, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá 01/05/2024.

⁸⁷ Entrevista oral concedida por Verônica Aidê, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá 01/05/2024.

crescimento populacional e o contexto socioeconômico diversificado têm gerado inúmeros desafios para a vida urbana na região. As cidades satélites mais carentes registram as maiores taxas de homicídios. As regiões com serviços públicos inadequados, infraestrutura urbana deficiente, baixa oferta de empregos, serviços e opções de lazer são, visivelmente, as mais impactadas pela violência (NUNES E COSTA, 2007). A violência era um dos pontos de preocupação da população da quadra 50 e tornou-se também motivo de um olhar mais estigmatizado voltado para a localidade.

Segundo Gouvêa (1995), o desinteresse do Estado em dar segurança às populações periféricas se explica pela ideia de que ela é pensada como forma de controle contra a massa operária. Em pesquisa realizada quando se instalou a Nova Vila Itamaracá (atual quadra 50) entre os anos de 1982 e 1985, destacou-se a preocupação de parte considerável da população com os níveis de violência, quando “28,6% dos pesquisados apontaram como o maior problema da Vila Nova Itamaracá a falta de segurança.” (GOUVÊA, 1995)

Entretanto, a violência lembrada pelas colaboradoras da pesquisa não se restringe aos crimes comuns, cometidos por civis. A própria violência constante do Estado autoritário de então é lembrada. Verônica, nesse sentido, tem memória da vida na invasão, no período quando era criança, nos tempos de ditadura militar (1964 - 1985), e de como a comunidade era alvo de repressão:

“Por vezes acontecia, por exemplo, de chegar aqueles caminhões do exército cheios de soldados. Eles paravam dois, três caminhões no campo de areia em frente a todos esses barracos que tinham lá. E eles desciam armados, com capacete, com aquelas roupas verdes. Eu tenho essa memória muito nítida assim na minha cabeça. E aí todo mundo corria pra dentro de casa, porque a gente tinha muito medo. Então, a gente tava às vezes brincando assim do lado de fora, no campo e quando a gente via os caminhões chegando, a gente corria pra dentro de casa e ficava até sem falar. Porque a gente tinha medo deles derrubarem os nossos barracos, deles nos prenderem, porque como era uma invasão e não é regularizado...(Pausa na entrevista oral: Verônica ficou emocionada). Então, a gente viveu sempre com esse temor de não ter pra onde ir. Eles eram muito violentos, às vezes eles entravam dentro dos barracos pra ver se tinha arma, se tinha drogas. Tinha alguns botequinhos e aí as pessoas que estavam nesses botecos eram alvos de truculência. Porque eles mandavam deitar no chão, já fizeram isso com meu pai, inclusive. Mandava deitar no chão, algemava pra revistar. Depois quando às vezes eles pegavam alguns, porque o pessoal nordestino naquela época tinha a mania de andar armado com facas, canivete na cintura, né? E às vezes quando eles encontravam alguém que estava com canivete ou faca, eles levavam preso. Aí levavam, a pessoa sumia por um tempo e depois aparecia” (VERÔNICA, 2024, entrevista oral)⁸⁸.

O momento da entrevista em que Verônica trouxe à tona a memória da presença de militares na invasão foi especialmente marcante, sendo o primeiro em que a emoção aflorou de forma mais visível. À medida que relatava os episódios vividos durante a infância, nos

⁸⁸ Entrevista oral concedida por Verônica Aidê, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá em 01/05/2024.

anos da Ditadura Militar, sua voz embargou e as lágrimas apareceram. Foi possível perceber o impacto profundo que aquelas lembranças ainda exercem sobre ela. O testemunho de Verônica revela como a repressão estatal durante a Ditadura Militar atuava nos espaços populares e periféricos. Ao narrar suas memórias de infância marcadas pelo medo, pela ameaça constante de despejo e pela presença violenta das forças armadas, ela expõe um aspecto importante: o impacto direto do regime autoritário sobre populações vulneráveis, particularmente aquelas que viviam em ocupações urbanas não regularizadas.

O receio de Verônica em relação à remoção da favela era legítimo, uma vez que essa prática era comum nas áreas centrais do Plano Piloto. Durante o período ditatorial, a política de erradicação das favelas resultou em mudanças significativas na relação entre o Estado e essas comunidades. A remoção, que já era uma constante ameaça, passou a ser implementada de forma intensificada, respaldada por um nível de repressão sem precedentes (BRUM, 2013). Essa repressão restringiu severamente as possibilidades de resistência dos moradores, forçando-os a uma luta desigual contra os interesses governamentais e privados, que visavam higienizar os espaços centrais e deslocar as populações vulneráveis para as margens da cidade. A mobilização para reivindicar outros direitos foi desarticulada, pois a luta pela futura urbanização da favela e pela garantia da permanência da comunidade ofuscou demandas igualmente essenciais, como o acesso a empregos e a oferta de transporte coletivo de qualidade.

A repressão descrita por Verônica não se limitava ao controle político ou à perseguição de opositores declarados ao regime. Ela se manifestava como um mecanismo de controle social sobre os pobres, negros, migrantes e moradores das periferias. A revelação da entrevistada constitui uma denúncia necessária das formas pelas quais o autoritarismo do Estado operava na vida cotidiana de comunidades inteiras, especialmente durante o regime militar. Essa experiência de controle e medo permanece atual, na medida em que ainda hoje se observa a truculência das forças policiais em comunidades pobres, perpetuando práticas de coerção e marginalização que têm raízes históricas. Verônica revelou que o medo que marcou sua infância permanece vivo em sua memória e se manifesta em seu cotidiano. Mesmo após tantos anos, ela ainda não se sente segura ao ser abordada por policiais — independentemente da situação — pois a presença da autoridade estatal ainda lhe desperta o mesmo temor vivido durante os anos de repressão.

Os relatos obtidos nas entrevistas revelam as marcas de uma memória que nunca apagará as dificuldades de viver na precariedade de uma favela, carente de tudo: habitação decente, energia elétrica, saneamento básico, entretenimento, segurança pública, e até a

dignidade de ter um endereço. Geralda (2024) descreveu em suas palavras a tristeza de não ter um endereço oficial;

Eu me lembro do meu endereço na época: Invasão do Itamaracá, Barraco 111, depois Barraco 125. Esse era o endereço que fornecíamos. Era uma tristeza enorme não poder receber correspondências, que na época eram apenas cartas. Tínhamos que encaminhar a correspondência para a casa de um parente, no caso do meu tio, que era irmão da minha mãe e morava na 27 do Leste. Para receber correspondência, todos precisavam usar o endereço de alguém, pois o Correio não entregava nada ali. Nós éramos isolados, uma espécie de grupo à parte no cantinho do Gama, separados e excluídos (GERALDA, 2024, entrevista oral)⁸⁹.

A impossibilidade de receber correspondências e a necessidade de recorrer ao endereço de um parente revelam um sentimento de não reconhecimento institucional. A ausência de serviços básicos, como a entrega postal, simboliza uma exclusão mais ampla: aquela que nega o direito de existir de maneira legal no espaço urbano. Essa exclusão reforçava a sensação de viver à margem, como um grupo à parte, separado do restante da cidade e da cidadania plena.

Outro aspecto interessante revelado nas entrevistas foi o desejo dos moradores de compartilhar a realidade vivida na invasão por meio da escrita de uma carta para a Rádio Planalto, uma emissora de grande audiência na época. A ideia, proposta por duas vizinhas, de dar visibilidade à comunidade representava um alento de esperança para aqueles que eram desprovidos de influência e acesso ao poder capaz de resolver os diversos problemas que enfrentavam. Geralda (2024) relatou a finalidade de escrever a carta:

Um dia, minha mãe e a vizinha decidiram escrever uma carta para uma rádio. Era uma emissora que todo o DF ouvia, a Rádio Planalto. Eu redigi a carta. Elas falaram, e eu, que era criança na época, talvez tivesse uns dez, doze anos no máximo, escrevi a carta. Nela, descrevemos a situação das famílias e a necessidade urgente de sairmos daquela condição insustentável. Enviamos uma carta para a Rádio Planalto e, após alguns dias, ouvimos sua leitura e vibramos com a divulgação. Algum tempo depois, surgiram notícias no jornal informando que a invasão seria transferida em 1982". (GERALDA, 2024. Entrevista oral)⁹⁰

A fala de Geralda (2024) revela, de forma sensível e poderosa, a percepção de protagonismo dos moradores diante de uma situação de vulnerabilidade e abandono por parte das autoridades. Há o destaque da iniciativa coletiva, pois a escrita da carta foi um marco fundamental, não apenas na transformação concreta de sua condição de moradia, mas também na construção de sua identidade e autoestima.

Mesmo que não haja comprovação de que a carta foi o fator decisivo para a reurbanização e reassentamento da comunidade, a narradora atribui a ela um papel central. Nessa perspectiva, os sujeitos constroem sentidos sobre sua própria história a partir de

⁸⁹ Entrevista oral concedida por Geralda Alves, ex-moradora da "invasão" da Vila Itamaracá em 22/05/2024.

⁹⁰ Entrevista oral concedida por Geralda Alves, ex-moradora da "invasão" da Vila Itamaracá em 22/05/2024.

experiências vividas, especialmente quando essas experiências envolvem mobilização, voz e reconhecimento público. O simples fato de ouvirem a carta ser lida em uma rádio de grande alcance confere aos moradores uma forma de visibilidade que antes lhes era negada, mudou a validação de sua existência e de suas demandas. Essa narrativa também expressa a força da ação coletiva, mesmo em contextos adversos, e como a memória dessas ações se torna um elemento fundamental na constituição da identidade individual e comunitária. A própria Geralda que quando criança redigiu a carta, cresceu com a sensação de ter participado de algo maior, de ter contribuído para uma mudança histórica.

De fato, entre 1982 e 1985, a urbanização alcançou a Invasão da Vila Itamaracá, com a execução do projeto (figura-35), em novembro de 1983, que resultou na construção de 452 unidades de módulos habitacionais pré-fabricados, acomodando um total de 2.260 pessoas, conforme dados do GEPAFI.

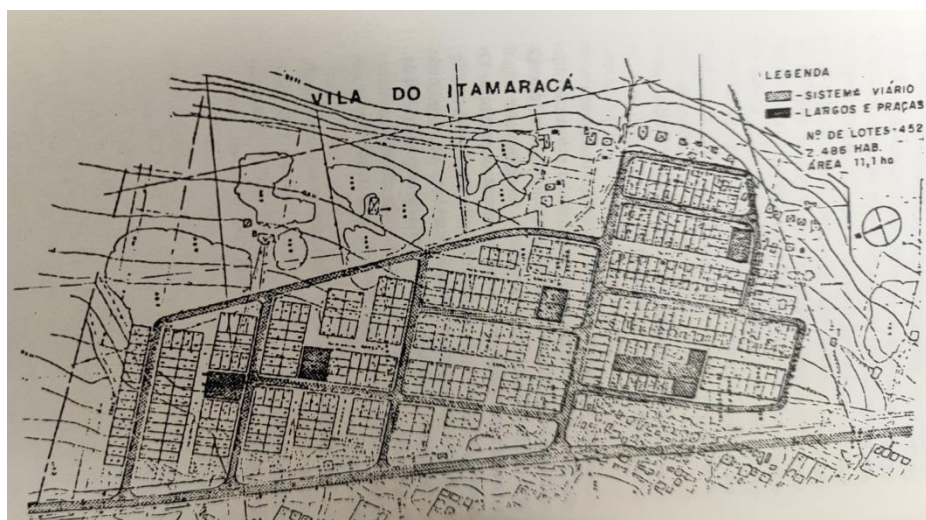


Figura 35 - Urbanização da Invasão da Vila do Itamaracá. Fonte: GDF, Gepafi, SSS, 1986 / Gouvêa (1995)

Entretanto, mesmo com a implementação de lotes urbanizados com água, luz e saneamento básico, a baixa qualidade dos módulos habitacionais representava um problema significativo para a população. Casos de curto-circuito e entupimentos eram corriqueiros no período pós-urbanização. Sem qualquer assistência técnica, a comunidade ficou responsável, em sistema de mutirão, pelas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, o que resultava frequentemente nesses problemas. As unidades habitacionais de 23 m² (Figura 36), eram construídas por empreiteiras que deveriam empregar moradores da favela nas obras, o que não aconteceu. Essas empresas acabaram lucrando com recursos que poderiam ter sido usados para melhorar as casas. Portanto, a ampliação e a melhoria das habitações ficaram a cargo das famílias transferidas, que, em grande parte, utilizaram a madeira dos antigos barracos. (GOUVÊA, 1995)

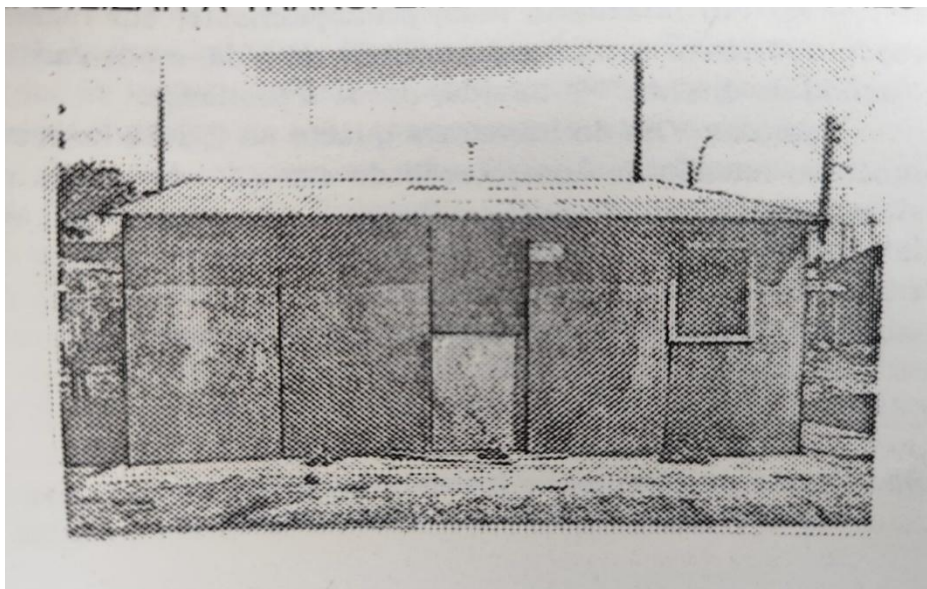


Figura 36 - Unidade Habitacional Original. Fonte: GDF, Gepafi, SSS, 1984 / Gouvêa (1995)

Nas entrevistas individuais que conduzi com Verônica e Geralda, tive a curiosidade de perguntar como era a infância na invasão da Vila do Itamaracá, considerando a falta de recursos financeiros para lazer e a ausência de equipamentos públicos que proporcionassem entretenimento digno às crianças e adolescentes. Verônica recorda sua infância de forma positiva, apesar dos recursos limitados, que garantiam apenas a subsistência.

“O barraco que eu morava ele ficava de frente para um campo bem grande, que era um campo de areia muito grande que as pessoas jogavam muito futebol, esses times de quadra iam jogar futebol por lá e tal. E ali era realmente o nosso parque de diversão, porque era onde a gente brincava muito, brincava de queimada, brincava de bete, brincava de jogar biloca. Então, eu tive uma infância muito agradável nesse ponto de lazer, porque a gente não tinha muito, a gente não tinha televisão, você não tinha entretenimento. Então essa coisa das amizades que você fazia e você buscava uma forma de divertir. E criança, graças a Deus, ela tem muito isso, né? Porque a gente tem uma pureza. E aí você não consegue visualizar tanto a sua realidade social. E aí você cria um outro mundo que é um mundo que te dá prazer” (GERALDA, 2024. Entrevista oral)⁹¹.

Na fala de Verônica, percebe-se que a infância, apesar das carências materiais, pôde ser vivida com leveza, principalmente quando o imaginário infantil encontra maneiras de superar as limitações do cotidiano. Para muitas crianças em situação de pobreza, a falta de brinquedos caros ou de passeios luxuosos é compensada por uma criatividade vibrante e por relações humanas intensas, especialmente dentro do convívio comunitário. Trata-se de uma forma de moldar, ressignificar e adaptar suas condições de vida, que, mesmo diante das adversidades, consegue oferecer resistência à marginalização imposta. Geralda concedeu o relato de sua infância retratando o protagonismo das crianças na inventividade das brincadeiras.

⁹¹ Entrevista oral concedida por Geralda Alves, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá em 22/05/2024.

“A diversão eram as crianças que faziam, porque assim, a gente tinha o hábito de jogar, de brincar na rua. Sempre. Todos os dias. Todos os dias a gente brincava, né? Era uma coisa sagrada. Queimada, aquelas coisas de criança. Pique esconde, tudo isso. À noite já era tudo escuro, né? Às vezes a gente já dava brincava um pouquinho” (GERALDA, 2024. Entrevista oral)⁹².

Esse fenômeno ocorre porque a infância possui uma capacidade inata de adaptação e de ressignificação dos recursos disponíveis. Brincadeiras ao ar livre, como jogar bola na rua, correr pelas vielas ou construir brinquedos com materiais improvisados, tornam-se experiências marcantes e formadoras. Essas crianças geralmente crescem em ambientes de maior interação social, onde vizinhos, parentes e amigos estão sempre próximos.

Em 20 de janeiro de 1980, o jornal *Correio Braziliense* dedicou uma reportagem à Invasão Vila do Itamaracá, destacando que "Criança inventa tudo para criar o mundo infantil" (Figura 37). O texto mostrava como as crianças da comunidade usavam a criatividade e a imaginação para superar as dificuldades e encontrar formas de entretenimento, evidenciando o abandono da comunidade pelas autoridades ao longo de décadas. Na mesma matéria, a invasão era vista como um "problema pendente". O artigo mencionava que a situação estava se atenuando, à medida que as famílias com melhores condições financeiras adquiriam lotes na periferia do Gama, pagando-os em parcelas relativamente acessíveis. Ao mesmo tempo, muitos moradores migraram para o estado de Goiás e para loteamentos que surgiram na região do Entorno. No processo de urbanização da Vila do Itamaracá, já se observava a "expulsão" das famílias de menor renda, que não conseguiam se manter na localidade devido às pressões imobiliárias geradas pelas melhorias implementadas na região.

⁹² Idem.



Figura 37 - Página do jornal Correio Braziliense em 20 de janeiro de 1980, com a imagem de crianças brincando na Invasão do Itamaracá. Fonte: CDOC Correio Braziliense.

Criança Inventa Tudo Para Criar O Mundo Infantil

Jogando como podem, os habitantes da Invasão do Itamaracá, no Setor Leste do Gama, usam as armas de sua imaginação para vencerem as dificuldades. Criaram dois times de futebol, a fim de porfiarem aos domingos e feriados. As crianças também usam criatividade para o seu entretenimento: de uma simples lata velha fazem o seu brinquedo e se divertem, felizes, nos largos espaços da Invasão. A Invasão do Itamaracá que já conta dez anos de existência, abriga, atualmente, cerca de 90 famílias, não possuindo luz, nem água, mas há uma escola pertinho que possibilitou a matrícula das crianças. Não pagam aluguel do barraco mas gostariam de mudar daquele local "que apresenta bastante desconforto". Mas, os seus moradores se mostram conformados, em parte, com a situação "mesmo porque todo mundo é pobre", comenta um deles e denominaram o seu "estádio" de Sapolândia e há um outro que fica mais embaixo: onde são realizados animados torneios esportivos. No Gama há a Invasão do Itamaracá e o chamado "Inferninho", um cortiço onde moram quase cem famílias, onde funcionou o mercado pioneiro do Setor Leste da cidade. Ambos são dois problemas pendentes e as famílias que dispõem de mais condições financeiras adquirem lotes na periferia do Gama porque podem pagá-los em prestações relativamente suaves e constroem então o seu barraco de madeira.

Situação Que Se Atenua

Todavia, de uma maneira geral, a situação de invasões no Gama tem se atenuado, justamente porque muitos refluem para Goiás, outros alugam um ou dois cômodos no Setor Sul. No próprio Itamaracá, algumas famílias têm se mudado para os loteamentos que estão surgindo em torno daquela cidade satélite.⁹³ (CORREIO BRAZILIENSE, 20 de janeiro de 1980).

⁹³ Correio Braziliense, "Criança inventa tudo para criar o mundo infantil", 20 de janeiro de 1980. Fonte: CDOC - Correio Braziliense.

Para ler a matéria na íntegra, consulte o link: : https://docs.google.com/document/d/1haGn3xQG0-PdfJJdawv6q-wj4Bwd2JeV/edit?usp=drive_link&oid=106951348508572015656&rtpof=true&sd=true

O texto sobre a Invasão do Itamaracá nos oferece um retrato da infância num contexto marcado pela exclusão social e urbana que foi vivido por Verônica e Geralda. As crianças, apesar das privações estruturais como a ausência de água encanada, energia elétrica e infraestrutura básica, revelam uma impressionante capacidade de ressignificar o espaço em que vivem. Transformam latas velhas em brinquedos e terrenos baldios em "campos de futebol", criando, com imaginação, um mundo infantil onde ainda há espaço para o lúdico, a sociabilidade e o sonho.

No entanto, as dificuldades são evidentes, porque além da carência de serviços públicos essenciais, há o isolamento urbano e o estigma da pobreza. A localização periférica da invasão e o fato de que os moradores não pagam aluguel, mas vivem em barracos desconfortáveis, apontam para a fragilidade das políticas habitacionais e a falta de alternativas reais de moradia digna. A mobilidade urbana aparece como consequência do problema habitacional. Os que conseguem sair da invasão o fazem por conta própria, alugando cômodos no Setor Sul ou se deslocando para Goiás, num processo conhecido de mobilidade urbana, que nada mais é que a expulsão de boa parte dos moradores da invasão no início do processo de urbanização. A realidade da Invasão do Itamaracá reflete uma lógica de abandono estatal, onde a infância se vê obrigada a se reinventar.

É importante destacar que a Nova Vila Itamaracá passou por um processo de mobilidade social devido aos mecanismos criados pelo Programa Promorar Brasília. Entre esses mecanismos estava a decisão de oferecer lotes exclusivamente para setores de baixa renda, que acabaram por enfrentar a pressão de grupos de renda mais alta que também necessitavam de habitação. O Programa de Erradicação de Sub Habitação (PROMORAR), lançado em 1982, destacou-se como a única política habitacional efetiva implementada durante os governos militares. Uma das principais inovações do PROMORAR foi o enfoque na erradicação de moradias insalubres por meio da requalificação habitacional nas favelas, evitando a remoção de seus moradores para áreas distantes dos centros urbanos. Essa abordagem mostrou-se de grande impacto na melhoria da qualidade de vida da população com a implementação gradual de infraestrutura urbana.

Com a introdução de melhorias urbanas na localidade, a tendência foi de "expulsão" da população original para áreas mais periféricas, desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos. No Distrito Federal, assim como no restante do país, o Programa seguia uma política populista com fins eleitoreiros, visando melhorar a imagem dos militares por meio da oferta de moradias para a população de baixa renda. Outro ponto importante diz

respeito à dificuldade de algumas famílias em arcar com as prestações dos lotes, que representavam cerca de 10% do salário mínimo, além dos impostos, provocando uma espécie de expulsão/segregação dessas famílias, que retornaram às favelas ou migraram para áreas no entorno do Distrito Federal, como Novo Gama, Valparaíso e Cidade Ocidental. Verônica retrata bem esse processo de mobilidade social na “urbanizada” invasão da Vila Itamaracá:

Foi feito um projeto habitacional para famílias que realmente precisavam de uma assistência e eram muito vulneráveis financeiramente. Muitas das pessoas que lá estavam não conseguiram permanecer, porque não tinham condições de pagar. Então muitas pessoas que não conseguiram pagar o IPTU, não conseguiram pagar essas prestações da SHIS⁹⁴ acabaram vendendo esses e migrando pro entorno, né? Foram morar no Céu Azul, no Pedregal, na Cidade Ocidental, enfim, não conseguiram permanecer dentro do Distrito Federal. Então, hoje a quadra cinquenta eu diria que tem ainda uma boa parte de pessoas que vieram, né, da invasão do Itamaracá, mas eu acredito que metade são pessoas que compraram esses lotes pra morarem lá. (VERÔNICA, 2024, entrevista oral)⁹⁵

O apelo para venda é brutal, a oportunidade de apropriar-se de um montante de dinheiro a que jamais teriam acesso com o trabalho torna-se uma proposta irrecusável. Por outro lado, os encargos da prestação, as tarifas de água, energia elétrica e IPTU contribuem para a decisão de vender (DOYLE, P. 131, 1996). Pode-se considerar, portanto, que apesar dos benefícios básicos proporcionados pelo programa governamental de urbanização das favelas, ele apresentou características de uma Reforma Urbana que, em uma análise mais detalhada, revelava o mesmo propósito das políticas anteriores: reprimir a população, cooptando-a com base em interesses políticos. Mesmo quando a localidade era uma invasão, composta pelos segmentos mais pobres da classe trabalhadora, aconteceu uma tendência de valorização dos imóveis. A expectativa de uma futura inclusão em programas habitacionais aumenta o valor dos imóveis localizados em áreas de ocupação ilegal. Mesmo nos assentamentos destinados às famílias de menor renda, e nas próprias favelas, os mecanismos do mercado imobiliário continuam a se reproduzir (DOYLE, 1996).

A urbanização, embora inicialmente precária, foi crucial para os moradores da invasão da Vila do Itamaracá, que sobreviveram com muito pouco por quase 20 anos. A introdução de serviços básicos, como água encanada e eletricidade, trouxe melhorias significativas à qualidade de vida da comunidade, que parecia destinada a viver em

⁹⁴ A empresa responsável pela distribuição de habitações de interesse social era denominada Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS). Criada em 1962, manteve essa denominação até 1994, quando foi substituída pela sigla IDHAB - Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. Em 2007, o órgão foi recriado e recebeu seu nome atual: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) (BRASIL, [s.d.]).

⁹⁵ Entrevista oral concedida por Verônica Aidê, ex-moradora da “invasão” da Vila Itamaracá em 01/05/2024.

condições inadequadas para a subsistência. Porém, a satisfação completa das necessidades habitacionais esteve diretamente ligada à falta de participação efetiva da população na elaboração, planejamento, execução e avaliação das decisões e ações sobre o uso e ocupação do solo. No entanto, Gouvêa (1995) alerta que as lideranças populares do Distrito Federal falharam em promover a integração de suas lutas. Embora estivessem lutando por causas comuns, como moradia, água, transporte, fixação de favelas, e equipamentos urbanos e comunitários, essas lutas não eram integradas. O governo utilizou o fracionamento das reivindicações para dificultar a compreensão da relação entre os diferentes aspectos urbanos pelos cidadãos. Não é viável um projeto habitacional onde as casas não têm acesso a transporte, emprego, hospitais e escolas. Seguindo essa estratégia, o Estado conseguiu impor à população desarticulada a remoção de favelas para locais distantes e, em seguida, uma urbanização lenta e de baixa qualidade. As dificuldades de todo tipo para sobreviver às condições precárias moldaram, nas palavras das minhas entrevistadas, a maneira de perceberem o mundo e se posicionarem social e politicamente. São memórias permeadas por um aspecto de consciência política mais encorpado. Não são apenas os fatos, mas também as formas de ser e pensar do passado que permanecem gravadas em sua memória.

“Inferninho”

Nos anos 1960 na cidade do Gama-DF, um complexo comercial com vários boxes foi ocupado por pessoas em busca de um lugar para morar. Sem infraestrutura básica para habitação, o local se transformou em uma favela, permanecendo por quase 25 anos. Durante esse período, enfrentou os estigmas e estereótipos de uma favela tanto da comunidade legalmente estabelecida na cidade quanto da imprensa, que reforçou essa visão preconceituosa. No entanto, pouco se reconhece que a formação desse local foi fruto da contínua periferação imposta à população excluída, decorrente da ausência de uma política habitacional eficaz para lidar com o processo migratório e, posteriormente, de favelização no Distrito Federal.

De acordo com Paviani (1996) a falta de acesso à moradia resulta em exclusão e na formação de favelas, fenômeno que ocorre até mesmo em cidades de menor porte, refletindo espacialmente o crescimento das populações empobrecidas em diversos contextos, não se restringindo apenas às metrópoles. Nessas últimas, as favelas tendem a se reproduzir em pontos centrais e em sua periferia geográfica.

Conhecida como "Inferninho" (Figura-38) a área ficava no Setor Leste do Gama-

DF, próxima aos Correios, Cine Itapuã, Mercado Leste e da administração regional, locais de grande fluxo para serviços e lazer.

A formação do Gama como uma periferia planejada, apesar de ter recebido infraestrutura pública de forma gradual, não impediu o surgimento de ocupações irregulares que acabaram dando origem a algumas favelas. Entre os exemplos mais emblemáticos estão a Invasão do Itamaracá, já mencionada, e a ocupação conhecida como Inferninho. Para Paviani (1996) a falta de acesso à moradia resulta em exclusão e na formação de favelas, fenômeno que ocorre até mesmo em cidades de menor porte, refletindo espacialmente o crescimento das populações empobrecidas em diversos contextos, não se restringindo apenas às metrópoles. Nessas últimas, as favelas tendem a se reproduzir tanto em áreas centrais quanto nas periferias geográficas.



Figura 38 - Fotografia do Inferninho nos anos 1970.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/1512338729068349/posts/3160889310879941/>.

Acesso em 05 ago. 2024.

A imagem do Inferninho, registrada nos anos 1970, retrata com força as condições de moradia precária e o cotidiano de exclusão vividos por dezenas de famílias no Gama-DF. As moradias, alinhadas lado a lado de forma improvisada, ocupam antigos boxes do que deveria ser um conjunto de lojas — originalmente destinado para o comércio —, convertido por meio da invasão em habitações populares. A disposição dos barracos, muito próximos entre si, revela uma ocupação densa e desordenada, característica comum de áreas de invasão urbana nas periferias das cidades brasileiras. Esse espaço, que chegou a abrigar cerca de cem famílias, é marcado não apenas pela carência material, mas também por um forte senso de comunidade e resistência como veremos nas entrevistas mais adiante.

O Inferninho tornou-se outro símbolo das exclusões em torno da moradia, inscrito na memória coletiva do Gama como um marco de preconceito e estigmatização. Mais do que um registro de precariedade, a imagem nos mostra os efeitos das políticas urbanas excludentes. Durante as primeiras décadas da cidade percebemos a ausência das políticas públicas

includentes, voltadas para urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e o status de cidadania, além da construção de novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar (MARICATO, 2003).

O aumento demográfico foi impulsionado por movimentos migratórios, com pessoas vindas de diferentes regiões do Brasil em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida na nova capital. Muitos migrantes, ao não encontrarem espaço nos setores mais centralizados do Distrito Federal, foram direcionados para cidades periféricas, como o Gama. Boa parte da população migrante vivia sem acesso à habitação, incluindo inquilinos, famílias morando de favor e um contingente crescente em situação de favelização. A ocupação desordenada do território, acompanhada da falta de políticas públicas adequadas, gerou desafios como a ausência de infraestrutura básica, habitações irregulares e a carência de serviços essenciais. O crescimento acelerado reflete a dinâmica de urbanização característica do período, marcada por uma política de exclusão habitacional que relegava os mais pobres às periferias.

Conforme apontam estudos sobre a formação das cidades-satélites do Distrito Federal, a estrutura segregadora do planejamento urbano contribuiu para a manutenção de desigualdades sociais e espaciais na região. De acordo com Paviani (1996), a falta de acesso resulta em exclusão e na formação de favelas, fenômeno que ocorre até mesmo em cidades de menor porte, refletindo espacialmente o crescimento das populações empobrecidas em diversos contextos, não se restringindo apenas às metrópoles. As favelas tendem a se reproduzir tanto em áreas centrais quanto nas periferias geográficas. Todo esse processo também ocorria no Gama, com o surgimento de invasões e favelas dentro de uma cidade considerada periférica, marcada pela ausência de uma urbanização plenamente consolidada.

A organização da periferia, conduzida pelos planejadores, seguiu princípios semelhantes aos do Plano Piloto, sendo o governo, por meio da Novacap, o único responsável pelo processo de urbanização. A Novacap estabeleceu departamentos imobiliários em cada cidade-satélite para regulamentar a subdivisão das terras e a distribuição dos lotes. Essa abordagem refletia a ideologia do imóvel próprio, na qual cada trabalhador poderia conquistar sua moradia a preços acessíveis e com pagamento em longo prazo. O planejamento para a distribuição de lotes nas cidades-satélites obedecia a critérios específicos. Entre eles, destacavam-se: possuir emprego no Distrito Federal ou, no caso de trabalhadores autônomos, comprovar capital suficiente para aquisição de lotes comerciais; ser funcionário da própria Novacap no caso específico de algumas áreas de Sobradinho; enfrentar um rigoroso processo

burocrático conduzido pelo departamento imobiliário de cada subprefeitura, para verificar a legitimidade da reivindicação. Após superar essas etapas, o candidato recebia um título de posse precário.

Para obter o título definitivo de propriedade, era necessário cumprir as condições contratuais por três anos consecutivos. Entre essas condições estavam: manter o pagamento das prestações em dia; substituir o barraco inicial por uma casa de alvenaria; aguardar a regularização do terreno e das construções; e quitar as taxas e impostos devidos. Para muitos migrantes removidos das favelas próximas ao Plano Piloto, a promessa de receber um lote do governo resultava, após a transferência para as cidades-satélites, na condição de meros candidatos a quê?. Muitos, no entanto, enfrentavam dificuldades para cumprir os requisitos, especialmente por estarem desempregados ou sem emprego fixo, o que tornava inviável o pagamento das prestações exigidas durante os três anos de contrato com a Novacap.

Além disso, a enorme exigência burocrática imposta pelos planejadores agravava a situação. Sem o direito à moradia no Plano Piloto, muitos migrantes se viam diante de escolhas limitadas: o êxodo ou a ocupação irregular de terras. Como explica Holston (1993), muitas cidades-satélites desenvolveram suas próprias periferias ilegais, o que levou à formação de novas áreas irregulares. Cada cidade-satélite passou a ter sua própria onda de povoamentos informais, e gerações sucessivas de ocupações ilegais continuavam a se multiplicar. Era o surgimento da periferia da periferia. No caso do “Inferninho”, no Gama, os migrantes sem acesso à moradia encontraram como alternativa a ocupação de uma estrutura já pronta, formada por boxes de alvenaria pertencentes ao governo.

De acordo com Carneiro (2023), as pessoas forçadas a viver em favelas eram literalmente consideradas excluídas, mesmo no contexto da periferização, o que contribuía para o aprofundamento das desigualdades sociais. Essa percepção era reforçada por reportagens do jornal *Correio Braziliense* que, em 3 de novembro de 1975 (Figura-39). O primeiro título da matéria aborda um assassinato que ocorreu na favela cometido por Lindalva Piauí: “Lindalva Piauí mata a vizinha a facadas”⁹⁶. Na mesma página o jornal passa a descrever o “Inferninho” como um aglomerado de barracos de madeira e algumas construções de alvenaria, habitado por famílias em extrema pobreza. O jornal continua descrevendo a localidade onde antes funcionava o pioneiro mercado do Setor Leste e atualmente está o Tabernáculo da Igreja Cristã Pentecostal, havia pontos de venda de cachaça frequentados por pessoas frequentemente embriagadas (CORREIO BRAZILIENSE, 1975). A reportagem

⁹⁶ *Correio Braziliense* que, “Lindalva “Piauí” mata a vizinha a facadas”; “O Inferninho”, dia 3 de novembro de 1975.

destacou as condições precárias de moradia, com barracos pequenos e divididos em espaços mínimos, o que gerava situações de promiscuidade e constantes conflitos entre os moradores. O texto retratava o "Inferninho" como um símbolo do grave problema habitacional de Brasília, agravado pela falta de condições dignas de vida e pela marginalização social.

A matéria do *Correio Braziliense* publicada em 1975 sobre o "Inferninho", ao tomar como ponto de partida um crime isolado cometido por uma moradora identificada como Lindalva Piauí, revela uma abordagem jornalística marcada por estigmatização e criminalização da pobreza. A escolha do título sensacionalista já antecipa a real intenção da reportagem de transformar uma tragédia individual e isolada em justificativa para reforçar preconceitos sobre a favela e seus moradores. Ao longo do texto, o jornal constrói uma narrativa que vai além da cobertura do crime e passa a retratar o Inferninho como um espaço de degradação moral e social, onde a promiscuidade, o alcoolismo e a violência imperam na invasão. A descrição dos barracos, do ambiente precário e da presença de pessoas embriagadas é acompanhada de julgamentos implícitos que reforçam o estigma da favela como um território que é um problema para a cidade. O Inferninho passou a ser associado sistematicamente à criminalidade e à desordem, independentemente da análise real do cotidiano da invasão. O crime, em vez de ser tratado como um evento isolado, é usado como prova da suposta degradação geral do local.



Figura 39 - Parte da página do jornal *Correio Braziliense* que noticia o crime cometido por Lindalva Piauí e caracteriza a invasão com o subtítulo "O Inferninho".⁹⁷ Disponível em

⁹⁷ Para ler a matéria na íntegra, consulte o link:

https://docs.google.com/document/d/1wXoA6rx7E2cq4ZwehxpU3YW_naB4_00_/edit?usp=drive_link&oid=106951348508572015656&rtfpof=true&sd=true

http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/67540

Além disso, ao se referir ao Inferninho como um símbolo do grave problema habitacional de Brasília, o jornal naturalizou a ideia de que favelas são sinônimos de perigo e desordem, escondendo propositalmente as causas da desigualdade urbana e as responsabilidades das autoridades públicas. O jornal atuou na criminalização do Inferninho, reforçando implicitamente a urgência para que se adotasse alguma política de remoção e repressão daquela comunidade. Essa cobertura do *Correio Braziliense* contribuiu para consolidar na memória social da cidade do Gama-DF uma imagem negativa do Inferninho, apagando as experiências de solidariedade, resistência e organização comunitária que também marcaram aquele território, como veremos nas entrevistas com dois ex-moradores. Ao reduzir a favela a um espaço de crime e miséria, o jornal não apenas reforçou o preconceito, mas também dificultou a construção de políticas públicas que reconhecessem a dignidade e os direitos de seus moradores.

Durante sua existência, o Inferninho ganhou a reputação de lugar a ser evitado, impulsionada pelo medo da comunidade, reforçado por relatos de assaltos, violência interna e correrias para escapar de roubos e agressões. Ainda assim, o local chegou a abrigar cerca de 200 famílias, muitas delas numerosas, que viviam em pequenos boxes, enfrentando as dificuldades típicas de uma favela. Essa realidade acabou suscitando a preocupação das autoridades quanto às condições sanitárias e de saúde pública, especialmente pela vulnerabilidade de crianças e jovens. Abordar essa localidade estigmatizada é também refletir sobre os inúmeros casos de migração forçada dentro do Distrito Federal e a resposta lenta do Estado em oferecer infraestrutura pública adequada, que assegurasse condições dignas de habitação aos moradores das cidades satélites periféricas.

A maioria dos moradores era oriunda da região Nordeste, como destacado em uma matéria do *Correio Braziliense* do dia 08 de maio de 1977, que descreveu a comunidade como composta por pessoas humildes e, em alguns casos, por indivíduos marginalizados, observando que grande parte era formada por paraibanos, potiguares, cearenses e piauienses. Essa origem justificava a presença do forró como o ritmo que animava os sábados, reavivando as saudades e as memórias da terra natal nordestina (CORREIO BRAZILIENSE, 1977), elemento demonstrador que suas vidas não se restringiam ao enfretamento cotidiano da pobreza e de precárias condições de vida.

O trabalho de conclusão de curso de Carneiro (2023), realizado no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, é uma importante referência sobre a localidade do Inferninho. Sua pesquisa destacou as representações

construídas por fontes jornalísticas nas décadas de 1960 e 1980 em torno dessa favela. Carneiro argumenta que o processo de construção da nova capital esteve diretamente relacionado à periferização oriunda dos fluxos migratórios, o que contribuiu para a formação de uma narrativa marcada por estigmas sociais, alinhando-se ao conceito de Estigma proposto por Erving Goffman⁹⁸.

Por muitos anos as promessas de remoção da favela do Inferninho foram divulgadas pelo *Correio Braziliense*. Essas notícias geravam entusiasmo para a população legalmente estabelecida nas quadras próximas à favela, no sentido de serem nos benefícios que a cidade teria com a remoção. As famílias do Inferninho viviam com a incerteza quanto ao futuro e o temor constante do processo de remoção. Como aponta Paviani (1996), o morador de favela, ao ocupar terrenos públicos ou privados, seja de maneira gradual ou coletiva, é frequentemente rotulado como “invasor” e alvo de processos de “erradicação”, sob a justificativa legal de estar ocupando propriedades alheias de forma irregular.

A manchete do *Correio Braziliense* em 12 de agosto de 1980 anunciava: 'Inferninho do Gama é removido'. Encerrava-se, após 15 anos, a história da favela e sua longa trajetória de lutas contra os estigmas impostos pela narrativa hegemônica. Porém, o fim da trajetória de lutas contra os estigmas estava longe de acabar.

Os moradores removidos, em sua maioria realocados para as recém-criadas quadras 15, 17 e, principalmente, 13 do Setor Sul, levaram consigo apenas os poucos pertences que possuíam, além dos preconceitos e estigmas associados ao lugar de onde foram retirados. A transição para a nova área ocorreu sem qualquer tipo de apoio significativo por parte do governo, deixando essas famílias à própria sorte em lotes semiurbanizados, situados em uma das extremidades da cidade do Gama?. A ausência de suporte institucional agravou as dificuldades enfrentadas pelos moradores no início do assentamento, que tiveram que lidar não apenas com a precariedade das condições estruturais, mas também com a manutenção de marcas sociais e econômicas que os acompanhavam. A marginalização persistente e o isolamento geográfico reforçaram a exclusão dessas famílias, evidenciando o abandono sistemático em processos de remoção dessa natureza.

Além do trabalho de Carneiro (2023), das fontes do *Correio Braziliense* e das minhas próprias memórias sobre o Inferninho, senti a necessidade de ouvir alguém que viveu naquela localidade, com o objetivo de recuperar as experiências de quem realmente conheceu a realidade do lugar, no sentido de estabelecer um diálogo mais profundo com a produção já

⁹⁸ A esse respeito, ver: GOFFMAN (2004).

existentes, enriquecendo a compreensão sobre o contexto vivido.

Até hoje, o Inferninho permanece na memória popular como um espaço estigmatizado, associado à promiscuidade e à marginalidade. É lembrado como um local frequentado por prostitutas, ladrões, menores infratores e usuários de drogas. Ao analisar uma postagem e as dezenas de comentários na página do *Facebook*, “*Nós que Amamos o Gama*”, sob o título “*Gama e suas Histórias: Inferninho*”, é possível perceber o impacto duradouro dessa aglomeração desordenada na memória da cidade. A maioria dos comentários de pessoas que supostamente conheciam o “Inferninho” enfatiza o medo que o ambiente gerava, associando-o a um local de violência e insegurança, frequentemente retratado a partir de lembranças ou experiências negativas. No entanto, ao observar as redes sociais, reportagens de jornais ou produções acadêmicas sobre o tema, percebe-se a ausência de relatos que apresentem a perspectiva de quem realmente viveu na invasão. Não há registros que tragam à tona as experiências e visões dos moradores do local, o que limita a compreensão sobre a realidade de quem enfrentava as dificuldades e os desafios diários dessa comunidade. Isso reforça a narrativa dominante sobre o lugar, sem considerar as múltiplas facetas da vida naquele espaço e as histórias de resistência, convivência e luta pela sobrevivência que também faziam parte dessa realidade.

Seguindo a orientação de um amigo, dirigi-me à Quadra 13 do Setor Sul da cidade com o objetivo de conversar com uma pessoa indicada, uma mulher que supostamente havia morado no Inferninho durante a década de 1970. Ao chegar, apresentei-me e expliquei o objetivo do meu trabalho sobre o Inferninho. Perguntei se ela realmente havia sido moradora da invasão, mas a resposta foi prontamente negativa. No entanto, para minha surpresa, ela afirmou que eu estava no lugar certo e que conhecia uma família que viveu no Inferninho por muitos anos, até serem transferidos para a Quadra 13 como parte do processo de remoção. Com a ajuda dessa pessoa, cheguei à casa da família em questão. No caminho, perguntei, talvez por impulso ou empolgado com a possibilidade de estar perto de encontrar uma fonte importante para minha pesquisa: “Então, essa é a quadra que o pessoal chama de Inferninho, por causa do Inferninho lá de cima?” A reação dela foi imediata. Em tom de desaprovação e correção, pediu que eu falasse mais baixo, alertando-me: “Fala baixo! O pessoal não gosta que falem assim!” Naquele instante, compreendi o quão sensível e repleto de significados era aquele tema para a família e para a comunidade. Mesmo após mais de 40 anos da remoção da favela, as marcas do Inferninho permaneciam vivas na memória.

Ao ser apresentado, fui recebido de forma cordial por Adailton (Figura – 40), um senhor que aparentava cerca de 50 anos. Ele demonstrou interesse no meu trabalho e aceitou

marcar uma conversa para a semana seguinte. Saí dali satisfeito e otimista por ter encontrado uma família que havia vivido no Inferninho, o que me permitiria aprofundar minha pesquisa e dialogar com quem realmente conheceu de perto a realidade daquele lugar. Essa interação inicial foi fundamental para compreender o peso simbólico do Inferninho, não apenas como um espaço físico, mas como parte da identidade e memória de seus ex-moradores. Na semana seguinte, retornei para conversar com Adailton, que, além de compartilhar suas próprias experiências, sugeriu que eu também conversasse com sua mãe, Dona Miraci, por conhecer bem as histórias do Inferninho. Expliquei a eles os objetivos da minha pesquisa e procurei deixá-los à vontade para compartilharem suas memórias sobre o local. Adailton, sem rodeios, iniciou a conversa se apresentando e abordando diretamente o tema central:

“Meu nome é Adailton de Oliveira Barros. Eu tô aqui pra contar a história da Invasão Inferninho. Lembro de muitas coisas de lá, um passado muito sofrido, muito sofrido mesmo, entendeu? É porque era uma invasão de muito sofrimento das famílias que não tinha condições de pagar um aluguel e morar. Quando eu cheguei da Bahia, primeiro a gente foi morar no setor oeste na quadra dezoito, depois uns colegas nossos conseguiram um lugar pra nós aí no Inferninho, então foi muito sofrido, mas a gente conseguiu vencer” (ADAÍLTON, 2024. Entrevista oral)⁹⁹.



Figura 40 – Adailton, ex-morador do Inferninho. Fonte: Arquivo pessoal.

Adailton, filho de Dona Miraci, passou parte de sua infância no Inferninho durante a década de 1970, até a remoção da comunidade em 1980. Filho de migrantes baianos, sua família enfrentou diversas dificuldades ao longo do percurso. Inicialmente, moravam de favor

⁹⁹ Entrevista oral concedida por Adailton de Oliveira Barros, em 17/09/2024. Para assistir a entrevista completa, acesso o link: P.1 https://drive.google.com/file/d/1pOlwuqkhsfU5uPOaWXCfio3wmX40-GO5/view?usp=drive_link

P. 2 https://drive.google.com/file/d/1U7dHoabEb_VAhC8ImmsPl5GpSYNoj4Oi/view?usp=drive_link

na casa de parentes, até que surgiu a oportunidade de ocupar um dos boxes do Inferninho, onde finalmente puderam ter um espaço próprio, mesmo que em condições precárias. Em seu primeiro relato, Adailton repetiu diversas vezes a expressão “muito sofrido” para descrever aquela época. Embora fosse apenas uma criança, as dificuldades enfrentadas marcaram profundamente sua memória. Apesar das adversidades, ele enfatizou com orgulho que conseguiu superar os desafios, afirmando que, mesmo após tanto sofrimento, considera-se um vencedor. Adailton descreve um pouco das dificuldades do dia a dia na invasão:

“O banheiro era coletivo. Era um banheiro pra todo mundo utilizar. Uma torneira. E a gente mora lá de frente à torneira. Era uma só pra família toda e cada um tinha sua lata da água, pegava lata da água pra casa, cada um pegava uma lata d’água. Às vezes brigava, tinha discussão [...] A televisão lá era na casa do finado TCB e Dona Inácia e ligava com bateria porque não tinha energia elétrica. Tudo a luz de vela. Era ele que tinha televisão pra nós tudinho. A gente pagava pra poder assistir lá alguma coisa. A gente nunca nem tinha visto televisão na vida” (ADAÍLTON, 2024. Entrevista oral)¹⁰⁰.

Adailton relata um contexto de precariedade e coletividade, onde as condições de vida revelam um cotidiano marcado pela escassez e por formas de organização comunitária. A descrição de uma instalação sanitária coletiva e a presença de uma única torneira para todas as famílias, mostram a ausência de infraestrutura básica, algo comum em áreas periféricas ou comunidades historicamente negligenciadas pelas políticas públicas. Essa realidade forçava os moradores a conviverem de maneira próxima, compartilhando recursos e lidando com as tensões naturais desse convívio. A utilização comunitária dos escassos recursos que o Inferninho proporcionava, forçava a comunidade a conviver com base na solidariedade, apesar dos conflitos. Adailton narra o sofrimento, mas não deixa de ressaltar o tempo bom em que viveu na invasão e a união que existia na comunidade.

Quando Adailton afirma que “a gente nunca nem tinha visto televisão na vida” (Adailton, 2024), ele revela mais do que uma simples ausência de um bem de consumo. Sua fala expressa a realidade de privação material e exclusão social vivida por muitos migrantes que chegaram ao Distrito Federal, que mesmo antes de se estabelecerem em locais como o Gama-DF já enfrentavam condições de vida marcadas pela pobreza, pela falta de acesso a bens culturais e pela invisibilidade diante do Estado.

O Inferninho permanece no imaginário da população do Gama como um lugar perigoso, cercado de estigmas e histórias que o tornaram um espaço a ser evitado. Movido por essa representação coletiva, decidi compartilhar com Adailton uma matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* em 10 de abril de 1977, intitulada “Gama reclama a remoção do

¹⁰⁰ Entrevista oral concedida por Adailton de Oliveira Barros, em 17/09/2024.

‘Inferninho’”. Meu objetivo era provocar uma reflexão e conhecer a perspectiva de Adailton sobre o local, utilizando como ponto de partida uma notícia que, na época, trazia à tona os debates sobre a remoção da comunidade que ali vivia. A reportagem não apenas discutia a possível retirada da população, mas também se dedicava a situar o “Inferninho” geograficamente para os leitores e reforçava a imagem de um espaço inadequado para habitação. Por meio desse diálogo, busquei compreender como Adailton, enquanto indivíduo com vivências específicas no Inferninho, percebia as representações midiáticas e coletivas do Inferninho, e quais memórias ou sentimentos essa narrativa despertava.

[...]Situado no centro do gama, bem próximo à administração regional e colado ao principal cinema da cidade no início do Setor Industrial está o conhecido “Inferninho”, antro de perdição, conhecida maloca de marginais, prostitutas, pontos de encontro dos viciados e traficantes e, ainda, algumas famílias, que dizem ter adquirido por Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), o direito (preço de hoje), para viver num ambiente de imunda promiscuidade. [...] ¹⁰¹

Ao ler as palavras que descreviam de forma negativa a localidade, percebi que Adailton balançava a cabeça em sinal claro de reprovação, como se já antecipasse uma discordância com o tom da narrativa do jornal. Concluí a leitura e perguntei a ele: “Você que morou lá, como avalia essa matéria do jornal? Na sua opinião, essa matéria reflete a realidade do ‘Inferninho’?”

“Tudo mentira! Noventa e nove por cento eu digo que não é verdade. Porque nenhum de nós e eu provo aqui com vários amigos meu que hoje está velho igual eu que a gente não conhecia droga, não conhecia prostituição, não conhecia roubo, nada, não conhecia nada disso. Isso os empresários do cinema (Cine Itapuã) é testemunha, prova viva, porque meu primeiro trabalho, e eu morava dentro do inferninho, foi lá na Lanchonete do Mineiro, o nome dele é Ataíde. Até hoje ele existe, tá vivo. Os encontros dos motoqueiro era tudo no Cine Itapuã e todos podem provar que nunca existiu nada disso lá. Nunca. A gente nunca nem sabe o que que era droga na nossa vida, a gente ficou sabendo depois de velho que a gente passou pra cá (13 do Sul). Esse relato é tudo tudo falso, tudo mentira” (ADAÍLTON, 2024. Entrevista oral) ¹⁰².

A afirmação categórica “tudo mentira!”, reflete o incômodo de Adailton com a forma como o “Inferninho” foi retratado, negando as associações feitas com drogas, prostituição ou criminalidade. Adailton cita até testemunhas pessoais e das proximidades da comunidade para reforçar sua argumentação e contestar o jornal. Adailton acredita que a notícia do jornal foi elaborada por pessoas com o objetivo deliberado de justificar a remoção da comunidade do “Inferninho”. Em suas palavras: “um relato de quem não conhecia a realidade e queria tirar nós de lá, do centro do Gama” (Adailton, 2024). A texto do jornal continua a expressar o tom

¹⁰¹ *Correio Braziliense*, Gama Reclama a remoção do “inferninho”, dia 10 de abril de 1977. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/86790

¹⁰² Entrevista oral concedida por Adailton de Oliveira Barros, em 17/09/2024.

agressivo contra a invasão e no final revela que outros interesses estão por detrás das hostilidades do editorial:

[...] Os residentes, elementos de baixa condição social, sem meios, a maioria de manter a própria subsistência são dados a todos os vícios, especialmente à embriaguez etílica. Ali a promiscuidade é uma constante, convivendo meretrizes, marginais, menores e famílias, servindo ainda de abrigo a elementos de alta periculosidade, autores de crimes vários, pois além de não possuir iluminação, possui várias entradas. Dada a sua característica estrutural tornam-se nulas as condições para um policiamento ostensivo eficiente[...]

Empresário Pensa Em Shopping Center

O Presidente da Associação Comercial e Industrial do Gama, empresário Lair Rosa Ribeiro, diz que a área por se tratar de um dos pontos-chaves da cidade seria excelente para a construção de um Shopping Center ou mesmo qualquer outra atividade empresarial o que seria de grande proveito para toda a coletividade.

Correio Braziliense, 10 de abril de 1977¹⁰³. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/86790

A matéria do *Correio Braziliense* de 10 de abril de 1977, sob o título "Gama reclama a remoção do 'Inferninho'", revela uma forte tendenciosidade, tanto na linguagem quanto na seleção dos temas, servindo nitidamente a interesses imobiliários e empresariais. Em vez de apresentar uma cobertura equilibrada sobre a complexa realidade social do local, procurando os próprios moradores da localidade para conhecer a realidade de perto, o jornal constrói uma narrativa fortemente estigmatizante, retratando o Inferninho como um "antro de perdição" e seus moradores como "marginais", "prostitutas" e "criminosos", ignorando que ali também viviam famílias em situação de vulnerabilidade, como é evidenciado em relatos históricos e entrevistas com antigos moradores.

A utilização de expressões como "fétido local", "imunda promiscuidade" e "elementos de alta periculosidade" contribui decisivamente para a construção de uma imagem degradada e desumanizante dos moradores do Inferninho. Tais termos não apenas alimentam um discurso de medo e repulsa, como também servem para legitimar a remoção forçada, ao apresentar a permanência dessas famílias como uma ameaça à ordem pública, à moral e ao progresso urbano.

Nesse contexto, a presença dos pobres em áreas centrais deixa de ser vista como uma questão social a ser enfrentada com políticas públicas e passa a ser tratada como obstáculo ao desenvolvimento da cidade. Esse tipo de retórica encontra respaldo em ações concretas do

¹⁰³ Para ler a matéria na íntegra, consulte o seguinte link: : https://docs.google.com/document/d/1VIF7quaQSUZ4rexEdUZIRVXrzubRYznl/edit?usp=drive_link&oid=106951348508572015656&rtpof=true&sd=true

poder público, como a remoção dos moradores do Inferninho para o Setor Sul do Gama, distante alguns quilômetros dali.

A transferência forçada percebida como uma forma de expulsão social disfarçada de reordenamento urbano, foi motivo de queixa por parte de moradores como dona Miraci, que lamentava o deslocamento para uma região com menos infraestrutura e mais afastada das oportunidades de trabalho, transporte e serviços básicos. A fala dela evidencia o custo humano desse tipo de política urbana, quase sempre orientada por interesses econômicos e pressões empresariais, em detrimento dos direitos fundamentais à moradia e à cidade.

Mais do que isso, a matéria culmina em um claro apelo aos interesses econômicos, ao destacar a fala do empresário Lair Rosa Ribeiro, presidente da Associação Comercial e Industrial do Gama, que defende a transformação da área em um shopping center. O jornal, ao encerrar o texto com essa proposta, naturaliza a ideia de que o espaço ocupado por famílias de baixa renda deveria ser "requalificado" por meio de empreendimentos voltados ao consumo, sem discutir o destino dos moradores ou as consequências sociais da remoção.

O relatório da delegacia incluído na matéria reforça esse viés ao associar os moradores a uma suposta propensão natural à criminalidade e ao vício, sem analisar as causas estruturais da violência urbana e da exclusão social. Ao tratar os residentes como “elementos de baixa condição social” e “dados a todos os vícios”, o texto contribui para ações de remoção sob a aparência de interesse público. Em suma, a matéria exemplifica um tipo de jornalismo alinhado a elites empresariais e agentes estatais, que contribui para reproduzir desigualdades urbanas, apagar histórias de resistência popular e legitimar a transformação da cidade segundo lógicas mercantis, não sociais.

A analogia com a remoção de favelas próximas ao Plano Piloto – como a Vila Tenório, Vila Sarah, Vila Esperança, Vila do IAPI, Morro do Urubu, Morro do Querosene, Favela do CEUB e Vila Amaury – revela um padrão histórico de deslocamento forçado que impactou profundamente a vida das pessoas. Essas comunidades foram removidas para áreas a 30 km ou mais de distância, criando enormes dificuldades para o cotidiano dos moradores. Uma matéria do *Correio Braziliense* publicada em maio de 2020, sobre a Cidade Livre, destacou o relato do geógrafo Aldo Paviani, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), sobre a proximidade como um fator essencial para a vida das famílias: “tinha gente que ia de bicicleta para o Plano Piloto trabalhar, além dos trabalhadores do comércio do Núcleo Bandeirante. Tudo o que você precisava resolver era na Cidade Livre” (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Esse contraste evidencia como a remoção e a segregação de famílias para locais distantes agravaram a exclusão social, dificultando o acesso ao trabalho, aos

serviços comunitários e às oportunidades disponíveis no centro. A distância física se traduzia em um obstáculo adicional para populações já vulneráveis, intensificando desigualdades urbanas e sociais.

Doyle (1991) analisa a dinâmica de remoção das favelas próximas ao Plano Piloto, quando grandes contingentes populacionais foram deslocados para áreas remotas, desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos básicos, em uma tentativa de "sanear" e embelezar as áreas centrais mais valorizadas da cidade. Essa prática, voltada à segregação dos estratos mais pobres, reflete uma tradição de exclusão social que já existia antes mesmo da inauguração da cidade planejada. Embora o Gama, até meados da década de 1990, apresentasse características típicas de uma periferia com infraestrutura semiurbanizada, a população do Inferninho enfrentou uma dinâmica semelhante àquelas vivenciadas em outras áreas de exclusão social próximas ao Plano Piloto.

O Inferninho estava situado em uma área central privilegiada do Gama, próxima aos principais equipamentos urbanos, como Correios, cinema, setor bancário, mercados, administração regional, pontos de ônibus e serviços de saúde. Historicamente, áreas com essa localização estratégica costumam ser alvo de disputas, frequentemente destinadas a usos considerados mais nobres. Nesse contexto, a construção de uma narrativa que retratava o Inferninho como um lugar perigoso e inadequado pode ter servido, conforme apontado por Adailton, como uma justificativa para a remoção de seus moradores, reiterando padrões de segregação socioespacial recorrentes nas cidades brasileiras.

Outra entrevistada foi dona Miraci (Figura 41), de 75 anos, mãe de Adailton. Natural da Bahia, ela migrou para o Gama-DF em busca de melhores condições de vida e, inicialmente, passou a viver com os filhos na casa de uma prima, localizada no Setor Oeste da cidade. Sua história com o Inferninho começa quando, diante das dificuldades da necessidade de mais autonomia, decidiu sair da casa da prima e procurar um lugar próprio para morar, mesmo que fosse pagando aluguel. Nesse contexto, uma conterrânea lhe fez um convite para ocupar um dos antigos boxes do mercado desativado, espaço que viria a ser conhecido como Inferninho, como forma de evitar o custo do aluguel. Assim, dona Miraci, enfrentou as dificuldades do cotidiano e conseguiu criar seus filhos no Inferninho.

A remoção do Inferninho ocorreu em agosto de 1980, quando os moradores foram reassentados na recém-criada quadra 13 do setor sul do Gama. Essa nova área, localizada em uma das extremidades da cidade, oferecia lotes semiurbanizados, mas os moradores enfrentaram, inicialmente, condições que se assemelhavam ou até pioravam sua situação anterior, devido à maior distância dos serviços e equipamentos urbanos centrais. Dona Miraci

relatou as dificuldades em relação à distância: “É, porque lá era perto de tudo, de todas as coisas, de mercado, até perto mais do hospital, entendeu? E aqui não” (MIRACI, 2024). Na entrevista ela relembrou as dificuldades enfrentadas na nova localidade, que iam muito além da ausência de infraestrutura básica.

“Aí eu vim pra aqui, mas eu não gostei. Não gosto daqui. Até hoje eu moro aqui, mas eu não gosto daqui, porque quando a gente vem pra aqui era uma malandragem terrível. E a gente que não tem costume não conhece das coisa, né. Eu fiquei assustada. Ainda mais por causa dos meus filhos. Aqui era muita confusão. E o pessoal de lá de cima vinha da onze, da nove (quadras). Era caçando confusão, porque sabia que a gente tinha vindo do Inferninho. E até hoje o pessoal fala contra o Inferninho. De vez em quando é que o pessoal daqui dava bronca; aqui nós não mora no Inferninho não, nós moramos na quadra treze. Foi quando pararam mais” (MIRACI, 2024. Entrevista oral)¹⁰⁴.



Figura 41 – Dona Miraci. Fonte: Arquivo pessoal.

O relato de Dona Miraci evidencia como o estigma associado ao Inferninho continuou a impactar a vida dos moradores mesmo após a remoção para a quadra 13 do setor sul. Para Goffman (2004), o estigma pode ser entendido como um sinal profundamente depreciativo que serve para excluir indivíduos ou grupos com características que os diferenciam da norma, afastando-os do grupo dominante e resultando em rejeição, discriminação e exclusão de

¹⁰⁴ Entrevista oral concedida por dona Miraci, ex-moradora do Inferninho em 17/09/2024. Para assistir a entrevista completa, acesse o link: https://drive.google.com/file/d/1nHuYbvrhNaGXDa2oD1u_HbB0EeMmLTI/view?usp=drive_link

diversas áreas da vida social. A fala de Dona Miraci evidencia como os preconceitos associados ao Inferninho continuaram a moldar negativamente as relações sociais e a dificultar a integração dos reassentados na nova comunidade. O sentimento de rejeição à nova moradia, intensificado pela discriminação externa e pelos desafios enfrentados no novo local, ilustra como o estigma não se limita a um espaço físico, mas se desloca junto com as pessoas, perpetuando a exclusão social. Mesmo após a mudança, a quadra 13 ainda carrega o rótulo de “Inferninho”, reforçando a ideia de que o estigma não foi superado, mas sim transportado junto com os poucos pertences das famílias reassentadas. Esse fenômeno demonstra que a remoção física não foi suficiente para romper com as marcas simbólicas associadas à antiga comunidade, que continuam impactando a identidade e a convivência dos moradores até hoje. Ao questionar Adailton sobre a saudade do Inferninho após a mudança, ele expressou o mesmo sentimento de preconceito vivenciado por dona Miraci:

“Senti, porque quando a gente mudou pra cá, a gente era rejeitado. Mais rejeitado aqui do que lá. Entendeu? Aí começou o preconceito aqui: Ah o pessoal do Inferninho; iam falando mal da gente; muita gente não descia aqui por causa da gente, entendeu? Aqui foi muito aquém, muito preconceito com a gente aqui nesse local até a gente se acostumar” (MIRACI, 2024. Entrevista oral)¹⁰⁵.

Segundo Goffman (2004), um indivíduo que, em condições normais, poderia ser facilmente aceito nas interações sociais pode ter um traço específico que atrai atenção desproporcional, afastando os outros e impedindo que suas demais qualidades sejam reconhecidas. Os moradores do Inferninho enfrentaram diferentes dimensões de estigmas que podem ser associados às categorias propostas por Goffman (2004). Embora o estigma físico não tenha sido predominante, é possível que alguns residentes, devido às condições precárias de vida, problemas de saúde ou marcas visíveis de pobreza, carregassem sinais que reforçavam a desvalorização social. A categoria de “culpa de caráter” foi especialmente relevante no caso do Inferninho, já que a comunidade era frequentemente associada a comportamentos considerados desviantes, como criminalidade, prostituição e promiscuidade, mesmo quando tais práticas não refletiam a realidade de todos os seus moradores. Por fim, os estigmas tribais, relacionados a raça, origem ou classe social, também estiveram presentes. Apesar de o Inferninho estar localizado no Gama-DF, seus moradores eram identificados como pertencentes a uma comunidade marginalizada, e essa associação negativa seguia com eles, marcando-os como diferentes ou inferiores em relação ao restante da população da cidade.

¹⁰⁵ Entrevista oral concedida por Miraci, em 17/09/2024.

Na continuidade da entrevista, Adailton reconheceu apenas um caso de violência ocorrido no "Inferninho": o assassinato de Divina Lázara Vieira, conhecida como Neusa, que foi morta a tesouradas por Lindalva Frutuosa da Cunha, apelidada de "Piauí", descrito anteriormente nesta pesquisa. O caso ganhou destaque na imprensa, sendo noticiado pelo *Correio Braziliense*, e teve um impacto negativo significativo na comunidade. A repercussão do crime reforçou ainda mais os estigmas já associados ao local. Perguntei para Adailton qual era o maior sonho da família quando morava no Inferninho: "Uma casa, um lote, porque era muito conturbado, muita gente, confusão e as pessoas julgava muito a gente que era no inferninho, dizendo que só tinha bandido, só tinha maloqueiro, mas era só família de bem" (ADAÍLTON, 2024). Adailton e sua família desejavam ter um lugar próprio onde pudessem escapar do preconceito que atingia a favela do Inferninho. No entanto, naquele momento de remoção não imaginavam que o estigma associado ao Inferninho estava enraizado na percepção coletiva da cidade do Gama, acompanhando-os independentemente de onde passassem a morar.

A estigmatização do Inferninho como um lugar associado à criminalidade, prostituição e promiscuidade não apenas desqualificava o espaço físico, mas também era projetada sobre seus moradores, que passaram a ser vistos como portadores dessa marca social negativa. Mesmo após serem reassentados na quadra 13, o preconceito os acompanhou, reforçando barreiras que dificultaram sua integração na nova comunidade. O fato de terem vivido no Inferninho funcionava como um marcador estigmatizante. Essa associação negativa impunha-se sobre sua identidade, ofuscando outras qualidades e promovendo o afastamento de outras pessoas.

Vila Roriz

E em mil novecentos e oitenta e nove, minha mãe, graças a Deus e ao governador Roriz, ganhou o lote dela aqui.

Fátima, moradora da Vila Roriz

A problemática territorial e as demandas sociais atreladas a ela, concomitantemente à formação de uma estrutura política própria do Distrito Federal, depois de mais de 20 anos da inauguração de Brasília, surgiu como oportunidade política para atores sociais e políticos que se beneficiaram de determinada conjuntura político-social. A fala da moradora da Vila Roriz, na epígrafe, expressa gratidão a uma figura política que habilmente aproveitou a demanda habitacional para impulsionar sua carreira regional. Sua plataforma política baseava-se na

distribuição de lotes semiurbanizados para populações desfavorecidas, prática que se tornaria comum no Distrito Federal no final dos anos 1980 e ao longo de grande parte dos anos 1990.

A demanda por habitação continuou sendo uma das principais questões sociais a serem resolvidas desde o início das obras da construção de Brasília. O fluxo migratório que aumentava a cada ano, convivía com a insegurança daqueles que se encontravam na condição de mão de obra excede com a proximidade da inauguração da capital. Conforme já destacado neste trabalho, a história de Brasília desde a sua fundação está marcada por um longo processo para erradicar as chamadas “invasões”, assim como todas as tentativas de conter fluxos migratórios. A partir de 1960 os trabalhadores que vinham fixar moradia com suas famílias na nova capital em busca de oportunidades de emprego, enfrentava diversos problemas de negociação e especulação dos lotes e barracos nas invasões e cidades-satélites e da falta de regularização dos terrenos por parte do governo local, fazendo emergir um significativo movimento de moradores. Jaccoud (1991) aponta que eles reivindicavam melhorias em suas condições de vida e de moradia nas cidades-satélites e “invasões”. Desejavam a fixação das invasões, mas em caso de remoção reivindicavam também a participação no projeto político da futura satélite, bem como a regularização dos lotes e acesso a serviços públicos urbanos.

O acesso à moradia tornou-se uma crise social desde a fundação de Brasília e continuou sem solução nas décadas seguintes, passando por momentos distintos, conforme aponta o estudo de Gouvêa (1991). Para compreender o contexto do surgimento da Vila Roriz na cidade do Gama, é essencial realizar uma retrospectiva que amplie a visão sobre as políticas habitacionais ao longo da formação do território do Distrito Federal.

O primeiro período dessa retrospectiva remete ao próprio processo de construção e inauguração da cidade, entre 1956 a 1960, marcada pela migração intensa atrelada a propaganda oficial na chamada aos brasileiros para construir a nova capital. Os designados “candangos” chegavam com a esperança de dias melhores para depois trazer suas famílias, buscando uma vida com maior dignidade pelo acesso a serviços públicos básicos. Brasília se materializava como a capital da esperança de uma vida melhor. O que se viu nos anos posteriores da chegada desses migrantes foi uma situação de precariedade, sobretudo para aqueles que trabalhavam na construção civil que conviviam com péssimo alojamento, alimentação de pouca qualidade, remuneração baixa, além dos constantes acidentes de trabalho que muitas vezes resultavam em mortes devido as “viradas”¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Prática promovida pelas construtoras como forma de reduzir custos e evitar a contratação de novos empregados. Consistia na extensão da jornada de trabalho que implicava em desgaste físico passível de sérias

Otacílio Zacarias dos Santos, paraibano que chegou a Brasília em 1958 e trabalhou na construção da cidade, relatou ao historiador Edson Beú (2013) como era o processo de fundação do Congresso Nacional. Segundo ele, “*os operários desciam em buracos já escavados por máquinas, que chegavam a ter entre 20 e 40 metros de profundidade, para retirar o excesso de terra*”, serviço que oferecia grandes riscos aos trabalhadores. Além do Congresso, Otacílio relatou ter trabalhado na construção da Rodoviária, dos ministérios e da Torre de Televisão. Durante esse período, ele presenciou diversos acidentes fatais nos canteiros de obras.

Taguatinga, primeira cidade-satélite criada em 1958 para abrigar os moradores da favela Vila Sara Kubitschek, surgiu como parte da estratégia do governo de reservar as moradias do Plano Piloto exclusivamente para o alto escalão da elite burocrática e para políticos. Após a inauguração de Brasília, os processos de remoção de favelas se intensificaram, tornando-se uma prática sistemática do governo.

À medida que as principais obras da capital eram concluídas, os acampamentos das construtoras foram desmantelados, forçando os trabalhadores a buscar abrigo em favelas improvisadas que surgiam nos arredores do Plano Piloto e da já existente Cidade Livre. Os anos de 1960 a 1979 ficaram marcados pela remoção desses assentamentos e pela expansão de conjuntos habitacionais, as chamadas cidades-satélites, localizadas em distâncias que chegavam a até 50 km do Plano Piloto. Foram criadas as cidades-satélites de Sobradinho (1960), Gama (1960), Núcleo Bandeirante (1961), Guará (1969) e Ceilândia (1971) para atender à demanda habitacional, visando uma localização estratégica e segregacionista dessas áreas. O mercado imobiliário ficou incumbido de dar continuidade à segregação socioespacial à medida que essas localidades adquiriram infraestrutura urbana.

Outro período significativo foi entre 1979 e 1983, quando foi implementada uma política de não oferta de moradias, com a crença de que isso reduziria o fluxo migratório para Brasília. No entanto, essa estratégia não surtiu o efeito desejado. Estima-se que, nesse período, o Distrito Federal abrigava cerca de 85 mil pessoas vivendo em favelas, sem contar as famílias que moravam como inquilinas em barracos, formando cortiços, além do surgimento de favelas dentro das próprias cidades-satélites. Ficou evidente que o fim da oferta de moradias não era a principal causa dos constantes fluxos migratórios para a região. Gouvêa (1995), em uma pesquisa de campo realizada em loteamentos populares no Gama e no Guará, constatou que a habitação ocupava apenas o quarto lugar nas razões apresentadas para a

migração para o Distrito Federal. Para 67,2% dos entrevistados, a busca por emprego foi o principal motivador dessa migração.

A partir de 1982 até o ano de 1985 houve uma mudança na estratégia do governo na área de habitação. Com a aproximação da abertura política e das eleições, a ação do governo tornou-se oposta a de erradicação de assentamentos e da não oferta de moradias, optando pela urbanização de favelas. O programa Promorar atuou em favelas do Distrito Federal, inclusive no caso já citado da invasão da Vila Itamaracá, que não ficou imune à mobilidade social verificada em grande escala na QE 38 do Guará, mais próxima do Plano Piloto. A estratégia do governo favoreceu melhorias nas condições de vida da população. Boa parte das favelas existentes no Distrito Federal estavam nas proximidades do Plano Piloto. A ação do governo em urbanizar as favelas se voltou para a faixa de renda de menor poder aquisitivo, provocando problemas futuros de intensa mobilidade social das famílias atendidas pelos programas de urbanização, pois a população de renda superior pressionava o mercado imobiliário favorecendo a especulação e elevando o preço dos imóveis.

Vale ressaltar que as políticas de segregação e de controle social continuavam nesse período, considerando que nenhuma favela nas proximidades do Plano Piloto foi atendida pela urbanização. Em todos os governos a estratégia comum sempre buscou a “preservação de Brasília”, em ações que implementavam lentamente serviços urbanos às populações de baixa renda numa distância que favorecesse o controle social e econômico das áreas do Distrito Federal. Em resumo, Gouvêa (1991) afirma que:

[...] ao longo desses vinte e nove anos (1956-1985), a ação governamental no Distrito Federal se pautou pela produção de moradias de baixa qualidade para viabilizar interesses eleitorais, segregando a massa operária nas periferias distantes e desenvolvendo um controle do solo urbano, que funcionou como instrumento de elevação dos preços dos imóveis da cidade, instrumentalizando, assim, o espaço de forma econômica e política.

Outros projetos que visavam resolver o “déficit”¹⁰⁷ habitacional surgiram ao longo da década de 1980, com ações que visavam o retorno dos chamados invasores aos seus locais de origem com a ajuda do governo no financiamento da passagem de volta. Nesse período o Entorno do Distrito Federal passou a receber contingentes de migrantes que se intensificou principalmente durante a década de 1990.

A partir de 1988, com a nomeação de Joaquim Roriz para o governo do Distrito Federal pelo então presidente José Sarney (1985-1990), as ações de remoção de ocupações

¹⁰⁷ Na visão de Gouvêa (1991), não existe um déficit habitacional, o que existe são necessidades diferenciadas de habitação. Dessa forma deve a política habitacional trabalhar essa questão de forma global, enfatizando a necessidade diferenciada de habitação para todas as faixas de renda.

irregulares prosseguiram. Paralelamente, foi implementada uma política habitacional baseada na doação de lotes à população de baixa renda, destacando-se a criação da cidade-satélite de Samambaia¹⁰⁸, em 1989, durante a gestão de Roriz, com a doação inicial de 30.000 lotes. Em 1977, com a aprovação do Plano Estrutural de Ordenamento Territorial (PEOT) pelo Decreto nº 4.049, de 10 de janeiro de 1978, o Distrito Federal registrou sua maior taxa de crescimento populacional. O PEOT deu início a uma série de projetos de macrozoneamento do território, visando contemplar cenários de longo prazo em alinhamento com o plano original. Uma das principais preocupações do PEOT era preservar o projeto original do Plano Piloto (COSTA, 2011). Assim, Samambaia foi o primeiro grande loteamento que atendeu as recomendações do PEOT (1977) e seguiu a tradição das demais cidades-satélites do DF, localizada a cerca de 35 quilômetros do Plano Piloto e instalada sem as mínimas condições de infraestrutura.

A Constituição Federal de 1988 concedeu autonomia política ao Distrito Federal, que passou a eleger governadores e representantes do poder legislativo local. Em 1990, Joaquim Roriz venceu as eleições pelo Partido Trabalhista Renovador - PTR, e durante o seu primeiro mandato manteve a política habitacional de doação de lotes com a criação das cidades-satélites de São Sebastião, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo.

Nos meses que antecederam as eleições de outubro de 1990 — as primeiras eleições diretas para governador e para o poder legislativo do Distrito Federal — houve uma aceleração nas transferências de moradores que viviam como inquilinos em fundos de lotes nas cidades de Taguatinga e Ceilândia, além de diversas favelas no Guará, Cruzeiro, Planaltina e das proximidades do Plano Piloto, incluindo a favela do CEUB. Para Gouvêa (1991), Samambaia foi ocupada precipitadamente no período chuvoso, sem rede de água, esgotamento sanitário e de águas pluviais, servindo a interesses eleitoreiros para o governador nomeado que adiantou o processo de transferência de mais de 120 mil pessoas em menos de dois anos.

Rocha (2012), numa perspectiva sócio-histórica, analisou o processo de diferenciação do espaço político do DF, em que confere a institucionalização tardia desse espaço e suas práticas políticas como relacionadas às particularidades da configuração social na qual ele emergiu como desdobramento do rápido e complexo processo de expansão urbana. Nesse sentido, a autora afirma que os conflitos e negociações em torno do deslocamento das populações migrantes, em virtude da criação de núcleos urbanos periféricos, envolveu

¹⁰⁸ Samambaia foi criada no dia 25 de outubro de 1989, para assentar famílias oriundas de invasões e fundos de quintal, vindas de diversas partes do país para o Distrito Federal. Com a oficialização, através da lei 49 e decreto 11.291, se tornou a 12ª Região Administrativa do Distrito Federal – RA XII/DF, e passou a ser urbanizada (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA, 2024).

personagens locais dos movimentos sociais e autoridades responsáveis que se projetaram politicamente e se investiram na institucionalização do espaço político regional. Portanto, a figura política de Joaquim Roriz se projetou em cima da persistência da contínua problemática habitacional a partir de uma plataforma política de distribuição de lotes de terra pública às populações desfavorecidas.

A imagem de Roriz como líder compassivo para com a população sem acesso à moradia — construída a partir de sua política clientelista e calculada — começou a ruir com sua atitude controversa em relação ao assentamento da Telebrasília¹⁰⁹. Antes das eleições de 1990, ele havia se comprometido a urbanizar o local, iniciativa que contava com pareceres favoráveis de quase todas as secretarias do governo. No entanto, após a Associação de Moradores da Telebrasília negar-lhe apoio e denunciá-lo por tentativa de cooptação pela máquina pública, Roriz mudou de posição, passando a se opor à regularização do assentamento.

A atitude cidadã dos moradores representou um golpe para o político, que durante muito tempo utilizou a concessão de lotes semiurbanizados como uma prática eficaz de cooptação e desmobilização, geralmente aceita pela população. Gouvêa (1991) ressalta que Roriz revelou seu caráter autoritário, travando uma verdadeira guerra contra o assentamento da Telebrasília e até desafiando a Câmara Legislativa, que havia sancionado a Lei nº 161/93, prevendo a regularização da vila. Em ato provocador, ele produziu um relatório ambiental inconsistente e sem contratação para justificar suas ações e promoveu uma operação de remoção dos moradores, que incluiu até a retirada da Igreja Católica local, apesar de sua autoproclamada devoção católica. O enfrentamento desse tipo de populismo, que utiliza o clientelismo como plataforma política, depende de uma consciência cidadã ativa e da luta constante pelos direitos dos cidadãos.

Durante os dois mandatos de Joaquim Roriz, a Associação de Moradores da Telebrasília (AMAT), que representava os interesses da comunidade local, desempenhou um papel fundamental na luta pelo direito de permanência na vila. Apesar dos esforços do governo em convencer algumas famílias a se transferirem para o Riacho Fundo I, parte significativa da população resistiu à remoção, enfrentando uma série de pressões e estratégias institucionais empregadas pelo Estado para desmobilizar o acampamento. Os moradores que

¹⁰⁹ Localizada no fim da L4 Sul, oficialmente parte da região administrativa do Plano Piloto RA-I, a Vila Telebrasília (Acampamento Cotelb - Companhia Telefônica de Brasília, depois denominada Vila Telebrasília), alcançou a regularização somente no ano de 2007 durante a gestão do então governador José Roberto Arruda (2006-2010). O acampamento que teve início nos anos 1950, travou uma longa batalha em prol da fixação do lugar, principalmente durante os governos de Joaquim Roriz que era contrário à fixação do aglomerado urbano (Borges, 2014).

permaneceram conquistaram a regularização e urbanização da Vila Telebrasília durante o governo Arruda (2006-2010), numa história que se traduz em resistência e organização comunitária (BORGES, 2014).

A Vila Roriz surgiu no Gama-DF no mesmo contexto de outras áreas, que receberam famílias que moravam como inquilinas no Gama, Entorno do DF e em outras áreas invadidas. A Vila Roriz foi um assentamento anexado à área original da cidade do Gama-DF, considerado como expansão do Setor Oeste (Figura 40)¹¹⁰. Fundada no dia 4 de agosto de 1989, a Vila Roriz está localizada no Setor Oeste, sendo composta por três quadras: a Quadra A, com oito conjuntos; a Quadra B, também com oito conjuntos; e a Quadra C, com apenas um conjunto. A Vila foi batizada em homenagem ao ex-governador Joaquim Roriz (1936-2018), político ainda celebrado pelos antigos moradores, que foram assentados na localidade sem acesso a água encanada, esgoto, escolas ou qualquer tipo de serviço comunitário. O novo assentamento enfrentava enchentes frequentes, infestação de insetos nas residências, erosão causada pelas chuvas e uma série de outros problemas que demoraram décadas para serem solucionados. Essas condições foram impostas às famílias assentadas sem justificativa, evidenciando que a proximidade das eleições e os interesses eleitoreiros de Roriz foram os principais motivos para que o assentamento ocorresse de forma acelerada, sem a instalação dos serviços públicos básicos necessários a qualquer conjunto habitacional. A população, embora castigada e exaurida ao extremo, acabou, apesar de tudo o que sofreu, elegendo como governador o próprio responsável por tantos transtornos. (GOUVÊA, 1991)



Figura 40 - Mapa da cidade do Gama-DF com destaque para a localização da Vila Roriz. Fonte: CODEPLAN

¹¹⁰ Novas áreas foram incorporadas ao tecido urbano da cidade ao longo do tempo, como o Setor de Múltiplas Atividades (criado em 2001) e as expansões dos setores Oeste e Leste. Também integram a Região Administrativa II as Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINEs) Mansões Paraíso e Ponte de Terra. Portanto, locais como o condomínio Residencial Mansões Paraíso, o Setor de Múltiplas Atividades e o Itamaracá não faziam parte do plano original da cidade. (Codeplan, 2020).

A criação da Vila Roriz seguiu a mesma lógica do início da ocupação da Vila Itamaracá, que, embora contasse com certa urbanização, ainda era marcada por um assentamento precário, reunindo todas as características de uma favela. Tratava-se da reprodução de uma nova periferia inserida em outra periferia: a cidade do Gama. Algumas análises e referências a respeito do ex-governador Joaquim Roriz serão inevitáveis, tendo em vista que a política de loteamentos implementada pelo político inaugurou uma nova fase habitacional que trouxe implicações significativas para a conjuntura política do Distrito Federal, em aspectos demográficos e sociais, por consequência dos assentamentos dentro dos já existentes núcleos urbanos e da criação de novas cidades-satélites.

Para Paviani (1991), a pressa na erradicação das favelas e na distribuição de lotes, imposta pelo cronograma implementado, acelerou a criação de lotes apenas parcialmente urbanizados em Samambaia, Gama e Sobradinho. E de nada adiantaria alocar lotes semiurbanizados para a massa de semi-ocupados.

Decidi me deslocar até o Setor Oeste e visitar a Vila Roriz para conhecer um pouco da história dos moradores dispostos a contribuir com a pesquisa. Ao adentrar na Vila, compreendi a razão de sua denominação. O espaço possui poucas ruas, onde se encontram a Escola Classe 28, a Paróquia Nossa Senhora da Paz, algumas igrejas protestantes e pequenos comércios que operam nas próprias residências. Sem conhecer ninguém na região, decidi ir primeiro à Paróquia Nossa Senhora da Paz. Percebi na conversa com algumas pessoas que passavam próximas à paróquia, que a comunidade tem características interioranas no relacionamento entre os moradores, pois a maioria se conhece e estabelece laços comunitários, até afetivos. Ao adentrar à igreja, fui direto à secretaria, onde fui muito bem recebido pela secretária, que prontamente se dispôs a me ajudar a encontrar pessoas que pudessem compartilhar relatos sobre a Vila Roriz. Ela logo me indicou a paroquiana Fátima (Figura-40), que vive na Vila desde a adolescência e é conhecida por sua gentileza e receptividade. Em poucos minutos, Fátima chegou ao local e, ali mesmo na paróquia, respondeu a todas as minhas perguntas. Fátima foi muito gentil e demonstrou entusiasmo em falar sobre sua comunidade. Seu orgulho por fazer parte da história da Vila e da trajetória de sua família era evidente em nossa conversa. Expliquei para Fátima o propósito daquela pesquisa e a deixei à vontade para contar um pouco de sua história de vida. A entrevistada se apresentou e relatou como foi a chegada da família à Vila Roriz:

“Meu nome é Fátima, tenho quarenta e oito anos. E aos quatorze anos de idade em mil novecentos e oitenta e nove, minha mãe veio pra Brasília, ela era empregada doméstica e morávamos de aluguel sempre de um lado pro outro aqui no Gama. Mais precisamente nós fomos criados, nascidos no Gama e criados do setor Sul do

Gama. E em mil novecentos e oitenta e nove minha mãe, graças a Deus e ao governador Roriz ela ganhou o lote dela aqui e ela tinha muito prazer de dizer meu nome é Maria Francisca moro na quadra A, conjunto seis, casa dez e tinha assim um carinho muito grande pelo governador Roriz, o saudoso governador, porque ele teve esse olhar pelo pobre, aquele que não tinha por muitas vezes onde morar ou passar restrições por questões de aluguel e a gente veio pra cá” (FÁTIMA, 2024, entrevista oral)¹¹¹.



Figura 40: Fátima, moradora da Vila Roriz. Fonte: Arquivo pessoal.

Nas duas entrevistas que fiz com moradores da Vila Roriz o nome do ex-governador é citado, em um claro sentimento de devoção e gratidão por ter recebido o lote e ter mudado a vida de muita gente que morava de favor na casa de parentes ou na condição de inquilino de baixa renda, sacrificando o minguado salário para o pagamento de aluguel. Na fala de Fátima, o programa habitacional, que exigia inscrição no órgão de habitação do governo, é obscurecido pela própria atuação de Roriz, que se apresenta como a figura generosa que, por piedade, concederia gratuitamente o direito ao lote. Nessa situação, a ideologia da casa própria é utilizada como ferramenta de manipulação política, ideológica e econômica. Ao receber gratuitamente um lote, ainda que em condições iniciais precárias, o trabalhador é deslocado para longe dos centros de emprego e perde o incentivo para protestar. Além disso, é responsabilizado por todas as melhorias no seu terreno e até por serviços comunitários básicos, o que reforça a exclusão e o isolamento social. Para Paviani (1996), a concessão de

¹¹¹ Entrevista oral concedida por Fátima, moradora da Vila Roriz, em 15/05/2024. Para assistir a entrevista na íntegra, acesse o link: https://drive.google.com/file/d/12e_jLt-Niy5j6GtFgmYCplONmVau_aUr/view?usp=drive_link

lotes semiurbanizados muitas vezes desestimula o cuidado com a qualidade ambiental, resultando em problemas como voçorocas, acúmulo de lixo, esgoto a céu aberto, deslizamentos de terra e enchentes. Com frequência, essas áreas deterioradas são justamente aquelas onde se concentram as populações de baixa renda.

Na fala de Fátima o responsável pela precária estrutura do assentamento instalado em 1989 era o governo na figura da administração do Gama, sem citar o responsável direto pela criação do assentamento que ficaria isento da responsabilidade pelas condições iniciais da semiurbanizada Vila Roriz (Figura - 41).

“Então como qualquer lugar de início, né? Tinha sim essas dificuldades urbanas, né? Em questão de saneamento básico. Então a gente sempre esperava um retorno do próprio governo, administração do Gama, né? Mas foi com o tempo. Veio o asfaltamento, né? Aonde a gente tinha acesso a água encanada, era no chafariz, que também era um momento de encontro da gente, né? Das crianças tomarem banho, das mães lavarem suas roupas, lavarem suas louças, era um momento às vezes ali de diversão, né? Às vezes o único né? Porque pelo fato da Vila ser um um lado extremo, né? E do Gama a gente não tinha muito pra onde ir, pra onde brincar” (FÁTIMA, 2024. Entrevista oral)¹¹².

Fátima, em seu relato, reconhece a precariedade inicial da Vila Roriz, comum às áreas de ocupação recente: falta de saneamento básico, ausência de asfaltamento e dificuldades de acesso à água. Marcas típicas do governo Roriz que implementava a urbanização periférica, onde o Estado demorava a prover os serviços essenciais. A referência ao "chafariz" como única fonte de água encanada é um tanto significativa. O banho das crianças, as mães lavando roupa e os momentos de diversão mostram como a vida cotidiana se organiza de maneira coletiva e criativa, reforçando laços comunitários.



Figura 41 - Vila Roriz em 1990

Fonte: <https://www.instagram.com/p/CSIRhEmHC9H/?igsh=M3Jvdmp0bG1najBq>. Acesso em 10 set. 2024.

¹¹² Entrevista oral concedida por Fátima, moradora da Vila Roriz, em 15/05/2024.

Na imagem da figura 40, mostra ruas de terra batida e ausência de pavimentação, características comuns a áreas periféricas que surgem por meio de ocupações populares. A ausência de calçadas, sinalização, arborização ou qualquer acabamento urbano reforça a precariedade do momento retratado. A presença de um reservatório de água ao fundo indica que os serviços públicos ainda estavam em implantação ou funcionando de forma limitada.

O lugar de memória passa a ser investido de significados coletivos que transcendem sua função original, sendo associado a memórias, histórias e identidades de um grupo, comunidade ou nação, carregado de significados e lembranças coletivas, indo além de seu uso ou função original para simbolizar momentos, pessoas ou processos importantes para a identidade de um grupo ou sociedade.

O chafariz (Figura 42) mencionado por Fátima era a principal fonte de água da Vila. Ali, as pessoas faziam fila para lavar roupas, encher baldes e, enquanto isso, as crianças aproveitavam para tomar banho e brincar. A fonte se tornou um ponto de encontro essencial para a comunidade, que ainda não contava com sistema de água encanada.



Figura 42 - Chafariz da Vila Roriz no início dos anos

1990. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CyyzqQKu0se/?igsh=MWQ5c2dxZDh5bWtxZQ%3D%3D>. Acesso em 11 set. 2024.

As relações estabelecidas por Roriz nessas comunidades e sua imensa popularidade se pautavam pelo clientelismo e tentativas de cooptação.

Segundo Rocha (2012), a influência de Roriz e dos grupos políticos que o apoiaram nas regiões administrativas de baixa renda foi marcada por uma forte relação de clientelismo. Esse vínculo clientelista consolidou-se como um elemento central na formação histórica

desses novos centros urbanos e dos assentamentos, que se originaram por meio de processos de distribuição de lotes com regulamentação institucional precária, frequentemente mediada por lideranças comunitárias. O clientelismo, portanto, configurou-se como uma relação de dominação entre duas partes com recursos desiguais, baseada em trocas onde ambas buscam obter benefícios mútuos.

As ações articuladas e intencionais do governo resultaram no esvaziamento das demandas sociais, consequência da alienação e cooptação dos movimentos reivindicatórios. Esse contexto abriu caminho para a atuação de atores políticos e econômicos com poder suficiente para modificar a cidade, mas incapazes de melhorar a condição da população empobrecida — composta por recém-assentados, ex-favelados e outros segmentos populares — ou de atender às necessidades reais da comunidade.

Teixeira (2001) critica as relações fundamentadas em trocas e acordos pessoais que em sua visão dificultam a criação de normas universais e tendem a afetar negativamente a solidariedade social. Esse tipo de interação favorece o surgimento de uma aceitação passiva das estruturas de poder (ideologia do consentimento) e incentiva práticas como populismo e clientelismo. Além disso, compromete a autoridade pública, acentuando a exclusão social e gerando um sentimento de alienação entre as pessoas. Os impactos para as relações sociais são negativos quando elas se baseiam em interesses e acordos pessoais, em vez de normas ou princípios universais. Em sistemas assim, onde o funcionamento depende mais de favores pessoais, trocas informais e vínculos particulares, surgem consequências que podem prejudicar a solidariedade e a justiça social.

Ao perguntar à entrevistada sobre o sentimento que nutria pelo ex-governador Joaquim Roriz, ela prontamente destacou a importância do político para sua comunidade e demonstrou consciência social ao reconhecer que a relação era fundamentada em uma troca de interesses:

O Roriz, ele foi muito importante, claro que ele como um político tinha os seus interesses, claro. Mas eu acho que é justamente essa troca. Interesses sempre terão né? Teremos né? A gente como pessoas pobres naquela época tínhamos a necessidade de uma casa e ele olhou essa necessidade, então ele tem um papel muito importante pra nós que moramos aqui na Vila, porque ele teve esse olhar generoso (FÁTIMA, 2024. Entrevista oral)¹¹³

A fala de Fátima retrata um aspecto da cultura política brasileira, na qual o cidadão estabelece compromissos informais com o político, orientado por interesses pessoais ou familiares. A moradora vê a troca de interesses como algo natural, de alguém que precisa e

¹¹³ Entrevista oral concedida por Fátia, moradora da Vila Roriz, em 15/05/2024.

outro que tem a sensibilidade de olhar o problema do outro. Nesse tipo de relação, ambos os lados reconhecem que a atuação do político é motivada principalmente pelo apoio durante o período eleitoral. Fátima tinha consciência de toda essa relação entre Roriz e a comunidade que desejava um lote para construir sua moradia.

Vários autores afirmam que a “filosofia da casa própria” com base nas práticas populistas, serviram para cooptar a população, promovendo a desarticulação dos movimentos populares desde 1960.

Paviani (1996) reforça que o reassentamento de moradores de favelas ocorre frequentemente através da cooptação de lideranças comunitárias e do aliciamento político de grandes grupos de pessoas desfavorecidas, ou seja, daqueles retirados das favelas. Esse processo governamental é reforçado por uma estratégia robusta de marketing político, sustentada pela ideologia da casa própria e pela prática da doação de terrenos.

Stumpf e Santos (1996) analisam que o sonho da casa própria serviu mais como um discurso ideológico dos governos militares para vincular a população ao sistema de propriedade privada do que como uma resposta a uma necessidade real. Dessa forma, o governo não apenas consolidava o modelo de propriedade privada, mas também desmobilizava lutas coletivas por direitos habitacionais e melhores condições de vida, direcionando o foco da população para a busca individual por moradia própria. Nesse sentido, a promoção da casa própria foi menos uma política para atender a necessidades habitacionais e mais um recurso para estabilizar e legitimar o sistema econômico da época. Essas práticas, no entanto, não se restringiram ao período autoritário.

No contexto democrático, observa-se a continuidade do uso da casa própria como instrumento de legitimação do modelo de propriedade privada e de desmobilização das lutas coletivas. Programas habitacionais em períodos recentes, embora ampliem o acesso à moradia, muitas vezes mantêm a lógica de mercantilização do solo urbano e individualização da questão habitacional, perpetuando uma visão que favorece a propriedade em detrimento de abordagens mais coletivas e estruturais de enfrentamento do déficit habitacional. Assim, ainda que sob um regime democrático, a promoção da casa própria continua como ferramenta de controle social e de reprodução de um modelo excludente de cidade.

Perguntei a Fátima como ela acredita que o restante da cidade enxerga a Vila e se já notou algum olhar preconceituoso e estereotipado em relação à comunidade.

Assim como a cinquenta do leste (antiga Invasão da Vila Itamaracá) é olhada como um lugar de muita violência, a Vila Roriz não é diferente. A gente que mora na vila escuta vários relatos. Nós moradores é que devemos acabar, anular esse pensamento de que a Vila é um lugar violento. De maneira alguma. A Vila é um lugar de pessoas

de bem, de pessoas trabalhadoras que lutam todos os dias no seu pão de cada dia, sair pro seu trabalho, pegar o seu ônibus, voltar cansado e ter um lugar para descansar (FÁTIMA, 2024. Entrevista oral)¹¹⁴.

A moradora prontamente responde, rejeitando a visão estereotipada sobre a Vila, afirmando que se trata de um lugar habitado por pessoas do bem, trabalhadoras. De fato, a violência que atingia a Vila Roriz era um fenômeno comum em toda a cidade do Gama, considerada violenta até meados da década de 1990. Essa é uma daquelas "histórias de muita luta", como descreve Fátima, semelhante a de tantas outras áreas favelizadas intencionalmente pelo poder público. Trata-se da história de um povo que enfrentou todos os percalços de viver em uma área marcada pela falta de planejamento adequado, que desconsiderou as reais necessidades da comunidade, privada do sonho de ter um lugar digno para morar.

Outra entrevistada, dona Raimunda, uma das primeiras moradoras da Vila Roriz, compartilhou com entusiasmo sua trajetória de vida na comunidade. Nordestina, cheia de energia e disposição para contar sua história, Dona Raimunda foi apresentada a mim por Fátima. Ela revelou que, antes de receber o lote, vivia de favor na casa de um irmão e que, mais tarde, conseguiu ser incluída na lista de beneficiários graças à ajuda de sua patroa, que possuía certa influência política. Dona Raimunda relata o que sentiu quando recebeu a notícia que tinha recebido o lote:

Quando o pessoal chega lá com a notícia, um amigo meu chegou lá de bicicleta dia de quinta-feira bem cedo ele me gritou na porta, quando eu saí que ele falou que meu lote tinha saído estava todo escrito no papel ali na administração aqui do Gama. Quando eu olhei lá no papel que eu acreditei que tinha saído eu chorei muito, passei mal e daí pra cá o mundo se pra mim. Deus me deu toda a felicidade que eu tenho foi depois quando eu cheguei aqui na Vila Roriz (RAIMUNDA, 2024, entrevista oral)¹¹⁵.

¹¹⁴ Entrevista oral concedida por Fátima, moradora da Vila Roriz, em 15/05/2024.

¹¹⁵ Entrevista oral concedida por Raimunda, moradora da Vila Roriz, em 15/05/2024. Para assistir a entrevista na íntegra, acesse o link: P.1 https://drive.google.com/file/d/15yTi7eYHbO_xGBvdwzq1vT01LTIKQr6_/view?usp=drive_link
P.2 https://drive.google.com/file/d/15y1lvYrpS8Sbj7B_hVMjSSsXsSNIGn-1/view?usp=drive_link



Figura - 43: Raimunda, moradora da Vila Roriz. Fonte: Arquivo pessoal.

O dia em que recebeu o lote marcou profundamente a vida da moradora, que relembra em detalhes os acontecimentos, incluindo o momento em que “chorou muito, passou mal e o mundo se abriu”, uma clara referência à mudança em sua vida. Ao chegar à Vila Roriz, experimentou uma felicidade inédita, uma alegria que só conheceu após o recebimento do lote e o estabelecimento na comunidade.

As dificuldades iniciais foram marcantes para Dona Raimunda. Ela enfrentou desde a grande quantidade de mosquitos na área até o frequente roubo de materiais de construção. Para garantir sua subsistência, decidiu improvisar um bar com lona e tábuas, onde colocou três garrafas de bebidas: Montilla, Presidente e 51, e passou a assar linguiças para vender junto com as bebidas. Sua melhor lembrança é a inauguração do bar já construído, agora com mais atrativos para os frequentadores. O estabelecimento de Dona Raimunda logo se tornou um ponto de entretenimento em um local sem opções para a população. Quando perguntei sobre a importância do ex-governador Roriz, a resposta foi carregada de emoção; a veneração pelo político era evidente, e ela chegou a embargar a voz, com os olhos marejados de lágrimas.

Ele foi meu pai abaixo de Deus. Ele é meu pai. Foi aonde eu encontrei tudo (longa pausa, Dona Raimunda se emocionou), foi com ele. Do dia que eu conheci ele eu não passei mais fome, eu não me senti uma pessoa que não tivesse dinheiro e a perseguição era grande. Outras coisas que eu não posso falar. Mas a perseguição é em cima. E eu confiei no meu pai (RAIMUNDA, 2024. Entrevista oral)¹¹⁶.

¹¹⁶ Entrevista oral concedida por Raimunda, moradora da Vila Roriz, em 15/05/2024.

A fala de Dona Raimunda exemplifica de forma clara como o clientelismo se consolida por meio do voto direto, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Sua gratidão a Joaquim Roriz, visto por ela como um “pai abaixo de Deus”, não é apenas uma expressão de reconhecimento pessoal, mas também o reflexo de uma lógica política na qual o atendimento de demandas básicas, como alimentação e moradia, está condicionado ao apoio eleitoral. É provável que, sem o voto direto e a fidelidade política expressa por Dona Raimunda e tantos outros em situação semelhante, a resposta de Roriz à questão habitacional não tenha ocorrido, ou pelo menos, não da mesma forma. O voto, nesse caso, atua como moeda de troca que não representa apenas uma escolha, mas um recurso valioso que os mais pobres utilizam para obter aquilo que deveria ser garantido como direito.

As enormes dificuldades iniciais relatadas pelas entrevistadas, que viveram na Vila em épocas e idades diferentes, não foram esquecidas. No entanto, essas dificuldades foram superadas pela conquista inimaginável, considerando a carência econômica em que viviam: a doação de um lote que, finalmente, podiam chamar de seu e a possibilidade de ter um lugar para morar. Roriz é definido por Dona Raimunda como um “pai abaixo de Deus” que não deixa seus filhos passarem necessidades, mesmo diante das perseguições.

Pessoas em vulnerabilidade socioeconômica imersas em uma luta cotidiana pela sobrevivência estão limitadas em seu tempo, disposição e informações necessárias para uma reflexão política mais aprofundada. Sem condições mínimas de dignidade e educação, é injusto exigir uma consciência política ampla de quem ainda precisa lutar pelo básico. O político, hábil nessas questões, aproveitando das fragilidades socioeconômicas, se apresenta com o olhar de piedade para os mais vulneráveis, visando reforçar sua imagem e obter apoio. A Vila Roriz obteve melhorias ao longo dos anos 1990, assim como os demais assentamentos no Distrito Federal, sendo beneficiada por uma lenta urbanização que forneceu maior dignidade para uma comunidade marcada pelos desafios que toda periferia tem.

Ao analisar as histórias de vida de Fátima e Dona Raimunda, entrelaçadas com o surgimento da Vila Roriz, é evidente que elas são as principais responsáveis pela transformação de suas próprias condições de vida. Ao mesmo tempo, são vítimas de uma urbanização precária que fez com que a comunidade sofresse com diversas formas de violência. Assim como muitas famílias de baixa renda que buscam melhorias econômicas e lutam para oferecer melhores oportunidades aos filhos, Fátima e Dona Raimunda se destacam

como protagonistas resilientes de suas jornadas. Elas tomaram para si a missão de construir um futuro mais digno, enfrentando dificuldades com determinação e criatividade. Embora expressem gratidão pela figura política que facilitou o acesso aos lotes, é, sobretudo, seu esforço pessoal, persistência e coragem que definem e elevam suas histórias de superação e conquista.

As narrativas das duas moradoras são entrelaçadas por sentimentos variados, como o sonho de ter um lugar próprio, a alegria de receber o lote doado, as dificuldades prolongadas enfrentadas na semi-urbanização dos terrenos, a gratidão pela figura do político que demonstrou uma atenção especial e a luta constante pela sobrevivência em um ambiente inicialmente hostil e violento. Quando perguntadas sobre o significado da Vila Roriz em suas vidas, Fátima descreve o local como “um lugar de aconchego e paz”, onde escolheu permanecer mesmo após a morte da mãe, desejando ali concluir sua jornada. Dona Raimunda, por sua vez, ressalta que a Vila representa “tudo”, “uma bênção”, “meu céu”, “minha vida”, expressando assim a profundidade do sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, como afirma Tuan (1983), o lugar é um espaço cheio de significado criado pelas experiências vividas nele. Ele não é conhecido apenas pela visão e pela razão, mas também por sensações diretas e mais sutis, difíceis de serem explicadas de forma objetiva. Para conhecer um lugar de verdade, é preciso entendê-lo tanto de maneira racional quanto com uma conexão pessoal, como se fosse uma pessoa. Em uma visão mais teórica, lugares são apenas pontos no espaço; mas, no outro extremo, eles despertam sentimentos profundos e intensos. Para essas mulheres, a Vila Roriz (Figura - 44) é mais do que um simples espaço físico: é a personificação de um lar, repleto de significados e memórias que fortalecem o vínculo com o lugar. Este é o relato da luta de quem resistiu e escolheu permanecer no Distrito Federal, construindo um forte sentimento de pertencimento dentro da Vila, como os próprios moradores a chamam. Apesar de estar localizada dentro da Região Administrativa II (RAII) do Gama, a Vila possui uma identidade única, forjada pela resistência e pela segregação imposta a muitos, vistos como "meio-cidadãos". Como aponta Gouvêa (1991, p.233), “diferenças espaciais existem em todo o país, mas nada se compara ao verdadeiro apartheid social que se criou planejadamente em Brasília”.

É interessante observar que, entre os moradores da Invasão da Vila Itamaracá e do Inferninho, comunidades formadas por ocupações marcadamente contestadas pelo Estado e por enfrentamentos mais diretos com agentes públicos, desenvolveu-se uma consciência crítica mais aguçada em relação aos direitos à cidade, à moradia e ao papel do poder público. Vivenciaram desde o início um processo de concessão institucionalizada do terreno, com

vistas à regularização fundiária.

Os moradores da Vila Roriz, por outro lado, por vivenciarem um histórico de concessão do terreno institucionalizado e com perspectiva de regularização, tiveram a postura de suavizar o tom crítico ao longo do tempo. Como a Invasão do Itamaracá e o Inferninho, estiveram sob ameaça constante de remoção, os moradores permaneceram em um estado de consciência política e social mais constante. Já a Vila Roriz, por contar desde o seu início com um certo reconhecimento estatal de regularização, pode ter passado por um processo de acomodação política. Além disso, o processo de formação da Vila Roriz esteve diretamente vinculado ao contexto do voto direto e à estratégia política de Joaquim Roriz, que mobilizou esforços na área habitacional como forma de garantir apoio eleitoral e consolidar sua base de eleitores.

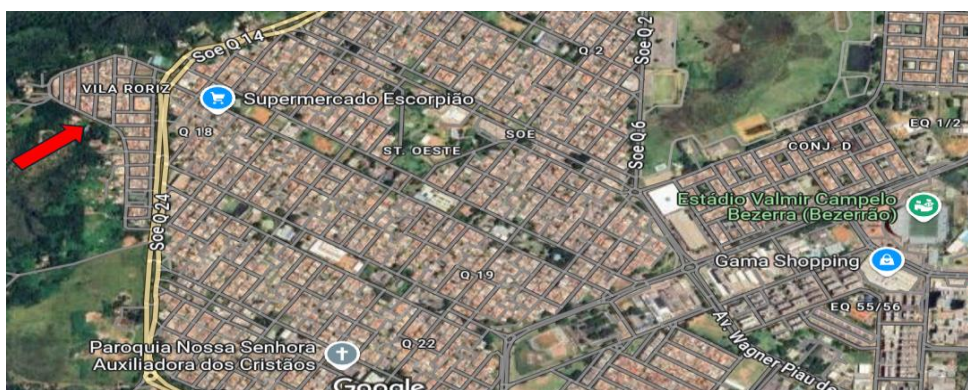


Figura - 44. Imagem do Setor Oeste via satélite com destaque para a localização da Vila Roriz.
 Fonte: https://www.google.com/maps/@16.0087966,48.0765979,2158m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTAyOS4wIKXMDS0ASAFQAw%3D%3D. Acesso em 05 set. 2024.

3.2 VIOLÊNCIA E GANGUES: “MAVOCA” E “BALÃO MÁGICO”

Na década de 1980 e início dos anos 1990, o Distrito Federal foi profundamente afetado pela violência, frequentemente destacada pelos meios de comunicação, especialmente pelo icônico radialista Mário Eugênio¹¹⁷, além das mídias de grande alcance como o jornal *Correio Braziliense* e a *TV Globo*. A violência desse período se notabilizou pela ação das gangues que atuavam em diversas cidades-satélites, representando o maior desafio para a segurança pública do Distrito Federal naquele momento. As gangues eram formadas por jovens que disputavam território, marcavam brigas, se sentindo notáveis por fazer parte de algum movimento desse tipo ou que entravam para se proteger. Frederic Thrasher definiu bem o fenômeno das gangues e a relação estabelecida com o território em seu estudo sobre grupos

¹¹⁷ Repórter policial e famoso locutor “Gogó das Sete da Rádio Planalto”, o jornalista também atuava como editor do caderno policial do *Correio Braziliense*. Ele havia denunciado a existência de um grupo criminoso denominado “Esquadrão da Morte” na Capital Federal. Sua carreira foi tragicamente interrompida em 11 de novembro de 1984, quando foi executado com sete tiros na cabeça (MPDFT, 2020).

de jovens envolvidos na criminalidade de Chicago dos anos 1920, entendendo que havia um vínculo a um território geográfico definido, com a predisposição de manter este vínculo por meio do uso da força, se necessário (THRASHER, 1927). Em outra definição mais ampla acerca das gangues, Malcolm Klein (1971) afirma que um grupo de jovens pode ser considerado uma gangue se reunir as seguintes características: ser percebido como um grupo distinto pelos moradores de um bairro ou região; identificar-se dessa forma utilizando um nome próprio e peculiar; e ter cometido um número significativo de infrações penais, levando os habitantes locais e as autoridades responsáveis pela ordem pública a desenvolverem atitudes negativas e de reprovação em relação ao grupo.

Nos relatórios criminalísticos do Distrito Federal, em pesquisa realizada no Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2024), comparando os anos entre 1980 e 2022, observamos uma significativa redução nos índices de homicídio, mesmo com o crescente aumento populacional ao longo dos anos. Em 1980 (Gráfico -1), o Distrito Federal registrou uma taxa de 12,32 homicídios para cada 100 mil habitantes, em uma população estimada em 1.176.908¹¹⁸. O pico da violência foi registrado em 1995 (Gráfico -2), com uma alta impressionante na taxa de homicídios, chegando a 36,19 homicídios por 100 mil habitantes para uma população estimada em 1.737.813, revelando a violência urbana que aterrorizava os moradores do Distrito Federal. Já em 2022 (Gráfico -3), de acordo com o último levantamento do Atlas da Violência do IPEA¹¹⁹ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o DF tinha uma população estimada em 2.817, 381¹²⁰ habitantes, com uma taxa de homicídios de 11,41 por 100 mil habitantes. Embora a taxa de homicídios por 100 mil habitantes tenha aumentado na análise comparativa, o crescimento populacional mais que dobrou no período. Assim, a redução nos índices de homicídios foi significativa, já que, com o crescimento considerável da população, a taxa de homicídios não aumentou proporcionalmente na mesma medida¹²¹. O pico da violência foi registrado em 1995 (Tabela -2), com uma alta impressionante na taxa de homicídios, chegando a 36,19 homicídios por 100 mil habitantes conforme gráfico abaixo, revelando que a violência urbana aterrorizava os moradores do Distrito Federal. Os dados apresentados pelo IPEA confirmam que, nos anos

¹¹⁸ Ver: https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Movimentos_Migrat%C3%B3rios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf

¹¹⁹ Ver: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>

¹²⁰ Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>

¹²¹ De acordo com dados da Subsecretaria de Gestão da Informação, obtidos por meio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a Região Administrativa II (Gama) registrou 6 homicídios em 2022, resultando em 4,6 na taxa índice por 100 mil habitantes, acompanhando a redução desse tipo de crime no DF (DISTRITO FEDERAL, 2024).

1990, o Distrito Federal registrava altas taxas de homicídios.

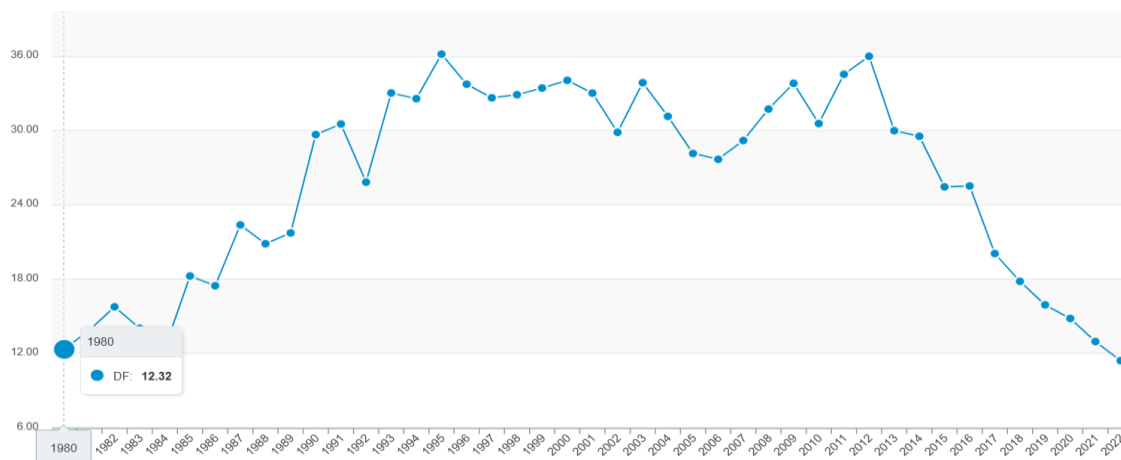


Gráfico 1 - Taxa de Homicídios no Distrito Federal em 1980. Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em 10 set. 2024.

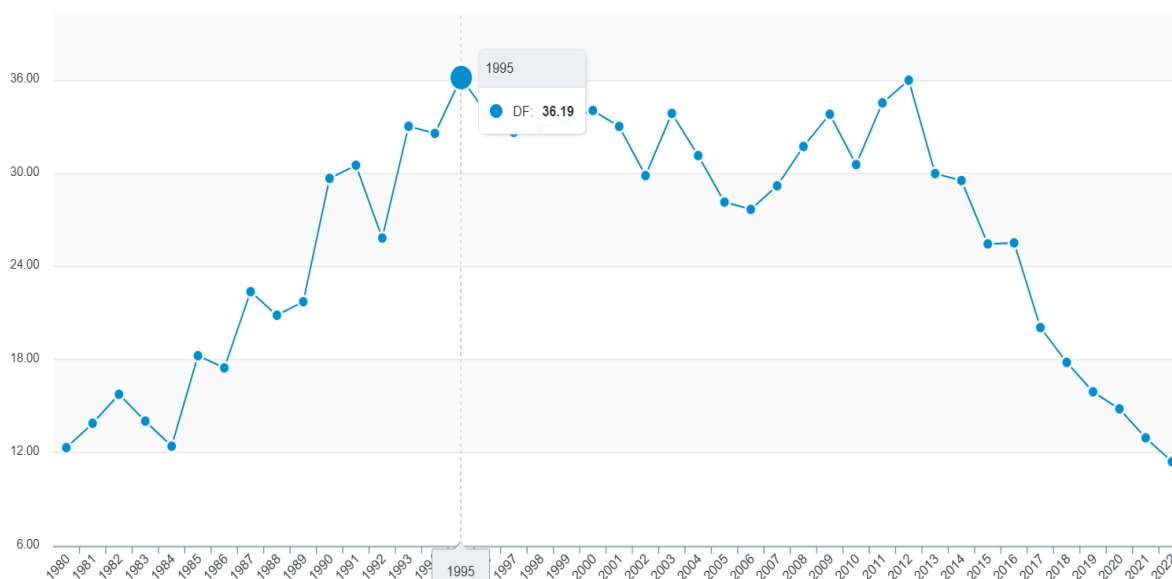


Gráfico 2 - Taxa de Homicídios no Distrito Federal em 1995. Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em 10 set. 2024.

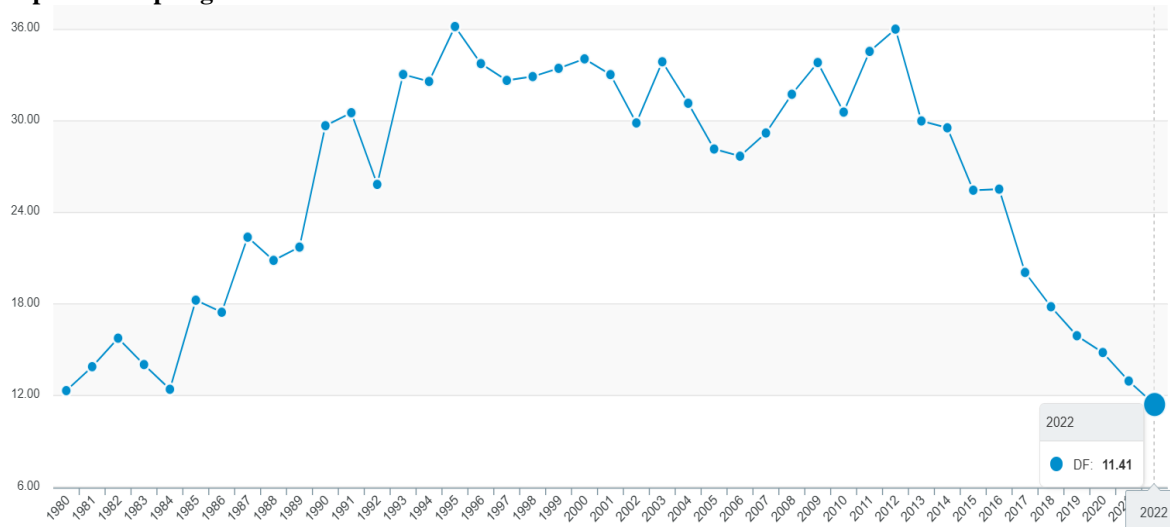


Gráfico 3 - Taxa de Homicídios no Distrito Federal em 2022. Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em 10 set. 2024.

A ação das gangues formadas por jovens nas décadas de 1980 e 1990 alcançava até mesmo regiões do Plano Piloto nas asas Sul e Norte, habitados pela classe média e classe média alta, onde a disputa territorial era a principal motivação desses jovens. O caso do jovem Marco Antônio Velasco, brutalmente espancado em 10 de agosto de 1993 por um grupo de rapazes da Asa Norte, membros da gangue Falange Satânica, e amplamente noticiado pelo *Correio Braziliense* (Figura 45)¹²², causou grande comoção em todo o Distrito Federal. O adolescente sofreu traumatismo craniano e faleceu cerca de 10 horas após sua internação. O episódio teve ampla cobertura na imprensa local e nacional.



Figura 45 - Caso do jovem Marco Antônio Velasco morto pela gangue Falange Satânica em 1993 noticiado pelo jornal Correio Braziliense. Fonte: CDOC *Correio Braziliense*.

A repercussão foi enorme, chamando a atenção inclusive das autoridades do governo federal. O então presidente Itamar Franco (1930-2011), solicitou ao ministro da justiça Maurício Corrêa uma investigação rigorosa do caso (CORREIO BRAZILIENSE, 1993). O governador Joaquim Roriz compareceu ao velório e se mostrou indignado com a brutalidade do assassinato, garantindo que as providências seriam tomadas para que os envolvidos no assassinato fossem punidos. Em 12 de agosto de 1993, o *Correio Braziliense*¹²³ fez ampla cobertura sobre o caso, detalhando o medo, a revolta e a indignação com a covardia do crime:

¹²² Para saber mais: <https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/brasil-ia-assombrada/a-gangue-assassina-da-asa-norte>

¹²³ Para ler a matéria na íntegra, consulte o seguinte link: https://docs.google.com/document/d/1P0NAmJL1153CBKcNSSq4gz8uX3LT-w3ckDpck0EtYXI/edit?usp=drive_link

Massacre De Menor Revolta Brasília

Brasília está com medo e revolta com a violência que tomou conta das ruas. Ontem, a vítima foi o estudante Marco Antônio Velasco e Pontes, de 16 anos, espancado até a morte por uma gangue de jovens lutadores de artes marciais. Ele morreu às 5h, depois de resistir por mais de dez horas na UTI do Hospital de Base, com traumatismo craniano, braços e costelas fraturados e rompimento de baço, além de ter o rosto totalmente desfigurado pelos golpes dos agressores. Seis foram presos e quatro estão foragidos. A comunidade, revoltada com tanta violência, exige justiça. Valéria Velasco e Pontes, mãe de Marco Antônio Velasco e Pontes, passou toda a madrugada de ontem ao lado do filho que travou o quanto pode resistir, uma verdadeira luta contra a morte na UTI do Hospital de Base.

[...] Pais e adolescentes, moradores da Asa Norte, participaram do enterro de Marco Antonio portando cartazes ou vestidos com camisetas com inscrições de protesto. Em determinado momento do velório, os presentes uniram as mãos e rezaram pelo garoto. Em seguida, a mãe de uma colega da vítima, Regina Dourado, disse que "não se paga o ódio com o ódio. O que está faltando no povo brasileiro é amor. Nós queremos amor", pronunciou diante do grupo que estava bastante emocionado. Outra mulher, bastante alterada, pediu justiça ao governador Joaquim Roriz. (CORREIO BRAZILIENSE, 12 de agosto de 1993).

O caso de Marco Antônio Velasco revela a gravidade da situação da violência urbana no Distrito Federal no início da década de 1990, especialmente no que diz respeito à atuação de gangues juvenis. O caso do espancamento e morte brutal de Marco Antônio Velasco e Pontes por um grupo de jovens lutadores de artes marciais chocou a cidade não só pela crueldade, mas também por envolver adolescentes de classe média alta, moradores da Asa Norte, área central e valorizada de Brasília. Esse episódio se insere num contexto mais amplo em que o Distrito Federal já vivenciava um crescimento acelerado da violência urbana. Naquele período, as gangues eram um fenômeno em expansão, não restrito às periferias, pois havia registros tanto nas regiões mais pobres quanto nas áreas centrais. O caso mostra como a violência juvenil, alimentada por disputas territoriais, demonstrações de força e falta de perspectiva, não encontra obstáculos em questões sociais.

Apesar da gravidade do problema, a reação das autoridades federais e locais foi tardia. Desde a década de 1980, assassinatos envolvendo gangues já ocorriam com frequência em diversas cidades-satélites do Distrito Federal, mas esses episódios recebiam pouca atenção da mídia e das instâncias de poder. Foi somente com o brutal assassinato de Marco Antônio Velasco e Pontes, ocorrido em uma área nobre de Brasília, nas proximidades das sedes dos poderes local e federal, que a comoção social e a pressão por respostas se intensificaram. O caso escancarou uma realidade até então negligenciada: a violência urbana, que antes era tratada como um problema periférico, passou a ser percebida como uma ameaça real à segurança da elite e da classe média brasiliense.

A cidade periférica carrega consigo o retrato de parcela da sociedade que sofre a

exclusão socioespacial a partir de um planejamento estatal precário que leva ao surgimento de comunidades pobres acudadas por diversos tipos de violência. Contudo, a pobreza por si só, não explica a violência nas áreas mais carentes, já que em outras localidades com índice econômico superior, jovens se envolvem na criminalidade. Em depoimento anos mais tarde, a promotora da Vara da Infância e da Juventude Selma Sauerbronn, relatou esta impressão ao recordar o caso do assassinato de Marco Antônio Velasco: “Foi um caso emblemático. Até então, todos acreditavam que só adolescentes de periferia cometiam atos infracionais. Com a morte de Marquinhos, abrimos nossos olhos para a classe média” (ICONOGRAFIA DA HISTÓRIA, 2021).

A jornalista Valéria Velasco, mãe de Marco Antônio, tornou-se uma ativista de destaque contra a violência em Brasília, fundando o Comitê Nacional de Vítimas de Violência (CONVIVE). Como jornalista de um importante veículo de imprensa, Valéria conseguiu expressar sua indignação e representar o sofrimento de inúmeras famílias no Distrito Federal, também afetadas por esse tipo de violência. Em outubro de 1993, Valéria relembrou o episódio, o medo da comunidade e a preocupação com o futuro de Brasília em um depoimento para a *Revista Letras* da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

É sempre bom lembrar: Marquinhos saiu para comprar pão e foi morto a pancadas por 10 garotos de sua idade. Os vizinhos da 316 norte viram a sanha delirante dos covardes. Ouviram os gritos lancinantes de sua dor. E não moveram um dedo para salvá-lo. Optaram por proteger sua própria vida, acudados atrás das grades que cercam seus apartamentos, que os protegem do medo. A brutalidade, a covardia, o medo, a impunidade ficaram assim como marcas indeléveis na consciência coletiva deixadas pelo sangue de Marquinhos derramado no asfalto. Será esta a nova Brasília? (VELASCO, 1993)

O depoimento de Valéria Velasco é profundamente comovente e perturbador, pois revela, em tom doloroso e crítico, não apenas a tragédia pessoal da perda de um filho, mas também uma denúncia contundente sobre o estado de apatia social, medo e violência urbana como marcas do cotidiano.

Valéria Velasco não apenas expressa o luto e a indignação de uma mãe que perdeu o filho de forma brutal, mas também faz uma crítica social contundente, onde questiona os fundamentos éticos e morais da sociedade brasileira da época. Quando ela firma que "Marquinhos saiu para comprar pão e foi morto a pancadas por 10 garotos de sua idade", ela evidencia o absurdo da violência banalizada, cometida por jovens que poderiam ser colegas ou vizinhos da vítima. Isso aponta para um colapso de valores, para uma juventude que expressa sua existência por meio da brutalidade. O trecho em que denuncia a omissão dos vizinhos, "não moveram um dedo para salvá-lo", é um retrato duro de uma sociedade marcada pelo medo. A pergunta final: "Será esta a nova Brasília?", apresenta provocação e lamento.

Brasília, concebida como símbolo de modernidade e integração nacional, é aqui descrita como palco de barbárie, covardia e desumanização. A imagem do sangue de Marquinhos no asfalto se transforma em símbolo da falência de um projeto coletivo. A recordação da tragédia com o filho é um apelo à memória, à responsabilidade coletiva e à reconstrução de laços sociais. Não se trata apenas de lembrar Marquinhos, mas de refletir sobre que tipo de sociedade estamos construindo.

Muitos dos conflitos que resultaram em mortes devido à ação das gangues estavam ocorrendo em outras cidades do Distrito Federal. As famílias continuam sofrendo com as perdas causadas pela criminalidade, que vitimou jovens envolvidos nos confrontos entre esses grupos. Em 18 de agosto de 1993, oito dias após a morte de Marco Antônio Velasco, o Correio Braziliense publicou uma matéria exclusiva sobre as gangues que aterrorizavam o Distrito Federal, mapeando e descrevendo os grupos espalhados pelo território (Figura 46)¹²⁴. Chamava a atenção a quantidade de grupos criminosos formados por jovens atuando nas principais cidades da região, inclusive em áreas de alto poder aquisitivo, quebrando o mito de que a violência urbana se limita às regiões periféricas e de menor poder econômico. A matéria foi motivada pela repercussão do assassinato brutal de Marco Antônio Velasco.



Figura 46 - Matéria do Correio Braziliense que mapeia as gangues do Distrito Federal (Ao lado a imagem ampliada das gangues do Gama-DF). Fonte: CDOC - Correio Braziliense.

Na edição do jornal de 18 de agosto de 1993 o texto anunciava:

Pelo menos 40 gangues de rua atuam hoje no Distrito Federal, levando pânico à comunidade, que teme os violentos ataques dos grupos organizados. Morte, espancamentos, depredações, ameaças e humilhações parecem ser as principais diversões destes grupos de sádicos. Preocupado com o avanço das gangues, grande

¹²⁴ Para ler a matéria na íntegra, consulte o link:

https://docs.google.com/document/d/1nXppcEpB8UrLc92Kg533HdUpSG_fl7RK-xjb2z1-U/edit?usp=drive_link

parte sucessora dos grupos de pichadores, o diretor geral da Polícia Civil, delegado Eurípedes Barbosa, determinou um minucioso levantamento sobre esses grupos que atuam no Distrito Federal.

As delegacias em todo o DF preparam o mapeamento que identificará por locais as gangues existentes. Estimativas já apontam que em cada uma das cidades-satélites existem pelo menos dois grandes grupos rivais. A Asa Norte é o local que concentra o maior número de gangues, cerca de 14. A Asa Sul conta com pelo menos dois grupos e os Lagos Sul e Norte sediam pelo menos uma gangue cada um.

[...] “A cidade-satélite do Gama é considerada uma das mais violentas do Distrito Federal. A década de 80 ficou marcada pelo auge da violência das turmas daquela satélite. As turmas de rua do Gama experimentaram uma certa “decadência” em função das mortes e prisões de seus integrantes em 1990. Isso não significa que as organizações se extinguíram. A continuidade está assegurada pelo surgimento de novos grupos compostos por meninos com idade cada vez menor. O exemplo mais claro desse fato é a atuação do PMG (Pixadores Malucos do Gama) na qual quase todos os componentes têm idade entre dez e doze anos. O grupo é uma facção do Balão Mágico, com quem aprendeu a trabalhar”[...] (CORREIO BRAZILIENSE, 1993).

A matéria do jornal revela a amplitude territorial do fenômeno das gangues. Ao mencionar a existência de gangues nas Asas (Norte e Sul) e nos Lagos, o texto rompe com a ideia de que a violência urbana seria um problema exclusivo das periferias. A própria referência ao Gama como “uma das mais violentas cidades-satélites” mostra como algumas dessas turmas já atuavam desde os anos 1980, sendo parte de uma cultura juvenil urbana complexa, que envolvia disputas territoriais, práticas como o grafite/pixação, e também formas de sociabilidade e afirmação identitária. A matéria já apontava que, em cada cidade-satélite, atuavam ao menos dois grandes grupos rivais, numa realidade que se confirmava no Gama, especialmente no conflito estabelecido no Setor Oeste da cidade.

O Gama não ficou imune ao fenômeno das gangues. Nos anos 80 e 90, elas atuavam em praticamente todos os setores da cidade, sendo as mais “famosas” Mavoca, Balão Mágico, Gangue do Adidas, GL (Galera do Leste), Turma da Xuxa e Trem da Alegria. Essas gangues marcaram época e fazem parte do imaginário de muitas pessoas. O Setor Oeste destacou-se negativamente por ser palco de uma verdadeira guerra de reafirmação territorial, marcada por conflitos entre gangues que perduraram até o início dos anos 1990. O conflito mais intenso ocorreu entre as duas maiores rivais: Mavoca e Balão Mágico. Dediquei parte da minha dissertação e pesquisa de campo a investigar a guerra entre esses dois grupos, buscando informações de quem testemunhou os eventos. Descobri o significado do nome Mavoca ao navegar pela página do Facebook “*Nós que amamos o Gama*”, dedicada a relembrar momentos da história da cidade. Segundo alguns membros da página, Mavoca reúne as sílabas das palavras MAconha, VOdka e coCAcaína. A gangue do Balão Mágico fazia alusão ao famoso programa infantil produzido pela TV Globo entre 1983 e 1986, apresentado pelo personagem Fofão e pela cantora infantil Simony. Apesar do nome inspirado no programa, o

Balão Mágico do Gama atuava de forma bem diferente do homônimo infantil.

Lembro de ouvir algumas vezes na infância e adolescência alguém falando sobre as gangues: "Aquele cara é perigoso, era do Balão Mágico. [...]" "Aquele cara assassinado fez parte da Mavoca. [...]" "Se você ver alguém usando roupa da marca Adidas, cuidado! É da gangue do Adidas. [...]". Essas memórias estão profundamente enraizadas no imaginário da cidade e continuam a reverberar nos bate-papos sobre o passado local.

Diante da ausência de contato com moradores do Setor Oeste que vivenciaram o auge das gangues, ou mais especificamente, que guardassem memórias sobre os grupos Balão Mágico e Mavoca, conforme o foco da minha pesquisa, foi necessário realizar o mapeamento da região e buscar testemunhas dispostas a contribuir com o estudo. Admito que não foi tarefa fácil, pois falar de violência ainda morando em áreas que foram palco de conflitos é algo que permanece como memória sensível para muitas pessoas. Mesmo me identificando e explicando que não era policial, jornalista, repórter de TV ou rádio e que o testemunho seria uma contribuição acadêmica, não consegui convencer algumas pessoas, que diziam ser complicado falar sobre o assunto e que tinham medo de se complicar, pois muita gente ainda sofre as consequências dos conflitos. Passados mais de 30 anos dos eventos provocados pelas gangues, lidar com o passado ainda representa uma barreira difícil de ser superada. Diante de histórias trágicas resultantes das “guerras” promovidas por grupos rivais, era totalmente compreensível a insegurança e a recusa de falar do assunto sensível. Antoon de Baets (2010), em seu estudo sobre o impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reafirma que todos têm o direito à memória, mas não o dever de recordar. Cabe ao historiador a responsabilidade de descobrir o passado em sua totalidade, incluindo os períodos de vergonha e silêncio. Portanto, na ânsia de encontrar testemunhas recebi algumas recusas, mas insisti, reafirmando que além do desenvolvimento da dissertação, seria desenvolvido um caderno pedagógico sobre a história da cidade.

No caso dessa memória em particular, acredito no dever pedagógico como pesquisador/professor em compartilhar a história local da cidade com os alunos da educação básica, diante da necessidade de um compromisso ético-político com questões do passado que ainda geram conflitos que são de interesse público, com uma perspectiva de apontar para um presente e futuro melhorados. Acrescento aqui a importância do “dever de memória” como um imperativo moral e político de “não esquecer para que não se repita” (Mendes, 2021), que mesmo nessa memória um tanto indesejável para alguns, faz-se necessário conhecer histórias tristes, dores, sentimentos, incertezas, perspectivas, fracassos e contradições, porque tudo isso faz parte da história social construída por seres humanos sociais.

Para construir essa memória era preciso encontrar testemunhas que tiveram experiências com esse passado difícil. É aí que entra a importância da testemunha que realiza a construção da memória, sacralizando o passado num processo que busca a justiça e a necessidade da paz social. Em Hartog (2013), a testemunha ocupa lugar importante na construção da memória sendo uma manifestação do momento em que vivemos, segundo o autor pretendeu-se fazer memória de tudo e, no duelo entre a memória e a história, deu-se rapidamente vantagem à primeira, representada por este personagem, que se tornou central em nosso espaço público: a testemunha.¹²⁵

Dando continuidade à busca por testemunhas para o desenvolvimento deste tópico da dissertação, encontrei pessoas dispostas a conceder entrevistas gravadas. A primeira delas foi Rosana Assis de Sousa (Figura - 47), policial militar reformada e comerciante no Setor Oeste. No nosso primeiro contato, expliquei que o objetivo do trabalho era pesquisar parte da história da cidade, e que o Setor Oeste ocupava um lugar de importância na trajetória do Gama, sendo, portanto, essencial para a pesquisa. Rosana se mostrou receptiva e se dispôs a compartilhar suas histórias e memórias do local onde vive até hoje. Rosana se apresentou e falou um pouco da infância feliz que teve, das festas comunitárias e da simplicidade das moradias. Perguntei se ela lembrava da época das gangues. Ela prontamente citou o período de violência:

[...] eu lembro bem que na quadra nove, onze, doze perdurava a gangue da Mavoca e aqui na quadra vinte e três e outras quadras aqui próximas tinha a Balão Mágico e as duas se confrontavam, uma não podia cruzar a quadra da outra, entrava na escola. Tinha pseudosestudantes da própria escola que frequentavam a Mavoca e causava o terror na época [...] A comunidade tinha muito medo, onde tinha a briga das duas, encontro das duas. Já teve mortes, brigas, tiroteio! E a gente convivendo nesse meio. O conflito começou a sair no noticiário, principalmente no programa de rádio do Mário Eugênio. Então quando tinha um confronto com elas, a gente conhecia a briga e quem morreu através do repórter finado Mário Eugênio, porque divulgava bastante Gama. Então era sempre o confronto dessas duas gangues.[...] (ROSANA, 2024, entrevista oral)¹²⁶

¹²⁵ A esse respeito, ver HARTOG (2013).

¹²⁶ Entrevista oral concedida por Rosana, moradora do Setor Oeste, em 14/05/2024. Para assistir a entrevista completa acesse o link: [Rosana moradora do Setor Oeste](#).



Figura 47 - Rosana, moradora do Setor Oeste. Fonte: Arquivo pessoal.

Rosana fornece não apenas dados sobre a atuação das gangues, mas também um olhar de dentro, que revela como a violência atravessava a vida cotidiana dos moradores. Sua fala é marcada por uma mistura de memória, crítica e sobrevivência. Quando fala da presença de membros da gangue Mavoca dentro da escola como “pseudos estudantes”, Rosana revela o tamanho do alcance das gangues que atingia até as escolas. A escola, que deveria ser um espaço de proteção e desenvolvimento, aparece aqui como um ambiente infiltrado pelo medo e intimidação, o que denuncia a ausência do Estado em garantir a segurança e o direito à educação plena e à segurança para a periferia do Distrito Federal. Rosana ainda revelou que os conflitos eram noticiados semanalmente pelo repórter Mário Eugênio, conhecido por sua atuação na rádio policial. Nessa época era comum o Gama aparecer nas páginas policiais. Para muitos moradores, como Rosana, os confrontos só ganhavam visibilidade a partir da cobertura do programa Gama aparecia nas páginas policiais Luís (Figura - 48) de Mário Eugênio.

Perguntei a Rosana se ela conhecia alguém que, assim como ela, tivesse vivido a época das gangues. De imediato, ela se lembrou de um conhecido "das antigas" membro de uma das gangues e disse que entraria em contato para verificar a possibilidade de ele conceder seu relato. Poucos minutos depois, esse conhecido chegou de bicicleta e decidiu compartilhar sua história. Em uma conversa informal antes da entrevista, Luís (Figura 48), conhecido como "Nego Lu", nascido no Gama, viveu boa parte da juventude como havia membro da gangue Balão Mágico e descreveu alguns detalhes de sua participação no grupo durante a juventude:

No começo aqui era arrojado, o pessoal do Balão né? Era uma guerra danada o Balão e Mavoca. Aí era trocado tiro pra todo canto. Quando um via um daqui lá, eles metia bala, quando aparecia um daqui e eles metia bala também. Era troca de tiro direto, direto. (LUÍS, 2024. Entrevista oral)¹²⁷.



Figura 48 - Luís, morador do Setor Oeste e ex-integrante da gangue “Balão Mágico”.

Fonte: Arquivo pessoal.

A fala de Luís, em sua simplicidade, transmite o clima de tensão permanente que marcou a sua juventude e a de muitos moradores do Gama. É um testemunho que fornece a compreensão de como a violência estruturou a experiência urbana no Setor Oeste e como, ainda hoje, essas lembranças persistem como cicatrizes na memória dos que sobreviveram. A fala de Luís revela de forma direta e impactante a intensidade dos conflitos entre as gangues Balão Mágico e Mavoca no Setor Oeste do Gama. Quando disse que “era trocado tiro pra todo canto” o relato é marcado por uma linguagem popular e expressiva, transmitindo com força a violência cotidiana vivida por quem morava no local.

Nego Lu diz que até hoje sofre as consequências do seu envolvimento com as práticas criminosas das gangues quando busca por emprego. Em suas palavras “o passado é triste”: “Muita gente está até hoje ‘fodido’ aí oh. Muita gente presa ainda né, porque é muita cadeia. Tem um colega meu que está puxando mais de quinze anos pô, por causa da guerra” (LUÍS, 2024).

A origem das gangues da cidade do Gama-DF é desconhecida pelos entrevistados que atuavam nesses movimentos ou vivenciaram os conflitos, mas é comum na fala de muitos que a falta de oportunidade numa cidade de periferia com pouco ou quase nenhum entretenimento

¹²⁷ Entrevista oral para fornecida por Luís, ex-integrante da gangue “Balão Mágico”, em 14/05/2024. Para assistir a entrevista completa acesse o link: [Entrevista com Luís, ex integrante do Balão Mágico P.1Luís, ex-integrante da gangue do Balão Mágico P.2.mp4](#).

e a influência das amizades, conduziram os jovens ao mundo da criminalidade. Esses grupos formam verdadeiras organizações que se identificam com líderes e territórios onde a circulação é permitida apenas aos "enturmados". O vazio, a falta de opções, as indefinições de limites, a ausência de canais de participação política e a descrença na autoridade e na lei têm um impacto significativo na vida dos jovens e frequentemente os impulsionam a praticar a violência coletiva (WAISELFISZ, 1998).

Marcelo Ribeiro, ex-morador do Setor Oeste, o qual eu conheci por intermédio de um amigo, recorda alguns bailes icônicos da cidade que aconteciam na SEG (Sociedade Esportiva do Gama), no clube Opromeso, no Clube das Acácias e na Boate Danny. Esses locais, que marcaram a cena jovem entre os anos 1980 e início dos 1990, eram algumas das poucas opções de lazer na cidade. Eram pontos de encontro para a juventude curtir a noite e participar de festivais de dança. Quando os bailes terminavam, a rivalidade entre gangues se intensificava nas ruas, resultando na troca de tiros e na morte de inúmeros jovens, entre 15 e 20 anos, em uma guerra que Marcelo descreve como, de certa forma, incompreensível, citando a perda de vários amigos de infância:

Tinha uns baile, né? Tinha o baile do Opromeso, tinha o baile da SEG, tinha o das Acácias e o da Danny. Foi aí que começou as guerras no Gama, as quadrilha, né? Tinha a Mavoca na quadra onde eu morava, na quadra 11. Tinha o balão mágico que era no oeste também, mas era em outra quadra, era na 23, 20 e 17. Eles tinham guerra assim que ninguém entendia, morava tudo no mesmo setor, iam pro baile todo mundo junto, dançava junto, mas quando saía lá fora, tocava tiro, brigavam. [...] Vi muita gente morrer. Amigos meus de infância, que fomos criados junto no Gama que se envolveu com essa guerra, né? Lá na onze (quadra do Setor Oeste) mesmo onde eu nasci e fui criado, morreu o finado Célio, Peixeiro, Ossinho, Esquilo, Bagaço, Boi, muitos, muitos desses que eu estou lembrando agora, o finado Telo, todos foram através de guerra, entendeu? (MARCELO, 2024. Entrevista oral)¹²⁸

A fala de Marcelo traz à tona uma questão fundamental para entender a formação e o agravamento dos conflitos entre gangues no Gama-DF: a sociabilidade juvenil em torno dos bailes e a forma como esses espaços foram palco de rivalidades e violência armada. Mesmo compartilhando dos locais em que viviam, festas e até vínculos familiares ou escolares, os jovens estavam divididos por alianças simbólicas e rivalidades que ultrapassavam a lógica da vizinhança.

Esse dado é importante para a pesquisa porque rompe com a ideia simplista de que o território periférico é homogêneo, ele é, na verdade, repleto de fronteiras, cujas transgressões resultam em violência. A fala de Marcelo evidencia a diferença na forma como a sociedade

¹²⁸ Entrevista oral concedida por Marcelo, ex-morador do Setor Oeste, em 09/06/2024. Para ler a entrevista na íntegra, acesse o link: [Transcrição da entrevista oral com Marcelo](#). Observação: Marcelo não autorizou o uso de sua imagem.

lida com a morte, especialmente quando se trata de jovens da periferia. Ao lembrar nomes como Célio, Peixeiro, Ossinho, Esquilo, Bagaço, Boi e Telo, Marcelo resgata a humanidade de vidas frequentemente apagadas pelas estatísticas e estigmatizadas como “vítimas da violência”.

Esses nomes ganham rosto e história, em contraste com o tratamento dado a casos como o de Marco Antônio Velasco, cuja tragédia foi amplamente repercutida e reconhecida publicamente. A fala de Marcelo rompe com essa lógica seletiva de luto e visibilidade e revela como o sofrimento da periferia é muitas vezes naturalizado, como se ali a morte precoce fosse inevitável ou menos relevante. Em última instância, esse depoimento denuncia um regime desigual de memória, em que apenas algumas vidas parecem dignas de comoção e outras são silenciosamente esquecidas.

Tive a curiosidade em saber a opinião de Marcelo sobre os motivos que levaram os jovens a entrar no mundo do crime: “Achavam que era status ser bandido. Participar de uma gangue que gostava de guerra, de trocar tiros com os outros. Matar uns aos outros, porque o que aconteceu era isso na época”. Segundo o estudo de Abramovay (1999), os jovens se envolvem com gangues em busca de satisfazer necessidades humanas fundamentais, como pertencimento, identidade, autoestima e proteção, considerando a gangue como uma solução para seus problemas imediatos. Ao fazer parte de uma gangue, o jovem idealiza a possibilidade de ganhar dinheiro com facilidade e de alcançar notoriedade.

A formação das gangues está ligada às culturas juvenis e aos processos de construção de identidade. Elas se configuram, em essência, como grupos que se reúnem em torno de atividades relacionadas à música, ao lazer e, muitas vezes, a práticas ilícitas. Tanto jovens homens quanto mulheres ingressam nessas gangues em busca de pertencimento, desenvolvendo entre si códigos específicos de linguagem, vestuário e comportamento. A solidariedade entre os membros é uma característica marcante, e as gangues são frequentemente vistas como uma espécie de família ou refúgio. Entre as atividades comuns desses grupos estão o lazer, pichações, disputas territoriais, ataques a inimigos comuns ou gangues rivais, e, em certos casos, envolvimento em roubos, assaltos, tráfico de drogas e vandalismo (ESTEVEZ E ABRAMOVAY, 2008).

Conheci outras pessoas do Setor Oeste que tiveram experiências no mundo do crime, mas que não chegaram a participar das gangues, como Rogério Assis (Figura 49). Em sua fala a cidade carecia de estrutura para ofertar oportunidades no mercado de trabalho o que favoreceu a sua entrada e de muitos jovens no mundo do crime:

O Gama antigamente era muito difícil de serviço. Entendeu? Pra trabalhar. Foi aí aonde entendeu? Eu comecei a ver a vida do crime. Era muita guerra aqui dentro do Gama. Entendeu? Na guerra do Balão Mágico com a Mavoca, com os menino tudo perdido, que eu já vi muitos morrer. Entendeu? Através eu até perto de mim mesmo morrer. As pessoas ceifar a vida das pessoas sem piedade. Entendeu? E era uma quadrilha muito grande, entendeu? Às vezes nem a própria polícia Deus dominava porque era muita gente, entendeu? Era muita gente. O Gama era uma cidade pequena. (ROGÉRIO, 2024, entrevista oral)¹²⁹.



Figura 49 - Rogério, morador do Setor Oeste. Fonte: Arquivo pessoal.

O aspecto social de uma cidade-satélite que estava no início de sua trajetória ainda precária em serviços e oportunidades, aparece no relato de Rogério como fator decisivo para que a juventude tivesse contato com o mundo do crime. A fala de Rogério revela o fenômeno de uma sociedade em desenvolvimento econômico desigual extremamente competitiva que impõem uma melhor preparação para o mercado de trabalho e um maior nível de escolarização, o que, entre outros fatores, prolonga a transição dos jovens para a vida adulta. Como resultado, podem surgir consequências como a diminuição das oportunidades no sistema produtivo, levando ao aparecimento de grupos sociais não integrados, considerados desviantes (TAVARES, 2009).

Grande parte dos moradores desses territórios, se não todos, tiveram alguma relação com os jovens da gangue local. Muitos deles têm um primo, irmão, filho, cunhado, sobrinho ou colega de escola que faz parte do grupo. Mesmo que um morador não tenha parentesco com nenhum integrante da gangue, ele ainda tem contato com esses jovens, que são consumidores frequentes do comércio local, já que não podem circular livremente, e passam muito tempo nas ruas, especialmente à tarde e à noite. É fundamental que a gangue esteja integrada à comunidade, pois isso garante proteção tanto contra outras gangues quanto contra

¹²⁹ Entrevista oral concedida por Rogério, morador do Setor Oeste, em 05/06/2024. Para assistir a entrevista na íntegra acesse o link: Rogério_ morador do Setor Oeste.

agentes estatais.

No entanto, essa integração exige que as gangues sejam aceitas como parte do ambiente local. Para conseguir isso, elas tendem a evitar conflitos com os moradores e, frequentemente, procuram atender a algumas de suas necessidades, especialmente no que diz respeito à segurança. Quando essa integração é bem-sucedida, as gangues conquistam certa legitimidade e passam a ser protegidas pelo silêncio ou medo dos moradores e pelo compartilhamento de informações (COSTA, 2023).

Euzico (Figura 50), outro entrevistado que morou no Setor Oeste durante a década de 1980 e vivenciou essa fase de violência na cidade do Gama, compartilhou suas experiências dos conflitos:

Eu vi, presenciei um homicídio numa festa junina, né? No Oeste do Gama. Estava tendo a festa junina, inclusive estava tendo essa guerra entre Balão e Mavoca, tinha um que estava sendo perseguido, né? Que era da 9 (quadra do Setor Oeste) lá, que era da Mavoca. Então ele subiu na Roda Gigante, quando a Roda Gigante parou, ele desceu, o outro foi lá e fuzilou ele com vários tiros. E acabou com a festa, acabou. Nesse dia praticamente encerrou a festa junina (EUZICO, 2024. Entrevista oral)¹³⁰.

No depoimento de Euzico, a violência, sobretudo a decorrente de disputas entre gangues, compromete até os poucos espaços de lazer que existiam na periferia. Euzico revela o quanto a guerra entre gangues impactou diretamente a vida cotidiana da comunidade, não apenas por meio das perdas humanas, mas também pela destruição dos raros momentos de encontro e celebração coletiva. As festas juninas, tradicionalmente aconteciam nas quadras e eram organizadas pela própria comunidade como espaço de sociabilidade, alegria e pertencimento.

Nesse caso relatado a festa junina do Castelinho foi interrompida de forma abrupta e traumática por um homicídio cometido em plena realização do evento de forma brutal do que deveria ser um dos poucos momentos de alívio frente à dureza do cotidiano da periferia. Ao dizer que “acabou com a festa”, Euzico também aponta para algo maior que era a precarização do lazer como direito e a fragilidade da convivência comunitária em meio a constante guerra entre gangues.

¹³⁰ Entrevista oral concedida por Euzico, ex-morador do Setor Oeste, em 14/05/2024. Para assistir a entrevista na íntegra acesse o link: [Euzico, ex-morador do Setor Oeste](#)



Figura 50 - Euzico, ex-morador do Setor Oeste. Fonte: Arquivo pessoal.

Os conflitos entre gangues, os tiroteios, os furtos e o consumo de drogas eram uma presença constante e intensa nas quadras onde elas atuavam. Em todas as entrevistas que realizei com os moradores do Setor Oeste, a violência apareceu de forma marcante em suas memórias, evidenciando o impacto profundo dos episódios ocorridos na região, especialmente entre meados da década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990. A condição precária de existência das periferias, onde o jovem encontrava-se em uma situação de exclusão social, sendo privado do acesso às oportunidades e recursos que o espaço público poderia proporcionar, tem total conexão com a juventude marginalizada na vida do crime. Esse cenário reflete não apenas a falta de infraestrutura e serviços essenciais, mas também a marginalização das pessoas que habitam essas áreas, limitando seu potencial de participação plena na vida urbana (ABRAMOVAY, 1999). A redução da violência no Distrito Federal demandou políticas públicas integradas, que, além das forças policiais, mobilizaram atores das áreas de educação, saúde, juventude, assistência social, trabalho, esporte e cultura.

3.3 SOCIEDADE ESPORTIVA DO GAMA: IDENTIDADE E ORGULHO

*Gama sempre Gama / Eu sou gamense até morrer / Aguerrido esquadrão
de ouro / Tesouro que eu não posso esquecer / Outras vitórias e glórias
virão...*

Paulo Farias Moreira

A citação extraída do hino oficial da Sociedade Esportiva do Gama (SEG) destaca um ponto essencial que não pode ser negligenciado nesta dissertação: a relevância do clube e do

futebol para os gamenses como parte fundamental de sua identidade, além do orgulho de torcer pelo “Gamão do Povão¹³¹” que começou nos anos 1970 em meio a falta do que comemorar numa cidade que, em suas primeiras décadas, clamava por ações governamentais que pudessem atender as demandas de ordem social e urbana. A sociedade não se revela apenas por seus aspectos políticos, econômicos, sociais ou religiosos, mas também através do esporte, que oferece uma perspectiva valiosa para sua análise. O esporte não é apenas uma atividade recreativa, mas algo que se conecta com dinâmicas sociais, culturais e até políticas. Ele pode revelar aspectos importantes da identidade coletiva, das relações sociais e das desigualdades existentes. Analisar o papel do esporte na sociedade proporciona uma compreensão mais ampla de como as comunidades se estruturam.

Ao refletir sobre a trajetória da cidade do Gama-DF, sempre me vinha à memória a convicção de que o futebol deveria integrar este estudo. Na busca por elementos que conferissem maior robustez à pesquisa, conheci Márcio Silva de Almeida — escritor, pesquisador do futebol local e memorialista responsável pelo Memorial Gamense¹³². Almeida é autor de diversas obras dedicadas à história do futebol no Distrito Federal, abordando desde as origens amadoras até a profissionalização do esporte, com destaque para a criação da Sociedade Esportiva do Gama (SEG). Além dos escritos valiosos e relatos de Márcio, compartilho algumas memórias pessoais como torcedor do Gama e notícias relevantes do *Correio Braziliense* e da TV Globo, que contribuíram para que a SEG e a cidade ganhassem destaque nacional. É importante ressaltar um pouco da trajetória histórica do futebol, desde suas origens até sua chegada ao Brasil. Esse esporte, que se desenvolveu em diferentes partes do mundo, encontrou no Brasil um terreno fértil para crescer e se transformar em um dos maiores símbolos da identidade nacional. Ao longo das décadas, o futebol não apenas se consolidou como o esporte mais popular do país, mas também foi elevado à categoria de 'paixão nacional', influenciando profundamente a cultura, a política e a sociedade brasileira.

Os registros mais antigos do futebol na Inglaterra remontam ao século XVI, quando o jogo ainda não era considerado um esporte, já que a prática esportiva era uma exclusividade da nobreza. Com a consolidação da Revolução Industrial, o futebol começou a se popularizar entre os trabalhadores dos grandes centros urbanos. No entanto, houve um período em que a burguesia passou a combater essa prática, preocupada com a improdutividade dos

¹³¹ Bordão criado pelo locutor Marcelo Ramos (1956-2020), conhecido como “Repórter do Povão”, eternizou sua voz nos jogos da Sociedade Esportiva do Gama (Blogama, 2025).

¹³² O Memorial Gamense é um museu virtual criado por Almeida, reunindo material para preservar e contar a história do futebol amador, profissional, além de parte da história da cidade do Gama-DF (MEMORIAL GAMENSE, [s.d]).

trabalhadores, frequentemente afetados por lesões decorrentes do jogo. Em 1835 o parlamento inglês instituiu uma lei para coibir a prática do futebol nas ruas da Inglaterra, porém houve muita resistência por parte do povo em relação à proibição. A marginalização na Inglaterra seguiu até por volta de 1870, quando em plena Era Vitoriana, os trabalhadores conquistaram o direito à folga nas tardes de sábado favorecendo a prática do esporte (OLIVEIRA, 2012). No Brasil, o esporte com bola chegou no fim do século XIX. A narrativa mais difundida como o marco inicial do futebol no Brasil, aponta para a história de Charles Miller, considerado o “pai” do futebol brasileiro. Em outubro de 1894, o jovem estudante paulista Charles Miller desembarcou no Porto de Santos, vindo da Inglaterra. Ele trouxe em sua bagagem itens essenciais para o esporte: duas bolas de futebol, uma bomba para enchê-las, uniformes, um apito e um livro de regras do jogo (AQUINO, 2002).

O futebol, que exige poucos recursos e estrutura para ser praticado, tornou-se extremamente popular, especialmente entre as classes trabalhadoras. Sevcenko (1994), afirma que as várzeas alagáveis, áreas de baixo valor econômico onde se concentram os bairros operários, sempre foram o ambiente ideal para o surgimento de campos improvisados e times amadores de fim de semana. É nesses terrenos que jovens determinados treinam intensamente, cultivando o sonho de uma carreira no futebol e a esperança de alcançar consagração e glória. Para DaMatta (1994), o futebol tornou-se tão arraigado na cultura brasileira que parece ser uma criação nossa. A história do futebol no Brasil pode ser dividida por períodos. O primeiro momento é marcado pela chegada do futebol ao país e a criação de clubes urbanos por imigrantes europeus. Trata-se do pontapé inicial. O futebol surge no Brasil no final do século XIX, quando Charles Miller retorna da Inglaterra, em 1894, trazendo consigo materiais próprios desse esporte: bolas, camisas, calções e chuteiras. É Charles Miller quem introduz o futebol no Brasil, inicialmente no estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, o advento do futebol se deve ao descendente de ingleses Oscar Cox, que retornou da Suíça em 1897, onde teve contato com este esporte. Mais do que a introdução do futebol nesse estado, Cox cumpriu o papel de difusor dos jogos de bola, organizando jogos e despertando o interesse na juventude pelo futebol. A fase do início do profissionalismo, datada, na literatura oficial, de 1933 a 1950, caracteriza-se pela regulamentação do futebol como profissão através da legislação social e trabalhista do governo Vargas (1930-1936). É nas primeiras décadas do século XX que começa a popularização do futebol. (RODRIGUES, 2004).

No Distrito Federal, o futebol surgiu paralelamente à construção de Brasília, inicialmente com campos improvisados, que se tornaram uma das poucas opções de lazer para os operários que trabalhavam nas obras da nova capital. Assim que iniciaram as obras de

terraplanagem no planalto central, surgiram os primeiros campos de futebol, proporcionando uma das poucas opções de lazer para os candangos que chegaram a Brasília entre 1956 e 1957. A terra vermelha dos campos era característica marcante dos locais onde os operários das construtoras, encarregados de concretizar o ambicioso projeto de Juscelino Kubitschek, se divertiam (MARQUES, 2020). Praticamente todas as empreiteiras criaram seus times de futebol, compostos pelos operários, que se enfrentavam em campeonatos realizados nos próprios canteiros de obras. A primeira dessas competições ocorreu em 1959, com o Grêmio Esportivo Brasiliense sagrando-se campeão. Nos anos seguintes, os jogos continuaram, agora incluindo também as equipes formadas por funcionários dos órgãos públicos que se estabeleciam na nova capital. Um dos times mais notáveis desse período era o Defelê¹³³, que recebeu seu nome da sigla DFL, referente ao Departamento de Força e Luz da Novacap. A cidade voltou a ter equipes amadoras competindo até o final dos anos 1960, permanecendo assim até 1975. Esse período marcou uma fase de transição no futebol local (HISTÓRIAS DE BRASÍLIA, 2020).

A história do futebol brasiliense é pouco explorada no meio acadêmico, possivelmente devido à falta de destaque dos times profissionais nos últimos anos, o que não atraiu o interesse de muitos pesquisadores. Entretanto, o futebol desempenhou um papel importante como válvula de escape para os operários, um momento de alívio, distração e pertencimento coletivo, permitindo que as pessoas deixem temporariamente de lado as duras realidades de suas vidas. DaMatta reafirma a capacidade do futebol em proporcionar uma pausa emocional e mental em meio às dificuldades e desafios da vida cotidiana: “diante do evento esportivo, esquecem o seu massacrante dia a dia nas fábricas, nas favelas e nos bairros insalubres” (DAMATTA, P. 15, 1994).

Com o tempo, após a criação das cidades-satélites, o esporte passou a ser uma das poucas formas de lazer tanto para os que o praticavam quanto para os que o assistiam. As equipes formadas nessas regiões, mesmo em caráter amador, transcenderam o esporte, tornando-se representações das comunidades locais e conferindo visibilidade às periferias distantes da capital.

No aniversário de 60 anos de Brasília, o *Globo Esporte*¹³⁴, do Grupo Globo, publicou

¹³³ Clube de futebol sediado em Brasília, o Defelê foi uma das primeiras equipes de futebol de Brasília. Fundado em 1960, surgiu da fusão da Associação Esportiva Empresa Brasiliense de Engenharia (EBE) com o time de fiscais da EBE, chamado de Fiscalização. Como a maioria dos fundadores eram do Departamento de Força e Luz, da Novacap, esse foi o nome adotado. As cores adotadas foram a vermelha e branca e mandava seus jogos no Estádio Ciro Machado do Espírito Santo, mais conhecido como Campo do Defelê na Vila Planalto. Foi extinto nos anos 1980 (ALMEIDA, 2020).

¹³⁴ O GE, também conhecido como GloboEsporte.com, é um portal de notícias de esporte brasileiro mantido

uma matéria escrita pelo jornalista Fabrício Marques sobre as origens do futebol na capital. O objetivo do texto foi esclarecer que o futebol já estava presente na região antes mesmo da inauguração oficial da cidade, em 21 de abril de 1960. O primeiro campeonato local ocorreu no ano anterior, e o título foi conquistado pelo Grêmio Esportivo Brasiliense, em novembro de 1959 (MARQUES, 2020).

Márcio Almeida, memorialista e especialista na história do futebol da cidade do Gama foi entrevistado pelo *Globo Esporte*, e afirmou que nenhum dos times campeões da era amadora do futebol no DF sobreviveu. No entanto, os “candangos” não apenas construíram a cidade, mas também ajudaram a moldar o futebol local, deixaram sua marca na história de Brasília (MARQUES, 2020). Após a inauguração da capital e o encerramento das atividades de algumas construtoras, muitos times foram extintos, e o futebol começou a se fortalecer nas cidades-satélites, criando laços mais estreitos com essas regiões.

O ritmo de obras em Brasília foi diminuindo bastante ao fim da década de 1960. Com isso, as construtoras foram sendo extintas ou deixando a cidade. Começou outra fase. Os clubes não tinham mais relação com as construtoras, mas passaram a representar as cidades: Gama, Sobradinho, Taguatinga, Ceilândia e o próprio Brasília (MARQUES, 2020).

Na cidade do Gama, a trajetória do futebol amador, que culminou na fundação do time profissional, está vinculada à história social da cidade. Em meados dos anos 1960, uma das poucas opções de lazer disponíveis era o futebol amador. Naquela época, já existiam equipes amadoras como o Gaminha, o Gama Atlético Clube, o Brasiliense Futebol Clube, o União e o Imperial Esporte Clube. Muitos eram verdadeiros “times de esquina”¹³⁵, com pouca ou quase nenhuma estrutura. Além dessas equipes, havia o recém-fundado Minas Atlético Clube, de Hermínio Ferreira Neves, que, uma década depois, se transformaria na Sociedade Esportiva do Gama (ALMEIDA, 2015). Entretanto, o time de maior destaque da cidade foi o Coenge, uma equipe amadora que chegou a ganhar visibilidade significativa no noticiário do jornal *Correio Braziliense*. O time conquistou o tricampeonato do Torneio de Aniversário do Gama entre 1967 e 1969, além de ter sido campeão do Gama em 1968 e campeão invicto do Supercampeonato do Departamento Autônomo da Federação Desportiva de Brasília. Sua maior conquista, no entanto, foi o título da Taça Brasília em 1969 (Figura 51). Muitos

pelo portal Globo.com, do Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Esportes, subsidiária da Direção Geral de Jornalismo e Esporte da TV Globo (GLOBO ESPORTE, 2022).

¹³⁵ Witter (1990) descreve bem o conceito de “Time de esquina”: é formado por um grupo de pessoas que gostam de jogar futebol e que se reúnem em locais variados, como um bar de esquina, estacionamento ou praça. Quando conseguem reunir 13 ou mais jogadores, marcam um encontro com o adversário, geralmente em um sábado ou domingo, em algum campo de bairro onde ainda haja espaço para jogar. Após a partida, seguem para a confraternização e, em seguida, se despedem até o próximo jogo. Esses times não seguem regras formais, não possuem estatutos, e sua organização é simples: um coordenador que cuida de tudo, acompanhado pelo roupeiro e, ocasionalmente, um massagista que também joga.

moradores da cidade que acompanharam o Coenge afirmavam que era um prazer vê-lo jogar, dizendo que era melhor do que muitos times profissionais (ALMEIDA, 2012).



Figura 51 - Esquete campeã da Taça Brasília em 1969. Fonte: do time do Coenge.

Fonte: <https://revistaseriez.org/2015/04/22/coenge-df-cinco-anos-e-um-titulo/>

Na imagem, o time campeão estadual de 1969 com Hugo, Ferraz, Tatá, Mauro e Xixico; Pelezão e Divino; Márcio Minhoca, Pelezinho, Noé e Oscar. Um dos clubes mais meteóricos da história do futebol candango se tornou campeão estadual de 1969 (AUGUSTO, 2015). O futebol amador sempre teve papel importante para o Gama, funcionando como uma forma de lazer coletivo. O título do Coenge deu visibilidade a uma cidade que estava à margem do centro político de Brasília. O esporte, assim, se tornou meio de reconhecimento para uma população que pouco tinha acesso aos espaços de prestígio.

Márcio Almeida (Figura 52), um dos entrevistados desta pesquisa, contribuiu significativamente para o desenvolvimento deste tópico, graças à sua dedicação às pesquisas sobre o futebol da cidade. Nascido no Gama em 1969, Márcio se tornou um entusiasta da história da cidade e do futebol local. Movido por essa paixão, decidiu escrever uma série de livros que abordam a história do Gama, com destaque para o surgimento do futebol na cidade a partir das práticas do futebol amador. Márcio escreveu um livro dedicado ao time de futebol do Coenge como ponto de partida para o sucesso que viria a ser o futebol na cidade. Além do sucesso no futebol, Márcio Almeida destaca outro feito importante do Coenge: a equipe ajudou a apresentar a cidade do Gama de forma positiva nas páginas dos jornais, rompendo com o estereótipo de violência e problemas estruturais frequentemente associados à região.

O Gama sempre aparecia associado a problemas da cidade, como erosão, falta de hospital, moradia precária ou questões policiais. Você encontraria notícias sobre marido matando a mulher, ou um operário esfaqueando outro. Fora dessas páginas policiais e dos problemas sociais, dificilmente se falava sobre o Gama, [...] com o Coenge pela primeira vez, o Gama sai das páginas policiais e vem pra virar destaque no esporte. Foi campeão!”(MÁRCIO, 2024, entrevista oral)¹³⁶

¹³⁶ Entrevista concedida pelo escritor Márcio em 05/05/2024. Para assistir a entrevista na íntegra acesse o link:



Figura 52 - Márcio Almeida, escritor e morador do Gama. Fonte: Arquivo pessoal.

Os registros dos primeiros 20 anos da cidade do Gama em livros e reportagens da imprensa escrita e falada, enfatizavam principalmente os dilemas sociais e urbanos enfrentados pela comunidade. Entre esses desafios, destaca-se a escassez de atividades culturais e de entretenimento, fazendo do futebol uma das poucas atrações dos finais de semana que atraía multidões para os campos de terra batida. O jornal *Correio Braziliense* destacou ao longo da década de 1970 diversos problemas estruturais típicos de uma cidade periférica, entre eles a falta de opções de lazer. Duas matérias de 1979 merecem destaque ao abordar a carência de entretenimento que afetava a população do Gama. A primeira, publicada em agosto, relata o drama da comunidade em relação à poluição do único parque da cidade, o Parque Municipal do Gama, popularmente conhecido como ‘Prainha’. O título da matéria resume bem a situação: “Sem clubes campestres, sem praças arborizadas onde crianças e adultos encontrassem sombra e lazer, a cidade sofre com absoluto isolamento. O Parque Municipal, que bem poderia ser a salvação da lavoura, não merece o apreço da comunidade. Simplesmente porque.... O PARQUE FEDE”¹³⁷. O Jornal descreve a situação da cidade em termos de lazer:

O Parque Fede

Única Opção De Lazer Virou Brincadeira De Fantasma: Poluição

Márcio Almeida Futebol

¹³⁷ Correio Braziliense, “Única opção de lazer virou brincadeira de um fantasma: poluição”, dia 26 de agosto de 1979. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=o%20parque%20fede&pagfis=126180

Esbaforido pela poeira que chega a ser cruel nesta época do ano, bitolado na sua expansão por diversas circunstâncias, contido na sua ânsia de desenvolvimento integrado, segundo vários comerciantes por força de entraves burocráticos que ainda existem na liberação de áreas, mas também otimista quanto à realização, de pelo menos, algumas obras essenciais. o Gama entrou 1979 reivindicando como meta prioritária a sua completa urbanização, a par da criação de centro de lazer que atendam convenientemente a sua vasta comunidade.

A uma distância considerável do Plano Piloto e de Taguatinga, a população do Gama passa a contar como única opção dentro de seu território urbano, apenas com o Parque Municipal, onde há piscinas, mas a frequência tem descido. pois a água fede e muitos temem que ainda se encontre poluída.

[...]Para muitos moradores do Gama, o divertimento barato aos domingos ainda é a Feira do Pedregal, distante quatro quilômetros do Gama "pois se junta o útil ao agradável", acentua Marcus Lourenço, acrescentando que os preços são bem mais baratos - em comparação com os da Feira- Modelo do Gama e podemos ir a um córrego de suas redondezas com a família para exercitar um pouco de higiene mental [...]

(CORREIO BRAZILIENSE, 26 DE AGOSTO DE 1979)¹³⁸

Em 1979, o Gama enfrentava um cenário de descaso urbano e isolamento social. Longe do Plano Piloto e até de Taguatinga, criada somente dois anos antes. A cidade era atravessada por uma urbanização incompleta, marcada pela poeira, pela falta de infraestrutura e pela carência de equipamentos públicos de lazer e cultura. O texto menciona que o único espaço de lazer de contemplação da natureza, o Parque Municipal (Prainha), havia se tornado praticamente inutilizável, pois suas piscinas estavam poluídas e exalavam mau cheiro, gerando medo e desconfiança na população.

Esse parque, que deveria representar um ponto de respiro para a comunidade, torna-se, ironicamente, símbolo do abandono: a “brincadeira de fantasma”, mostra como o espaço público adquire um aspecto negativo diante da ausência do Estado. A degradação ambiental do parque somava-se ao sentimento de invisibilidade e negligência vivido pela população gamense. Além disso, o texto aponta entraves burocráticos como um dos fatores que impedem a expansão e a integração do Gama ao conjunto do Distrito Federal. A crítica à lentidão na liberação de áreas urbanizáveis revela uma tensão entre o crescimento populacional e a rigidez das políticas urbanas, que pareciam incapazes de atender às demandas locais. O desejo de pertencimento pleno ao projeto de Brasília revela o esforço contínuo das periferias em conquistar dignidade urbana.

A menção à Feira do Pedregal, localizada a quatro quilômetros do Gama, reforça

¹³⁸ Para ler a matéria do jornal na íntegra, acesse o link: https://docs.google.com/document/d/1c1tjXiVbz4eNT-PbV63YnDjP_uzhRrN6ZfVmj6ecyc/edit?usp=drive_link

ainda mais a precariedade da oferta de lazer dentro da própria cidade. O fato de muitos moradores precisarem se deslocar até outra região para encontrar diversão "barata" aos domingos revela a ausência de espaços públicos funcionais e agradáveis no território gamense. A fala de Marcus Lourenço, ao dizer que "se junta o útil ao agradável", aponta para a sobrevivência cotidiana, em que o lazer se torna acessório de necessidades práticas como economizar nas compras. A referência ao córrego próximo da feira, usado como local para "exercitar um pouco de higiene mental", escancara a escassez de alternativas e a criatividade dos moradores em transformar espaços improvisados em momentos de alívio. O córrego, embora simples e provavelmente sem estrutura, assume papel simbólico de refúgio diante de uma vida marcada pela poeira, pela falta de infraestrutura e pela distância dos grandes centros do Distrito Federal.

O jornal relata que 'lá atualmente, a comunidade pode ir a dois cinemas e praticamente mais nada', referindo-se ao Cine Itapuã, no Setor Leste, e ao Cine Amazonas, localizado no Setor Oeste — então conhecida como Gaminha. Também menciona a existência de algumas discotecas no Setor Norte-Leste e ressalta a escassez de opções de lazer para as crianças, que contavam apenas com dois parques fixos (Parque Leste e Castelinho), além de parques itinerantes que eventualmente chegavam à cidade. No entanto, o valor cobrado pelas atrações era, em muitos casos, inacessível para a maioria da população, especialmente em um contexto de forte inflação do país que comprometia o poder de compra das famílias. Portanto, mesmo contando com essas atrações o impedimento financeiro era evidente para uma periferia pobre. Na mesma página, uma nota menor destaca a importância do futebol para a cidade, com o título "Bola ainda é consolo".

Mas mesmo enfrentando problemas de todos os lados, o Gama vai chegar ao seu 19o aniversário com uma determinada dose de otimismo, principalmente porque o seu time, a Sociedade Esportiva do Gama é o campeão de Brasília e irá participar do Campeonato Nacional de Futebol (CORREIO BRAZILIENSE, 1979).

Em meio a um cenário de precariedade urbana, isolamento geográfico e escassez de equipamentos públicos de lazer, o futebol aparece como um dos poucos vetores de autoestima coletiva e projeção positiva da cidade. O fato de ser o campeão de Brasília e da participação no Campeonato Nacional de Futebol representava mais do que uma vitória esportiva, promovendo o reconhecimento e visibilidade para uma comunidade frequentemente esquecida pelas autoridades. Em um território periférico marcado por reivindicações por infraestrutura básica e urbanização, ver o nome da cidade circulando no noticiário esportivo nacional significava mesmo que temporariamente uma ruptura com a imagem de abandono e marginalização.

O futebol, se consolidava como instrumento de pertencimento e afirmação identitária para a população local. A participação no campeonato nacional dava à cidade um lugar no mapa do país, algo que a política e o planejamento urbano até então haviam negado. Portanto, o futebol, nesse contexto, funcionava como um canal de expressão popular e uma esperança concreta de dias melhores, talvez o mais acessível, visível e celebrado símbolo de dignidade para uma população tantas vezes deixada à margem do projeto modernista de Brasília.

Em novembro do mesmo ano, o *Correio Braziliense* voltou a denunciar os problemas enfrentados pela população, descrevendo a falta de opções de lazer e destacando os inúmeros problemas de estrutura urbana :

"Transporte para a Área Alfa¹³⁹ é mais difícil que encontrar agulha em palheiro. Sete Quedas e Saia Velha, duas opções que se tornaram miragens, também pela falta de meios de locomoção. Não há parques, não há nada que garanta o direito ao entretenimento. O jeito, mesmo, é o chão da praça"¹⁴⁰ (Figura 53).

A matéria prossegue alertando que "a população do Gama continua a ter poucas alternativas de lazer" (CORREIO BRAZILIENSE, 1979), tanto para adultos quanto para crianças, e chama a atenção para outras questões graves, como a carência de rede de esgoto em alguns setores, a falta de iluminação e o aumento da marginalidade. Era um enredo repetido que evidenciava as consequências da falta de investimento público na cidade-satélite que reunia todas as mazelas de uma periferia.

Chão da praça

Sem alternativa de lazer, povão caminha enquanto o “seu” lobo não vem

A população do Gama continua a não ter muitas alternativas em termos de seu lazer, mesmo nos finais de semana, valendo a deficiência para adultos e crianças, visto que as soluções no setor chegaram até agora, parcialmente. Os parques infantis são em pequeno número e a reposição dos brinquedos não são realizados regularmente, e não existe, ademais, um trabalho permanente de operacionalidade que realmente venha a redundar em benefícios para a comunidade gamense. Mas paralelamente às deficiências no que diz respeito a entretenimento, os escassos pontos de lazer, incrustados em poucas áreas se encontram desativados, com exceção do que fica localizado no Setor Leste, entre o mercado e a favela denominada de "Inferninho".

¹³⁹ Situada na rodovia DF-001 KM 45, Área Alfa - Santa Maria-DF foi concedida à Marinha do Brasil em 1960 pelo presidente Juscelino Kubitschek. A área fica próxima a algumas cachoeiras e córregos como Saia Velha e Sete Quedas (Terracap, 2024).

¹⁴⁰ Correio Braziliense, “Sem alternativa de lazer, povão passeia enquanto o “seu” lobo não vem, dia 25 de novembro de 1979. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22Ch%c3%a3o%20da%20Pra%c3%a7a%22&pagfis=130392

[...]Enquanto isso, os meninos das redondezas improvisam brincadeiras, principalmente futebol nos largos que se destinariam a praças e a outras linhas de lazer e fazem do barro à sua praça de esportes e não se importam com a precariedade[...]

[...]Na verdade, o Gama é das cidades - satélites mais deficientes no tocante à rede de esgoto e há coisa de cinco anos atrás tinha igualmente problema de abastecimento d'água, sanado através do Sistema do Descoberto. Alegam os seus moradores, como a estudante Ana Lúcia “que não temos representação política e muitas vezes levamos as nossas proposições para à Associação Comercial e Industrial do Gama que se reúne às quintas feiras”[...]

(CORREIO BRAZILIENSE, 25 DE NOVEMBRO DE 1979)¹⁴¹.

Fonte: Hemeroteca Digital¹⁴²

O texto jornalístico de 1979 aprofunda o retrato do abandono estrutural e negligência pública que marcava o cotidiano da cidade do Gama no final da década de 1970. Sob o título irônico “Chão da praça: sem alternativa de lazer, povão caminha enquanto o ‘seu’ lobo não vem” (CORREIO BRAZILIENSE, 1979), o jornal denuncia com tom crítico e quase poético o vazio de políticas públicas voltadas ao bem-estar e ao lazer da população.

A reportagem evidencia a precariedade dos espaços destinados ao lazer, tanto para crianças quanto para adultos, descrevendo a inexistência de uma política contínua de manutenção e revitalização dos parques. A falta de brinquedos, a desativação de espaços e a ausência de uma ação pública estruturada escancaram o descaso com a população gamense, que, mesmo nos fins de semana, momento dedicado ao descanso e à recreação, se via sem opções de convivência ou entretenimento digno.

Outro ponto importante é a denúncia da falta de saneamento básico, o que inclui a precariedade da rede de esgoto e um histórico recente de problemas com o abastecimento de água. Essas carências básicas reafirmam a posição do Gama como uma das cidades-satélites mais desassistidas, revelando a distância entre o projeto modernista de Brasília e a realidade das áreas periféricas que o sustentavam. Por fim, o depoimento da estudante Ana Lúcia revela uma consciência política emergente entre os moradores, que, apesar de não contarem com representação formal, tentam organizar suas demandas por meio da Associação Comercial e Industrial do Gama. Isso indica que, mesmo diante das ausências institucionais, havia

¹⁴¹ Para ler a matéria do jornal na íntegra, acesse o link: https://docs.google.com/document/d/18hmvtkK2IIOq-2lyhTZZfPsK8wVz0o0C4-eZmg-anro/edit?usp=drive_link

¹⁴² Correio Braziliense, “Sem alternativa de lazer, povão passeia enquanto o “seu” lobo não vem, dia 25 de novembro de 1979. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%22Ch%c3%a3o%20da%20Pra%c3%a7a%22&pagfis=130392

mobilização social e tentativas de negociação coletiva, algo importante da luta por cidadania nas periferias urbanas.

O texto revela a criatividade especialmente das crianças e adolescentes, que transformam o barro e os “largos” destinados a praças em campos improvisados de futebol. A descrição desses meninos que não se importam com a precariedade mostra como o lazer popular, mesmo sob condições mínimas, se afirma como prática coletiva e espaço de construção de identidade. O esporte surge mais uma vez como alternativa simbólica frente à omissão do Estado.

O gosto pelo futebol amador suscitou a necessidade de fundar uma equipe profissional que representasse a cidade nos campeonatos locais de futebol. De acordo com o relato do próprio fundador Hermínio Ferreira Neves, conhecido como Tim, concedido a Almeida (2015), o pontapé oficial para a criação da Sociedade Esportiva do Gama ocorreu no dia 12 de outubro de 1975, dia do aniversário da cidade. Nesse dia houve festa com futebol, bailes, desfiles e homenagens. A Seleção Gamense empatou em 0 a 0 com o Brasília Esporte Clube no Estádio da Administração Regional do Gama (atual Bezerrão), que ainda tinha arquibancadas de madeira. Naquela noite, durante um baile no Clube Opromeso, o presidente do rival Flamenguinho, da Shis Norte, surpreendeu a todos ao anunciar que seu time seria o primeiro clube profissional da cidade. Indignado, Tim respondeu:

Como ele quer me passar a perna se eu já estou no amador a mais tempo do que ele? Peguei um empréstimo de Cr\$ 7.515,00, na Capemi¹⁴³ e na Caixa Econômica Federal, chamei outros seis companheiros do futebol amador para montarmos o time e consegui apoio do presidente da Federação Metropolitana de Futebol, Wilson Andrade, e do administrador do Gama, Valmir Campelo Bezerra (ALMEIDA, 2015, P. 40).

A profissionalização, portanto, não foi um projeto empresarial distante da realidade do povo, mas uma ação política e afetiva feita por sujeitos envolvidos com o futebol amador da cidade. Além disso, o fato de Tim ter recorrido a empréstimos pessoais e contado com alianças estratégicas como o apoio da Federação Metropolitana de Futebol e do administrador da cidade, evidencia o caráter coletivo e o sacrifício da iniciativa de fundar o time profissional.

A assembleia que fundou o time profissional do Gama ocorreu em 15 de novembro de

¹⁴³ Criada por militares em 1960, a Capemi nasceu como um montepio (instituições de caridade e sociedades privadas de ingresso voluntário) e foi batizada como Capema, ou Caixa de Pecúlio Mauá. Ainda hoje, boa parte dos participantes dos planos de previdência do grupo tem ligação com as Forças Armadas - somados titulares e dependentes, o total de beneficiários chega a 1,35 milhão de pessoas. Atualmente, fazem parte da Capemi (ou Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios) a Conapp, empresa de seguros de vida e bens; a Salutar, do ramo de seguro saúde. fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/470624/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em 11 jun. 2024

1975, sob a liderança de Tim e mais nove conselheiros. Por sugestão de Valmir Campelo Bezerra, administrador regional da cidade, o nome escolhido foi Sociedade Esportiva do Gama, com a sigla SEG. A cor predominante, verde, foi adotada em referência à abundância de árvores que caracterizavam a cidade. O nome foi inspirado na Sociedade Esportiva Palmeiras, clube do estado de São Paulo que também que detinha como cor predominante o verde. O primeiro símbolo do Gama foi uma homenagem ao brasão do Distrito Federal, representando os pilares do Palácio da Alvorada, com a sigla SEG dentro de uma figura geométrica.

Em 1978, o clube adotou um novo emblema, desenvolvido pelo arquiteto Alberto Farah, que trabalhava na administração regional do Gama. Inspirado pela Copa do Mundo realizada na Argentina naquele ano, o símbolo trouxe o conceito das mãos elevando a bola. A bola ao centro foi desenhada para se assemelhar a uma colmeia, refletindo o planejamento urbano dos setores do Gama. Em 1979 o time do Gama chega a sua primeira grande conquista, o título de campeão do Campeonato Brasiliense. Em 1981 foi campeão regional do I Torneio Centro-Oeste. Depois das notórias conquistas, a Sociedade Esportiva do Gama passou por dificuldades financeiras no restante da década de 80, vindo a brilhar novamente durante os anos 1990.

Em 1999, com o retorno do time à Série A do Campeonato Brasileiro, o escudo passou por uma terceira modificação: a sigla SEG foi substituída pelo nome GAMA para facilitar a identificação, já que muitos profissionais da imprensa de outros estados tinham dificuldade em associar as três letras ao clube. As cores verdes e brancas sempre estiveram presentes nos três emblemas criados (Figura 53), o que rendeu ao time o apelido de ‘alviverde’. Além disso, o escudo atual do Gama possui uma estrela amarela, em homenagem à conquista do título da Série B de 1998, o maior da história do clube.

1º Símbolo Oficial
(1976-1977)



2º Símbolo Oficial
(1978-1998)



3º Símbolo Oficial
(1999- Atual)



Figura 53 - A trajetória histórica dos escudos da Sociedade Esportiva do Gama.

Fonte: <https://camisasemancias.blogspot.com/2012/07/sociedade-esportiva-do-gama-df.html>

O Gama sempre foi percebido como uma periferia, uma cidade-dormitório marcada por uma forte dependência do Plano Piloto em diversos aspectos. Um ponto relevante a ser

destacado é o papel do futebol como um fenômeno que gerou identidade e orgulho local. A população da cidade se formou a partir de um contínuo fluxo migratório de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste. Foi no time do Gama que pessoas de diferentes regiões do país encontraram um elemento comum, contribuindo para a construção do sentimento de pertencimento e identificação como gamenses. Nicolau Sevcenko (1994) analisa, em seu artigo “Futebol, metrópoles e desatinos”, que a expansão das cidades a partir da Revolução Técnico-Científica na primeira metade do século XX, resultou na multiplicação da massa trabalhadora, impulsionada por sucessivas e intensas ondas migratórias, contribuindo para a formação de metrópoles e megalópoles em muitos países, incluindo o Brasil, onde ninguém possuía raízes ou tradições, pois todos vinham de diferentes regiões do país ou do mundo. Nesse sentido, o futebol foi importante ferramenta para a formação de novos laços de identidade e solidariedade.

Nas metrópoles assim surgidas, ninguém tinha raízes ou tradições, todos vinham de diferentes partes do território nacional ou do mundo. Na sua busca de novos traços de identidade e de solidariedade coletiva, de novas bases emocionais de coesão que substituísse as comunidades e os laços de parentesco que cada um deixou ao emigrar, essas pessoas se veem atraídas, dragadas para a paixão futebolística que irmana estranhos, os faz comungarem ideais, objetivos e sonhos, consolida gigantescas famílias vestindo as mesmas cores (SEVCENKO, 1994, P.35)

É interessante notar como a Sociedade Esportiva do Gama conseguiu unir pessoas de diferentes origens e atrair para o estádio até mesmo torcedores de clubes considerados nacionais. Embora muitos moradores da cidade tenham preferência por times da elite do futebol brasileiro, quando se encontram no estádio para apoiar o Gama, deixam essas outras paixões de lado e se dedicam inteiramente à torcida pelo time local. Porém, em várias ocasiões em que o Gama enfrentou os grandes times do país, muitos torcedores "viraram a casaca", divididos entre apoiar o time local e torcer pelo adversário mais famoso.

Minhas primeiras lembranças do time do Gama remontam à infância, quando meu avô, grande amante do futebol, me levava ao estádio no início da década de 1990. Ele conhecia os jogadores pelo nome e sempre relembrava do esquete que fez sucesso no final dos anos 1970 que conquistou o primeiro título “candango” de futebol profissional do Gama, ainda reverenciada pelos torcedores mais antigos. Com o tempo, passei a frequentar o estádio regularmente, acompanhado de primos e amigos. Havia uma mistura de alegria, pela oportunidade de ter um entretenimento semanal, e de orgulho, alimentado pelo sonho de ver o time alcançar a glória no esporte, com o bônus de elevar o nome da cidade ao cenário

nacional. Entre outras tantas lembranças afetivas relacionadas à minha cidade, assistir aos jogos do Gama no estádio Bezerrão¹⁴⁴ ocupa um lugar especial em minha memória, pois era uma das principais formas de entretenimento ao lado de pessoas importantes da minha convivência. Esses momentos geravam uma expectativa ansiosa até o dia do jogo. O estádio Bezerrão era um local de encontro, diversão, algumas confusões e muitas vitórias, que frequentemente levavam o clube a figurar nas principais páginas do noticiário esportivo. O clima no estádio era único. A união em torno do time transformava desconhecidos em companheiros de celebração. No momento do gol, abraços são trocados, e conversas sobre o time surgem espontaneamente, como se aquelas pessoas fossem amigas de longa data, tornando invisíveis as diferenças.

Machado (2000) ressalta que o sistema do futebol funciona de maneira semelhante ao Carnaval e outras práticas sociais no Brasil, criando um equilíbrio ritualizado que consegue neutralizar temporariamente as desigualdades sociais. Num estádio ninguém mais é João ou José, pedreiro ou historiador, com contas a pagar, brigas na família ou disputa com o empregador (SEVCENKO, 1994, P. 36). Mais do que isso, o cotidiano nos apresenta poderosos e impotentes que jamais trocam de lugar, já no futebol, vencedores e perdedores se alternam sistematicamente (DAMATTA, 1994).

Essa atmosfera encantadora cria uma sociabilidade difícil de encontrar em outros lugares; talvez algo semelhante seja visto apenas em rituais religiosos. Ao pensar nisso, me vem à mente a popular frase — que alguns podem considerar um sacrilégio — de que futebol é religião. Como afirma o teólogo Hans Küng durante um debate no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung* onde afirmou que o futebol é um sério concorrente da religião, podendo até mesmo se tornar uma religião. Há até quem fale do "deus futebol", durante um debate no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung* às vésperas da Copa do Mundo de 2006. Orações, rezas de mãos dadas, o sinal da cruz, enfeites e fantasias que retratam o mais profundo sentimento de dependência do sagrado, fazem parte todos os finais de semana das rodadas dos grandes campeonatos no Brasil (ALVARENGA, 2007, P. 102). O futebol, portanto, cria conexões estruturais complexas, abrangendo desde as camadas mais humildes da sociedade até os estratos mais altos, e exercendo uma influência profunda em todos os níveis da população brasileira (BORGES, 2006).

¹⁴⁴ O Estádio Walmir Campelo Bezerra, conhecido como Bezerrão, localizado no Gama-DF, foi inaugurado em 1977. O Estádio Bezerrão é um estádio público, pertencente ao Governo do Distrito Federal (GDF) e administrado pela Secretaria de Esporte e Lazer do DF. O Bezerrão é considerado a “casa” da Sociedade Esportiva do Gama (Futebol de Brasília, s.d., online).

Roberto da DaMatta (1994) em seu artigo “Antropologia do Óbvio”¹⁴⁵, faz interessante análise na relação entre o futebol e a formação da nação brasileira. O autor afirma que o futebol desempenhou um papel fundamental ao democratizar o acesso aos símbolos nacionais, como a bandeira, o hino e as cores do país, elementos que antes eram restritos à elite e aos militares. Argumenta que o futebol promove um senso ampliado de patriotismo, permitindo que as pessoas expressem amor à pátria independentemente das narrativas da classe dominante sobre as potências americanas e europeias:

É o futebol que nos faz ser patriotas, [...] foi só com o futebol que conseguimos, no Brasil, somar Estado nacional e sociedade, [...] e assim fazendo sentir a confiança na nossa capacidade de povo criativo e generoso. Povo que podia vencer como país moderno, que podia, também, finalmente, cantar com orgulho o seu hino, e perder-se, emocionado dentro do campo verde da bandeira nacional (DAMATTA, 1994, P. 17).

O futebol tem o poder de despertar paixões coletivas intensas e de fortalecer, ou até mesmo construir, sentimentos profundos de pertencimento a um grupo. No caso de Gama, essa dinâmica se manifesta de forma exemplar, com o time de futebol se tornando um símbolo central na formação da identidade tanto da cidade quanto de seu povo. Para os moradores, a referência ao Gama-DF remetia diretamente ao time de futebol. Assim, o futebol, através da Sociedade Esportiva do Gama, foi um dos elementos que encorajou na identificação como gamenses. Márcio Almeida (2024) relatou como a cidade passou a ser associada ao time de futebol, de identificação e de pertencimento:

Criou-se a identidade própria de ser gamense e como morador eu posso falar isso sem sombra de dúvidas, que o morador do Gama é muito bairrista. Ele criou uma identidade própria. Eu sempre trabalhei no plano piloto e eu nunca vi alguém chegar minha repartição pública com a camisa do Taguatinga, camisa do Ceilândia. Mas eu via muitos chegarem com a camisa do time do Gama e falar, “olha eu amo o Gama” (MÁRCIO,2024. Entrevista oral)¹⁴⁶.

O futebol tem a capacidade de despertar paixões coletivas e forjar pertencimentos sociais, funcionando como um cimento simbólico na formação da identidade local. No caso específico do Gama, esse processo ocorre de maneira exemplar: o time da cidade — a Sociedade Esportiva do Gama — transcende o papel de simples equipe esportiva e torna-se um símbolo cultural e afetivo do próprio território. A associação imediata entre o nome da cidade e o time demonstra como o clube ocupa um lugar central na memória coletiva e na autoimagem dos moradores.

¹⁴⁵ A esse respeito, ver: DAMATTA, 1994, p. 10-17.

¹⁴⁶ Entrevista concedida pelo escritor Márcio em 05/05/2024. Para assistir a entrevista na íntegra acesse o link: [Márcio Almeida Futebol](#)

Portanto, o futebol tornou-se um elemento central na construção de uma identidade coletiva que mesclava orgulho e pertencimento. As lembranças desses momentos esportivos passaram a integrar a história local, concedendo à cidade um destaque antes impensável tanto em páginas esportivas quanto sociais. Nessa perspectiva, Pollak (1992) explora a conexão entre memória e sentimento de identidade, afirmando que a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva. A memória contribui para o sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo, desempenhando um papel fundamental na construção de suas narrativas e no fortalecimento de seus laços identitários.

Em publicação de 20 de janeiro de 1980, o jornal *Correio Braziliense* retratou o time do Gama como o “Dono da Massa” (Figura 32), destacando o futebol como um importante fator de mobilização cultural e construção de identidade. A matéria também abordava os persistentes problemas de infraestrutura que continuavam a afetar o cotidiano da população.



Figura 32 - Jornal *Correio Braziliense* destaca o “Dono da Massa” com referência a Sociedade Esportiva do Gama, que ganhava mais adeptos a cada sucesso do time.

Fonte:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22dono%20da%20massa%22&pagfis=739. Acesso em 20 dez. 2024.

Gama: O time do Gama, até certo ponto, comanda a vida da cidade e já possui seus ídolos, no Itamaracá as crianças improvisam as suas brincadeiras e as chácaras em torno da cidade se ampliam consideravelmente.

De repente, com a contratação de um técnico quatrocentão - um Andrada de origem direta do Patriarca (Martin Francisco), um time sem maiores pretensões virou manchete: o Gama. Ganhou estádio, títulos, a confiança de mais de cem mil torcedores. Hoje, ele é o... Dono da Massa

[...] Realmente a equipe de futebol deu um novo destaque à cidade, possibilitou o surgimento de mais profissionais e fez o estádio ficar cheio e a sua

capacidade é 25 mil pessoas e mesmo quando joga no Pelezão - de mais problemático acesso - a sua fiel torcida vai lá, com vontade, com firmeza. Com uma ponta de contentamento e de indisfarçável orgulho, o gamense diz que o seu time hoje é líder do futebol brasiliense, com uma equipe coesa, talentosa e esforçada e que ganhou muita experiência no campeonato nacional de futebol. Conseguiu levar público aos estádios e está recebendo uma jovem torcida, dos candangos que vestem a sua camisa, colecionam os seus chaveiros e que durante o jogo gritam, gesticulam, sofrem e se alegam com o seu clube[...]

[...] Os estudantes, como Sandra Maria Moreira, chefe de torcida da Quadra 2 da Shis Velha, dizem a uma só vez: “o time de nossa cidade é uma empolgação e veio animar os domingos de Gama que ainda é um tanto carente em termos de lazer, embora recentemente a situação tenha melhorado”[...]

(CORREIO BRAZILIENSE, 20 de janeiro de 1980)¹⁴⁷.

Fonte: Hemeroteca Digital¹⁴⁸

A matéria jornalística publicada pelo *Correio Braziliense* mostra como o futebol, mais do que uma prática esportiva, se consolidou no Gama como algo importante da vida social e cultural local, fomentando orgulho e pertencimento. O texto explicita o papel que o esporte desempenhou na mobilização popular e na construção de identidade em uma cidade historicamente marcada por carências de infraestrutura urbana e de opções de lazer. O destaque dado à fidelidade da torcida que lotava o estádio Bezerrão, com capacidade para 25 mil pessoas e seguia a equipe mesmo no distante e de difícil acesso estádio ‘Pelezão’¹⁴⁹, demonstra a força de um sentimento coletivo que ultrapassa as dificuldades materiais. A presença constante e entusiasmada dos moradores nas arquibancadas revela não apenas paixão pelo esporte, mas também um desejo de afirmação territorial, de reconhecimento e de visibilidade para uma cidade frequentemente à margem dos grandes investimentos públicos do Distrito Federal.

Nicolini (2022) reitera que a identidade territorial pode se dar a partir de um produto culturalmente marcante na região, de uma ou mais etnias, da religiosidade, de acontecimentos e personagens históricos. Segundo Nicolini (2022, p. 71) “cabe aos pesquisadores a tarefa de

¹⁴⁷ Para ler a matéria do jornal na íntegra, acesse o link:

https://docs.google.com/document/d/146afK2T2AHudrShGPp4KAxnK_Ah60rQt-I6gKo61T8M/edit?usp=drive_link

¹⁴⁸ Correio Braziliense, “Sem alternativa de lazer, povão passeia enquanto o “seu” lobo não vem, dia 20 de janeiro de 1980. Disponível em

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22dono%20da%20massa%22&pagfis=739. Acesso em 20 dez. 2024.

¹⁴⁹ O “Pelezão” foi um magnífico estádio de futebol construído no Distrito Federal (região administrativa do Guará, localizado nas imediações do Park Shopping) inaugurado em 21 de abril de 1965, em partida entre a Seleção do Distrito Federal e o “Siderúrgica”, campeão mineiro de 1964. Possuía capacidade para aproximadamente 25.000 espectadores, com arquibancada coberta para 12.000 pessoas (ASSUMPÇÃO et al, 2014, p. 121).

compreender e discutir estas identidades, que não são essências do território, mas resultados de lutas e escolhas simbólicas dos próprios atores locais”.

Na matéria há também um clamor da população por melhorias no transporte coletivo e destaque para os problemas sociais que afetam as famílias da Invasão do Itamaracá e do Inferninho. O orgulho do “gamense” por ver seu time liderando o futebol brasiliense, com uma equipe “coesa, talentosa e esforçada”, é carregado de sentido social. É um orgulho como forma de resistência diante da escassez de infraestrutura e da carência histórica de equipamentos culturais e recreativos, onde o futebol surge como espaço de encontro, afirmação e esperança. A participação de jovens torcedores, que vestem a camisa do clube, colecionam objetos relacionados ao time e se expressam com intensidade durante os jogos, revela um processo de identificação profunda que entrelaça juventude, território e futebol.

O depoimento da estudante Sandra Maria Moreira, chefe de torcida da Quadra 2 da SHIS (Setor de Habitações Individual Sul) Velha, reforça essa leitura: ao afirmar que o time “veio animar os domingos do Gama, que ainda é um tanto carente em termos de lazer”, ela reconhece o papel transformador do futebol no cotidiano da cidade. A afirmação indica que o esporte, ao mobilizar emoções e coletividades, ajuda a preencher lacunas deixadas pelo poder público, funcionando como instrumento de coesão social e alívio das carências urbanas. Enfim, a matéria do *Correio Braziliense* não apenas noticia o desempenho esportivo do time do Gama, mas descreve uma experiência mais ampla que envolve uma população que encontra no futebol uma forma de se fazer presente e de enfrentar as contradições do espaço urbano em que vive.

O ano de 1979 marcou o começo de sua trajetória de sucesso no futebol profissional. O Gama alcançou sua primeira grande conquista ao vencer o Campeonato Brasiliense (Figura 33). Em 1981, sagrou-se campeão regional do I Torneio Centro-Oeste. Após esses êxitos, a Sociedade Esportiva do Gama enfrentou dificuldades financeiras no restante da década de 1980, mas voltou a brilhar nos anos 1990. Esse período, junto com o início dos anos 2000, representou o auge esportivo do clube, com diversas conquistas no Campeonato Brasiliense e o maior título de sua história: o Campeonato Brasileiro da Série B, em 1998 (Figura 34). Como resultado, o Gama permaneceu por quatro temporadas na Série A, a elite do futebol brasileiro.



Figura 33 - Time da Sociedade Esportiva do Gama campeão do Campeonato Brasileiro de 1979.

Fonte: https://www.facebook.com/photo/?fbid=2056026877754816&set=gm.1657949060997324&locale=pt_BR.

Acesso em 14 jul. 2024.



Figura 34 - Elenco da Sociedade Esportiva do Gama, campeão do Campeonato Brasileiro da Série B em 1998. Fonte: <https://edicaodoscampeoes.blogspot.com/2018/03/brasileiro-serie-b-1998.html>. Acesso 15 jul. 2024

Com a ascensão do futebol, a identidade da cidade passou por uma transformação. Antes marcada apenas por episódios de violência e adversidades aparentemente insuperáveis, o Gama agora tinha algo positivo a oferecer: o futebol. A Sociedade Esportiva do Gama passou a encantar o Distrito Federal e gerou repercussão positiva na imprensa a nível nacional.

Algo semelhante aconteceu com o Brasil no que diz respeito à mudança da autoestima de ser brasileiro. Após a derrota na Copa de 1950, no que seria a primeira conquista de Copa do Mundo do Brasil, Nelson Rodrigues¹⁵⁰ cunhou a expressão “complexo de vira-latas”, uma metáfora para o sentimento de inferioridade que ele percebia no povo brasileiro em relação a outras nações, especialmente no futebol.

“[...] só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de ‘complexo de vira-latas’. Estou a imaginar o espanto do leitor: – ‘O que vem

¹⁵⁰ Nelson Rodrigues (1912-1980) foi um escritor, jornalista e dramaturgo brasileiro. Revolucionou o teatro com as peças "Vestido de Noiva" (1943), "Boca de Ouro" (1959), "A Falecida" (1953), "Toda Nudez Será Castigada" (1956), entre outras. Se destacou também por suas famosas crônicas esportivas.

a ser isso?’ Eu explico. Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isso em todos os setores e, sobretudo, no futebol. [...] Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: — e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: — porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos [...]” (RODRIGUES, 1993, p. 62)¹⁵¹.

A conquista da Copa do Mundo de 1958 mudou profundamente a maneira como o brasileiro se via. O triunfo demonstrou que o Brasil era, sim, capaz de alcançar grandes conquistas, mesmo frente a adversários das nações mais desenvolvidas, ou do chamado “primeiro mundo”. Esse feito representou não apenas uma vitória esportiva, mas também a superação de um sentimento de inferioridade que permeava o imaginário nacional. A partir desse momento, o Brasil passou a acreditar mais em seu potencial e a enxergar o futebol como uma afirmação de sua identidade e de sua capacidade de competir de igual para igual no cenário internacional. Nelson Rodrigues pôs fim ao complexo de vira-latas em sua crônica após o mundial de 58 num processo de consolidação de nossa autoestima enquanto nação:

Os 5x2, lá fora, contra tudo e contra todos, é um maravilhoso triunfo vital, de todos nós e de cada um de nós. Do Presidente da República ao apanhador de papel, do Ministro do Supremo ao pé-rapado, todos, aqui, percebem o seguinte: é chato ser brasileiro! Já ninguém tem mais vergonha de sua condição nacional. E as moças nas ruas, as datilógrafas, as comerciárias, as colegiais andam, pelas calçadas, com um charme de Joana D'Arc. O povo já não se julga mais um vira-latas. Sim, amigos: - o brasileiro tem de si mesmo uma nova imagem; ele já se vê, na generosa totalidade de suas imensas virtudes pessoais e humanas. Vejam como tudo mudou. A vitória passará a influir em todas as nossas relações com o mundo (RODRIGUES, 1994, p.61)¹⁵².

Emergiu daí um novo imaginário em relação ao brasileiro, naquele momento com valorização da figura masculina, como um homem genial, repleto de virtudes e qualidades, afinal a identidade é construída em torno de elementos de positividade, elementos que são valorizados pelas pessoas, sendo assim capazes de agregar, de gerar reconhecimento social e sentimento de pertencimento (BORGES, 2006, p. 44). No caso do Gama, antes de o futebol se tornar um elemento importante para a cidade, havia poucos motivos de orgulho. A região era marcada pela violência, urbanização insuficiente, escassez de opções de lazer e, durante o período chuvoso, as ruas eram dominadas pela lama. A população foi vítima do preconceito estampado na frase já citada: “morro na lama, mas não saio do Gama”. De acordo com Almeida (2024, entrevista oral), “uma cidade que é fruto da distância, do preconceito do pessoal do Plano Piloto e do desconhecimento, escolheu o futebol para unir a comunidade”. O futebol, inclusive, contribuiu para transformar o sentimento em relação à cidade. A antiga

¹⁵¹ A esse respeito, ver: RODRIGUES, 1993.

¹⁵² A esse respeito, ver: RODRIGUES, 1993.

rejeição pela cidade lamacenta deu lugar a um sentimento positivo, refletido no sucesso do “Gamão do Povão”.

Em suma, o futebol no Distrito Federal e sua difusão ocorreram paralelamente à construção de Brasília, com campos improvisados nos canteiros de obras. Para os operários, o futebol era uma válvula de escape, uma rara opção de lazer e uma ferramenta de construção de vínculos comunitários. Na cidade do Gama, cuja trajetória é marcada por um processo de urbanização lento, acompanhado por episódios de violência e por históricas carências estruturais, o futebol emergiu como uma das principais formas de coesão social e expressão coletiva, consolidando-se como um fenômeno que vai muito além dos gramados. O sucesso do futebol amador levou a fundação da Sociedade Esportiva do Gama, que passou a representar a cidade nos principais campeonatos da modalidade. O time de futebol da cidade, ao se destacar no cenário brasiliense e nacional, mobilizou torcedores, fortaleceu vínculos comunitários e criou um sentido de pertencimento.

Esse processo revela como o futebol pode atuar como um agente cultural e urbano, preenchendo lacunas deixadas pelo Estado e projetando a imagem de uma cidade que queria ser cidade em suas necessidades pelas autoridades públicas. De fato, o clube contribuiu para a construção de uma identidade gamense, de uma cidade que inicia sua trajetória a partir das ausências impostas pelas desigualdades territoriais do DF. Da mesma forma, o futebol não levou as pessoas a se afastarem da realidade. Como revelam os relatos dos moradores, a consciência sobre as dificuldades estruturais, a violência e a sensação de abandono estava claramente presente no discurso popular. Sendo assim, a Sociedade Esportiva do Gama ajudou a ressignificar a imagem da cidade, e passou a projetar a cidade de forma positiva. O *Correio Braziliense* (1979) chegou a afirmar que “a bola ainda é consolo”, ressaltando o papel social e simbólico do futebol para os gamenses. De acordo com as palavras de Márcio Almeida (2024, entrevista oral), o futebol foi o instrumento escolhido por uma cidade marcada pela distância, pelo preconceito e pelo desconhecimento, para construir laços de pertencimento e projetar um novo olhar sobre si mesmo.

4. CRÔNICAS EM SALA DE AULA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O cronista é e sempre foi, um contador de histórias, hábil no relato dos tempos e lugares, recompondo as tramas de personagens e acontecimentos, grandes e pequenos.

O intuito de utilizar as crônicas como instrumento pedagógico é desafiar e romper com o modelo tradicional de ensino de História, que muitas vezes se limita a uma abordagem linear e impessoal, onde a ênfase recai sobre a transmissão de fatos históricos, desprovidos de contexto, profundidade ou relação com o presente dos alunos.

Portanto, é fundamental expandir os aportes teóricos e os objetos de estudo para gerar novos conhecimentos em um campo do saber que, por um longo período, permaneceu distante da prática. Santos (2021) reforça a percepção de que a escola atualmente, se encontra imersa em um vasto fluxo de informações e novas formas de sociabilidade, o que exige que a pedagogia e o ensino se adaptem constantemente, a fim de lidar com as novas formas de ensinar e aprender. Nesse contexto, as relações entre professores, alunos, escola e conteúdos passaram por transformações significativas, não sendo mais as mesmas de antes. A proposta de utilizar crônicas como instrumento pedagógico mostra-se viável e promissora, podendo ser implementada inclusive por meio de trabalhos interdisciplinares. A disciplina de Língua Portuguesa, por exemplo, oferece um campo fértil para essa articulação, permitindo explorar aspectos linguísticos, literários e interpretativos, ao mesmo tempo em que se dialoga com conteúdos de outras áreas do conhecimento, ampliando as possibilidades de aprendizagem significativa.

A metodologia do ensino de História, diante de uma geração profundamente inserida no mundo tecnológico, demanda o uso de múltiplas linguagens e fontes para alcançar uma abordagem mais dinâmica e significativa. No contexto da educação escolar, a utilização de imagens, obras de ficção, artigos jornalísticos, filmes e músicas tem se mostrado uma estratégia eficaz para explorar uma ampla gama de temas históricos. Esses recursos permitem não apenas enriquecer o conteúdo programático, mas também conectar os estudantes a diversas formas de expressão cultural, ampliando suas possibilidades de interpretação e compreensão do passado.

Para atender a essa realidade, é fundamental que professores e pesquisadores aprofundem seus conhecimentos sobre essas diversas linguagens e desenvolvam competências para explorar seus limites e possibilidades. Essa demanda não se limita ao domínio técnico, mas envolve a capacidade de contextualizar e problematizar os recursos, promovendo uma abordagem crítica e reflexiva que vá além da simples utilização didática.

Fonseca (2003, p. 164) destaca que, “todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais, contribuem para a produção e difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento, tais como os meios de comunicação de massa, literatura, cinema, tradição oral, monumentos e museu.” Nesse

sentido, o uso dessas diferentes ferramentas não apenas diversifica as práticas de ensino, mas também promove uma formação mais ampla, integrando as diversas manifestações culturais e suas relações com o contexto histórico, tornando possível engajar os estudantes de maneira mais significativa, ao mesmo tempo em que se expande a compreensão da História como uma construção multifacetada e em constante diálogo com a sociedade. Ao propor uma metodologia que privilegia a diversidade de fontes e perspectivas, busca-se promover uma abordagem mais crítica e plural do ensino de história, rompendo com paradigmas tradicionais e incentivando o desenvolvimento de um pensamento histórico mais reflexivo e democrático.

A elaboração de propostas didáticas voltadas para o ensino de história que dialoguem com o cotidiano dos alunos, considerando seus saberes prévios, suas vivências e seu papel como sujeitos históricos, é uma necessidade no contexto educacional atual. Essas propostas têm o potencial de enriquecer o aprendizado a partir das realidades concretas dos estudantes e reconhecer que cada um deles e suas famílias são portadores de experiências e memórias que também compõem o tecido da História. Nesse sentido, torna-se essencial suprir a carência de materiais didáticos que acompanhem os avanços das pesquisas recentes, como essa voltada para a história local da cidade do Gama-DF.

A História local no ambiente escolar não apenas fortalece a identidade dos alunos em relação ao espaço que habitam, mas também promove uma compreensão mais crítica das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldaram e ainda moldam o território onde vivem. Ao incorporar conteúdos que abordam a formação e os conflitos históricos do Gama, é possível aproximar os alunos do seu contexto histórico. Isso permite que eles se reconheçam como participantes da construção histórica, rompendo com a ideia de que a História é feita apenas por grandes personagens ou eventos distantes.

Historicamente, a disciplina tem sido abordada como a ciência dos grandes eventos, centrada no protagonismo de homens brancos que ocupam posições privilegiadas na sociedade. Sem desconsiderar a análise de eventos marcantes, é fundamental reconhecer que a história abrange múltiplas dimensões e vozes: narrativas do cotidiano, histórias de grupos marginalizados, movimentos populares e experiências individuais são igualmente essenciais para uma compreensão mais ampla e inclusiva do passado. Assim, ao propor uma metodologia que privilegie a diversidade de fontes e perspectivas, busca-se promover uma abordagem mais crítica e plural do ensino de história, rompendo com paradigmas tradicionais e incentivando o desenvolvimento de um pensamento histórico mais reflexivo e democrático.

Interessa-nos, neste caso, o discurso literário, pois ele compartilha com a História um elemento essencial: a narrativa dos fatos. A diferença fundamental reside no tratamento do

real. Enquanto o discurso histórico busca explicar a realidade por meio do diálogo entre o historiador, os testemunhos e os documentos, a obra literária não se compromete nem se preocupa em explicar ou comprovar os fatos. Ainda assim, como produto artístico, a literatura enraizada no contexto social e cultural, oferecendo pistas valiosas sobre o modo de ser, viver e agir das pessoas, bem como sobre os valores e costumes de uma época.

Fonseca (2003) destaca que a literatura, embora não tenha a pretensão de ser um relato histórico, é uma fonte rica para desvendar aspectos da realidade, mudanças sociais, detalhes sobre lugares e paisagens, além das formas como o ser humano se relaciona com a natureza. Contudo, trabalhar com textos literários no ensino de História exige do professor uma abordagem sensível e criteriosa. É imprescindível respeitar os limites específicos do discurso literário, evitando confundir ficção com História ou transformar o ensino em mera aventura narrativa na tentativa de torná-lo mais prazeroso. O desafio do educador é equilibrar essas perspectivas, utilizando a literatura como ferramenta para ampliar a compreensão do contexto histórico, sem perder de vista os limites que diferenciam a narrativa literária da explicação historiográfica. Essa abordagem pode enriquecer significativamente o ensino, ao conectar a dimensão estética e subjetiva da literatura com os processos históricos que moldam a sociedade.

4.1 CRÔNICA: HISTÓRIA, LITERATURA E COTIDIANO

O gênero crônica merece uma análise para compreendermos sua evolução e significado. O termo “crônica” tem origem no latim *chronica* e no grego *khrónos*, ambos associados ao conceito de tempo, o que revela a essência desse gênero: um discurso que se organiza em torno da temporalidade. Inicialmente, a crônica desempenhava a função de registrar fatos históricos em ordem cronológica. Dubiela (2017)¹⁵³ analisa dos vestígios da crônica na História e aponta que:

Sua origem é ligada ao tempo e à história, o que explica, de certo modo, a sua função primeira de informar para os anais da história os acontecimentos de um determinado tempo e lugar. Sua linguagem descende da tradição oral, o que é facilmente observado pelo tom coloquial, acessível, com jeito de “conversa fiada”. Certamente, essa característica diferencial da crônica não deriva do teor predominantemente descritivo e prolixo dos relatos dos reinos de outrora. Se assim permanecesse, seria obra de um campo de saber específico e exclusivo: a História (DUBIELA, 2017, p. 33 e 34).

A trajetória da crônica pode ser dividida em três momentos principais, cada um refletindo transformações nas formas de escrita e nos conteúdos abordados. Antes do século

¹⁵³ Dubiela, Ana Karla. As cidades de Rubem Braga e W. Benjamin : flanando entre Rio, Cachoeiro e Paris / Ana Karla Dubiela. – Fortaleza : Lumiar, 2017. 285 p

XIX, a crônica era predominantemente um texto formal, corrido e descritivo, com fins de registro histórico, abordando grandes eventos e com um tom mais solene. No século XIX, com o crescimento da imprensa, o formato de folhetim ganhou destaque. Caracterizado por fragmentos curtos e variações no estilo, esse formato era pautado pelos acontecimentos da semana. Esse estilo de "notas" miúdas, inseridas nas colunas dos jornais, foi adotado por cronistas brasileiros no século XX, como Néelson Rodrigues, Jair Silva e Rubem Braga, que usaram essa forma para comentar o cotidiano com um olhar mais imediato. Entre os séculos XIX e XX, a crônica evoluiu para um formato mais enxuto e dinâmico. Os textos passaram a ser mais curtos, explorando de maneira criativa o humor, a ironia, a nostalgia, a poesia e a crítica social. Esse estilo se tornou predominante, com os cronistas observando o cotidiano e utilizando a crônica como um veículo de reflexão sobre a sociedade e suas contradições (DUBIELA, 2017).

É a partir do Renascimento (séc. XVI), o termo "crônica" passou a ser substituído por "História", refletindo a proximidade entre os dois conceitos. Fernão Lopes, o primeiro cronista de Portugal, focava em relatos oficiais dos reis, embora por vezes abordasse questões populares. Esse caráter histórico dos relatos manteve-se até o século XVIII, quando a imprensa brasileira ainda não havia introduzido os folhetins, nem conquistado novos públicos, como as mulheres e a minoria letrada, que ajudaram a impulsionar as vendas de jornais no país (DUBIELA, 2017). Ribas, Domas e Pessanha (2009) consideram que, embora a visão contemporânea da crônica tenha se transformado significativamente em relação à crônica medieval, especialmente por ser considerada hoje como literatura e arte, e não apenas uma transcrição histórica, uma característica permanece inalterada: a preocupação dos cronistas em preservar a vitalidade dos acontecimentos por meio do registro. “Na crônica, os fatos não se perdem; sejam recentes ou não, continuam sempre atuais como fonte de reflexão. É um resgate da história, do que não deve ser esquecido, é a visibilização do invisível (RIBAS, DOMAS E PESSANHA, 2009, P.10)”.

A crônica no Brasil teve início com a carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500 ao rei D. Manuel, na qual descrevia as novas terras e os costumes dos habitantes locais. Essa carta, considerada o primeiro texto escrito no Brasil, é um exemplo de crônica de viagem. Com o tempo, o gênero se transformou: a crônica contemporânea perdeu o caráter histórico original, mas manteve uma forte relação com o tempo, sendo uma forma de preservar memórias e representar eventos passados. A consolidação e popularização da crônica estão diretamente ligadas ao crescimento do jornal como meio de comunicação acessível ao grande público. No século XIX, na França, ela surge nos jornais como folhetim que eram textos

curtos publicados em rodapés, que abordavam o cotidiano e funcionavam como entretenimento.

No Brasil, esse formato ganhou originalidade e criatividade, com escritores que começaram suas carreiras como folhetinistas e criaram estilos próprios. A crônica, junto ao romance de folhetim, ajudou a transformar o jornal em um veículo cultural de massa, democratizando o acesso à leitura e moldando hábitos culturais. Com textos breves, reflexivos e muitas vezes poéticos ou críticos, a crônica brasileira conquistou leitores de diferentes classes sociais, tornando-se um elo entre jornalismo e literatura. No século XX, o gênero se diversificou ainda mais, mesclando comentários sociais, reflexões filosóficas e narrativas próximas ao conto. Sua flexibilidade permite transformar qualquer acontecimento cotidiano em matéria estética, mantendo a crônica atual e significativa.

Autores como Machado de Assis (século XIX), Rubem Braga, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector e Luís Fernando Veríssimo foram fundamentais para o fortalecimento do gênero. Cada um contribuiu com características marcantes: lirismo, ironia, humor, crítica social e introspecção. Segundo Ribas, Domas e Peçanha (2009), a crônica passou por diversas adaptações ao longo do tempo, expandindo-se além dos jornais e consolidando-se como uma forma de entretenimento e expressão cultural rica e heterogênea.

Dessa forma, a união entre a miudeza do cotidiano, um toque de humor e poesia representa o amadurecimento da crônica à posição que hoje ela ocupa no olhar dos críticos e leitores não especializados. Outro ponto a ser observado com relação à crônica atual são as questões de suporte e veículo; a crônica do século XXI ultrapassa o espaço dos jornais, das revistas e dos livros e ganha cada vez mais lugar no contexto da internet através de colunas online ou blogs de autores como Luís Fernando Veríssimo e Arnaldo Jabor – que também produzem outros gêneros textuais (Ribas, Domas e Peçanha, 2009, p.12).

O gênero literário da crônica pode ser caracterizado por textos curtos, em prosa, que partem de um fato cotidiano para desenvolver reflexões do cronista com toques de humor, poesia, ironia e crítica. No entanto, é importante reconhecer a dificuldade de definir elementos fixos e universais para qualquer gênero textual. A crônica possui um caráter híbrido, combinando aspectos do jornalismo e da literatura, e é fruto do discurso jornalístico e midiático, ao mesmo tempo em que se insere no campo dos gêneros literários. Sua versatilidade e hibridismo tornam a crônica um recurso valioso para o ensino de história, permitindo explorar temas sociais e culturais de maneira criativa e acessível.

Para Walter Benjamin (1994), o cronista que relata os acontecimentos, sem fazer distinção entre os mais relevantes e os menos significativos, parte do princípio de que nada do

que ocorreu pode ser considerado irrelevante para a história. O autor considera que o cronista atua como narrador da história, adotando uma abordagem mais próxima da narrativa. Ele relata os acontecimentos por meio de episódios que representam e simbolizam modelos de sociedade, muitas vezes permeados por uma utopia social. Em contraste, o historiador moderno e contemporâneo sente-se compelido a interpretar os fatos com base em modelos teóricos pré-definidos, buscando uma análise mais ampla para os eventos com os quais trabalha.

Ao longo de minha trajetória como professor da educação básica na cidade do Gama-DF, venho observando uma significativa lacuna no entendimento da história local, presente tanto entre os alunos quanto na comunidade escolar. Essa ausência de conhecimento não se restringe aos eventos relacionados à transferência da capital, mas também abrange as complexas contradições econômicas e sociais que acompanharam a formação do Distrito Federal durante esse período. É preciso que o ensino de História, ao abordar a construção de Brasília, também considere as vozes e as experiências dos grupos sociais que foram diretamente afetados por esse processo, como as comunidades que se formaram nas periferias da nova capital. Uma histórica que desconsidere tais aspectos corre o risco de ser um tipo de

[...] história que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade, sobre a dimensão histórica de sua realidade individual, de sua família, de sua classe, de seu país, de seu tempo... Essa história torna “natural” o fato de o aluno não se ver como um agente histórico, torna-o incapaz de colocar questões ou de perceber os conhecimentos que, a partir de suas experiências individuais, possam ser base de discussão em sala de aula (CABRINI, 1987, p. 21)

No próximo item deste capítulo a narrativa literária é explorada em diálogo com o saber histórico que aborda temas como identidade, memória, desigualdades e transformações urbanas. Apresenta-se também o embasamento teórico que sustenta essa abordagem interdisciplinar entre História e Literatura, além de como foi pensada a estrutura do caderno pedagógico, com seus objetivos de aprendizagem e as atividades propostas para cada uma das seis crônicas elaboradas.

4.2 CRÔNICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: UM CADERNO PEDAGÓGICO



Atalho para o Caderno Pedagógico

O caderno pedagógico aqui proposto ([ver apêndice](#)) busca distanciar-se da abordagem convencional, que encara a História como um conjunto de informações fechadas e imutáveis, sem espaço para a reflexão crítica ou a análise das relações que ela estabelece com o cotidiano dos estudantes. A proposta, porém, é proporcionar uma experiência de ensino mais dinâmica e envolvente, na qual os alunos possam perceber a História como um processo vivo e contínuo. O ensino de História, quando restrito àquela visão mecanicista e desconectada da vivência dos alunos, acaba não gerando significado para eles. A ausência de uma abordagem crítica e contextualizada dificulta a compreensão tanto do passado quanto de suas repercussões no presente. Por isso, ao utilizar as crônicas, a proposta pretende abrir espaço para que os alunos possam refletir sobre as transformações sociais, culturais e políticas da cidade do Gama, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma visão mais ampla e dinâmica do processo histórico. Ao incorporar aspectos locais nas crônicas, a proposta visa também busca despertar o senso de pertencimento e identidade dos alunos em relação à sua cidade, mostrando-lhes que a história do Gama é parte fundamental da história do Distrito Federal e do Brasil, e que eles podem ser agentes ativos na construção dessas narrativas.

A utilização conjunta da narrativa literária (crônica) e histórica compreende essa interação como uma contribuição mútua para o aprimoramento do ensino de História. Ao empregar a crônica como fonte histórica para compor as aulas, o professor-pesquisador é incentivado a compreender a natureza multifacetada do saber, reconhecendo que ela pode ser vivenciada e interpretada de maneiras diversas tanto pelos alunos quanto por todos os envolvidos. A literatura, nesse contexto, tem o poder de abrir novos horizontes e estimular a imaginação (SANTOS, 2021). A história e a literatura apresentam convergências e caminhos diferentes. Ambas têm como ponto em comum a capacidade de representar o mundo social por meio de narrativas, ou seja, ambas contam histórias que ajudam a interpretar e compreender a sociedade.

No entanto, elas se diferenciam nos métodos que utilizam e nos objetivos que perseguem. Para Pesavento (2000, p. 11), “a narrativa literária não precisa comprovar nada ou se submeter a testagem, mas guarda preocupações com uma certa refiguração temporal compartilhada com a história”. Ao mesmo tempo, a história se realiza no campo da representação, de quem participou de eventos do passado e deles deixou um registro e de quem, no presente, busca recuperar aquelas fontes e fazer delas uma releitura. Nesse sentido, a história teria a tarefa de reimaginar o imaginado, oferecendo uma leitura plausível e

convicente do passado. Para Ricoeur (1997, p. 229) a narrativa de ficção é quase história na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história. O ficcional, portanto, está presente tanto na representação literária quanto na representação da história. Ela se desenvolve por meio de recursos da imaginação, combinados com estratégias de elaboração narrativa para compor mediante uma relação de representância. (RICOEUR, 2010, p. 171)

Narrar uma história exige um esforço imaginativo que possibilite representar de forma verossímil elementos que não estão diretamente presentes nos vestígios, mas que decorrem de uma criação ficcional própria da composição literária. Conforme resumido por Pesavento (2000), a história pode ser entendida como uma ficção controlada, já que busca estabelecer, em sua relação de representação com o real, um nível possível de verdade.

Nos relatos dos entrevistados, as experiências das testemunhas que vivenciaram diferentes momentos da história do Gama-DF revela um caráter literário, originado das percepções pessoais de cada um, dentro dos limites da memória. Esses relatos são subjetivos e podem variar, caso outras entrevistas sejam realizadas com pessoas que viveram experiências diferentes no mesmo lugar. A memória, ao ser evocada por meio de narrativas orais, não é apenas um reflexo do passado, mas também uma construção pessoal e interpretativa, onde a realidade se mistura com elementos de imaginação e emoção. Essa característica é fundamental para compreender como a história local, contada pelas vozes dos seus moradores, pode ser rica em significados e múltiplas interpretações. Surge dessa forma a ideia de se trabalhar com crônicas, mesmo que criadas pelo próprio autor, para ilustrar através da narrativa literária a história da cidade. Pesavento (2000) afirma que, ao dar voz ao passado, história e literatura proporcionam a erupção do ontem no hoje. Esta reapresentação daquilo que “já foi” é que permite a leitura do passado pelo presente como um “ter sido”, ao mesmo tempo figurando como o passado e sendo dele distinto.

A relação entre o saber histórico e o texto literário ampliou significativamente as possibilidades no ensino de história. Atualmente, contos, poesias, romances e crônicas são utilizados de maneira eficiente pelos professores, contribuindo para uma abordagem mais dinâmica e reflexiva. As crônicas, em particular, destacam-se nesse contexto. Por serem textos curtos, acessíveis e voltados para um público amplo, eles possuem um caráter cotidiano que facilita a identificação do leitor com o conteúdo. Essa proximidade tem o potencial de despertar o interesse dos alunos do ensino básico, conectando-os a diferentes momentos históricos de forma mais tangível e envolvente.

Além disso, as crônicas oferecem um retrato da sociedade em que foram produzidas, possibilitando aos estudantes uma análise crítica dos valores, práticas e contradições do período. Quando trabalhadas em sala de aula, elas podem estimular o debate e a reflexão sobre temas como desigualdade, cultura e identidades, aproximando o estudo da história da experiência vivida pelos próprios alunos. Assim, o uso da crônica no ensino de história se torna uma poderosa ferramenta para explorar a relação entre passado e presente, promovendo uma aprendizagem mais significativa e participativa. Segundo Dos Santos (2013), o texto literário deve ser compreendido pelo historiador como uma representação social, elaborada dentro de um contexto histórico específico e inserida nas práticas culturais que envolvem uma observação sensível da realidade.

A literatura desempenhou um papel crucial no século XIX para a construção da identidade brasileira, ao contribuir com representações que buscavam consolidar uma memória nacional. Esse esforço foi acompanhado pela História, institucionalizada com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, que assumiu a tarefa de formular uma narrativa homogênea sobre o passado do país. Sob a liderança de Francisco Adolpho de Varnhagen, o IHGB tornou-se responsável por estabelecer o discurso autorizado sobre a História brasileira, frequentemente adotando uma perspectiva elitista que exaltava o europeu colonizador. Essa narrativa, fortemente influenciada pela ficcionalidade presente na literatura e na história, recriava o real de forma a legitimar a supremacia luso-brasileira. A idealização romântica da colonização europeia e a alegação de uma suposta superioridade natural dos colonizadores foram elementos centrais nesse processo. Em contrapartida, indígenas e negros eram retratados como sujeitos subordinados, destinados à submissão, consolidando assim um discurso de exclusão e hierarquização social. A construção dessa identidade nacional, entretanto, não visava à integração social, mas sim à perpetuação das desigualdades e à exclusão das culturas não europeias. O indígena foi romantizado como uma figura do passado idealizado, sem espaço na modernidade, enquanto o negro era relegado a uma posição de invisibilidade ou subalternidade, reforçando os estigmas do período escravocrata (GUIMARÃES, 1988).

Pesavento (2000) reforça que literatura e a história, ao recriarem o real, desempenharam um papel na construção de uma identidade nacional brasileira em que a supremacia luso-brasileira era legitimada tanto pela idealização romântica da colonização quanto pela alegação de uma suposta superioridade natural. Essa perspectiva, por sua vez, reforçava a ideia de submissão natural de indígenas e negros no contexto social e histórico. Portanto, literatura e história, ao trabalharem em conjunto, ajudaram a moldar uma identidade

nacional baseada na exclusão e no apagamento das diversidades culturais, em vez de promover um projeto inclusivo de cidadania. Essa construção ideológica teve impactos profundos, deixando marcas que ainda ressoam nas desigualdades sociais e na luta pelo reconhecimento de identidades plurais no Brasil contemporâneo. José de Alencar, José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa, Evaristo da Veiga, Gonçalves, entre outros, surgiram estudos no âmbito acadêmico, especialmente em pesquisas voltadas para o ensino de história que estabelecem a relação entre literatura e história. Os textos dos autores citados oferecem uma rica fonte de análise sobre os contextos históricos, culturais e sociais de suas épocas. A partir de suas obras, é possível compreender as dinâmicas de poder, as relações sociais, as questões de identidade e os desafios enfrentados pelas populações em diferentes momentos históricos. Nessa perspectiva, a relação entre História e Literatura reside na possibilidade de utilizar a Literatura como uma fonte privilegiada para a análise histórica. A Literatura, ao representar os valores, conflitos, sentimentos e experiências de uma determinada época, torna-se um poderoso recurso para acessar as diversas formas de representação histórica. Por meio de narrativas literárias, é possível explorar percepções, imaginários coletivos e interpretações simbólicas que muitas vezes escapam às fontes documentais tradicionais.

A obra de Lima Barreto retrata as desigualdades e contradições da sociedade brasileira na Primeira República, em especial de sua cidade, o Rio de Janeiro do início do século XX. João do Rio, também carioca, capturava a transformação urbana e os dilemas morais do Rio de Janeiro no início do século XX. Já Rachel de Queiroz trouxe à tona as dificuldades do sertanejo e as questões sociais do Nordeste, enquanto Érico Veríssimo ofereceu um panorama abrangente da formação histórica e cultural do sul do Brasil. Ao serem utilizados no ensino de história, esses textos literários não apenas enriquecem o debate, mas também estimulam o desenvolvimento do pensamento crítico e a empatia dos alunos, ao apresentarem perspectivas humanas e sensíveis sobre os acontecimentos históricos. Dessa forma, literatura e história se entrelaçam, permitindo uma abordagem interdisciplinar que torna o aprendizado mais interessante e envolvente. Conforme Pesavento (1997), o cronista desempenha o papel de tecer fios, recuperar redes e articular experiências. Por meio de sua narrativa, ele transforma itinerários da vida cotidiana, muitas vezes já percorridos, conferindo-lhes uma nova perspectiva e uma luz especial.

Como parte propositiva, optei por criar o Caderno Pedagógico com seis crônicas autorais que abordam momentos marcantes da história do Gama-DF. Embora elaboradas por um cronista profissional, as narrativas cumprem o papel de apresentar aspectos importantes da

história local, utilizando a linguagem leve e acessível da crônica para despertar o interesse e promover reflexões. A elaboração das crônicas foi inspirada nos capítulos 2 e 3 desta dissertação, que reúnem pesquisas da história da cidade, memória e história oral a partir das entrevistas realizadas ao longo deste trabalho. Por meio dessas crônicas, busco abordar a história do Gama-DF em um tom reflexivo e crítico. Ao todo, elaborei seis crônicas que exploram diferentes aspectos históricos da trajetória da cidade, desde 1960 até o final dos anos 1990. A seguir, apresenta-se a estrutura do caderno pedagógico como proposta didática vinculada a essa pesquisa, incluindo os objetivos de aprendizagem e as atividades propostas.

As seis crônicas desenvolvidas receberam os seguintes títulos: **“J.K Não Sabia!”**, **“Amigas de Invasão”**, **“Uma Vez Inferninho, Sempre Inferninho”**, **“Prazer, Me Chamo Gama”**, **“Gangues!”** e **“Não é só Futebol”**. Cada uma delas retrata um recorte histórico e social relevante, abordando desde as pesquisas sobre a pré-história e a história colonial no território que viria a ser o Distrito Federal, até as discussões sociais em torno da construção de Brasília, os fluxos migratórios, o surgimento do Gama e as transformações urbanas que deram origem às novas periferias internas. Adicionalmente, as crônicas exploram temas como violência urbana e os novos contextos sociais que emergiram na década de 1990.

As crônicas autorais do caderno pedagógico atuam como instrumento de aproximação entre os estudantes e os acontecimentos históricos que moldaram a cidade do Gama, no Distrito Federal. Por meio da articulação entre história, literatura, memória e identidade, as crônicas aqui apresentadas buscam a apresentação do território vivido, despertando no aluno a consciência de que ele, sua família e comunidade são parte de uma narrativa histórica em constante construção.

Na sequência, cada crônica será detalhada, juntamente com as propostas de atividades pedagógicas associadas, que buscam estimular a análise histórica e a conexão dos alunos com sua própria realidade. Essas atividades foram cuidadosamente elaboradas para tornar o aprendizado significativo, promovendo um diálogo entre a história local e o cotidiano dos estudantes.

4.3 DAS CRÔNICAS

4.3.1 JK NÃO SABIA (Crônica 1)

4.3.1.1 Da crônica:

J.K não sabia!

Outro dia fiquei impressionado! Uma conversa inesperada mudou para sempre a forma como enxergo a cidade do Gama-DF. Eu estava, por assim dizer, redescobrimdo o lugar, guiado pelo olhar atento e cheio de histórias de Seu Miller.

A conversa começou despreziosa, até que mencionei algo sobre a "Fazenda Gama". Foi quando ele soltou uma risada curta e disse:

— Que Fazenda Gama o quê! Por aqui, tudo começou com os Jê!

No começo, confesso que achei que ele falava de algum “Seu Jê”, um daqueles lendários donos de terras das redondezas, com histórias de gado e cercas. Mas, para minha surpresa, ele falava dos Jê da pré-história gamense. Isso mesmo, os povos indígenas que viveram por aqui há séculos, antes mesmo de Brasília ser sequer um sonho no papel.

— Essa história não começa com a Missão Cruls, com Lúcio Costa, Bernardo Sayão, Niemeyer ou Juscelino — explicou Seu Miller, enquanto apontava para o horizonte, como quem podia enxergar o tempo de que falava.

Fiquei admirado. Para alguém como eu, acostumado a pensar na cidade pelo viés das grandes figuras do desenvolvimentismo, Seu Miller me lembrou que a história do Gama tem camadas muito mais antigas. Nem mesmo o Seu Paulo Hungria, o idealizador da famosa “Colmeia”, deu o ponto de partida.

Ali, sentado ao lado do Seu Miller, percebi que o Gama era muito mais do que os lugares conhecidos, com projetos urbanos ou condomínios que se espalham até onde a vista alcança. Um lugar que começou muito antes dos mapas e dos planos, nos rastros deixados pelos povos Jê e na riqueza de uma pré-história que necessita de pesquisas.

Ponte Alta! Quem diria que ali, hoje disputada pela especulação imobiliária, um dia foi território dos indígenas da tradição Jê?

Enquanto refletia, chegou Seu Bertran, com aquele ar tranquilo de quem carrega décadas de sabedoria. E eu, que já estava impressionado, achava que nada mais poderia me desestabilizar. Ledo engano.

— Lá no século XVIII, seguindo a picada, dava pra chegar à Bahia ou ao Rio de Janeiro — começou ele, com a calma de quem conhece cada detalhe. — Só passava carro de boi — alertou, com um sorriso discreto. — Mas dava até pra fazer um passeio de Luziânia a Sobradinho.

E então veio a lição:

— O Distrito Federal, meu filho, não era um sertão vazio ou desconectado antes de J.K. Não faltava história por aqui.

Sai daquela conversa com a sensação de que minha cidade tinha crescido. Não em território, mas em complexidade histórica. Cada nova história tornava o Gama, e o Distrito Federal como um todo, ainda mais fascinantes.

Mas havia algo que não saía da minha cabeça. Eu lembrava de ter lido em algum lugar que Juscelino, em 1956, afirmou que o único sinal de presença humana onde seria Brasília era a Fazenda Gama.

Bom, depois dessa conversa, eu tinha certeza de que a história do Distrito Federal não começou em 1956, com a instalação da Novacap. E sabe o que é mais curioso?

J.K., o visionário da nova capital, não sabia!

4.3.1.2 Das sugestões de atividades:

Objetivos: Mostrar que a história de um lugar é mais complexa do que as narrativas dominantes e que há múltiplas perspectivas a serem consideradas.

- Conhecer a história local e estimular o interesse dos alunos pela história de sua própria comunidade, reconhecendo a importância das narrativas locais.
- Estimular a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico.

- Desenvolver o pensamento crítico e incentivar os alunos a questionar as informações recebidas, buscar diferentes fontes e construir suas próprias interpretações.

Explorando a Crônica "J.K. não sabia!"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "J.K não sabia!" para cada aluno e oriente-os a realizar as seguintes atividades:

Faça uma rápida pesquisa sobre os personagens mencionados na crônica. Quais são as principais narrativas históricas destacadas?

Apresente a frase de Juscelino Kubitschek: "O único sinal de presença humana onde seria Brasília era a Fazenda Gama". Como a crônica questiona a ideia de "vazio histórico"?

Para conversar em casa: Como tarefa, os alunos devem perguntar às suas famílias sobre histórias relacionadas à chegada na região ou à construção de Brasília. Incentive-os a trazer essas histórias para uma roda de conversa na sala de aula, conectando experiências pessoais à história da região.

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.

Confeccionando Mapas

Propor aos alunos que pesquisem e recriem os mapas históricos e contemporâneos do Distrito Federal. Divididos em grupos os alunos irão realizar as seguintes atividades:

Em grupo pesquisar sobre a ocupação indígena no Distrito Federal.

Ainda em grupo pesquisar os mapas históricos do século XVIII que abrangem a região do Distrito Federal.

Proponha que comparem os mapas históricos (como os caminhos do século XVIII e as ocupações indígenas) com mapas contemporâneos do Distrito Federal.

Incentive-os a identificar mudanças no uso do solo e discutir como essas transformações refletem a história da região.

Os mapas podem ser desenhados ou editados digitalmente.

Oriente os alunos a criarem mapas de suas ruas ou quadras, indicando os principais pontos de referência, como escolas, praças, e comércios.

Incentive o uso de recursos digitais ou artísticos para personalizar os mapas.

Finalizando a Atividade

Ao concluir, cada grupo deve compartilhar suas criações com a turma, apresentando uma breve explicação sobre suas descobertas e reflexões. Dessa forma, os alunos conectam elementos históricos e contemporâneos, aprofundando seu entendimento sobre a evolução do Distrito Federal.

Professor(a), confira o livro do historiador Paulo Bertran: *A História da Terra e do Homem no Planalto Central – A Eco-história do Distrito Federal, do Indígena ao Colonizador*. Uma leitura essencial para aprofundar o conhecimento sobre as raízes históricas e culturais do Planalto Central.

Para Pesquisar!

Professor(a), confira o livro do historiador Paulo Bertran: *A História da Terra e do Homem no Planalto Central – A Eco-história do Distrito Federal, do Indígena ao Colonizador*. Uma leitura essencial para aprofundar o conhecimento sobre as raízes históricas e culturais do Planalto Central.

A construção de Brasília no Planalto Central invisibilizou a história dos povos e culturas que a precederam, como os grupos pré-históricos, indígenas, quilombolas, bandeirantes, jesuítas, criadores de gado e goianos. Ignorou também as Estradas Reais que cortavam a região e o legado do ciclo do ouro nas cidades históricas de Goiás. Uma delas seguia em direção a Salvador, cruzando Brazlândia, Sobradinho e Planaltina. A outra, rumo ao Rio de Janeiro, passava pela Ponte Alta, no Gama. Invisibilizou as fazendas centenárias que foram desapropriadas. Brasília surgiu em um território com séculos de história e cidades já estabelecidas, como Luziânia, Planaltina e Formosa, muitas com mais de 200 anos. Paulo Bertran resgatou essa memória em sua obra *História da Terra e do Homem no Planalto Central*.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central : eco-história do Distrito Federal*. 2. ed., 4. reimpr. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011. 615 p.

O livro “*Arqueologia e os Primeiros Habitantes no Distrito Federal*”, de Margareth de Lourdes Souza, professora, arqueóloga e servidora do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi elaborado como material de apoio para professores da rede pública. A obra apresenta informações básicas e introdutórias sobre arqueologia de forma clara e didática, abordando temas que vão desde conceitos gerais, como a definição de arqueologia e o trabalho dos arqueólogos, até questões mais específicas, relacionadas às pesquisas realizadas no Distrito Federal e aos diversos sítios arqueológicos encontrados na região.

Disponível em: *Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal*. Acesso em 10 set. 2024.



Professor(a), a pesquisa intitulada *Estradas Coloniais do Planalto Central na Cartografia Histórica*, desenvolvida por Leonora de Castro Barbo, teve como objetivo reabilitar importantes vias de comunicação da América Portuguesa nos limites do atual Distrito Federal. Para isso, utilizou a cartografia histórica do período de 1750 a 1896. Além dos documentos cartográficos desse intervalo, a pesquisa incorporou dois mapas adicionais, produzidos imediatamente antes da inauguração de Brasília, em 1958 e 1960. Esses mapas do século XX foram incluídos por sua relevância, pois também registram as antigas estradas que, até então, ainda cruzavam o território escolhido para a nova capital.

Disponível em: *Estradas coloniais do Planalto Central na cartografia histórica – Arquivo Público do Distrito Federal*. Acesso em 20 nov. 2024.



Estradas Real do DF!

As Estradas Reais, ou Caminhos Reais, eram rotas oficialmente autorizadas pela Coroa Portuguesa para circulação em seus domínios. No Brasil, essas rotas ligavam o litoral ao interior, permitindo o trânsito de viajantes, mercadorias, escravizados, ouro, documentos e outros bens. Em Goiás, os Caminhos Reais surgiram no século XVIII para atender às demandas da mineração de ouro, enquanto no século XIX passaram a servir principalmente às fazendas e povoados. Curiosamente, durante a construção de Brasília, no século XX, trechos dessas antigas rotas foram asfaltados e hoje podem ser reconhecidos em ruas e vias expressas do Distrito Federal.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=AZXXK37PGKRQ>. Acesso em 20 set. 2024

4.3.1.3 Do trabalho possível com a crônica

A crônica "J.K não sabia!" explora de forma reflexiva a riqueza histórica do Gama-DF e do Distrito Federal. No início do texto há a abordagem do senso comum de que o Gama e o Distrito Federal só se tornaram historicamente relevantes com figuras como Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Perpétuo (2024) reforça que, de acordo com pesquisas realizadas por arqueólogos e arqueólogas que estudam a região da Capital Federal, o processo de ocupação no centro do Brasil foi significativamente mais diverso, intenso e duradouro do que se poderia imaginar em relação a uma cidade construída "do nada"¹⁵⁴.

Através dos estudos do arqueólogo Eurico Miller (1991), que iniciou as primeiras pesquisas arqueológicas a serviço da Companhia Imobiliária de Brasília entre 1991 e 1994 passamos a conhecer um pouco da pré-história do Distrito Federal, e do historiador Paulo Bertran, o narrador descobre que há camadas históricas muito mais antigas, como os vestígios dos povos indígenas da tradição Jê, que habitaram a região séculos antes da construção da capital. A referência aos povos Jê desloca o protagonismo histórico das grandes figuras do urbanismo e do modernismo para os habitantes originais da região.

O texto aponta a invisibilidade histórica desses povos, ao mesmo tempo em que reivindica sua importância para a compreensão do território. A menção às picadas que conectavam regiões no século XVIII — e que integravam a área em redes de circulação e comércio — reforça que o Distrito Federal não era uma "terra vazia" antes de Brasília. A narrativa crítica, de forma sutil, o mito do "vazio histórico" frequentemente associado à fundação da capital, como o próprio Juscelino afirmou em sua primeira visita à futura capital em 1956:

¹⁵⁴ A esse respeito, ver: Souza, 2024.

Até então, o local onde iria ser Brasília não passava de um carrascal, infestado de cascaveis, com a terra seca esturricada, aberta em fendas pela inclemência do sol. O único testemunho da passagem do homem por ali era um pardieiro, pretensiosamente denominado Fazenda do Gama [...] ¹⁵⁵

Essa transformação do olhar dá à cidade e ao Distrito Federal uma nova dimensão, enriquecida por tempos e histórias que a memória coletiva muitas vezes ignora. O título "J.K não sabia!" sugere que até mesmo Juscelino, símbolo maior da construção de Brasília, desconhecia ou ignorava o passado anterior à chegada dos “pioneiros da modernidade”. Essa crítica não diminui os feitos de J.K., mas aponta para a necessidade de recontar a história com mais sensibilidade às camadas esquecidas.

Por fim, a crônica “J.K não sabia” é uma celebração da história invisibilizada do Gama-DF e, por extensão, do Distrito Federal. Ela sublinha a necessidade de apresentar o passado indígena e colonial da região, que antecede e complementa o protagonismo de Brasília na história recente. Ao final, fica a lição de que cada espaço urbano carrega histórias que transcendem sua aparência contemporânea — e que cabe a nós descobri-las e ensiná-las.

Leonardi (2019) do Departamento de História da Universidade de Brasília aponta para a importância do estudo da obra *História da Terra e do Homem no Planalto Central* do historiador Paulo Bertrand (1995) para compreender o processo de ocupação das terras do Planalto Central:

[...] A acusação de artificialidade, muitas vezes lançada a Brasília, também provém deste desconhecimento da história do Planalto Central. Muita gente continua dizendo que Brasília (ou a região onde Brasília se localiza) não tem história, ou que sua história começa no governo Kubitschek. [...] depois da leitura deste livro de Paulo Bertran, nunca mais vão poder se sentir assim, como uma espécie de habitantes de um vazio cronológico, ou de vítimas de uma amputação do próprio passado, pois as páginas seguintes, de leitura fascinante, contêm centenas de informações precisas sobre o já longo passado do Gama, de Sobradinho, de Santo Antônio do Descoberto, de Planaltina, de Formosa e de Luziânia. E, inclusive, das terras onde se localiza o Plano Piloto, cuja toponímia o autor resgata de forma saborosa e por onde passava, há dois séculos, uma Estrada Real, cheia de vigilâncias [...] (LONARDI, IN: BERTRAN, 1994, PÁG. VII).

O objetivo da crônica, portanto, é abordar a ideia de que a história da construção de Brasília representa apenas a continuidade da longa trajetória histórica do Distrito Federal, que se inicia, inclusive, antes do período colonial brasileiro. Como sugestão de atividades, o professor proporá a análise da crônica com os alunos, Os alunos irão realizar pesquisas sobre os personagens mencionados na crônica, buscando identificar as principais narrativas históricas destacadas no texto. Um dos pontos de reflexão será a frase de Juscelino Kubitschek: "O único sinal de presença humana onde seria Brasília era a Fazenda Gama" (KUBITSCHEK, 1975). A partir disso, será discutido como a crônica questiona a ideia de

¹⁵⁵ A esse respeito, ver: KUBITSCHEK, 2000. p. 56.

"vazio histórico", trazendo à tona a diversidade de ocupações e histórias que precederam a construção da cidade. Como tarefa para casa, os alunos devem conversar com suas famílias sobre histórias relacionadas à chegada na região ou à construção de Brasília. Essas narrativas serão compartilhadas em uma roda de conversa na sala de aula, promovendo a conexão entre experiências pessoais e o contexto histórico da região.

A segunda atividade relativa a crônica propõe que os alunos pesquisem e recriem os mapas históricos e contemporâneos do Distrito Federal com os objetivos de investigar a ocupação indígena no território do Distrito Federal, conhecer mapas históricos do século XVIII que abrangem a região, incluindo caminhos e ocupações indígenas, comparar os mapas históricos com os mapas contemporâneos do Distrito Federal e identificar as mudanças no uso do solo e discutir como essas transformações constituem a história da região. Os alunos poderão criar mapas de suas ruas ou quadras, indicando pontos de referência importantes, como escolas, praças e comércios. Na mesma atividade os alunos poderão criar mapas personalizados de suas ruas ou quadras, indicando pontos de referência importantes, como escolas, praças e comércios. Para isso, poderão usar recursos digitais ou artísticos, produzindo mapas desenhados à mão ou editados digitalmente, conforme sua preferência. Ao concluir essa atividade, cada grupo irá compartilhar suas criações com a turma, apresentando uma breve explicação sobre suas descobertas e reflexões. Dessa forma, os alunos conectam elementos históricos e contemporâneos, aprofundando seu entendimento sobre a evolução do Distrito Federal.

4.4 AMIGAS DE INVASÃO (Crônica 2)

4.4.1 Da crônica:

Amigas de Invasão

No campo de terra batida da antiga Invasão do Itamaracá, no Gama-DF, Verônica e Lade brincavam de "bete", rindo entre poeira e sol quente. As risadas contrastavam com a dureza da vida sem água encanada, sem saneamento, sem endereço.

“Sabe qual é o meu sonho?”, dizia Verônica, “ter um banheiro de verdade.”

— Meu sonho é um dia chegar em casa, abrir a torneira e a água sair — disse Lade, respirando fundo.

Essa história, que não é ficção, emerge de minhas entrevistas em história oral com antigas moradoras da região, como parte de uma pesquisa que busca compreender a segregação socioespacial no Distrito Federal. Nos anos 1970, a ocupação popular conhecida como Invasão do Itamaracá revelava o fenômeno da “periferia dentro da periferia”.

Lade e Verônica protagonizaram não só brincadeiras de infância, mas também episódios de resistência.

Em um desses momentos, uma carta escrita por Geralda a pedido de suas mães, foi lida na Rádio Planalto, denunciando as condições precárias da invasão. Embora a carta não tenha gerado mudanças imediatas, foi um gesto poderoso de mobilização popular.

Mas nem só de esperança se faz a memória. As meninas também presenciaram a truculência das forças militares durante os “Anos de Chumbo”. Um dia, Verônica viu o pai de um amigo ser levado por soldados, sem justificativa.

— “Só porque moramos na invasão nos tratam assim?”, questionava Lade.

A regularização veio apenas nos anos 1980, com o programa Promorar. A ocupação foi transformada na atual quadra 50 do Setor Leste. Para muitos, foi um avanço. Para outros, significou a expulsão silenciosa daqueles que não conseguiam pagar pelas prestações.

— “Lembra da dona Tereza?”, perguntou Verônica. “Teve que vender a casa e ir morar no Entorno...”

Em entrevistas recentes, Verônica e Lade, refletem sobre aquele tempo.

— “Meu primeiro banho de chuveiro foi aos 14 anos”, contou Verônica.

— Lade completou: “O que mais me marcou foi não ter um endereço.

Lembro até hoje: Invasão do Itamaracá, Barraco 111. Esse era o endereço que fornecíamos. Era uma tristeza enorme não ter o direito de receber correspondências. Era como se a gente não existisse.”

Ao registrar essas memórias, reconheço que a história da quadra 50 não é apenas marcada pela carência, mas por criatividade, solidariedade e luta.

No final da conversa Lade contou outra situação inusitada:

— Esses dias, minha neta me pediu ajuda para fazer um trabalho de escola sobre “cidadania e moradia”. E adivinha só? Ela quis saber como era viver sem endereço. Eu comecei a contar a minha infância na Invasão do Itamaracá e, no meio da história, ela arregalou os olhos e disse: “Vovó, a senhora morava nessas condições? Como era possível viver assim?”

— É porque, pra eles, parece impossível, né? Eles têm água, luz, internet... O que pra gente era um sonho distante, pra eles é só o básico. — refletiu Verônica.

Essa crônica da vida não se encerra no passado. É parte de uma Brasília que ainda pulsa nos cantos esquecidos dos registros oficiais. Uma história apagada do currículo escolar e dos livros didáticos, mas que precisa ser contada — e registrada.

4.4.1.1. Das sugestões de atividades

Sugestões de Atividades

Objetivos:

- Analisar o contexto social e histórico de periferização de algumas áreas da cidade,
- Promover a reflexão sobre a desigualdade social e a segregação espacial.
- Desenvolver a capacidade de interpretação de textos literários.
- Ampliar o conhecimento das questões sociais que abrangem a comunidade em que vivem.

- Compreender a necessidade de exercer a cidadania denunciando situações de descaso.

Explorando a Crônica "Amigas de Invasão"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "Amigas de Invasão" para cada aluno e oriente-os a refletir sobre as seguintes questões (peça para os alunos realizarem anotações):

O que as personagens, Verônica e Lade, sonham para o futuro? O que essas aspirações dizem sobre a realidade de suas vidas na favela?

- Para conversar em casa: pergunte se alguém se recorda de histórias semelhantes à que viveram Verônica e Lade.
- Como o contexto histórico e social da época (os anos 1970 e a Ditadura Militar) influenciam a vida das personagens?
- O que a falta de um endereço significa para as personagens? Como isso reflete a invisibilidade social e a exclusão?
- O que significa resistir às condições de vida difíceis? Como a história de Verônica e Lade pode ser vista como uma luta por dignidade em outros contextos sociais?
- Vocês conhecem a quadra 50 do setor leste do Gama? Qual a visão que vocês têm dessa quadra?

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.

VAMOS ESCREVER UMA CARTA!

Na crônica "Amigas de Invasão", Lade escreve uma carta denunciando as condições precárias de vida da Invasão do Itamaracá, e essa carta é lida na Rádio Planalto, buscando chamar atenção das autoridades para as necessidades da comunidade. Esse gesto de luta por dignidade e por melhorias foi uma forma de visibilizar os problemas enfrentados pelas famílias da favela. Agora, inspire-se nessa ação e escreva uma carta que represente a realidade da sua própria comunidade.

ORIENTAÇÕES PARA OS ALUNOS:

Atenção! Você vive na comunidade do Gama e percebe a necessidade de expressar as dificuldades enfrentadas por seus moradores. Inspirado(a) pela atitude de Lade, que escreveu uma carta para a Rádio Planalto na crônica "Amigas de Invasão", agora é sua vez de relatar a realidade da sua comunidade.

DICAS PARA A ESCRITA DA CARTA:

- Use uma linguagem clara, objetiva e respeitosa, mas que transmita a urgência e a gravidade da situação.
- Seja sincero e mostre como as condições de vida impactam o cotidiano das pessoas de sua comunidade.
- Lembre-se de que esta carta pode ser lida por muitas pessoas, então pense na forma como quer ser ouvido e compreendido.

ESCREVENDO A CARTA:

- Apresente-se brevemente.
- Descreva a localização da sua comunidade e analise as condições atuais em relação à infraestrutura, transporte, saúde, segurança e outros aspectos que afetam a qualidade de vida local.
- Relate as condições que os moradores enfrentam no dia a dia (exemplo: saneamento básico, ruas esburacadas, escassez de serviços públicos, etc.).
- Mencione o impacto dessas condições na qualidade de vida das famílias, especialmente das crianças, idosos e outros grupos vulneráveis.
- Se possível, cite histórias reais ou situações que você ou outras pessoas da comunidade vivenciaram, para dar mais força à sua denúncia.

- Apresente suas sugestões ou pedidos claros para melhorar a situação da comunidade. Por exemplo, o asfaltamento de ruas, a construção de postos de saúde, a melhoria no transporte público, a instalação de iluminação pública, etc.
- Deixe claro que essas melhorias são essenciais para garantir dignidade e qualidade de vida aos moradores.
- Encerre sua carta com um apelo, solicitando uma resposta das autoridades e destacando a importância de ações rápidas e eficazes.

Finalizando a atividade

- O professor enviará as cartas diretamente à Administração Regional da cidade, fortalecendo o diálogo entre os alunos e as autoridades locais.
- Será solicitado um retorno formal da Administração Regional, cobrando um posicionamento ou ação concreta frente aos problemas apontados pelos alunos.
- As cartas também serão expostas na escola, em murais temáticos, e poderão ser distribuídas à comunidade escolar, promovendo maior conscientização e engajamento sobre as questões locais.

PARA AUXILIAR!

Assista à videoaula com o professor Guga Valente sobre como escrever uma Carta de Reclamação. O(a) professor(a) pode integrar a atividade à disciplina de Língua Portuguesa, proporcionando aos alunos suporte prático para o desenvolvimento da escrita e aperfeiçoamento da estrutura da carta. Essa abordagem interdisciplinar enriquece o aprendizado e promove uma aplicação contextualizada do conteúdo.



Carta de reclamação - Brasil Escola

Segregação Socioespacial

- Assista ao vídeo do geógrafo Aldo Paviani, professor emérito da Universidade de Brasília, onde ele comenta sua obra "*Brasília 60 Anos: Desigualdade Socioespacial em Questão*". No vídeo, Paviani aborda aspectos fundamentais do contexto de formação do Distrito Federal e analisa as dinâmicas de segregação socioespacial que marcaram sua implantação.

- O(a) professor(a) pode iniciar um debate com a turma sobre a relação entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, abordando aspectos como sua formação histórica, oportunidades de emprego, distâncias entre as regiões, acesso a serviços públicos, opções de entretenimento e diferenças no custo de vida. Essa discussão permitirá refletir sobre as desigualdades socioespaciais no Distrito Federal e as dinâmicas que moldam as interações entre essas áreas.

UnBTV Entrevista: novo livro de Aldo Paviani aborda desigualdade socioespacial

A crônica "*Amigas de Invasão*" foi inspirada em entrevistas com duas personagens reais, ex-moradoras da Invasão da Vila do Itamaracá. Verônica e Geralda compartilham suas memórias e experiências vividas nesse contexto nas entrevistas a seguir. Como atividade proposta, o professor pode sugerir que os alunos entrevistem seus familiares, com o objetivo de conhecer mais sobre as histórias de vida e trajetórias de suas famílias, incentivando uma reflexão sobre a importância da memória e da oralidade na preservação da história pessoal e coletiva.



4.4.1.2 Do trabalho possível com a crônica

"Amigas de Invasão" narra a história de duas crianças, Verônica e Lade, que crescem em um ambiente de pobreza e exclusão social, em uma área da cidade do Gama, no Distrito Federal, conhecida como Invasão do Itamaracá. Através do olhar delas, a narrativa oferece um

retrato da vida cotidiana em uma favela, marcada pela luta por dignidade, pelas aspirações de uma vida melhor e pelas dificuldades enfrentadas por moradores de áreas periféricas. Por meio de suas vivências, a narrativa expõe questões como segregação socioespacial, luta por moradia digna, urbanização precária e a resiliência das comunidades periféricas do Distrito Federal.

Verônica e Lade são personagens reais que vivenciaram a infância e adolescência na invasão. Tive o privilégio de conhecê-las durante a pesquisa sobre a localidade. A crônica foi criada com base nos diálogos que tivemos, e os fatos mencionados remetem às memórias compartilhadas por elas nas entrevistas. O vínculo de ambas com a localidade permanece forte. Verônica ainda tem familiares que residem na quadra 50, onde foi realizada a regularização dos moradores da Invasão de Itamaracá, e as memórias do passado continuam vivas e marcantes em suas narrativas.

No início da história, as duas amigas estão brincando em um campo de terra batida, um espaço que simboliza tanto o lazer quanto a realidade dura da invasão. Elas sonham com um futuro em que não precisem carregar baldes de água ou viver em condições precárias, como no caso do banheiro improvisado que possuem. Esse desejo de um futuro melhor é uma constante no diálogo das meninas, que embora cientes das dificuldades, mantêm a esperança. O contexto histórico é crucial para entender a crônica.

A invasão em questão ocorreu durante os anos 1970, um período marcado pela Ditadura Militar no Brasil, e o medo de despejos constantes era uma das ameaças que pairavam sobre a comunidade. Brum (2013) aponta que sempre que surgiam problemas na cidade, frequentemente atribuídos às favelas, como casos de violência, o debate sobre remoções ganhava força. O governo, por sua vez, prometia melhorias na infraestrutura, mas essas promessas nem sempre eram cumpridas, e o processo de urbanização, iniciado na década de 1980, traz desafios adicionais, como o aumento dos custos e a exclusão de moradores que não conseguiam arcar com as prestações de um programa habitacional. O medo da violência militar também é retratado na crônica, quando Verônica presencia a abordagem violenta de um morador da comunidade pelos militares, que tratam as pessoas da favela como criminosos apenas por viverem ali. A segregação e a marginalização são formas de violência que atingem moradores das favelas e periferias. No entanto, a violência física era comum quando ocorria a suspeita que sempre pairava sobre as comunidades mais pobres.

Com o passar do tempo, a urbanização chega à Invasão do Itamaracá, transformando-a na quadra 50 do setor leste, uma área mais estruturada, mas que não resolveu todos os problemas. Brum (2013), ressalta o processo de abertura política como decisivo para a

urbanização das favelas: “Na esteira da Redemocratização, na virada da década de 1970 para a de 1980, as remoções foram saindo de cena, tornando-se residuais. O Estado, em seus três níveis, e por partidos de distintas orientações que o ocupassem, adotou a urbanização de favelas como política” (BRUM, 2013, P. 191).

O preço da regularização das casas foi um fardo para muitos, e a mobilidade forçada se tornou realidade para aqueles que não conseguiam pagar as prestações. Gouvêa (1995) destaca que o programa implementado pelo governo para urbanizar a invasão cometeu um equívoco ao direcionar as habitações para um único setor de renda. Após as melhorias realizadas, esse modelo gerava pressão sobre a população assentada, levando muitos a venderem seus imóveis e desencadeando um processo de mobilidade social expulsória:

Criou-se, assim, um sistema extremamente propício a uma rápida expulsão dos primitivos beneficiados, que acabaram voltando para as favelas ou indo para áreas periféricas da cidade, como informou a direção das Associações de Moradores, funcionando desta maneira o Programa como instrumento que acelerou a segregação e a expulsão das famílias (GOUVÊA, 1995, P. 118).

O texto também faz uma reflexão sobre a falta de um endereço fixo, uma realidade que marcou a infância de Lade e Verônica. A ausência de um endereço formal simboliza a invisibilidade social e a sensação de não pertencimento, algo que ainda persiste nas lembranças de ambas.

No final da crônica, as duas amigas, agora adultas, relembram suas dores e vivências na favela, reconhecendo o valor da resistência e da luta das pessoas que, apesar das dificuldades, fizeram daquela área um lugar de pertencimento. Elas se orgulham de suas histórias e de sua trajetória, e refletem sobre o contraste entre suas experiências e a realidade das novas gerações, que têm acesso a recursos que elas nunca imaginaram na infância. A crônica é, assim, uma reflexão sobre a pobreza, a segregação social e a luta por dignidade nas periferias urbanas, destacando a força, a resistência e a esperança de quem vive nessas condições, enquanto também questiona a falta de planejamento das autoridades e a lentidão para que as melhorias fossem implementadas de forma justa.

O caderno pedagógico propõe explorar a crônica por meio de um debate conduzido pelo professor, que pode estimular os alunos a refletirem sobre como as aspirações de Verônica e Lade estão relacionadas às condições de vida que enfrentaram na favela. Essa discussão permite levantar questões sobre os desafios e esperanças que marcaram suas trajetórias, evidenciando como seus desejos refletem a realidade de exclusão social em que viviam, além dos caminhos que imaginaram para superar essas barreiras.

Como atividade complementar, os alunos podem realizar uma reflexão em casa,

perguntando a alguém de sua família ou círculo de convivência se há histórias semelhantes às vividas por Verônica e Lade. Essas memórias pessoais têm o potencial de conectar experiências individuais a um contexto mais amplo de luta e resistência, enriquecendo o debate em sala de aula.

Outra questão relevante para o debate envolve as dificuldades impostas pela repressão e pela negligência estatal, especialmente durante a Ditadura Militar, que moldaram as vivências e escolhas das personagens. Nesse contexto, a falta de um endereço fixo não era apenas um problema prático, mas também um símbolo da invisibilidade social e da exclusão enfrentadas pelas comunidades mais vulneráveis. O debate pode ser encerrado com uma pergunta sobre a quadra 50 do setor leste do Gama: qual é a visão dos alunos sobre essa quadra nos dias de hoje? As memórias e marcas de sua história de luta e resistência ainda influenciam a forma como a quadra é percebida e reconhecida pela comunidade?

Na história de Lade, uma carta foi escrita para denunciar as precárias condições de vida da comunidade. Essa denúncia ganhou destaque ao ser lida na Rádio Planalto, o veículo de maior audiência local na época. O fato de a carta ter sido divulgada gerou empolgação e renovou a esperança de dias melhores para os moradores. Como segunda proposta de atividade para esta crônica, o caderno pedagógico sugere a produção de uma “Carta de Reclamação”, na qual os alunos relatem as condições atuais de sua comunidade, exponham situações de descaso das autoridades e reivindiquem melhorias. O material inclui um passo a passo para a escrita da carta, além de uma videoaula com o professor de português Guga Valente, do *Brasil Escola*, que orienta sobre a estrutura adequada desse gênero textual. O caderno também incentiva o professor a encontrar formas de divulgar publicamente as cartas, através das autoridades locais. Posteriormente, as cartas e as respostas obtidas poderão ser expostas na escola, promovendo um diálogo sobre cidadania e os direitos da comunidade.

4.5 UMA VEZ INFERNINHO, SEMPRE INFERNINHO (Crônica 3)

4.5.1 Da crônica:

Uma vez Inferninho, Sempre Inferninho!

Certo dia, eu me encontrava na quadra 13 do Setor Sul. Disseram que lá eu encontraria as respostas que buscava. Minha curiosidade estava dividida entre dúvidas legítimas e um preconceito inconsciente, fruto de anos ouvindo relatos repletos de estigmas. Enquanto seguia pelo caminho indicado por uma gentil professora, perguntei:

— Ah, então é aqui que chamam de Inferninho?

— Fala baixo! Eles não gostam que falem assim. — repreendeu ela, séria.

Eu estava ali para concluir um trabalho da universidade sobre a história do Gama, com foco na favela

conhecida como "Inferninho". Tinha lido antigas reportagens do Correio Braziliense que descreviam o lugar como um símbolo de precariedade e marginalidade.

O "Inferninho" surgiu em um antigo complexo comercial ocupado por famílias sem moradia. Sem infraestrutura básica, tornou-se uma favela que existiu por quase 25 anos. Hoje, no local, há um mercado atacadista, mas o nome ainda evoca memórias controversas.

Cheguei à casa simples de portão cinza e fui recebido por Adailton, um homem negro de cerca de 50 anos, que prontamente confirmou ter vivido no "Inferninho" quando criança. Ele me recebeu no quintal e se mostrou disposto a compartilhar suas memórias.

— Adailton, sua família morou no Inferninho? Como era viver lá? — perguntei.

— Sim, moramos lá. Era um tempo de muita dificuldade. Minha mãe veio da Bahia com a gente, e o Inferninho foi a única opção. Não tinha outra saída. Era sofrido, mas conseguimos construir nossa vida ali. — respondeu ele, com um olhar misto de saudade e superação.

— E como era a estrutura do lugar? — continuei.

— Não tinha luxo. O banheiro era coletivo, e só havia uma torneira para muitas famílias. Cada um tinha sua lata d'água e, às vezes, isso gerava briga. Mas a gente dava um jeito.

Quando perguntei sobre sua infância, ele abriu um sorriso discreto.

— Tinha um campinho de terra onde a criançada jogava bola. A TV era na casa do TCB e da Dona Inácia. Ligavam com bateria de carro, porque não tinha energia elétrica. Todo mundo se reunia lá. Quem podia, dava um trocado.

Lembrei-me de uma matéria antiga do Correio Braziliense que descrevia o "Inferninho" de forma dura e decidi ler para ele:

“Situado no centro do Gama, bem próximo à Administração Regional, está o conhecido ‘Inferninho’, antro de perdição, maloca de marginais, prostitutas e ponto de encontro de viciados e traficantes...”

Enquanto eu lia, Adailton balançava a cabeça em desacordo. Quando terminei, ele respondeu com indignação:

— Tudo mentira! A gente não conhecia droga, prostituição, roubo. Nada disso. Era um lugar simples, de gente trabalhadora. Quem escreveu isso nunca pisou lá!

Durante nossa conversa, Dona Miraci, mãe de Adailton, apareceu no quintal e, ao ouvir sobre o tema, ofereceu seu relato.

— Gostava do Inferninho porque era perto de tudo: mercado, hospital, escola. Quando nos trouxeram pra cá, pra quadra 13, foi muito pior. Aqui era longe de tudo e tinha muita confusão. Ela falava do reassentamento em agosto de 1980, quando os moradores foram levados para a quadra 13 do Setor Sul. Embora os lotes fossem semiurbanizados, a distância dos serviços centrais piorou a situação de muitas famílias.

Dona Miraci continuou expondo suas memórias:

— Quando chegamos, tinha gente das outras quadras, como a 9 e a 11, que vinha aqui só pra provocar. Diziam que a gente era do Inferninho, como se fosse uma ofensa. Eu ficava preocupada, especialmente pelos meus filhos. Só melhorou quando a gente começou a dizer: “Aqui é a quadra 13, não Inferninho!”

Apesar das mudanças, o estigma continuava. Muitos ainda usam o termo "Inferninho" para se referir à quadra 13, reforçando as marcas de exclusão que perseguem aquelas famílias. A história do Inferninho é parte do contexto das remoções que ocorriam nas favelas instaladas nas proximidades do Plano Piloto, práticas que segregaram famílias para áreas distantes, agravando a exclusão social. O deslocamento para a periferia dificultou o acesso ao trabalho e aos serviços comunitários, ampliando as desigualdades urbanas e sociais.

O que restou foi a memória de luta e resistência de quem, apesar de tudo, insistiu em reconstruir suas vidas. Ao sair da casa daquela família, o nome 'Inferninho' já não parecia mais um símbolo de degradação, mas uma marca de resiliência e história. No entanto, para quem nunca conheceu a realidade da invasão, o preconceito ainda transforma a quadra 13 do setor sul em um estigma: Uma Vez Inferninho, Sempre Inferninho! E assim, o peso das narrativas alheias continua a desafiar as verdades de quem viveu ali.

4.5.1.1. Das sugestões de atividades

Objetivos:

- Refletir sobre os estigmas e preconceitos que permanecem na sociedade.
- Estimular os alunos a refletirem sobre a crônica, realizando uma análise crítica do contexto histórico e social descrito, considerando os diferentes pontos de vista apresentados na obra.

- Incentivar os alunos a desenvolverem habilidades de pesquisa a partir de diversas fontes, incluindo conversas com familiares e análise de matérias jornalísticas sobre o “Inferninho”.
- Auxiliar os alunos na construção de argumentos sólidos ao comparar diferentes visões sobre o "Inferninho", como a dos moradores, da imprensa e de outros setores da sociedade.

Explorando a Crônica "Uma vez Inferninho, sempre Inferninho"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "Uma vez Inferninho, sempre “Inferninho” para cada aluno e oriente-os a refletir sobre as seguintes questões (peça para os alunos realizarem anotações):

Realize uma pesquisa e converse com seus familiares sobre o antigo “Inferninho”, onde hoje se encontra o Atacadão Dia Dia. Registre as informações coletadas e traga-as para a sala de aula.

De que maneira o pesquisador se referiu à quadra 13 do setor sul? Por que a região era associada à ideia de “Inferninho”?

Quais eram as condições de vida e sobrevivência enfrentadas pelos moradores no “Inferninho”?

Você conhece algum outro lugar que apresente características semelhantes às condições vividas pelos moradores do “Inferninho”? Compartilhe suas observações.

Na sua opinião, a visão da imprensa sobre o “Inferninho” correspondia aos relatos dos moradores? Justifique sua resposta com argumentos.

Segundo Dona Miraci, o que ocorreu após a remoção dos moradores para a quadra 13 do setor sul?

Em qual contexto histórico do Gama e do Distrito Federal o “Inferninho” surgiu, e quais fatores contribuíram para o seu aparecimento?

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.

Atenção professor! É fundamental destacar o impacto do fluxo migratório para o Distrito Federal, as ações implementadas pelo governo na época e como esses fatores contribuíram para a formação de favelas nas periferias, então conhecidas como cidades-satélites.

Notícias do “Inferninho”!

No decorrer da década de 1970, o *Correio Braziliense* publicou diversas notícias sobre o “Inferninho”, que, como vimos, foram contestadas pelas narrativas de ex-moradores da invasão, como Adailton e Dona Miraci. Professor (a), logo abaixo você encontrará algumas notícias do “Inferninho” e poderá explorar as entrevistas com os ex-moradores da favela.

O(a) professor(a) pode propor uma roda de conversa para que os estudantes comparem as matérias veiculadas no jornal com os relatos dos moradores da localidade. Além disso, é interessante estimular a análise crítica dos possíveis motivos que levaram o jornal a adotar determinada postura editorial sobre o “Inferninho”, considerando aspectos como interesses políticos, econômicos e sociais da época.

“Lindalva Piauí mata a vizinha a facadas” (03 de novembro de 1975)

Transcrição completa da matéria:

https://docs.google.com/document/d/1wXoA6rx7E2cq4ZwehxpU3YW_naB4_00_/edit?usp=drive_link&oid=106951348508572015656&rtpof=true&sd=true

**Gama enfrenta problemas para progredir (24 de setembro de 1972)****Gama reclama remoção do Inferninho (10 de abril de 1977)****Gente e coisas do Gama: Retirada do Inferninho (15 de maio de 1977)****4.5.1.2 Do trabalho possível com a crônica**

A crônica "*Uma Vez Inferninho, Sempre Inferninho*" começa relatando parte da minha trajetória como pesquisador em busca de testemunhos para investigar o "Inferninho", uma antiga favela situada nas proximidades do setor central do Gama-DF. O local surgiu da invasão de um conjunto de boxes originalmente destinados à criação de lojas comerciais, entre as décadas de 1960 e 1980., cuja trajetória carrega marcas de luta, estigmas e superação. O texto é um misto de memória e crítica social, revelando a realidade vivida por famílias que transformaram um espaço precário em lar, enfrentando exclusão e preconceito. O Inferninho insere-se no processo contínuo de migração para o Distrito Federal, em que cada periferia

dava origem a novas periferias, ainda mais marginalizadas. Estima-se que aproximadamente 100 mil migrantes tornaram-se favelados no Distrito Federal nos primeiros dez anos após a fundação das cidades satélites.

Nas primeiras décadas de existência das cidades satélites, as melhorias necessárias eram implementadas de forma gradual, e tais benfeitorias foram conquistadas com muito esforço pela população legalmente assentada. No entanto, ainda havia um contingente significativo de migrantes, antigos ou novos, sem acesso à moradia no elitizado Plano Piloto, e até mesmo na chamada "periferia legal" (cidades-satélites), conforme define James Holston (1993). A solução para esse grupo de desabrigados surgiu por meio da ocupação de terras, na perspectiva de garantir o direito à propriedade. Exemplo disso foram as invasões da Vila Sarah Kubitschek e da Vila Dimas, que conseguiram integrar essas pessoas aos novos conjuntos habitacionais das cidades satélites. Em análise desse processo, Holston (1993, p. 288) analisa uma dinâmica persistente no Distrito Federal quanto ao acesso à terra, que estruturou, ao longo de décadas, as estratégias adotadas pelos desabrigados e pelas autoridades governamentais.

[...] por meio de ações ilegais de tomada de terra que muitos migrantes tinham acesso a terrenos, um acesso que na maioria dos casos terminava autorizado [...] era a ilegalidade de suas tomadas de terra que lhes permitia o acesso tanto a direito de propriedade quanto a novas identidades políticas [...] Não há dúvida, como sugere claramente o precedente histórico, de que a periferia ilegal de hoje se tornará a periferia legal de amanhã.

Como narrador da crônica, movido pela curiosidade acadêmica, visitei a quadra 13 do Setor Sul, onde muitos moradores do Inferninho foram reassentados após a remoção da favela. Durante a visita, conheci Adaílton e sua mãe, Dona Miraci, que compartilham memórias de vida no Inferninho. O lugar era estigmatizado pela mídia e por discursos preconceituosos, sendo retratado como um "antro de perdição". A visão oficial, que considerava os favelados criminosos e promíscuos, era comum em relação às periferias ilegais. Porém, os relatos de Adaílton e Dona Miraci desmentem essa visão, mostrando que o Inferninho era uma comunidade simples, composta por trabalhadores e famílias unidas, que lidavam com a falta de infraestrutura com criatividade e solidariedade.

Apesar da remoção para a quadra 13, os moradores enfrentaram novos desafios, como o isolamento dos serviços essenciais e a persistência do estigma associado ao nome "Inferninho". O preconceito refletiu-se no convívio social, dificultando a integração dos reassentados com outras comunidades. A crônica também contextualiza o processo histórico de remoção de favelas em Brasília, que, nos anos 1980, segregava famílias para áreas distantes do centro, ampliando desigualdades urbanas. A história do Inferninho é um

microcosmo dessas dinâmicas de exclusão e resistência. O jornal *Correio Braziliense* somava forças à visão excludente de remoção a qualquer custo para limpar a cidade daquilo que o próprio periódico definiu como “coisa” em uma área valorizada:

[...] o conhecido “Inferninho”, antro de bandidos, prostitutas e, também, residência de algumas famílias. Na ocasião defendemos, inclusive para o benefício daquelas poucas famílias, a retirada dos habitantes do local e a demolição daquela “coisa” que ali resiste pensando num melhor aproveitamento do terreno, já que a área é uma das mais nobres da cidade (CORREIO BRAZILIENSE, 1977).¹⁵⁶

Ao final, a crônica ressignifica o nome "Inferninho", que, para os antigos moradores, deixou de ser símbolo de degradação para se tornar um marco de força e superação. Contudo, o peso do preconceito persiste, mostrando como as narrativas alheias podem distorcer a realidade de comunidades marcadas pela resiliência.

A crônica foi resultado de uma pesquisa no jornal *Correio Braziliense*, que, durante anos, retratou o Inferninho como um “antro de perdição” e um problema a ser enfrentado pelo governo. Além disso, baseou-se em estudos sobre a remoção de favelas e contou com as valiosas contribuições das entrevistas realizadas com Adailton e Dona Miraci, personagens reais cujas histórias estão diretamente ligadas ao emblemático Inferninho. Durante a pesquisa percebi visões diferentes a respeito do Inferninho. Do jornal *Correio Braziliense*, as notícias eram quase sempre depreciativas, misturando miséria e delinquência, tratando a comunidade como prejudicial para o restante da cidade. A população que vivia em volta do Inferninho por vezes repetia o discurso do jornal, mas nutria um sentimento de piedade para com a comunidade que habitava o local. Essa percepção se deu durante a pesquisa em conversa com pessoas que ainda moram próxima ao local onde situava-se o Inferninho. Adailton e Dona Miraci, não negam as dificuldades e o drama de viver na precariedade, mas contestam a imagem do local ligada a bandidagem e promiscuidade, afirmando ser mentirosa a fala de quem julga sem ter pisado lá.

No debate com os alunos para analisar a crônica “Uma vez Inferninho, Sempre Inferninho”, como parte da atividade proposta, o aluno irá conversar com seus familiares sobre o antigo “Inferninho”, localizado onde atualmente se encontra o Atacadão Dia Dia. Durante a conversa, irá coletar informações sobre o local, registrando os relatos e as memórias compartilhadas e utilizará a crônica para responder algumas questões que serão úteis para o debate. Os registros serão expostos em sala de aula para enriquecer a discussão

¹⁵⁶ Correio Braziliense, Gente e Coisas do Gama: Retirada do Inferninho, dia 15 de maio de 1977. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%201977&pesq=%22inferninho%22&pagfis=88151. Acesso em 20 dez. 2024

em grupo. Essa atividade tem como objetivo aprofundar o entendimento sobre as transformações urbanas e sociais da região, bem como estimular o debate sobre memória, desigualdade e preconceito no contexto do Distrito Federal. Outra proposta de atividade envolve as publicações do Correio Braziliense durante os anos 1970 contestada pelos ex-moradores Adailton e Miraci. O professor pode propor uma roda de conversa para que os estudantes comparem as matérias veiculadas no jornal com os relatos das pessoas que moraram na favela. Além disso, o professor pode levantar questões sobre os motivos que levaram o jornal a adotar determinada postura editorial sobre o “Inferninho”, considerando aspectos como interesses políticos, econômicos e sociais da época.

4.6 PRAZER, ME CHAMO GAMA! (Crônica 4)

4.6.1 Da crônica

Prazer, me chamo Gama!

Nasci como parte da antiga freguesia de Santa Luzia, hoje conhecida como Luziânia. Quando decidiram que eu faria parte da nova capital, deixei de ser fazenda para me tornar Distrito Federal. Meu destino mudou quando acolhi as 30 famílias da Vila Amaury, despejadas pela criação do Lago Paranoá. Esse foi o início de tudo. Diziam que não havia espaço suficiente para todos, mas mesmo assim, recebi os segregados e formei minha “colmeia”.

Os primeiros tempos foram duros. Não havia água encanada, esgoto, energia elétrica ou asfalto. Estou a mais de 30 km do famoso Plano Piloto, e por isso, minha fama de periferia cresceu. Tornei-me cidade-satélite, ou melhor, cidade-dormitório, existindo apenas para servir.

Ouvi dizerem: “Morro na lama, mas não vou para o Gama”. Minha reputação não era boa. Aparecia nos jornais pelos problemas comuns às periferias. Para piorar, não me deram condições de acolher aqueles que continuavam a chegar, em busca de uma vida melhor. Surgiram aglomerados como a Invasão do Itamaracá e o Inferninho, lugares que sobreviveram à margem do mínimo.

Demorou, mas a urbanização chegou. Consegui reassentar parte da população e oferecer condições melhores. Mas, ainda assim, precisei lidar com conflitos internos. Balão Mágico contra Mavoca, Adidas contra GL — disputas que marcaram minha história com tragédias. Fiquei estampado nos jornais pela violência.

E o lazer? Ofereci momentos de alegria que desapareceram com o tempo. Quem não lembra da Prainha? Pois é, poluída e abandonada. As tardes de cinema no Cine Itapuã também se foram, deixando saudade. Hoje, restam o Parque Leste e o Castelinho para as crianças brincarem.

Mas foi o futebol que salvou minha reputação. A Sociedade Esportiva do Gama não apenas se tornou uma opção de entretenimento, mas também um motivo de orgulho. O futebol elevou meu nome e trouxe reconhecimento nacional. Por um momento, esqueceram os problemas e celebraram minhas vitórias.

Hoje, quem é daqui é gamense ou brasiliense. Faço parte de Brasília? Sim, mas de uma “outra Brasília”, que foi essencial para a consolidação da capital. Agora, com orgulho e de braços abertos, digo para quem quer me conhecer melhor: “Seja bem-vindo! Prazer, me chamo Gama!”

4.6.1.1 Das sugestões de atividades

Objetivos:

- Estimular os alunos a refletirem sobre a história do Gama, considerando suas origens, transformações e os desafios enfrentados ao longo do tempo, por meio da análise da crônica.
- Incentivar os alunos a realizarem pesquisas com seus familiares, promovendo o intercâmbio de informações sobre a cidade e reforçando o valor da memória coletiva.
- Promover a análise crítica sobre os principais problemas enfrentados pela cidade, ajudando os alunos a identificar questões que ainda permanecem ou que foram superadas.
- Explorar a história do Gama por meio de relatos de moradores, valorizando as histórias de vida e as experiências compartilhadas, além de ampliar o entendimento sobre as transformações da cidade.
- Sensibilizar os alunos para a importância de ouvir e respeitar diferentes pontos de vista, refletindo sobre as desigualdades e as histórias de vida que muitas vezes são silenciadas.
- Estimular a organização e apresentação de uma exposição cultural, promovendo a integração de diferentes formas de expressão (paineis, vídeos, áudios e fotos) para dar visibilidade às histórias de vida dos moradores e contribuir para a valorização da memória local.

Explorando a Crônica "Prazer, me chamo Gama!"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "Prazer, me chamo Gama!" para cada aluno e oriente-os a refletir sobre as seguintes questões junto dos familiares. (Peça para os alunos anotarem as informações no caderno)

Para conversar em casa: leia a crônica para seus familiares e inicie um diálogo, destacando informações complementares, críticas, análises e curiosidades sobre o texto.

Como foi o início da cidade? Acrescente informações do diálogo com os familiares.

Analise a frase: "Morro na lama, mas não vou para o Gama".

Você conhece os lugares citados na crônica? Complemente informações na conversa com os familiares.

O que significa ser gamense ou brasiliense? Argumente.

Segundo a crônica quais foram os principais problemas enfrentados pela cidade no passado?

Esses problemas permanecem?

O que a cidade do Gama representa para você?

A cidade precisa melhorar? Em quais aspectos?

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.

LEITURA E DEBATE:

Gama está localizada a sudoeste do Plano Piloto (aproximadamente a 40 quilômetros), possui cerca de 8.000 residências e uma população de cerca de 40.000 pessoas. Gama é uma cidade satélite relativamente pouco desenvolvida e a maior parte de sua população é constituída de antigos invasores de áreas do Plano Piloto. É a mais distante das cidades satélites, com urbanização precária, com um fraco mercado de trabalho interno e com um ineficiente sistema de transportes. Pessoas que trabalham no Plano Piloto e que moram no Gama gastavam cerca de três horas diárias para se transportarem de suas casas ao local de trabalho ou vice-versa. Quase todas as casas são construídas de madeira; água e eletricidade são disponíveis para apenas uma parte da população. Gama possui muito poucas facilidades institucionais e de lazer. Os contatos com vizinhos são limitados às donas de casa e crianças, uma vez que os homens possuem muito pouco tempo para ficarem em casa durante a semana. O comércio de Gama é relativamente fraco e os preços tendem a ser ligeiramente mais altos do que em outras áreas de Brasília. O isolamento é a queixa principal da população de Gama.

Fonte: PASTORE, 1969, p. 47

O trecho apresentado, extraído da obra de José Pastore publicada em 1969, oferece um valioso recorte da realidade social da cidade do Gama-DF nos anos 1960. Com base em dados coletados em 1966, o autor nos transporta para a primeira década de existência da jovem cidade-satélite, ainda em formação e buscando consolidar sua identidade:

1. Leia o texto de José Pastore e dialogue com seus familiares sobre alguns aspectos do passado da cidade do Gama. Faça anotações desse diálogo para o debate em sala de aula.
2. Comparando as informações do texto de José Pastore com sua visão atual sobre o Gama e descreva as principais mudanças e permanências na cidade.

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, utilizando de aspectos históricos da cidade do passado e do tempo presente.

Projeto De História Oral

“A história oral, em suma, pode ser uma massa de ligação entre aspectos antes fragmentados da vida vivida e ensinada. Ela tem o valor como ferramenta de diálogo entre pessoas; gerações; grupos; como instrumento decisivamente ligado ao respeito à alteridade, à cidadania, à igualdade. A escuta de histórias de vida proporciona ao aluno compartilhar visões, ideias e opiniões; ficar sensível às diferenças entre as pessoas, na medida em que exige o contato com situações de vida e opiniões diferentes” (SANTHIAGO E MAGALHÃES, 2015, P. 11).

Objetivos: Explorar a história local através de testemunhos e memórias dos moradores da comunidade.

Preparação do Projeto de História Oral

- Definição do tema
- Relação com a disciplina

- Definir o grupo a ser entrevistado
- Resultados esperados
- Recursos necessários
- Procedimentos de realização das entrevistas
- Cronograma
- Uso do produto final

Preparação para a Entrevista:

A turma será dividida em grupos de 3 ou 4 alunos.
Cada grupo deverá convidar um morador de sua rua ou quadra para verificar a possibilidade de realizar a entrevista.
Confirme a entrevista com o entrevistado com antecedência.
Entregue a Carta-Convite ao entrevistado.
Revise o roteiro temático e reflita sobre as perguntas.
Cheque o funcionamento do equipamento: celular, microfone, gravador, pilhas, bateria.
Leve papel e caneta.
Leve os documentos necessários: Carta de Cessão e Roteiro Semiaberto para Entrevista.
Junte esses itens em uma pasta.

Orientações para Entrevista

Antes de começar, lembre o entrevistado sobre o projeto que ele será entrevistado.
Trate o seu entrevistado com total respeito.
Comece a entrevista pelo roteiro semiaberto deixando o convidado à vontade para responder.
Evite fazer mais de uma pergunta por vez para não confundir o entrevistado.
Não interrompa quando o entrevistado estiver narrando.
Não perca a paciência caso o entrevistado fuja do assunto.
Utilize sua expressão facial para mostrar interesse por aquilo que o entrevistado disser. Caso a entrevista esteja se estendendo além do tempo disponível do entrevistador, faça perguntas ou comentários finalizadores de modo gentil para encerrar a entrevista gradualmente.
Termine a entrevista agradecendo a contribuição do entrevistado e perguntando: “Tem mais alguma coisa que o senhor(a) gostaria de acrescentar?”

Pós-entrevista

Sob orientação do professor os alunos irão transcrever as entrevistas a partir de programas e softwares.
Se as entrevistas foram gravadas em vídeo ou áudio armazenar os arquivos para uso pedagógico.

Exposição

Com todo o material avaliado os alunos organizarão uma exposição cultural sob orientação do professor e coordenação.

O que a exposição pode conter:

Painéis com informações e nomes dos entrevistados.
Trechos marcantes da entrevista.
Histórias de vida.
Fotos de diferentes momentos de sua vida (Solicitadas aos entrevistados).
Objetos importantes para a trajetória de vida (solicitados como empréstimo dos entrevistados).
Reprodução sonora de parte das entrevistas.
Apresentação das entrevistas em vídeos.

Finalizando o Projeto de História Oral

Solicitar aos grupos uma autoavaliação do projeto a partir das seguintes perguntas:

- Quais foram os principais assuntos tratados na entrevista?
- Qual foi a sua sensação ao conduzir as entrevistas? Você achou que estava preparado para fazê-la?
- Do que você sentiu falta?
- Que equipamentos você utilizou para gravar a entrevista? Teve alguma dificuldade?
- Ocorreu algo inesperado ao longo da entrevista ou dos contatos com o entrevistado?
- O que você aprendeu sobre a sua cidade, sua rua ou quadra?
- Qual a sua avaliação sobre o Projeto de História Oral?

SUGESTÃO!

Após a conclusão do projeto, o professor poderá planejar uma aula dedicada à história local, integrando as entrevistas realizadas pelos alunos ao conteúdo programático. Essas entrevistas poderão servir como ponto de partida para um diálogo mais profundo sobre os temas abordados em aula, conectando as vivências dos moradores à narrativa histórica, promovendo maior engajamento dos estudantes e valorizando as memórias coletivas da comunidade.

Documentos/Fichas

Acesso aos documentos necessários para realizar a entrevista: Carta-Convite, Carta-Cessão, Roteiro Semi Aberto de perguntas.

Documentos/Fichas-Entrevista



4.6.1.2 Do possível trabalho com a crônica

Prazer, me chamo Gama! é uma narrativa personificada em que o próprio Gama-DF, assume a voz de um personagem para contar sua história. Com um tom intimista e reflexivo, o texto explora as origens, desafios e conquistas da cidade, traçando um panorama histórico e social.

A abertura remete ao passado rural da região, destacando sua transição de uma fazenda na antiga Freguesia de Santa Luzia, em Goiás, para integrar o Distrito Federal. O Gama emerge como um espaço para acolher os primeiros moradores deslocados pela criação

do Lago Paranoá, evidenciando sua formação a partir de situações de exclusão. De acordo com Vasconcelos (1988, p.185), “os primeiros povoadores do Gama foram 30 famílias que trabalhavam na pedreira para a barragem no Paranoá, nos tempos da construção de Brasília”. Essa característica inicial de acolhimento aos segregados que continuavam chegando se manifesta no simbolismo da “colmeia”, já que o projeto urbanístico da cidade, elaborado pelo engenheiro Paulo Hungria, apresenta um traçado hexagonal, semelhante a uma colmeia.

O texto ressalta as dificuldades enfrentadas no início, como a falta de infraestrutura básica, e o distanciamento do Plano Piloto, o que contribuiu para a marginalização do Gama e sua classificação como "cidade-dormitório". Essa visão periférica é reforçada por preconceitos populares, exemplificados pela frase: “Morro na lama, mas não vou para o Gama”. Pastore (1969, p. 47) relatou as dificuldades da cidade em sua primeira década:

É a mais distante das cidades satélites, com urbanização precária, com um fraco mercado de trabalho interno e com um ineficiente sistema de transportes. Pessoas que trabalham no Plano Piloto e que moram no Gama gastavam cerca de três horas diárias para se transportarem de suas casas até o local de trabalho e vice-versa. Quase todas as casas são construídas de madeira ; água e eletricidade são disponíveis para apenas uma parte da população. Gama possui muito poucas facilidades institucionais e de lazer [...] O comércio do Gama é relativamente fraco e os preços tendem a ser ligeiramente mais altos do que em outras áreas de Brasília¹⁵⁷.

Há na crônica um posicionamento a respeito das lutas internas da comunidade. Episódios de violência e disputas entre gangues locais, como "Balão Mágico contra Mavoca" e "Adidas contra GL", episódios que, embora marcantes, carregam o peso de estigmas atribuídos à cidade. Apesar das dificuldades, a crônica aponta para a resistência e as conquistas do Gama, como o reassentamento de comunidades e a chegada da urbanização. O lazer, embora reduzido ao longo dos anos, é recordado como memória afetiva, destacando locais como a Prainha e o Cine Itapuã, que trouxeram alegria em outros tempos.

Um ponto de virada na narrativa é o futebol, apresentado como um elemento de identidade e orgulho coletivo. A Sociedade Esportiva do Gama é exaltada como símbolo de vitória e reconhecimento, permitindo que a cidade fosse vista sob uma nova perspectiva, menos associada aos problemas sociais e mais conectada a um espírito comunitário vibrante.

Por fim, a crônica encerra de forma afirmativa, reivindicando o pertencimento do Gama à história de Brasília, mas enfatizando sua singularidade. O convite ao leitor, “Seja bem-vindo! Prazer, me chamo Gama!”, reflete uma cidade que, apesar de seus desafios, tem orgulho de sua trajetória e de sua contribuição para a construção do Distrito Federal. A crônica, portanto, não apenas relata a história do Gama, mas também humaniza a cidade a

¹⁵⁷ A esse respeito, ver: Pastore, [1969].

partir do diálogo com o leitor, desmistificando preconceitos e ressaltando a resiliência de sua população.

A crônica foi criada com base no objeto de estudo desta dissertação: a história da cidade do Gama-DF. Há um compilado dos principais aspectos da história da cidade retratado no segundo capítulo desta pesquisa. As entrevistas realizadas ao longo deste trabalho foram muito importantes para ampliar a visão social da história da cidade, invisibilizada pela história oficial de Brasília que impacta na ausência dessa história local nos currículos. A existência da cidade ocorre pelo evento maior da concepção de Brasília que gerou um contingente de migrantes sem habitação, mas que ao mesmo tempo não queriam retornar para o seu lugar de origem. Por decidirem permanecer no Distrito Federal, foram removidos para as periferias criadas como cidades-satélites, atribuídas com a função de cidades-dormitórios.

Portanto, a construção de uma história local é um dos pontos principais dessa crônica, que proporciona ao aluno/leitor o contato com a trajetória da cidade, desconhecida por muitos professores, moradores e alunos. Mais do que isso, compreender a totalidade mais ampla do que foi a criação de “Brasília”, a partir do olhar da cidade do Gama por pessoas que contribuíram para a pesquisa e que não se enquadram naqueles grupos já conhecidos de “pioneiros e candangos”, mas de pessoas comuns com ocupações diversas que migraram para o Gama em períodos diferentes. Macedo (2017) aponta para a importância de estabelecer relação entre história local e realidades mais amplas:

A importância de conectar os saberes histórico-históriográficos sobre o local com aqueles que dizem respeito a realidades mais globais implica na influência que tal atitude pode ter para tornar a disciplina de História mais prazerosa, além do que, certamente, facilitará o processo de ensino-aprendizagem e permitirá, ao educando, construir opiniões sobre sua identidade local. Afinal de contas, a História Local requisita um conhecimento diferente daquele que é encontrado nos livros didáticos e que apenas menciona narrativas sobre a nação e o mundo. Isto porque ela fornece ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado (MACEDO, 2017, P. 75).

Para esta crônica, o caderno pedagógico sugere que a leitura e o debate comecem em casa, onde o aluno poderá fazer a leitura junto aos familiares. Esse momento possibilitará ao estudante adicionar informações complementares, críticas, análises e explorar curiosidades sobre a cidade a partir das experiências. Assim, a discussão em sala de aula se enriquecerá com o apoio do diálogo familiar, abordando temas como precariedade das primeiras décadas (sintetizada na expressão “Morro na lama, mas não vou para o Gama”), espaços urbanos, identidade, problemas da cidade em diferentes épocas e perspectivas.

Outra sugestão de atividade, conforme o caderno pedagógico, é a análise de um trecho do livro *Brasília: a cidade e o homem*, de José Pastore (1969), que apresenta algumas características da cidade em sua primeira década. Em seu livro, Pastore (1969) faz uma

análise de dados socioeconômicos e indicadores de satisfação da população do Distrito Federal do período. Com um breve histórico da cidade do Gama, aponta para uma série de dificuldades que a comunidade gamense enfrentou.

A pesquisa do autor, iniciada em 1966, nos transporta para a primeira década de existência da jovem cidade-satélite, ainda em processo de formação e busca por sua identidade. Assim como na atividade anterior, essa tarefa começará em casa, com a leitura do trecho e o diálogo com os familiares sobre alguns aspectos do passado da cidade do Gama. Em seguida, os alunos irão comparar as informações do texto de José Pastore com a percepção atual em torno da cidade e descrever as principais mudanças e permanências sociais ao longo do tempo.

A terceira atividade proposta para esta crônica é um Projeto de História Oral sobre a cidade do Gama-DF, elaborado com base nas orientações do livro *História Oral em Sala de Aula* de Santhiago e Magalhães (2015). A obra oferece valiosas diretrizes, envolvendo teorias e conceitos, além de diversos modelos e projetos que podem ser utilizados como recursos didático-pedagógicos a partir das memórias narradas. Santhiago e Magalhães (2015, p. 11) lembram que a história oral:

[...] fortalece o comprometimento do aluno, sua seriedade, sua proatividade
 [...] coloca seus instrumentos de comunicação oral e escrita em cena.
 Permite que ele toque os conteúdos escolares e os entenda de modo mais amplo e conectado ao mundo [...] em suma pode ser uma massa de ligação sobre aspectos antes fragmentados da vida vivida e ensinada. Ela tem valor como ferramenta de diálogo entre pessoas, gerações, grupos; como instrumento decisivamente ligado ao respeito, à alteridade, à cidadania, à igualdade. A escuta de histórias de vida proporciona ao aluno compartilhar visões, ideias e opiniões; ficar sensível às diferenças entre as pessoas, na medida em que exige o contato com situações de vida e opiniões diferentes. E tudo isso é feito na esfera do concreto.

O Projeto de História Oral requer o cuidado de respeitar todas as etapas até a conclusão do trabalho que abrangem desde a preparação da proposta e a necessária definição do tema; relação com o ano e a disciplina ministrada na educação básica; grupo a ser entrevistado; resultados esperados; recursos necessários; procedimentos para a preparação e a realização das entrevistas; cronograma; elaboração e uso do produto final. Após a conclusão do projeto, o professor poderá planejar uma aula dedicada à história local, integrando as entrevistas realizadas pelos alunos ao conteúdo programático. Essas entrevistas poderão servir como ponto de partida para um diálogo mais profundo sobre os temas abordados em aula, conectando as vivências dos moradores à narrativa histórica, promovendo maior engajamento dos estudantes e valorizando as memórias coletivas da comunidade.

4.7 GANGUES (Crônica 5)

4.7. 1 Da crônica

GANGUES!

Caminhei pelas ruas do Setor Oeste e me sentei para ouvir moradores que testemunharam um período sombrio da cidade. Foi a partir dessas conversas, dessas memórias compartilhadas, que comecei a montar o quebra-cabeça de uma época marcada por dor, violência e resistência. As vozes que me receberam não vieram de livros, mas da vida: carregadas de lembranças difíceis, mas também de desejo de transformação.

Nas quebradas do Gama Oeste, entre os anos 1980 e início dos anos 1990, o clima era tenso. As tardes e noites eram marcadas por confrontos entre duas gangues rivais que disputavam o território: Mavoca e Balão Mágico. Brigas banais, um misto de defesa de honra e disputa territorial, transformavam ruas e vielas em cenários de guerra.

Nas quadras do Setor Oeste o som dos tiros ecoava e espalhava medo. “Quem morreu desta vez?”, perguntavam os moradores, temendo pela segurança de seus familiares e amigos. Era um cotidiano de perdas, de lágrimas, de velórios marcados pela angústia de não saber onde aquilo tudo iria parar. Nem a PM, nem a Civil conseguiam conter a escalada de tensão. A 14ª Delegacia, no Setor Central, tornou-se o epicentro de muitas dessas disputas.

Ao entrevistar Nego Lu, ele descreveu a intensidade dos conflitos com clareza: *“Era uma guerra danada entre o Balão Mágico e a Mavoca. Era tiro pra todo canto, direto. A gente vivia nesse clima pesado, sem saber o que podia acontecer.”*

Marcelo, ex-morador da quadra 11 do Setor Oeste, também compartilhou memórias duras. Contou que, apesar de frequentarem os mesmos bailes e conviverem no mesmo setor, os jovens das duas gangues viviam em constante confronto:

___ *“Vi muitos amigos de infância morrerem por causa dessa guerra,”* relatou com pesar, mencionando nomes como Célio, Peixeiro, Ossinho, Esquilo, Bagaço, Boi e Telo — todos vítimas da violência que marcou aquela geração.

Esses relatos se repetiam com variações, mas sempre com o mesmo pano de fundo: a cidade se tornava palco de guerra. O Gama ficou “famoso” nos programas da *Rádio Planalto*, nas páginas do *Correio Braziliense* e até em reportagens do *Fantástico*. A paz era um conceito distante.

Depois de muitas lágrimas e mortes, os confrontos cessaram. O Gama encontrou um novo ritmo, um novo sentido. As gangues ficaram para trás, mas as ruas ainda sussurram essas histórias. O passado, feito de dores e silêncios, permanece vivo na memória dos que ficaram.

E a vida segue com passos mais leves, com olhares atentos, na esperança de que relembrar seja também um modo de impedir que tudo se repita.

4.7.1.1 Das sugestões de atividades

Objetivos:

- Desenvolver habilidades artísticas e musicais ao adaptar um poema para diferentes gêneros musicais, como rap, hip-hop, rock, trap ou samba.
- Explorar a estrutura narrativa do poema, destacando sua mensagem e utilizando a música como meio de amplificar o impacto da história das gangues do DF.

- Estimular a observação e reflexão sobre a realidade local, incentivando a criação de poemas ou músicas que expressem a vivência e as problemáticas da comunidade.
- Promover o engajamento e a colaboração ao trabalhar em grupo, permitindo que os alunos compartilhem suas interpretações e produções artísticas.

Explorando a Crônica "Gangues!"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "Gangues!" para cada aluno e oriente-os a refletir sobre as seguintes questões: (Peça aos alunos que registrem suas observações e reflexões por escrito)

Descreva o principal problema de segurança enfrentado pela cidade do Gama nas décadas de 1980 e início dos anos 1990.

Balão Mágico, Mavoca, Adidas, GL. Você já ouviu falar desses nomes? Converse com seus familiares sobre esses grupos e compartilhe o que descobriu.

Opromeso, Danny e SEG promoviam festas e bailes que eram os principais pontos de diversão da juventude do Gama. O que os jovens fazem para se divertir atualmente? Compare com as opções de lazer disponíveis na época.

Quais foram as consequências da atuação desses movimentos no Gama?

Pesquise sobre os assassinatos do jovem Marco Antônio Velasco em 1992 e do indígena índio Galdino Pataxó em 1997. Quais foram os desdobramentos desses casos e seu impacto na comunidade do Gama?

Você já presenciou ou soube de algum caso de violência em sua rua ou quadra? Como reagiu na ocasião e, na sua opinião, o que as autoridades poderiam ter feito para prevenir situações semelhantes?

Pesquise sobre a atual situação da segurança pública no Gama. Quais são os principais desafios e o que tem sido feito para melhorar a segurança na cidade?

Elabore um projeto de intervenção social que vise prevenir o envolvimento da juventude com atividades criminosas. O projeto deve incluir estratégias para promover a inclusão, o acesso a atividades culturais, educacionais e esportivas, além de incentivar a conscientização sobre os impactos negativos do crime.

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas. O professor pode apresentar a fala por escrito ou em formato de áudio, compartilhando o depoimento de alguém que vivenciou esse período histórico.

Poema e Música:

Gangues do Oeste

Na quebrada do Gama Oeste, o clima pesou;
Mavoca e Balão Mágico, a treta estourou;
Gangues rivais, o ódio se espalhou;
Nas ruas e vielas, o caos se instaurou.

Brigas banais, defesa de honra e território;
No meio da violência, onde vai ser o velório?
Na 11 e 23, troca de tiros outra vez;
Meu Deus! Quem morreu? Foi aquele meu freguês?

Familiares choram, sem saber onde vai parar;
Nem PM, nem Civil consegue frear;
É na 14° que o bicho vai pegar;
No Gama Oeste, a paz parece se afastar;

Brigas banais, defesa de honra e território;
 No meio da violência, onde vai ser o velório?
 Na 11 e 23, troca de tiros outra vez;
 Meu Deus! Quem morreu? Foi aquele meu freguês?

Familiares choram, sem saber onde vai parar;
 Nem PM, nem Civil consegue frear;
 É na 14° que o bicho vai pegar;
 No Gama Oeste, a paz parece se afastar;

- A turma será dividida em grupos e o professor distribuirá cópias do poema para os grupos.

Criando Arte!

Música ou Poema

1. Peça que cada grupo escolha um estilo musical que dialogue com a temática do poema (rap, hip-hop, rock, trap ou samba), e o transformem em uma canção. Eles deverão destacar a força narrativa do texto, adaptando a estrutura do poema para a música, com ênfase na melodia, ritmo e letra. Durante o processo, incentive-os a explorar como o estilo escolhido pode intensificar a mensagem do poema, mantendo sua essência e criando uma conexão emocional com o ouvinte.
2. Peça aos grupos que criem um poema ou uma música (pode criar em forma de paródia) inspirada na realidade de sua rua, quadra ou cidade. Eles devem observar os aspectos do cotidiano local, como a convivência entre os moradores, os desafios enfrentados pela comunidade, e as características culturais ou sociais que definem o lugar.

Finalizando a atividade

Os grupos apresentarão suas obras em sala de aula, compartilhando suas criações com os colegas. Com o devido planejamento e alinhamento com a coordenação, a apresentação poderá ser ampliada para toda a escola.

Notícias sobre violência juvenil no DF!

Acesse os links para ler as notícias!

Massacre de menor revolta Brasília ago. 1993

Quarenta gangues espalham terror no DF ago.1993

O caso do assassinato do índio Galdino de Jesus dos Santos

Rapazes tocam fogo em índio na W3-Sul abr. 1997

- Após a leitura das notícias, o(a) professor(a) pode organizar uma roda de conversa para abordar questões relacionadas à violência praticada por jovens no passado da cidade do Gama. Durante a discussão, é possível explorar casos de violência juvenil que tiveram grande repercussão na imprensa e refletir sobre os fatores que podem levar jovens a ingressar no mundo do crime. A atividade pode incluir a análise de aspectos sociais,

econômicos e culturais, incentivando os estudantes a pensar em estratégias de prevenção e na construção de alternativas positivas para a juventude.

4.7.1.2 Do possível trabalho com a crônica

A cidade do Gama-DF não ficou imune ao fenômeno das gangues. Nos anos 1980 e 1990, gangues atuavam em praticamente todos os setores da cidade, sendo as mais "famosas" Mavoca, Balão Mágico, Gangue do Adidas, GL (Galera do Leste), Turma da Xuxa e Trem da Alegria. Essas gangues marcaram época e fazem parte do imaginário de muitas pessoas. O Setor Oeste destacou-se negativamente por ser palco de uma verdadeira guerra de reafirmação territorial, marcada por conflitos entre gangues que perduraram até o início dos anos 1990. O conflito mais intenso ocorreu entre as duas maiores rivais: Mavoca e Balão Mágico.

A atuação criminosa desses movimentos juvenis se estendia por todo o território do Distrito Federal, atingindo até áreas de classe média alta do Plano Piloto. Um dos casos mais emblemáticos foi o já mencionado assassinato de Marco Antônio Velasco, um jovem de 16 anos, em 1993. Embora não fosse membro de nenhuma gangue, ele foi vítima da gangue Falange Satânica, da Asa Norte, e o crime gerou grande repercussão na mídia. No entanto, apesar de muitos outros jovens terem perdido a vida na violenta guerra entre gangues, esses crimes raramente tiveram a mesma atenção da mídia. É o caso do Gama, em que muitas vidas juvenis foram perdidas em função da violência urbana. Nos anos 1980 e início dos anos 1990, o Gama Oeste vivia uma realidade marcada pela tensão e violência. Duas das principais gangues da cidade, Mavoca e Balão Mágico, disputavam território, poder e respeito em um cenário de constante conflito.

Para compreender melhor a realidade desse período e dos dois movimentos, entrevistei algumas pessoas do Setor Oeste que viveram de perto o conflito. Perguntei aos entrevistados sobre as causas dos confrontos, e as respostas frequentemente mencionavam a rivalidade, as disputas por influência e o status de poder. Muitos também apontaram que a condição de periferia da cidade, aliada à falta de oportunidades para os jovens e à escassez de opções de lazer, contribuía para a entrada deles no mundo do crime. Os confrontos tinham causas complexas: eram brigas que mesclavam a defesa de uma honra subjetiva com disputas territoriais sem fim. O resultado era devastador para os moradores das quadras mais afetadas, como as quadras 11, 20 e 23 do setor oeste, onde tiros ecoavam com frequência e o medo se espalhava. Cada morte era mais uma cicatriz na comunidade. O som de disparos, as perguntas angustiadas de "Quem morreu desta vez?" e os velórios cheios de lágrimas eram parte do cotidiano. Para Andrade (2007, p. 15), esses movimentos correspondem a:

[...] turmas de jovens com estrutura relativamente territorializada reunidas em torno de interesses geralmente alheio à violência, mas que, além de não estarem livres de praticar atividades ilícitas e atos violentos, costumam manter rivalidades com outros grupos para marcarem a posse de seu espaço, produzindo embates que podem terminar na tragédia de agressões extremamente graves e homicídios.

As autoridades, apesar das tentativas, pareciam incapazes de conter a onda de violência. A delegacia local, conhecida como a 14^a, era mencionada como o epicentro de muitos confrontos, mas a paz parecia um sonho distante. Enquanto isso, a rivalidade entre as gangues crescia, com ambas mantendo posturas desafiadoras e orgulhosas. Para os moradores, restava o medo. Essa violência chamou atenção até da mídia que espetacularizou manchetes a respeito da violência nas periferias, sobretudo no Gama. A Rádio Planalto, o jornal *Correio Braziliense* e o programa *Fantástico* da TV Globo noticiaram os conflitos, tornando o Gama conhecido por suas tragédias. Em 18 de agosto de 1993 o texto do *Correio Braziliense* alarmava: “*A cidade-satélite do Gama é considerada uma das mais violentas do Distrito Federal. A década de 80 ficou marcada pelo auge da violência das turmas daquela satélite*” (CORREIO BRAZILIENSE, 1993).

A crônica cita os famosos bailes promovidos por clubes e casas de show como Opromeso, Danny e SEG, que alegram as noites da cidade. Nos bailes, as pessoas dançavam, riam e esqueciam, ainda que por pouco tempo, o peso da violência que as cercava. Todos dançavam juntos, independente do movimento ao qual pertenciam. Mas quando essas festas acabavam a violência estourava.

Por fim, o texto afirma que com o passar do tempo e após muitas perdas, a violência cessou. As gangues ficaram no passado, e o Gama encontrou uma nova perspectiva. A paz, que antes parecia impossível, foi gradualmente se firmando. Hoje, o Gama Oeste é um lugar onde as ruas contam histórias de um passado sensível e doloroso. A crônica ressalta a importância de lembrar para não repetir. A memória dos conflitos serve como um alerta e, ao mesmo tempo, como um testemunho de superação.

O caderno pedagógico traz como sugestões de atividades: a exploração da crônica por meio de questões que têm por objetivo estimular o debate em sala de aula, e a atividade que envolve o poema “Gangues do Oeste”.

No debate os alunos irão refletir sobre a violência do passado da cidade, mais precisamente durante as décadas de 1980 e 1990 a partir da atuação das gangues Balão Mágico, Mavoca, Adidas e GL, sendo que os alunos poderão consultar os familiares sobre o período. Pode-se estabelecer uma comparação entre os bailes que ocorriam nas casas de festa e clubes com o tipo de entretenimento dos jovens de hoje. Os alunos, se desejarem, poderão relatar casos de violência em suas localidades e sugerir estratégias de intervenção social para

prevenir o envolvimento da juventude com atividades criminosas. A segunda atividade envolve o poema “Gangues do Oeste” onde cada grupo escolherá um estilo musical que dialogue com a temática do poema (rap, hip-hop, rock, trap ou samba), e o transformará em uma canção. Eles deverão destacar a força narrativa do texto, adaptando a estrutura do poema para a música, com ênfase na melodia, ritmo e letra. Durante o processo de criação da música, é importante ressaltar que o estilo escolhido pode intensificar a mensagem do poema, mantendo sua essência e criando uma conexão emocional com o ouvinte.

Na sequência do caderno pedagógico, são apresentados diversos *links* com notícias sobre violência juvenil que tiveram ampla repercussão na imprensa. O professor pode iniciar uma roda de conversa com os alunos a partir dessas notícias, abordando aspectos sociais, econômicos e culturais. O objetivo é refletir sobre os fatores que levam jovens, independentemente de sua classe social, seja de famílias mais humildes ou de classe média alta a se envolverem em atos criminosos.

4.8 NÃO É SÓ FUTEBOL (Crônica 6)

4.8.1 Da crônica

NÃO É SÓ FUTEBOL

Como pesquisador da história social do Gama, mergulhei em entrevistas, documentos e memórias para entender o papel que o futebol desempenhou na construção da identidade da cidade. O que encontrei foi muito mais do que relatos de gols e campeonatos: encontrei um sentimento coletivo pulsante, uma paixão que atravessa gerações.

O futebol sempre foi uma paixão gamense, enraizado no cotidiano da cidade desde os tempos dos times amadores. Entre eles, o Coenge brilhou intensamente, conquistando a Taça Brasília em 1969. Em um período de escassas opções de lazer e em meio a tantas adversidades sociais, o futebol se firmou como a principal fonte de diversão e orgulho dos moradores.

Foi por iniciativa de Seu Hermínio Ferreira, figura central nas narrativas que ouvi, que nasceu a Sociedade Esportiva do Gama — o time profissional da cidade. Pessoas vindas de várias regiões do país, muitas delas em busca de recomeços, encontraram nas arquibancadas um motivo para torcer juntas e, assim, criar uma identidade comum.

Em 1979, o time liderado por nomes como Péricles, Fantato e Roldão marcou definitivamente a memória afetiva do Gama. Aquele ano trouxe o primeiro título de campeão brasileiro, e muitos entrevistados ainda se referem àquela equipe como a mais emblemática da história do clube.

O Estádio Bezerrão, além de palco de grandes conquistas, tornou-se um símbolo cultural. O mais fascinante, contudo, é perceber como o futebol ajudou a transformar a imagem da cidade.

Como afirmou Márcio Almeida em entrevista: *"Fora dessas páginas policiais e dos problemas sociais, dificilmente se falava sobre o Gama [...] com o futebol, pela primeira vez, o Gama sai das páginas policiais e vem pra virar destaque no esporte. Foi campeão."*

Mais do que vitórias em campo, o futebol serviu como uma válvula de escape para uma população marcada por adversidades. Mais do que um esporte, ele se revelou uma força social capaz de unir, inspirar e transformar. Por isso, no Gama, “Não é só futebol” — é memória, identidade e pertencimento.

4.8.1.1 Das sugestões de atividades

Objetivos:

- Promover a reflexão sobre a importância do futebol na construção da identidade e da comunidade do Gama.
- Desenvolver habilidades de leitura, interpretação e produção de textos.
- Compreender o impacto sociocultural do futebol na formação da identidade coletiva de uma comunidade.
- Analisar a influência histórica e social do futebol como motor de transformação e orgulho para a cidade do Gama.
- Desenvolver habilidades de pesquisa e argumentação, conectando aspectos históricos, culturais e sociais do futebol à realidade local.
- Refletir sobre como diferentes aspectos da vida urbana, como lazer e esportes, contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade em uma comunidade.

Explorando a Crônica "Não é só futebol"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "Não é só futebol!" e assista a entrevista com o escritor e memorialista Márcio Almeida. Estimule os alunos a refletir sobre as seguintes questões: (Peça aos alunos que registrem suas observações e reflexões por escrito)

Pesquise matérias de jornais sobre o futebol do Gama.

O futebol, mais do que um esporte, foi um motor de identidade e orgulho para a comunidade local. Argumente.

O que o futebol representa para as pessoas que vivem em nossa cidade?

O que o futebol representa para os brasileiros?

Quais outros aspectos de uma cidade podem ser transformados por um esporte, como o futebol?

Como o futebol ajudou a mudar a imagem do Gama?

Em qual contexto histórico o futebol tornou-se mais importante que outras opções de lazer na cidade?

O que significa "identidade coletiva"? Como o futebol contribui para a criação de uma identidade para a cidade?

Quais foram os momentos mais marcantes do futebol no Gama (como o Coenge e a Sociedade Esportiva do Gama)?

Como a criação do time oficial da cidade e as vitórias ajudaram a fortalecer o sentimento de pertencimento?

Como o futebol serviu como válvula de escape para os problemas sociais enfrentados pela cidade?

Você já teve a oportunidade de visitar o Bezerrão? Qual é a sua memória mais marcante relacionada aos jogos do Gama?

Qual a atual situação do futebol profissional do Gama?

Conhecer a infraestrutura e a história do Estádio Bezerrão e do centro de treinamento.

Finalizando a atividade

_____ Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.

Gama Campeão!

_____ Assista ao documentário: “Gama, 20 anos da Série B - Especial do GloboEsporte.com relembra a maior conquista do Gama”.

Parte 1



Parte 2



Parte 3



Parte 4

**SUGESTÃO**

O(a) professor(a) pode organizar uma roda de conversa para destacar a importância da conquista esportiva para a cidade em 1998, explorando o impacto social e cultural desse evento. A atividade pode abordar de que maneira o esporte mobilizou a população em torno do time de futebol, promovendo um senso de pertencimento coletivo.

- Prezado(a) colega Professor(a), O QR Code abaixo oferece acesso direto às entrevistas que foram fundamentais para a construção deste caderno pedagógico. As entrevistas estão organizadas em pastas temáticas, cada uma abordando um aspecto específico da história da Região Administrativa do Gama-DF. Acreditamos que esse material proporcionará uma rica oportunidade de aprofundamento e reflexão sobre o contexto histórico local, auxiliando no planejamento e desenvolvimento de suas atividades pedagógicas. Aproveite este recurso para enriquecer sua prática docente e proporcionar aos seus alunos uma imersão mais completa no tema.



4.8.1.2 Do possível trabalho com a crônica

"Não é só futebol" narra como o futebol desempenhou um papel fundamental na construção da identidade da cidade do Gama, no Distrito Federal. Desde os tempos dos times amadores, como o Coenge, que brilhou ao conquistar a Taça Brasília em 1969, o futebol foi mais do que um simples esporte. Em uma época com poucas opções de lazer, ele se tornou a principal diversão e uma fonte de orgulho para os moradores.

A crônica destaca a importância de Seu Hermínio Ferreira na criação do time profissional da cidade, a Sociedade Esportiva do Gama. O surgimento da Sociedade Esportiva do Gama – SEG, reuniu os moradores da cidade oriundos de diferentes regiões do Brasil em torno da paixão pelo futebol, criando uma identidade coletiva única. Esse sentimento de pertencimento se fortaleceu em 1979, quando o Gama conquistou seu primeiro título de campeão brasileiro, um feito lembrado até hoje pelos torcedores como um dos maiores momentos da história do clube. O time de 1979, com jogadores como Péricles, Fantato e Roldão, é reverenciado até hoje como o mais grandioso da cidade. A reunião de pessoas de diferentes condições sociais em torno do futebol da cidade conduzia a comunidade unida por uma experiência comum. Segundo Stemme (1981, p. 111):

Os espectadores de futebol estão certamente num ambiente sem restrições ou convenções. O estádio de futebol age como denominador comum para todos os que, de outro modo, nunca teriam tal encontro - trabalhadores, burocratas, homens de negócio, ministros, presidentes, políticos, artesãos, fazendeiros, membros do sexo frágil, o rico, o pobre... todos permanecem ombro a ombro nos terraços do futebol.

O Estádio Bezerrão se tornou um palco de grandes conquistas, e o futebol teve o poder de transformar a imagem da cidade. De um lugar marcado pela violência e dificuldades sociais, o Gama passou a ser reconhecido como a "cidade do futebol" no Distrito Federal. A prática esportiva não apenas trouxe conquistas, mas também um sentido de pertencimento, orgulho e um novo significado para a comunidade. A crônica enfatiza que, para os moradores do Gama, o futebol foi muito mais que um jogo. Ele serviu como uma válvula de escape em tempos difíceis e ajudou a unir a cidade em torno de uma paixão comum. O jornal *Correio Braziliense* dedicou página exclusiva em janeiro de 1980 para descrever o sucesso do time e sua relação com a cidade:

Comenta-se atualmente que cada morador da cidade, da criança ao adulto é um torcedor em potencial do time que trouxe a alegria do povo. A Sociedade Esportiva do Gama, o popular time do Gama, campeão da cidade e o único do Distrito Federal que conseguiu varar mais jogos no último campeonato nacional de futebol, enfrentando equipes poderosas como o Grêmio, Flamengo, o Londrina e o Sport de Recife, entre outras. [...] Realmente a equipe de futebol deu um novo destaque à cidade, possibilitando o surgimento de mais profissionais e fez o estádio ficar cheio. [...] Com uma ponta de contentamento e de indisfarçável orgulho, o gamense diz que

seu time hoje é líder do campeonato brasiliense...[...] (CORREIO BRAZILIENSE, 20 de janeiro de 1980).¹⁵⁸

A matéria do *Correio Braziliense* de 20 de janeiro de 1980 tem um tom claramente promocional ao falar da Sociedade Esportiva do Gama. O texto busca exaltar o time e sua relevância para a cidade. Embora Grêmio e Flamengo fossem, de fato, grandes clubes com tradição nacional já consolidada em 1980, Londrina e Sport Recife, apesar de respeitáveis, eram equipes medianas no cenário nacional e não tinham o mesmo peso simbólico ou técnico no cenário nacional naquele período. A inclusão deles na lista de "equipes poderosas" foi uma estratégia para valorizar o feito do Gama. O noticiário, antes predominantemente negativo sobre a cidade, passou a destacar os feitos do futebol em nível nacional, transformando a percepção da região e elevando a autoestima dos seus moradores. Assim, o futebol deixou de ser apenas um jogo, representando uma verdadeira mudança no significado e no valor atribuído à cidade do Gama-DF. Nesse sentido, a sociedade se manifesta não apenas em seus aspectos políticos, econômicos ou religiosos, mas também por meio do esporte, sendo esses elementos diferentes prismas que permitem a análise das sociedades (BORGES, 2006).

O caderno pedagógico traz a análise da crônica como primeira sugestão de atividade para refletir com os alunos a relação entre o futebol e a comunidade do Gama ao longo de sua história. O professor poderá apresentar algumas matérias de jornais da época sobre o futebol amador até o surgimento da Sociedade Esportiva do Gama (SEG), além de suas principais conquistas esportivas. Algumas questões podem estimular o debate como: a identidade coletiva da cidade moldada pelo futebol; o futebol como fator que favoreceu a autoestima do gamense; o futebol como opção de entretenimento na cidade; aspectos da cidade que podem ser transformados pelo futebol; o futebol como válvula de escape para tempos difíceis; memórias marcantes que envolvem o time do Gama.

Como sugestão final, o caderno pedagógico apresenta documentário *Gama, 20 anos da Série B*, produzido pelo GloboEsporte.com, que resgata a maior conquista da história do futebol do Gama: o título de 1998. O documentário reúne uma série de entrevistas com os jogadores campeões de 1998, acompanhadas de imagens e relatos sobre a experiência vivida durante a competição, além de destacar a importância daquele título para a cidade. Após a exibição do documentário, o professor poderá promover uma roda de conversa para analisar o impacto social e cultural da conquista, explorando os motivos que fazem o esporte, até os dias de hoje, mobilizar a população em torno do time. A reflexão também poderá abordar sobre a

¹⁵⁸ Correio Braziliense, "Time do povo planeja a segunda satélite no cenário do brasileiro". Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&Pesq=%22dono%20da%20massa%22&pagfis=739. Acesso em 20 dez. 2024.

existência de um senso de pertencimento e identidade coletiva em relação ao clube e a cidade.

Além disso, o professor poderá discutir e apresentar o documentário como uma forma de construção narrativa que, ao selecionar imagens, depoimentos e emoções específicas, não apenas registra fatos, mas também contribui para elaborar uma memória afetiva e simbólica sobre o time. Essa abordagem permite aos alunos refletirem criticamente sobre como documentos audiovisuais constroem significados, interpretam o passado e reforçam identidades locais, contribuindo para a formação de uma memória coletiva que vai além do esporte. A atividade pode ser conduzida com o objetivo de compreender o papel do esporte na construção de identidades locais e no fortalecimento do sentimento de pertencimento coletivo. Para isso, propõe-se a análise do documentário como uma forma de construção narrativa e produção de memória, estimulando o senso crítico dos alunos em relação ao uso de imagens, depoimentos e recursos audiovisuais na criação de sentidos sobre o passado.

As crônicas autorais presentes neste caderno pedagógico, bem como as atividades propostas ([vide apêndice](#)), representam um esforço de transformar os resultados de uma pesquisa voltada para a história local, a história oral e a memória da cidade do Gama-DF em um material pedagógico acessível e útil para o trabalho docente em sala de aula. A escolha pela crônica como forma de expressão e mediação foi metodológica, pois ela permite aproximar a linguagem historiográfica do cotidiano vivido, trazendo para o texto experiências individuais e coletivas que nem sempre aparecem nos registros oficiais. Ao narrar situações comuns, afetos e memórias compartilhadas, a crônica opera como uma ponte entre a subjetividade e os processos históricos mais amplos, oferecendo ao ensino de História uma ferramenta sensível, capaz de despertar a escuta, a empatia e a reflexão crítica. Essa aproximação entre crônica e história contribui para o reconhecimento dos alunos como sujeitos históricos para que compreendam que o do território em que vivem é um espaço legítimo de produção do saber. Ao tornar visíveis as marcas da história nas ruas, nas vozes e nas trajetórias dos moradores do Gama, o uso pedagógico da crônica favorece uma aprendizagem situada, alinhada aos princípios do ensino de História e contribuindo para a ampliação do entendimento historiográfico em âmbito local.

Diante da ausência significativa de conteúdos que abordam realidades locais nos currículos escolares e, por consequência, nos livros didáticos utilizados nas redes de ensino, este recurso didático busca preencher parte das lacunas existentes, contribuindo para um ensino de História mais conectado com a vivência dos professores, dos alunos e da comunidade escolar. Ao trazer à tona experiências, memórias e narrativas vinculadas ao território do Gama, este material pretende apresentar a dimensão do local como espaço

legítimo de aprendizagem histórica, promovendo o reconhecimento dos sujeitos sociais que constroem e ressignificam a cidade no cotidiano. Como já destacado, a ideia de que “realidades diferentes exigem abordagens diferentes” têm orientado de forma cada vez mais evidente as propostas do ProfHistória, refletindo-se tanto nas dissertações quanto nos produtos educacionais desenvolvidos a partir delas. Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que considerem as especificidades regionais e locais como ponto de partida para o desenvolvimento do pensamento histórico, da identidade cultural e da cidadania crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decisão de ingressar em um programa de mestrado profissional representou a oportunidade para repensar minha prática pedagógica e, talvez, contribuir, por meio desta pesquisa e do produto pedagógico a ela associado, para que meus colegas de profissão disponham de uma possibilidade a mais em suas aulas. O professor da educação básica, frequentemente sobrecarregado com a dupla jornada de trabalho e o excesso de tarefas burocráticas, além de se sentir frustrado com um plano de carreira que não o reconhece como peça fundamental na transformação social e econômica do país, em geral encerra sua trajetória no magistério público com um certificado de especialização. Esse conjunto de desafios aos quais o docente está submetido dificulta o acesso a textos e discussões atualizadas, prejudicando seu contínuo desenvolvimento profissional. O Profhistória me proporcionou o contato com novas pesquisas que abordam a pluralidade no ensino de História, imprescindíveis no contexto atual de sociedade e sala de aula. Posso afirmar, com convicção, que essa etapa acadêmica me permitiu enxergar novas possibilidades para o ensino de História, com o objetivo de promover maior engajamento dos estudantes, para quem planejamos e nos dedicamos a cada bimestre, semestre e ano letivo.

A disciplina de História do Ensino de História, ministrada pelos professores Dra. Sônia Magalhães e Dr. Cristiano Nicolini, despertou em mim o interesse em trabalhar com a história local da cidade do Gama-DF como objetivo geral desta dissertação. Com a definição do problema de pesquisa, a ausência de uma história local e de material pedagógico, recebi valiosas contribuições do meu orientador, o professor Dr. Jiani Langaro, e da professora Dra. Heloisa Capel, na disciplina de Projeto de Pesquisa. A partir dessas orientações, iniciei a busca por uma estrutura de dissertação que atendesse às demandas dessa história local e, ao mesmo tempo, elaborasse um produto pedagógico que proporcionasse recursos úteis para os professores da educação básica. Durante a qualificação do projeto de pesquisa, eliminei algumas ilusões que me acompanhavam e iniciei a minha trajetória como pesquisador, reunindo um vasto conjunto de referências bibliográficas e buscando testemunhos de pessoas dispostas a contribuir com a pesquisa.

Os desafios foram muitos, exigindo grande disposição e coragem para superar os momentos de bloqueio e falta de inspiração, diante de uma proposta de pesquisa que necessitava de elementos que se completassem e fizessem sentido de maneira integrada. Cheguei até aqui com a sensação de que esta dissertação representa uma contribuição para a história local da cidade do Gama-DF e acredito que ela oferece desdobramentos que podem dar origem a futuras pesquisas devido às suas limitações. Quanto às limitações da pesquisa,

destaco que outros temas podem ser mais aprofundados em futuros trabalhos, como o período da ditadura militar, quando a repressão e a vigilância sobre os movimentos sociais estavam presentes na cidade do Gama-DF, conforme indicam diversos relatórios de fiscalização.

Outra limitação observada refere-se às transformações sociais e econômicas mais recentes na história da cidade, que podem gerar discussões interessantes, especialmente no contexto histórico da luta pelo direito à moradia, em paralelo ao fenômeno do 'boom' imobiliário, com a construção de edifícios residenciais e condomínios fechados. Esse processo social não apenas atrai novos moradores, mas também promove a chamada mobilidade social.

Esta dissertação despertou histórias e memórias, como resultados da pesquisa, até então restritas a conversas informais, muitas vezes exageradas, romantizadas e até mitificadas pelo tempo. Algumas dessas memórias eram desconhecidas até mesmo pelo próprio pesquisador e, acredito, por muitas outras pessoas também. Um exemplo claro desse desconhecimento é a existência da Invasão da Vila Itamaracá, que hoje corresponde à quadra 50 do Setor Leste. A Invasão era uma favela que refletia todo o descaso e a violência social promovidos pelo Estado. Conheci pessoas que viveram a infância e adolescência naquele local e que relataram o sofrimento e a luta pelo direito à moradia digna.

Os estigmas que marcaram os antigos moradores do "Inferninho" e os acompanharam até a quadra 13 do Setor Sul representam uma memória de resistência pela conquista da cidadania, uma história que permanece desconhecida para muitos. A violência latente durante o período das gangues ainda permanece viva na memória de muitos moradores da cidade, especialmente do Setor Oeste. Aqueles que recordam esse tempo como mera 'diversão' de uma juventude desregrada não têm noção do número de vidas que foram perdidas em disputas por honra, status e território, em uma periferia onde as forças políticas pouco se importavam com a realidade da juventude.

Por fim, os estudos sobre a pré-história e a história colonial do Distrito Federal, marcantes também no território que mais tarde daria origem à Região Administrativa do Gama-DF, revelam uma riqueza historiográfica que antecede a construção de Brasília.

Precisava, portanto, organizar essas memórias dentro de tópicos que contassem a trajetória da cidade dos anos 1960 até o final dos anos 1990, culminando assim na construção da história local. Depois, com o texto da pesquisa dialogando com os testemunhos, era o momento de pensar no produto pedagógico voltado para professores. A crônica, por ser um gênero literário de linguagem acessível e por sua conexão com o saber histórico, foi escolhida para a elaboração do caderno pedagógico como parte propositiva de contribuição deste trabalho. Nesse contexto, foram criadas seis crônicas baseadas nos estudos e entrevistas dos

capítulos 2 e 3. A proposta de transformar histórias de vida e parte da pesquisa em crônicas tinha como objetivo a criação de material pedagógico, acompanhado de sugestões de atividades diversificadas para serem trabalhadas em sala de aula.

Outro resultado dessa pesquisa está na necessidade de uma consciência historiográfica que reconheça a pluralidade e diversidade da história de Brasília. Decisões políticas fizeram com que, apesar de estarmos dentro do mesmo “quadrado”, nossas lutas tivessem objetivos próprios, nossas dores fossem sentidas de maneira diferente e os anseios se manifestassem de forma específica, contribuindo para a formação de identidades e histórias próprias. Como escrevi anteriormente; realidades diferentes exigem abordagens diferentes. Somos brasilienses de uma “outra Brasília”, oriundos de pessoas que para cá migraram e deram origem às gerações locais, apesar da insistência de muitos que insistem na categorização imposta pela segregação socioespacial. Portanto, os resultados deste trabalho levam a contribuições teóricas e práticas como proposta do curso de mestrado profissional do ProfHistória. As descobertas geradas por esta dissertação ao longo de todo o percurso de pesquisa até sua conclusão reforçam a importância de que mais estudos sobre a região e o local sejam realizados, a fim de oferecer suporte aos professores do Distrito Federal, onde os alunos da região, como destino final dos esforços dos trabalhos do ProfHistória, poderão estreitar o contato com a sua realidade histórica por métodos pedagógicos variados de acordo com cada pesquisa.

Esta pesquisa, portanto, apresenta possibilidades que incentivam reflexões sobre uma narrativa incompleta, que não abrange toda a complexidade histórico-social do Distrito Federal. Esta dissertação teve grande contribuição pessoal para o preenchimento de lacunas em minha formação acadêmica. Que os colegas professores de História possam se beneficiar deste trabalho de pesquisa, incluindo o caderno pedagógico anexo, e que, a partir dele, surjam novas ideias, propostas de mudanças, reflexões e alternativas, sugerindo, inclusive, outros caminhos que possam enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Espero que essas transformações tenham impacto tanto nos alunos quanto na sociedade, favorecendo o reconhecimento do potencial da história local. Ao se apropriarem da história de sua própria comunidade, os estudantes poderão compreender a importância de sua identidade e de seu papel na construção da consciência crítica e no fortalecimento do pertencimento social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam et al. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- AGÊNCIA BRASÍLIA. Gama: conheça a história do primeiro assentamento urbano do DF. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/>. Acesso em: 28 maio 2024.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. A representação dos indígenas nos currículos escolares. 2017.
- ALVARENGA, L. G. Fut-Baal – A relação entre futebol e religião. *Correlatio*, v. 6, n. 12, p. 98-105, 2007.
- AMADO, Janaína. Ética na história oral. 1997.
- ANTÓN DE BAETS. O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História. *História da Historiografia*, n. 5, p. 86-114, 2010.
- ANTUNES, Anderson. A origem das gangues no Distrito Federal. Brasília: Edição do autor, 2021.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de. História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2002.
- ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 2013.
- ARROYO, Miguel G. O direito de conhecer a si próprios. 2023.
- BARBOSA, Fernanda. A história social dos bairros do Gama: resistências, memórias e identidades. Brasília: Edição Independente, 2024.
- BARBOSA, Fernanda. Futebol, cultura e memória no Gama-DF. Brasília: Edição Independente, 2021.
- BARBO, L. C. A. A aplicação do geoprocessamento na reabilitação das estradas coloniais do Planalto Central nos limites do atual Distrito Federal. 2009. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História local e pequenos espaços. Petrópolis: Vozes, 2022.

BELCHIOR. Alucinação. [S.l.]: Polygram, 1976. (Disco de vinil).

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas I).

BERTRAND, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador. Rio de Janeiro: Editora Solo, 1994.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. A história como disciplina escolar no Brasil. 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BORGES, Luiz Henrique de Azevedo. Do complexo de vira-latas ao homem genial: o futebol como elemento constitutivo da identidade brasileira nas crônicas de Nelson Rodrigues, João Saldanha e Armando Nogueira. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BORGES, Pâmela Rafaela Alencar. A geografia escolar na compreensão da cidade: a Vila Telebrasília. 2014. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRUM, M. S. I. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos grandes eventos. O Social em Questão, ano XVI, n. 29, p. 179-208, 2013. Disponível em: <https://www.cultura.df.gov.br/cine-itapua-acende-memorias-da-comunidade/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CABRAL, José. O futebol como prática social: história e cultura nas periferias do Distrito Federal. Brasília: Edição do autor, 2020.

CABRINI, Roberto. As gangues urbanas e seus códigos de conduta. Revista Veja, São Paulo, p. 21-23, jul. 1987.

CAIADO, Maria Célia Silva. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 22, n. 1, p. 55-88, 2005.

CAMPOS, Armando. *Candangos: uma aventura humana*. Brasília: Thesaurus, 1991.

CARVALHO, Renato. *As representações sociais do futebol nas periferias do DF*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CHESNEAUX, Jean. *Hábitos do tempo: ensaio sobre o quadripartismo histórico*. São Paulo: Ática, 1995.

CODEPLAN. *Perfil socioeconômico do Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN, 2021.

COELHO, J. M. *Na riqueza e na pobreza: o papel da configuração para o estudo de centralidades e desigualdades socioespaciais em Brasília*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CORREIO BRAZILIENSE. *A história das gangues no DF*. Brasília, 10 mar. 1992. *Cidades*, p. 3.

CORREIO BRAZILIENSE. *O nascimento do Gama*. Brasília, 17 out. 1989. *Cidades*, p. 4.

COSTA, A. T. M. *Segurança pública, redes e governança*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.

COSTA, Graciete. *As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011*. 2011. 536 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA, Maria Cristina. *Historiografia e diversidade*. 2019.

DAMATTA, Roberto. *Antropologia do óbvio*. *Revista USP – Dossiê Futebol*, n. 22, p. 10-17, 1994.

DE CASTRO BARBO, Lenora; SCHLEE, Andrey Rosenthal. *As estradas coloniais na cartografia setecentista da Capitania de Goiás*. In: *Anais do Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 2011.

DERNTL, M. F. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. *Anais do Museu Paulista*, v. 28, p. 1-32, 2020.

DOYLE, Peter Charles. Comercialização de habitações populares em Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. p. 115-137.

DUBIELA, Ana Karla. *As cidades de Rubem Braga e W. Benjamin: flanando entre Rio, Cachoeiro e Paris*. Fortaleza: Lumiar, 2017.

EDWARD, Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FENELON, Déa. Memória e história: desafios da educação histórica. In: BRAGATO, Fernanda (Org.). *Educação e Memória*. São Paulo: Contexto, 1999.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Novos rumos para a periferia. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 115-142.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *O ProfHistória e a formação continuada de professores de história*. 2016.

FIOCRUZ. *Currículo e memória: uma análise contemporânea*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FRÊDO, Arthur Camargo et al. *Do cotidiano registrado nas crônicas ao dia a dia docente: potencialidades das crônicas de Lima Barreto e da revista Careta no ensino de História*. 2023.

GATTI JÚNIOR, Décio. *O ensino de história e a construção da cidadania*. 2012.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOMIDE, Cristina Helou; RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *História local e pertencimento*.

2020.

GONÇALVES, Juliano; URBAN, Cristiane. História local e potencial político. 2023.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Periferias ilegais no Distrito Federal. 1995.

GUILLÉN, Claudio. Entre o universal e o particular: problemas da literatura comparada. São Paulo: Edusp, 2009.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HISTÓRIAS DE BRASÍLIA. A origem das cidades satélites. Brasília, 2020. Disponível em: <https://historiasdebrasil.com.br>. Acesso em: 27 maio 2024.

HOLSTON, James. Cidades-satélites e segregação socioespacial. 1993.

IBGE. Aglomerados subnormais: informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

ICONOGRAFIA DA HISTÓRIA. Memória e imagens do Distrito Federal. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.iconografiadahistoria.com>. Acesso em: 27 maio 2024.

IPEA. Atlas da violência 2024. Brasília: IPEA, 2024.

IPEA. Juventude e violência no Brasil: estudo das dinâmicas sociais. Brasília: IPEA, 2002.

JACCOUD, Luciana. *Lutas sociais: populismo e democracia: 1960/1964*. In: PAVIANI, Aldo (Org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Ed. UnB, 1991. p. 145-168.

JUNIOR, Deusdedith Alves. História das cidades-satélites do Distrito Federal. Brasília: Edição do autor, 2006.

JÚNIOR, José. História das cidades-satélites. 2006.

KLEIN, Malcolm. Street gangs and street workers. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1971.

KUBITSCHKE, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, 2000.

LANGARO, Jiani Fernando. *Quando o futuro é inscrito no passado: “colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010)*. 2012. 470 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

LEITE, M. R.; GARCIA-FILICE, M. Desconstruindo “verdades” sobre Brasília. 2015.

LEONARDI, Vitor. Narrativas da história: teoria da história e historiografia. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

LISANDRA FIGUEIREDO MAGALHÃES DOS SANTOS. Identidade e espaço urbano: o futebol no Gama-DF. Brasília: Edição do autor, 2021.

LUZ, Edson Béu. Os filhos dos candangos: exclusão e identidades. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MACEDO, José Rivair. De como se constrói uma história local: da produção e da utilização no ensino de história. In: ALVEAL, C. M. O.; FAGUNDES, J. E.; ROCHA, R. N. A. (Orgs.). Reflexões sobre história local e produção de material didático. Natal: EDUFRN, 2017. p. 57-81.

MALCOLM, Klein. Street gangs and street workers. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1971.

MALULY, Valéria. *Como se fossem para o Cabo do Mundo: geohistória e cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

MALULY, V. *Como se fossem para o Cabo do Mundo: geohistória e cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MARTINHO, Maria Iraneide dos Santos; MARQUES, Moama Lorena de Lacerda. A crônica literária na sala de aula: entre a leitura e a produção. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 7, p. 121-130, 2020.

MARTINS, Paulo. Território e identidade nas cidades periféricas. Brasília: Edição Independente, 2012.

MATTOSO, Kátia de Queirós. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEMÓRIA CB. Futebol, cultura e história do DF. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.memoriacb.com.br>. Acesso em: 28 maio 2024.

MENDES, Ricardo. O dever de memória. 2021.

METRÓPOLES. História do Gama-DF: passado e presente. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com>. Acesso em: 28 maio 2024.

MILLER, Theófilo. Ocupações prévias no Planalto Central. 1991.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. 1993.

NAZÁRIO, Luís. Cidade livre: a gênese urbana de Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

NICOLINI, Cristiano. Identidades dinâmicas na modernidade. 2022.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1993.

NUNES, B. F.; COSTA, A. T. M. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, heterogeneidade social e violência. Cadernos Metrôpoles, v. 17, p. 35-57, 2007.

OLIVEIRA, André Felipe. Futebol, território e sociabilidade nas periferias do DF. Brasília: Edição do autor, 2022.

OLIVEIRA, André Felipe. História e sociabilidade nas periferias urbanas. Brasília: Edição do autor, 2021.

PACHECO, José Augusto. Entrevista à Fiocruz sobre currículo. 2020.

PASTORÉ, José. Brasília: a cidade e o homem. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 115-134.

PERPÉTUO, Cláudia. O ensino de História Local na educação básica. Brasília: Edição Independente, 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: a leitura sensível do tempo. Revista Anos 90, Porto Alegre, n. 7, p. 29-37, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Literatura, história e identidade nacional. Revista Vidya, v. 19, n. 33, 2000.

PIERRE, Goubert. História local e microespaços. 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. 1992.

PORTELA, Cristiane de Assis; ROCHA JR., Deusdedith Alves. Outras Brasília: ensino de história do Distrito Federal a partir de fontes documentais. 2020.

PORTELLI, Alessandro. A história oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2004.

QUEIROZ, Maria Cecília Londres. História oral: memória, tempo, identidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

RAPHAEL, Samuel. História oral e memória. 1989.

RELÍQUIAS DO FUTEBOL. História do Gama e seus jogadores. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.reliquiasdofutebol.com>. Acesso em: 28 maio 2024.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol: por uma história política da paixão nacional. Revista História: Questões & Debates, n. 57, p. 15-43, 2012.

RIBAS, M. C.; DOMÁS, M. S. M.; PESSANHA, K. G. A crônica em sala de aula: trabalhando com um gênero menor... SOLETRAS, São Gonçalo: UERJ, v. 1, n. 18, p. 7-23, 2009.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. v. 3. Campinas: Papyrus, 1997.

ROCHA, D. de C. Da utopia brasiliense à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília. Revista Cronos, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1810>. Acesso em: 4 nov. 2024.

RODRIGUES, Nelson. A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RODRIGUES, Nelson. À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RODRIGUES, Nelson. O homem fatal: crônicas de futebol. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

RODRIGUES, Sandra Maria. A história da periferia do Gama-DF: memórias e resistências. Brasília: Edição Independente, 2021.

RÜSEN, Jörn. Ressignificação do passado traumático. 2011.

SANHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Vívian Barbosa de. História oral na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, João Paulo. Livros didáticos e realidade local. 2022.

SANTOS, Jorge Artur Caetano Lopes dos. *(Re)Canto de memórias: histórias do Recanto das Emas e suas moradoras (1993-2017)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

SANTOS, Jorge Artur Caetano Lopes dos. *(Re)Canto de memórias: histórias do Recanto das Emas e suas moradoras (1993-2017)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Milton. O espaço e o lugar na história local. São Paulo: Edusp, 2002.

SECEC-DF. História da cidade do Gama: cultura, território e memória. Brasília: Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, 2022.

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópole e desatinos. Revista USP – Dossiê Futebol, n. 22, p. 30-37, 1994.

SOUSA, Margareth de Lourdes. Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal. 2. reimpr. Brasília: IPHAN, 2024.

SOUSA, Nilo. A conquista da cidade: história e urbanização do Núcleo Bandeirante. Brasília: EdunB, 1998.

SOUSA, Nilo. A história do Núcleo Bandeirante. Brasília: EdunB, 1991.

STEMME, Fritz. A psicologia social do futebol. Arquivo Brasileiro de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1-2, p. 106-115, 1981.

TAVARES, Breitner. Na quebrada a parceria é mais forte – juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. (Tese de doutorado em Sociologia).

TEIXEIRA, Carlos. Cidade e exclusão: a periferia de Brasília. Brasília: EdunB, 2001.

THOMSON, Alistair. Memória e identidade. 1997.

THRASHER, Frederic. The gang: a study of 1,313 gangs in Chicago. Chicago: University of Chicago Press, 1927.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. Lua Nova, n. 87, p. 141-168, 2012.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

VELASCO, Graciela. A construção da memória nas cidades latino-americanas. Revista de Estudos Latino-Americanos, n. 5, p. 50-65, 1993.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Princípios de geografia humana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

VIDESOTT, Luisa. Os candangos. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, v. 7, p. 4-20, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721>. Acesso em: 20 ago. 2024.

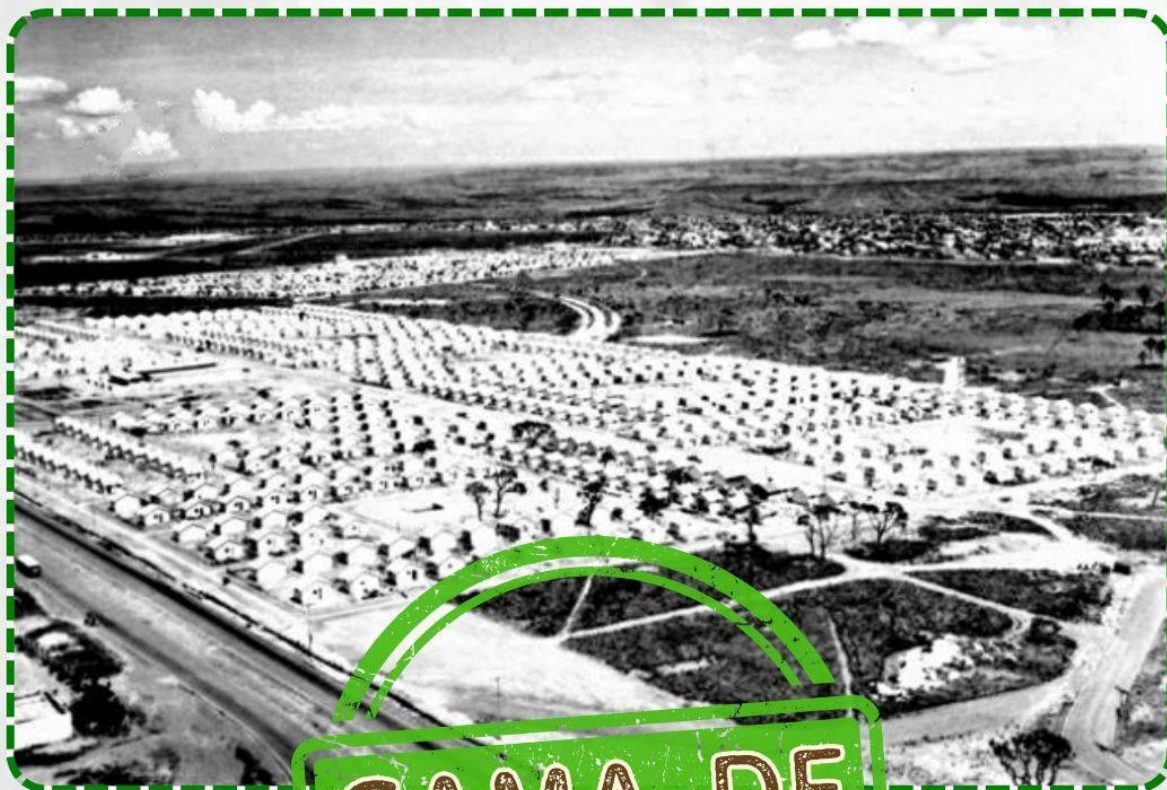
WASELFISZ, Júlio Jacobo. Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez, 1998.

WITTER, João Sebastião. O que é futebol. São Paulo: Brasiliense, 1990.

APÊNDICE (CADERNO PEDAGÓGICO)

CADERNO PEDAGÓGICO

HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE



GAMA-DF



DIOGO FERREIRA LACERDA

Apresentação

Este material foi elaborado com a finalidade de abordar a história do Gama-DF por meio das memórias de seus moradores, utilizando o gênero literário crônica como recurso didático. As crônicas, por seu caráter híbrido entre literatura e história, oferecem narrativas que unem aspectos subjetivos, descritivos e interpretativos, facilitando uma abordagem criativa e reflexiva. Além de tornar os contextos históricos mais acessíveis e engajantes, elas conectam eventos passados às realidades contemporâneas, enriquecendo o ensino de História em sala de aula. O estudo das crônicas permite uma abordagem sensível e humanizada, relacionando a história local à vivência cotidiana dos estudantes, promovendo o respeito à memória e fortalecendo a cidadania em nossa sociedade.







Desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), este estudo apresenta seis crônicas escritas por mim, que abordam a trajetória histórica da cidade do Gama-DF entre 1960 e 2000. Com o propósito de enriquecer o ensino da história local, o trabalho baseou-se em entrevistas com moradores, adotando uma abordagem de protagonismo da comunidade na construção de uma narrativa mais sensível, representativa e alinhada às vivências locais.

Este Caderno Pedagógico tem como objetivo compartilhar as experiências da pesquisa, oferecendo ferramentas e propostas que possibilitem refletir sobre a história do Gama-DF no contexto da educação básica. Nele, apresentamos os textos literários (crônicas) sugestões de atividades, documentos históricos e recursos multimídia que podem enriquecer as aulas de história, estimulando um olhar mais crítico sobre as narrativas e os processos que marcaram a formação e o desenvolvimento da Região Administrativa do Gama-DF.

Esperamos que este material seja um recurso valioso para complementar as práticas pedagógicas, inspirando novas formas de abordar a história do Gama-DF em sala de aula.



Sumário

	Crônica 1 - J.K não sabia!	4
→	Sugestões de Atividades	6
→	Explorando a Crônica!	6
→	Confeccionando Mapas	7
	Crônica 2 - Amigas de Invasão	9
→	Sugestões de Atividades	12
→	Explorando a Crônica!	12
→	Vamos Escrever uma Carta!	13
	Crônica 3 - Uma Vez Inferninho, Sempre Inferninho!	16
→	Sugestões de Atividades	19
→	Explorando a Crônica!	19
→	Notícias do Inferninho!	20
	Crônica 4 - Prazer, Me Chamo Gama!	23
→	Sugestões de Atividades	24
→	Explorando a Crônica!	24
→	Leitura e Debate	25
→	Projeto de História Oral	26
	Crônica 5! - Gangues!	34
→	Sugestões de Atividades	36
→	Explorando a Crônica!	36
→	Criando Arte	38
→	Notícias - Violência Juvenil!	39
	Crônica 6 - Não é só futebol	41
→	Sugestões de Atividades	42
→	Explorando a Crônica!	42
→	Gama Campeão!	43
	Referências	45

CRÔNICA I

J.K não sabia!

“Outro dia fiquei impressionado! Uma conversa inesperada mudou para sempre a forma como enxergo a cidade do Gama-DF. Eu estava, por assim dizer, redescobrimo o lugar, guiado pelo olhar atento e cheio de histórias de Seu Miller.

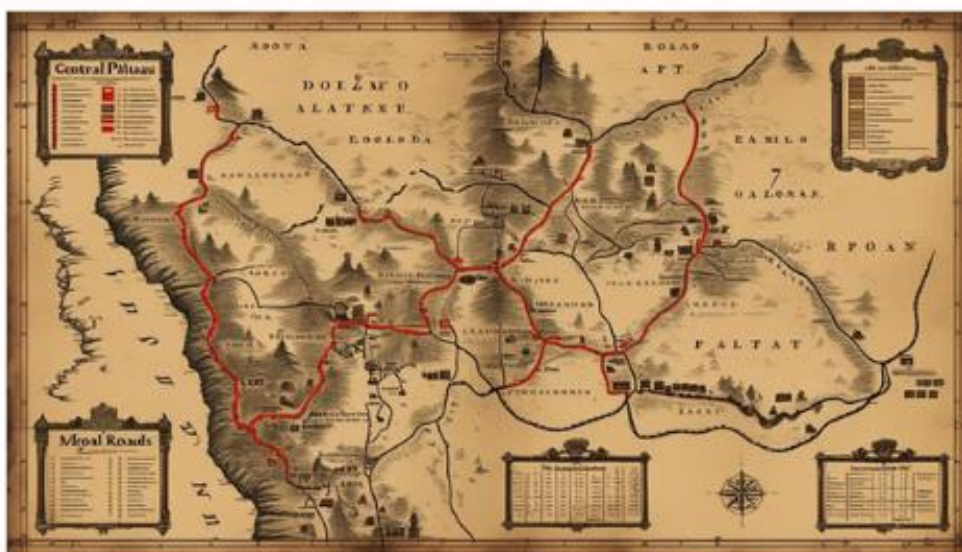
A conversa começou despreziosa, até que mencionei algo sobre a "Fazenda Gama". Foi quando ele soltou uma risada curta e disse:

— Que Fazenda Gama o quê! Por aqui, tudo começou com os Jê!



No começo, confesso que achei que ele falava de algum "Seu Jê", um daqueles lendários donos de terras das redondezas, com histórias de gado e cercas. Mas, para minha surpresa, ele falava dos Jê da pré-história gamense. Isso mesmo, os povos indígenas que viveram por aqui há séculos, antes mesmo de Brasília ser sequer um sonho no papel.

— Essa história não começa com a Missão Cruls, com Lúcio Costa, Bernardo Sayão, Niemeyer ou Juscelino — explicou Seu Miller, enquanto apontava para o horizonte, como quem podia enxergar o tempo de que falava.



Fiquei admirado. Para alguém como eu, acostumado a pensar na cidade pelo viés das grandes figuras do desenvolvimentismo, Seu Miller me lembrou que a história do Gama tem camadas muito mais antigas. Nem mesmo o Seu Paulo Hungria, o idealizador da famosa “Colmeia”, deu o ponto de partida.

Ali, sentado ao lado do Seu Miller, percebi que o Gama era muito mais do que os lugares conhecidos, com projetos urbanos ou condomínios que se espalham até onde a vista alcança. Um lugar que começou muito antes dos mapas e dos planos, nos rastros deixados pelos povos Jê e na riqueza de uma pré-história que necessita de pesquisas.

Ponte Alta! Quem diria que ali, hoje disputada pela especulação imobiliária, um dia foi território dos indígenas da tradição Jê?

Enquanto refletia, chegou Seu Bertran, com aquele ar tranquilo de quem carrega décadas de sabedoria. E eu, que já estava impressionado, achava que nada mais poderia me desano.

— Lá no século XVIII, seguindo a picada, dava pra chegar à Bahia ou ao Rio de Janeiro — começou ele, com a calma de quem conhece cada detalhe.

— Só passava carro de boi — alertou, com um sorriso discreto. — Mas dava até pra fazer um passeio de Luziânia a Sobradinho.

E então veio a lição:

— O Distrito Federal, meu filho, não era um sertão vazio ou desconectado antes de J.K. Não faltava história por aqui.

Saí daquela conversa com a sensação de que minha cidade tinha crescido. Não em território, mas em complexidade histórica. Cada nova história tornava o Gama, e o Distrito Federal como um todo, ainda mais fascinantes.

Mas havia algo que não saía da minha cabeça. Eu lembrava de ter lido em algum lugar que Juscelino, em 1956, afirmou que o único sinal de presença humana onde seria Brasília era a Fazenda Gama.

Bom, depois dessa conversa, eu tinha certeza de que a história do Distrito Federal não começou em 1956, com a instalação da Novacap. E sabe o que é mais curioso?

J.K., o visionário da nova capital, não sabia!



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Objetivos

- ✔ *Mostrar que a história de um lugar é mais complexa do que as narrativas dominantes e que há múltiplas perspectivas a serem consideradas.*
- ✔ *Conhecer a história local e estimular o interesse dos alunos pela história de sua própria comunidade, reconhecendo a importância das narrativas locais.*
- ✔ *Estimular a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico.*
- ✔ *Desenvolver o pensamento crítico e incentivar os alunos a questionar as informações recebidas, buscar diferentes fontes e construir suas próprias interpretações.*

Explorando a Crônica "J.K. não sabia!"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "J.K não sabia!" para cada aluno e oriente-os a realizar as seguintes atividades:

- Faça uma rápida pesquisa sobre os personagens mencionados na crônica. Quais são as principais narrativas históricas destacadas?
- Apresente a frase de Juscelino Kubitschek: "O único sinal de presença humana onde seria Brasília era a Fazenda Gama". Como a crônica questiona a ideia de "vazio histórico"?
- Para conversar em casa: Como tarefa, os alunos devem perguntar às suas famílias sobre histórias relacionadas à chegada na região ou à construção de Brasília. Incentive-os a trazer essas histórias para uma roda de conversa na sala de aula, conectando experiências pessoais à história da região.

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.



Confeccionando Mapas

Propor aos alunos que pesquisem e recriem os mapas históricos e contemporâneos do Distrito Federal. Divididos em grupos os alunos irão realizar as seguintes atividades:

- Em grupo pesquisar sobre a ocupação indígena no Distrito Federal.
- Ainda em grupo pesquisar os mapas históricos do século XVIII que abrangem a região do Distrito Federal.
- Proponha que comparem os mapas históricos (como os caminhos do século XVIII e as ocupações indígenas) com mapas contemporâneos do Distrito Federal.
- Incentive-os a identificar mudanças no uso do solo e discutir como essas transformações refletem a história da região.
- Os mapas podem ser desenhados ou editados digitalmente.
- Oriente os alunos a criarem mapas de suas ruas ou quadras, indicando os principais pontos de referência, como escolas, praças, e comércios.
- Incentive o uso de recursos digitais ou artísticos para personalizar os mapas.



Finalizando a atividade

Ao concluir, cada grupo deve compartilhar suas criações com a turma, apresentando uma breve explicação sobre suas descobertas e reflexões. Dessa forma, os alunos conectam elementos históricos e contemporâneos, aprofundando seu entendimento sobre a evolução do Distrito Federal.

Para Pesquisar!

Professor(a), confira o livro do historiador Paulo Bertran: *A História da Terra e do Homem no Planalto Central – A Eco-história do Distrito Federal, do Indígena ao Colonizador*. Uma leitura essencial para aprofundar o conhecimento sobre as raízes históricas e culturais do Planalto Central



A construção de Brasília no Planalto Central invisibilizou a história dos povos e culturas que a precederam, como os grupos pré-históricos, indígenas, quilombolas, bandeirantes, jesuítas, criadores de gado e goianos. Ignorou também as Estradas Reais que cortavam a região e o legado do ciclo do ouro nas cidades históricas de Goiás. Uma delas seguia em direção a Salvador, cruzando Brazlândia, Sobradinho e Planaltina. A outra, rumo ao Rio de Janeiro, passava pela Ponte Alta, no Gama. Brasília surgiu em um território com séculos de história e cidades já estabelecidas, como Luziânia, Planaltina e Formosa, muitas com mais de 200 anos. Paulo Bertran recuperou essa memória em sua obra *História da Terra e do Homem no Planalto Central*.

Houve ocupação pré-histórica no território do Distrito Federal? Como era Brasília antes?

O livro “Arqueologia e os Primeiros Habitantes no Distrito Federal”, de Margareth de Lourdes Souza, professora, arqueóloga e servidora do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foi elaborado como material de apoio para professores da rede pública. A obra apresenta informações básicas e introdutórias sobre arqueologia de forma clara e didática, abordando temas que vão desde conceitos gerais, como a definição de arqueologia e o trabalho dos arqueólogos, até questões mais específicas, relacionadas às pesquisas realizadas no Distrito Federal e aos diversos sítios arqueológicos encontrados na região.

Disponível em: [Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal](#). Acesso em 10 set. 2024.



Professor(a), a pesquisa intitulada Estradas Coloniais do Planalto Central na Cartografia Histórica, desenvolvida por Leonora de Castro Barbo, teve como objetivo estudar importantes vias de comunicação da América Portuguesa nos limites do atual Distrito Federal. Para isso, utilizou a cartografia histórica do período de 1750 a 1896. Além dos documentos cartográficos desse intervalo, a pesquisa incorporou dois mapas adicionais, produzidos imediatamente antes da inauguração de Brasília, em 1958 e 1960. Esses mapas do século XX foram incluídos por sua relevância, pois também registram as antigas estradas que, até então, ainda cruzavam o território escolhido para a nova capital.



Disponível em: [Estradas coloniais do Planalto Central na cartografia histórica – Arquivo Público do Distrito Federal](#). Acesso em 20 nov. 2024.



Estradas Reais do DF!

As Estradas Reais, ou Caminhos Reais, eram rotas oficialmente autorizadas pela Coroa Portuguesa para circulação em seus domínios. No Brasil, essas rotas ligavam o litoral ao interior, permitindo o trânsito de viajantes, mercadorias, escravizados, ouro, documentos e outros bens. Em Goiás, os Caminhos Reais surgiram no século XVIII para atender às demandas da mineração de ouro, enquanto no século XIX passaram a servir principalmente às fazendas e povoados. Curiosamente, durante a construção de Brasília, no século XX, trechos dessas antigas rotas foram asfaltados e hoje podem ser reconhecidos em ruas e vias expressas do Distrito Federal.



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AZXK37PGKRQ>. Acesso em 20 set. 2024

CRÔNICA II

“

Amigas de Invasão

No campo de terra batida da antiga Invasão do Itamaracá, no Gama-DF, Verônica e Lade brincavam de "bete", rindo entre poeira e sol quente. As risadas contrastavam com a dureza da vida sem água encanada, sem saneamento, sem endereço.

.....

“Sabe qual é o meu sonho?”, dizia Verônica, “ter um banheiro de verdade.”

.....

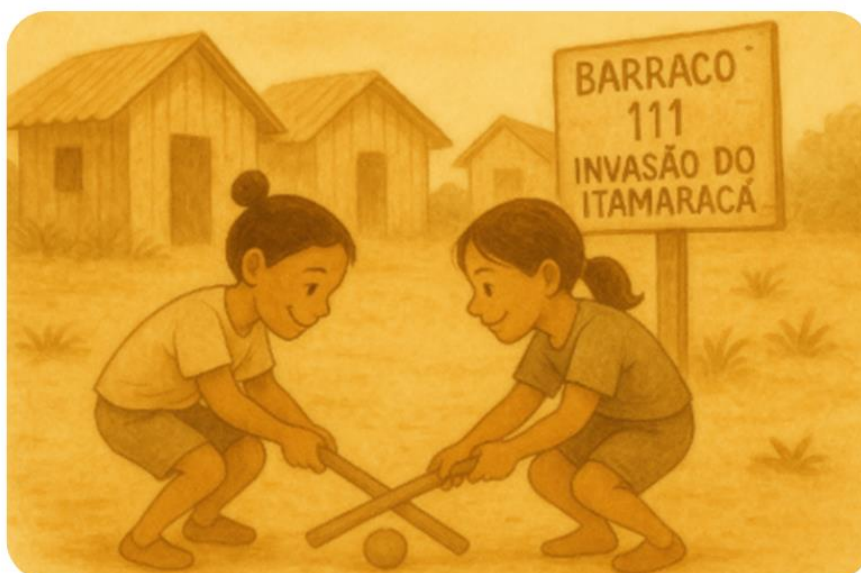
— Meu sonho é um dia chegar em casa, abrir a torneira e a água sair — disse Lade, respirando fundo.

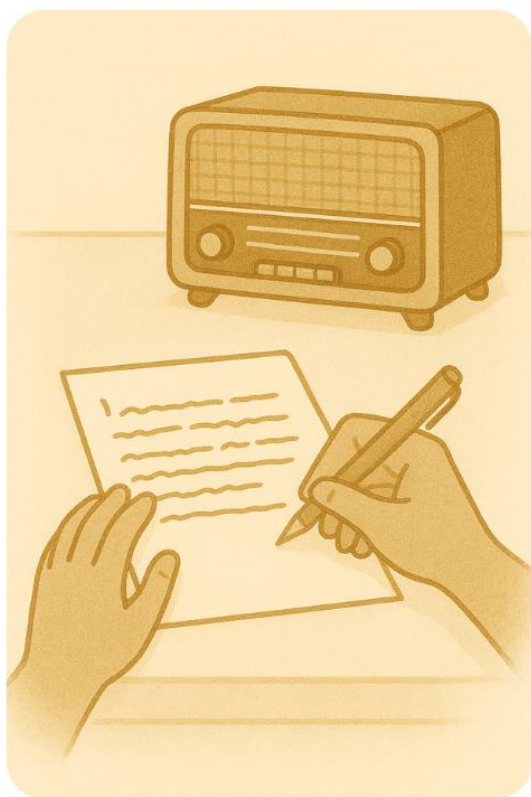
.....

Essa história, que não é ficção, emerge de minhas entrevistas em história oral com antigas moradoras da região, como parte de uma pesquisa que busca compreender a segregação socioespacial no Distrito Federal. Nos anos 1970, a ocupação popular conhecida como Invasão do Itamaracá revelava o fenômeno da “periferia dentro da periferia”.

.....

Lade e Verônica protagonizaram não só brincadeiras de infância, mas também episódios de resistência. Em um desses momentos, uma carta escrita por Geralda a pedido de suas mães, foi lida na Rádio Planalto, denunciando as condições precárias da invasão. Embora a carta não tenha gerado mudanças imediatas, foi um gesto poderoso de mobilização popular.





A carta redigida pelas moradoras e lida no rádio.

Mas nem só de esperança se faz a memória. As meninas também presenciaram a truculência das forças militares durante os “Anos de Chumbo”. Um dia, Verônica viu o pai de um amigo ser levado por soldados, sem justificativa.

— “Só porque moramos na invasão nos tratam assim?”, questionava Lade.

A regularização veio apenas nos anos 1980, com o programa Promorar. A ocupação foi transformada na atual quadra 50 do Setor Leste. Para muitos, foi um avanço. Para outros, significou a expulsão silenciosa daqueles que não conseguiam pagar pelas prestações.

— “Lembra da dona Tereza?”, perguntou Verônica. “Teve que vender a casa e ir morar no Entorno...”

Em entrevistas recentes, Verônica e Lade, refletem sobre aquele tempo.

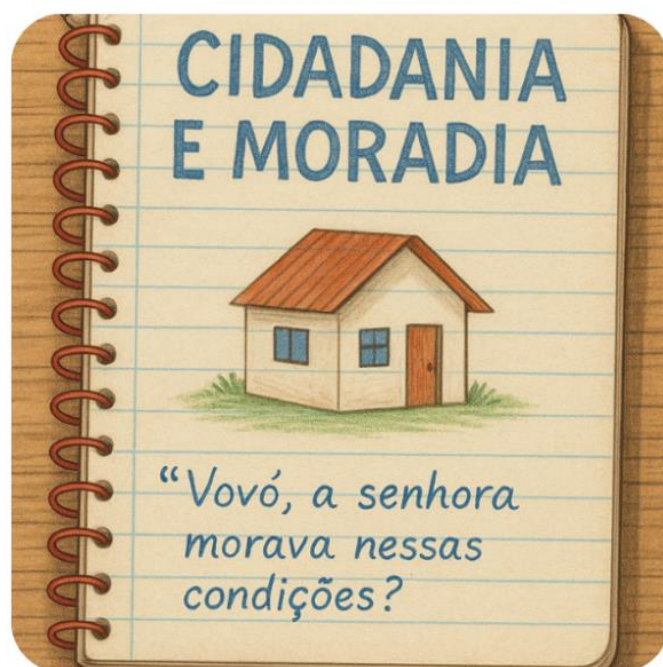
— “Meu primeiro banho de chuveiro foi aos 14 anos”, contou Verônica.

— Lade completou: “O que mais me marcou foi não ter um endereço. Lembro até hoje: Invasão do Itamaracá, Barraco III. Esse era o endereço que fornecíamos. Era uma tristeza enorme não ter o direito de receber correspondências. Era como se a gente não existisse.”

Ao registrar essas memórias, reconheço que a história da quadra 50 não é apenas marcada pela carência, mas por criatividade, solidariedade e luta.

No final da conversa Lade contou outra situação inusitada:

— Esses dias, minha neta me pediu ajuda para fazer um trabalho de escola sobre “cidadania e moradia”.



— E adivinha só? Ela quis saber como era viver sem endereço. Eu comecei a contar a minha infância na Invasão do Itamaracá e, no meio da história, ela arregalou os olhos e disse: "Vovó, a senhora morava nessas condições? Como era possível viver assim?"

Essa crônica da vida não se encerra no passado. É parte de uma Brasília que ainda pulsa nos cantos esquecidos dos registros oficiais. Uma história apagada do currículo escolar e dos livros didáticos, mas que precisa ser contada — e registrada.



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Objetivos

- ✔ Analisar o contexto social e histórico de periferização de algumas áreas da cidade;
- ✔ Promover a reflexão sobre a desigualdade social e a segregação espacial.
- ✔ Desenvolver a capacidade de interpretação de textos literários.
- ✔ Ampliar o conhecimento das questões sociais que abrangem a comunidade em que vivem.
- ✔ Compreender a necessidade de exercer a cidadania denunciando situações de descaso.



Explorando a Crônica "Amigas da Invasão"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua a cópia da crônica "Amigas de Invasão" para cada aluno e oriente-os a refletir sobre as seguintes questões (peça para os alunos realizarem anotações):

- O que as personagens, Verônica e Lade, sonham para o futuro? O que essas aspirações dizem sobre a realidade de suas vidas na favela?
- Para conversar em casa: pergunte se alguém se lembra de histórias semelhantes à que viveram Verônica e Lade.
- Como o contexto histórico e social da época (os anos 1970 e a Ditadura Militar) influenciam a vida das personagens?
- O que a falta de um endereço significa para as personagens? Como isso reflete a invisibilidade social e a exclusão?
- O que significa resistir às condições de vida difíceis? Como a história de Verônica e Lade pode ser vista como uma luta por dignidade em outros contextos sociais?
- Vocês conhecem a quadra 50 do setor leste do Gama? Qual a visão que vocês têm dessa quadra?





Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.



Vamos escrever uma carta?

Na crônica "Amigas de Invasão", Lade escreve uma carta denunciando as condições precárias de vida da Invasão do Itamaracá, e essa carta é lida na Rádio Planalto, buscando chamar atenção das autoridades para as necessidades da comunidade. Esse gesto de luta por dignidade e por melhorias foi uma forma de visibilizar os problemas enfrentados pelas famílias da favela. Agora, inspire-se nessa ação e escreva uma carta que represente a realidade da sua própria comunidade.



Atenção!

Orientações para os Alunos:

Você vive na comunidade do Gama e percebe a necessidade de expressar as dificuldades enfrentadas por seus moradores. Inspirado(a) pela atitude de Lade, que escreveu uma carta para a Rádio Planalto na crônica "Amigas de Invasão", agora é sua vez de relatar a realidade da sua comunidade.





Dicas para a Escrita da Carta

1. Use uma linguagem clara, objetiva e respeitosa, mas que transmita a urgência e a gravidade da situação.
2. Seja sincero e mostre como as condições de vida impactam o cotidiano das pessoas de sua comunidade.
3. Lembre-se de que esta carta pode ser lida por muitas pessoas, então pense na forma como quer ser ouvido e compreendido.



Escrevendo a Carta

1. Apresente-se brevemente.
2. Descreva a localização da sua comunidade e analise as condições atuais em relação à infraestrutura, transporte, saúde, segurança e outros aspectos que afetam a qualidade de vida local.
3. Relate as condições que os moradores enfrentam no dia a dia (exemplo: saneamento básico, ruas esburacadas, escassez de serviços públicos, etc.).
4. Mencione o impacto dessas condições na qualidade de vida das famílias, especialmente das crianças, idosos e outros grupos vulneráveis.
5. Se possível, cite histórias reais ou situações que você ou outras pessoas da comunidade vivenciaram, para dar mais força à sua denúncia.
6. Apresente suas sugestões ou pedidos claros para melhorar a situação da comunidade. Por exemplo, o asfaltamento de ruas, a construção de postos de saúde, a melhoria no transporte público, a instalação de iluminação pública, etc.
7. Deixe claro que essas melhorias são essenciais para garantir dignidade e qualidade de vida aos moradores.
8. Encerre sua carta com um apelo, solicitando uma resposta das autoridades e destacando a importância de ações rápidas e eficazes.



Finalizando a atividade

- O professor enviará as cartas diretamente à Administração Regional da cidade, fortalecendo o diálogo entre os alunos e as autoridades locais.
- Será solicitado um retorno formal da Administração Regional, cobrando um posicionamento ou ação concreta frente aos problemas apontados pelos alunos.
- As cartas também serão expostas na escola, em murais temáticos, e poderão ser distribuídas à comunidade escolar, promovendo maior conscientização e engajamento sobre as questões locais.

Para Auxiliar!

Assista à videoaula com o professor Guga Valente sobre como escrever uma Carta de Reclamação. O(a) professor(a) pode integrar a atividade à disciplina de Língua Portuguesa, proporcionando aos alunos suporte prático para o desenvolvimento da escrita e aperfeiçoamento da estrutura da carta. Essa abordagem interdisciplinar enriquece o aprendizado e promove uma aplicação contextualizada do conteúdo.

[Carta de reclamação - Brasil Escola](#)



Segregação Sociespacial

- Assista ao vídeo do geógrafo Aldo Paviani, professor emérito da Universidade de Brasília, onde ele comenta sua obra "Brasília 60 Anos: Desigualdade Socioespacial em Questão". No vídeo, Paviani aborda aspectos fundamentais do contexto de formação do Distrito Federal e analisa as dinâmicas de segregação socioespacial que marcaram sua implantação.
- O(a) professor(a) pode iniciar um debate com a turma sobre a relação entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, abordando aspectos como sua formação histórica, oportunidades de emprego, distâncias entre as regiões, acesso a serviços públicos, opções de entretenimento e diferenças no custo de vida. Essa discussão permitirá refletir sobre as desigualdades socioespaciais no Distrito Federal e as dinâmicas que moldam as interações entre essas áreas.

[UnBTV Entrevista: novo livro de Aldo Paviani aborda desigualdade socioespacial](#)



A crônica “Amigas de Invasão” foi inspirada em entrevistas com duas personagens reais, ex-moradoras da Invasão da Vila do Itamaracá. Verônica e Geralda compartilham suas memórias e experiências vividas nesse contexto nas entrevistas a seguir. Como atividade proposta, o professor pode sugerir que os alunos entrevistem seus familiares, com o objetivo de conhecer mais sobre as histórias de vida e trajetórias de suas famílias, incentivando uma reflexão sobre a importância da memória e da oralidade na preservação da história pessoal e coletiva.



CRÔNICA III

Uma Vez Inferninho, Sempre Inferninho!



“ Certo dia, eu me encontrava na quadra 13 do Setor Sul. Disseram que lá eu encontraria as respostas que buscava. Minha curiosidade estava dividida entre dúvidas legítimas e um preconceito inconsciente, fruto de anos ouvindo relatos repletos de estigmas. Enquanto seguia pelo caminho indicado por uma gentil professora, perguntei:

— Ah, então é aqui que chamam de Inferninho? — Fala baixo! Eles não gostam que falem assim. — repreendeu ela, séria.

Eu estava ali para concluir um trabalho da universidade sobre a história do Gama, com foco na favela conhecida como "Inferninho". Tinha lido antigas reportagens do Correio Braziliense que descreviam o lugar como um símbolo de precariedade e marginalidade.

O "Inferninho" surgiu em um antigo complexo comercial ocupado por famílias sem moradia. Sem infraestrutura básica, tornou-se uma favela que existiu por quase 25 anos. Hoje, no local, há um mercado atacadista, mas o nome ainda evoca memórias controversas.

Cheguei à casa simples de portão cinza e fui recebido por Adailton, um homem negro de cerca de 50 anos, que prontamente confirmou ter vivido no "Inferninho" quando criança. Ele me recebeu no quintal e se mostrou disposto a compartilhar suas memórias.

— Adailton, sua família morou no Inferninho? Como era viver lá? — perguntei.

— Sim, moramos lá. Era um tempo de muita dificuldade. Minha mãe veio da Bahia com a gente, e o Inferninho foi a única opção. Não tinha outra saída. Era sofrido, mas conseguimos construir nossa vida ali. — respondeu ele, com um olhar misto de saudade e superação.

— E como era a estrutura do lugar? — continuei.

— Não tinha luxo. O banheiro era coletivo, e só havia uma torneira para muitas famílias. Cada um tinha sua lata d'água e, às vezes, isso gerava briga. Mas a gente dava um jeito.

Quando perguntei sobre sua infância, ele abriu um sorriso discreto.

— Tinha um campinho de terra onde a criançada jogava bola. A TV era na casa do TCB e da Dona Inácia. Ligavam com bateria de carro, porque não tinha energia elétrica. Todo mundo se reunia lá. Quem podia, dava um trocado.

Lembrei-me de uma matéria antiga do Correio Braziliense que descrevia o "Inferninho" de forma dura e decidi ler para ele:

"Situado no centro do Gama, bem próximo à Administração Regional, está o conhecido 'Inferninho', antro de perdição, maloca de marginais, prostitutas e ponto de encontro de viciados e traficantes..."

Enquanto eu lia, Adailton balançava a cabeça em desacordo. Quando terminei, ele respondeu com indignação:

— Tudo mentira! A gente não conhecia droga, prostituição, roubo. Nada disso. Era um lugar simples, de gente trabalhadora. Quem escreveu isso nunca pisou lá!

Durante nossa conversa, Dona Miraci, mãe de Adailton, apareceu no quintal e, ao ouvir sobre o tema, ofereceu seu relato.

— Gostava do Inferninho porque era perto de tudo: mercado, hospital, escola. Quando nos trouxeram pra cá, pra quadra 13, foi muito pior. Aqui era longe de tudo e tinha muita confusão. Ela falava do reassentamento em agosto de 1980, quando os moradores foram levados para a quadra 13 do Setor Sul. Embora os lotes fossem semiurbanizados, a distância dos serviços centrais piorou a situação de muitas famílias.

Dona Miraci continuou expondo suas memórias:

– Quando chegamos, tinha gente das outras quadras, como a 9 e a 11, que vinha aqui só pra provocar. Diziam que a gente era do Inferninho, como se fosse uma ofensa. Eu ficava preocupada, especialmente pelos meus filhos. Só melhorou quando a gente começou a dizer: “Aqui é a quadra 13, não Inferninho!”.

Apesar das mudanças, o estigma continuava. Muitos ainda usam o termo "Inferninho" para se referir à quadra 13, reforçando as marcas de exclusão que perseguem aquelas famílias. A história do Inferninho é parte do contexto das remoções que ocorriam nas favelas instaladas nas proximidades do Plano Piloto, práticas que segregaram famílias para áreas distantes, agravando a exclusão social. O deslocamento para a periferia dificultou o acesso ao trabalho e aos serviços comunitários, ampliando as desigualdades urbanas e sociais.

O que restou foi a memória de luta e resistência de quem, apesar de tudo, insistiu em reconstruir suas vidas. Ao sair da casa daquela família, o nome 'Inferninho' já não parecia mais um símbolo de degradação, mas uma marca de resiliência e história. No entanto, para quem nunca conheceu a realidade da invasão, o preconceito ainda transforma a quadra 13 do setor sul em um estigma: Uma Vez Inferninho, Sempre Inferninho! E assim, o peso das narrativas alheias continua a desafiar as verdades de quem viveu ali.



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Objetivos

- ✓ Refletir sobre os estigmas e preconceitos que permanecem na sociedade.
- ✓ Estimular os alunos a refletirem sobre a crônica, realizando uma análise crítica do contexto histórico e social descrito, considerando os diferentes pontos de vista apresentados na obra.
- ✓ Incentivar os alunos a desenvolverem habilidades de pesquisa a partir de diversas fontes, incluindo conversas com familiares e análise de matérias jornalísticas sobre o "Inferninho".
- ✓ Auxiliar os alunos na construção de argumentos sólidos ao comparar diferentes visões sobre o "Inferninho", como a dos moradores, da imprensa e de outros setores da sociedade.



Explorando a Crônica

"Uma vez Inferninho, sempre Inferninho"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua a cópia da crônica "Uma vez Inferninho, sempre "Inferninho" para cada aluno e oriente-os a refletir sobre as seguintes questões (peça para os alunos realizarem anotações):

1. Realize uma pesquisa e converse com seus familiares sobre o antigo "Inferninho", onde hoje se encontra o Atacadão Dia Dia. Registre as informações coletadas e traga-as para a sala de aula.
2. De que maneira o pesquisador se referiu à quadra 13 do setor sul? Por que a região era associada à ideia de "Inferninho"?
3. Quais eram as condições de vida e sobrevivência enfrentadas pelos moradores no "Inferninho"?
4. Você conhece algum outro lugar que apresente características semelhantes às condições vividas pelos moradores do "Inferninho"? Compartilhe suas observações.
5. Na sua opinião, a visão da imprensa sobre o "Inferninho" correspondia aos relatos dos moradores? Justifique sua resposta com argumentos.
6. O que é um estigma social? (Pesquise)
7. Segundo Dona Miraci, o que ocorreu após a remoção dos moradores para a quadra 13 do setor sul?
8. Em qual contexto histórico do Gama e do Distrito Federal o "Inferninho" surgiu, e quais fatores contribuíram para o seu aparecimento?



Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.



Atenção professor!

Você vive na comunidade do Gama e percebe a necessidade de expressar as dificuldades enfrentadas por seus moradores. Inspirado(a) pela atitude de Lade, que escreveu uma carta para a Rádio Planalto na crônica "Amigas de Invasão", agora é sua vez de relatar a realidade da sua comunidade.

Notícias do “Inferninho”!

NOTÍCIAS DO INFERNINHO

Lindalva Piauí mata a vizinha a facadas

03 de novembro de 1975

Lindalva "Piauí" mata a vizinha a facadas

Lindalva Freixo da Cunha, moradora conhecida como "Piauí", foi a autora de um crime horrendo cometido na noite de sábado (2) em sua residência, localizada na Rua da Paz, nº 144, no bairro de São José, em Brasília. A vítima foi a vizinha, a senhora Angélica Viana, de 65 anos, que residia em uma casa vizinha, sendo o crime cometido às 22h.


A senhora Angélica Viana, conhecida como "Lade", estava em casa quando foi surpreendida por Lindalva Freixo da Cunha, que a atacou com uma faca, causando-lhe ferimentos graves. A vítima morreu no local, sendo o crime descoberto por um vizinho que chamou a polícia.

O "INFERNINHO"

As autoridades policiais estão realizando uma investigação para descobrir as motivações do crime. A polícia acredita que se trata de um crime passionais.

A polícia está realizando uma investigação para descobrir as motivações do crime. A polícia acredita que se trata de um crime passionais.

Jornal de notícias do inferninho, notícias do Gama. Jornal de notícias do inferninho, notícias do Gama. Jornal de notícias do inferninho, notícias do Gama. Jornal de notícias do inferninho, notícias do Gama. Jornal de notícias do inferninho, notícias do Gama.



Para ler a matéria completa, acesse o link:
https://docs.google.com/document/d/1wXoA6rx7E2cq4ZwehxpU3YW_naB4_00_/edit?usp=drive_link&oid=106951348508572015656&rtpof=true&sd=true

Trabalhando com jornais em sala de aula

Dentre os sentidos de uma aula de história, pode-se trabalhar com as possibilidades de interpretação das narrativas jornalísticas, estimulando um olhar crítico sobre o que os textos em um jornal divulgam. Não seria o caso de ensinar aos alunos como ler uma fonte de maneira estritamente científica, acadêmica, com referências e citações teóricas, pois o professor de história dificilmente possui a pretensão, ou melhor, a obrigação de transformar os estudantes em pequenos historiadores. Trata-se, de forma mais singela, de instigar nos alunos certa desconfiança quanto ao conteúdo que um documento com o um jornal traz, mostrando que houve uma intencionalidade por trás dos arranjos das matérias. Isso, no entanto, não significa que o professor queira comprovar que os jornais ou a mídia não são confiáveis, em uma dicotomia simplista de verdadeiro ou falso (Marcílio, 2022, p.9).

- Professor, o link abaixo é um artigo de Danilo Augusto Pereira Marcílio (2022) que apresenta análise e orientações para trabalhar o texto jornalístico em sala de aula.

Disponível em: ENSINO DE HISTÓRIA COM O USO DE JORNAIS. Acesso em 02/05/2025.



Imagem real do Inferninho. Anos 70. Página Nós que amamos o Gama. Fonte: <https://www.facebook.com/groups/1512338729068349>

CRÔNICA IV



Prazer, me chamo Gama!

“

Nasci como parte da antiga freguesia de Santa Luzia, hoje conhecida como Luziânia. Quando decidiram que eu faria parte da nova capital, deixei de ser fazenda para me tornar Distrito Federal. Meu destino mudou quando acolhi as 30 famílias da Vila Amaury, despejadas pela criação do Lago Paranoá. Esse foi o início de tudo. Diziam que não havia espaço suficiente para todos, mas mesmo assim, recebi os segregados e formei minha “colmeia”.

Os primeiros tempos foram duros. Não havia água encanada, esgoto, energia elétrica ou asfalto. Estou a mais de 30 km do famoso Plano Piloto, e por isso, minha fama de periferia cresceu. Tornei-me cidade-satélite, ou melhor, cidade-dormitório, existindo apenas para servir.

Ouvi dizerem: “Morro na lama, mas não vou para o Gama”. Minha reputação não era boa. Aparecia nos jornais pelos problemas comuns às periferias. Para piorar, não me deram condições de acolher aqueles que continuavam a chegar, em busca de uma vida melhor. Surgiram aglomerados como a Invasão do Itamaracá e o Inferninho, lugares que sobreviveram à margem do mínimo.

Demorou, mas a urbanização chegou. Consegui reassentar parte da população e oferecer condições melhores. Mas, ainda assim, precisei lidar com conflitos internos. Balão Mágico contra Mavoca, Adidas contra GL — disputas que marcaram minha história com tragédias. Fiquei estampado nos jornais pela violência.

E o lazer? Ofereci momentos de alegria que desapareceram com o tempo. Quem não lembra da Prainha? Pois é, poluída e abandonada. As tardes de cinema no Cine Itapuã também se foram, deixando saudade. Hoje, restam o Parque Leste e o Castelinho para as crianças brincarem. Mas foi o futebol que salvou minha reputação. A Sociedade Esportiva do Gama não apenas se tornou uma opção de entretenimento, mas também um motivo de orgulho. O futebol elevou meu nome e trouxe reconhecimento nacional. Por um momento, esqueceram os problemas e celebraram minhas vitórias.

Hoje, quem é daqui é gamense ou brasiliense. Faço parte de Brasília? Sim, mas de uma “outra Brasília”, que foi essencial para a consolidação da capital. Agora, com orgulho e de braços abertos, digo para quem quer me conhecer melhor: “Seja bem-vindo! Prazer, me chamo Gama!” ”



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Objetivos

- ✔ Estimular os alunos a refletirem sobre a história do Gama, considerando suas origens, transformações e os desafios enfrentados ao longo do tempo, por meio da análise da crônica.
- ✔ Incentivar os alunos a realizarem pesquisas com seus familiares, promovendo o intercâmbio de informações sobre a cidade e reforçando o valor da memória coletiva.
- ✔ Promover a análise crítica sobre os principais problemas enfrentados pela cidade, ajudando os alunos a identificar questões que ainda permanecem ou que foram superadas.
- ✔ Explorar a história do Gama por meio de relatos de moradores, valorizando as histórias de vida e as experiências compartilhadas, além de ampliar o entendimento sobre as transformações da cidade.
- ✔ Sensibilizar os alunos para a importância de ouvir e respeitar diferentes pontos de vista, refletindo sobre as desigualdades e as histórias de vida que muitas vezes são silenciadas.
- ✔ Estimular a organização e apresentação de uma exposição cultural, promovendo a integração de diferentes formas de expressão (painéis, vídeos, áudios e fotos) para dar visibilidade às histórias de vida dos moradores e contribuir para a valorização da memória local.



Explorando a Crônica "Prazer, me chamo Gama!"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "Prazer, me chamo Gama!" para cada aluno e oriente-os a refletir sobre as seguintes questões junto dos familiares. (Peça para os alunos anotarem as informações no caderno)

1. Para conversar em casa: leia a crônica para seus familiares e inicie um diálogo, destacando informações complementares, críticas, análises e curiosidades sobre o texto.
2. Como foi o início da cidade? Acrescente informações do diálogo com os familiares.
3. Analise a frase: "Morro na lama, mas não vou para o Gama".
4. Você conhece os lugares citados na crônica? Complemente informações na conversa com os familiares.
5. O que significa ser gamense ou brasiliense? Argumente.
6. Segundo a crônica quais foram os principais problemas enfrentados pela cidade no passado?
7. Esses problemas permanecem?
8. O que a cidade do Gama representa para você?
9. A cidade precisa melhorar? Em quais aspectos?

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.



Leitura e Debate

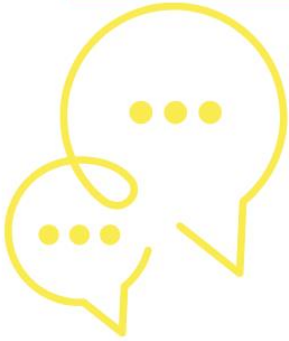
Gama está localizada a sudoeste do Plano Piloto (aproximadamente a 40 quilômetros), possui cerca de 8.000 residências e uma população de cerca de 40.000 pessoas. Gama é uma cidade satélite relativamente pouco desenvolvida e a maior parte de sua população é constituída de antigos invasores de áreas do Plano Piloto. É a mais distante das cidades satélites, com urbanização precária, com um fraco mercado de trabalho interno e com um ineficiente sistema de transportes. Pessoas que trabalham no Plano Piloto e que moram no Gama gastavam cerca de três horas diárias para se transportarem de suas casas ao local de trabalho ou vice-versa. Quase todas as casas são construídas de madeira; água e eletricidade são disponíveis para apenas uma parte da população. Gama possui muito poucas facilidades institucionais e de lazer. Os contatos com vizinhos são limitados às donas de casa e crianças, uma vez que os homens possuem muito pouco tempo para ficarem em casa durante a semana. O comércio de Gama é relativamente fraco e os preços tendem a ser ligeiramente mais altos do que em outras áreas de Brasília. O isolamento é a queixa principal da população de Gama (PASTORE, 1969, p. 47).

O trecho extraído da obra de José Pastore, publicada em 1969, oferece um valioso retrato da realidade social da cidade do Gama-DF durante a década de 1960. A obra consiste em uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano que marcaram Brasília e suas primeiras cidades-satélites, ainda em seus anos iniciais. Com base em dados coletados em 1966, Pastore nos transporta para a primeira década de existência da jovem cidade do Gama, então em processo de formação e em busca da consolidação de sua identidade urbana e social.

1. Leia o texto de José Pastore e dialogue com seus familiares sobre alguns aspectos do passado da cidade do Gama. Faça anotações desse diálogo para o debate em sala de aula.
2. Comparando as informações do texto de José Pastore com sua visão atual sobre o Gama e descreva as principais mudanças e permanências na cidade.

**Quem ama
mora no Gama!**





Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, utilizando de aspectos históricos da cidade do passado e do tempo presente.

PROJETO DE HISTÓRIA ORAL



“ A história oral, em suma, pode ser uma massa de ligação entre aspectos antes fragmentados da vida vivida e ensinada. Ela tem o valor como ferramenta de diálogo entre pessoas; gerações; grupos; como instrumento decisivamente ligado ao respeito à alteridade, à cidadania, à igualdade. A escuta de histórias de vida proporciona ao aluno compartilhar visões, ideias e opiniões; ficar sensível às diferenças entre as pessoas, na medida em que exige o contato com situações de vida e opiniões diferentes. (SANTHIAGO E MAGALHÃES, 2015, P. 11).

”

Objetivos

- ✓ Explorar a história local através de testemunhos e memórias dos moradores da comunidade.

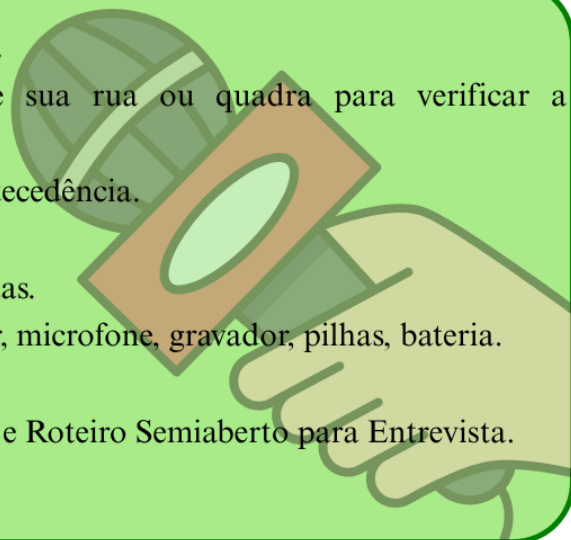
Preparação do Projeto de História Oral

- Definição do tema
- Relação com a disciplina
- Definir o grupo a ser entrevistado
- Resultados esperados
- Recursos necessários
- Procedimentos de realização das entrevistas
- Cronograma
- Uso do produto final



Preparação para a Entrevista

1. A turma será dividida em grupos de 3 ou 4 alunos.
2. Cada grupo deverá convidar um morador de sua rua ou quadra para verificar a possibilidade de realizar a entrevista.
3. Confirme a entrevista com o entrevistado com antecedência.
4. Entregue a Carta-Convite ao entrevistado.
5. Revise o roteiro temático e reflita sobre as perguntas.
6. Cheque o funcionamento do equipamento: celular, microfone, gravador, pilhas, bateria.
7. Leve papel e caneta.
8. Leve os documentos necessários: Carta de Cessão e Roteiro Semiaberto para Entrevista.
9. Junte esses itens em uma pasta.



Orientações para Entrevista

- Antes de começar, relembre o entrevistado sobre o projeto que ele será entrevistado.
- Trate o seu entrevistado com total respeito.
- Comece a entrevista pelo roteiro semiaberto deixando o convidado à vontade para responder.
- Evite fazer mais de uma pergunta por vez para não confundir o entrevistado.
- Não interrompa quando o entrevistado estiver narrando.
- Não perca a paciência caso o entrevistado fuja do assunto.
- Utilize sua expressão facial para mostrar interesse por aquilo que o entrevistado disser.
- Caso a entrevista esteja se estendendo além do tempo disponível do entrevistador, faça perguntas ou comentários finalizadores de modo gentil para encerrar a entrevista gradualmente.
- Termine a entrevista agradecendo a contribuição do entrevistado e perguntando: “Tem mais alguma coisa que o senhor(a) gostaria de acrescentar?”

Pós-entrevista



- Sob orientação do professor os alunos irão transcrever as entrevistas.
- Se as entrevistas foram gravadas em vídeo ou áudio armazenar os arquivos para uso pedagógico.



“Ouvir para entender. Registrar para lembrar.”

Exposição

Com todo o material avaliado os alunos organizarão uma exposição cultural sob orientação do professor e coordenação.

O que a exposição pode conter:

1. Painéis com informações e nomes dos entrevistados.
2. Trechos marcantes da entrevista.
3. Histórias de vida.
4. Fotos de diferentes momentos de sua vida (Solicitadas aos entrevistados).
5. Objetos importantes para a trajetória de vida (solicitados como empréstimo dos entrevistados).
6. Reprodução sonora de parte das entrevistas.
7. Apresentação das entrevistas em vídeos.

Finalizando o Projeto de História Oral

Solicitar aos grupos uma auto avaliação do projeto a partir das seguintes perguntas:

- Quais foram os principais assuntos tratados na entrevista?
- Qual foi a sua sensação ao conduzir as entrevistas? Você achou que estava preparado para fazê-la?
- Do que você sentiu falta?
- Que equipamentos você utilizou para gravar a entrevista? Teve alguma dificuldade?
- Ocorreu algo inesperado ao longo da entrevista ou dos contatos com o entrevistado?
- O que você aprendeu sobre a sua cidade, sua rua ou quadra?
- Qual a sua avaliação sobre o Projeto de História Oral?

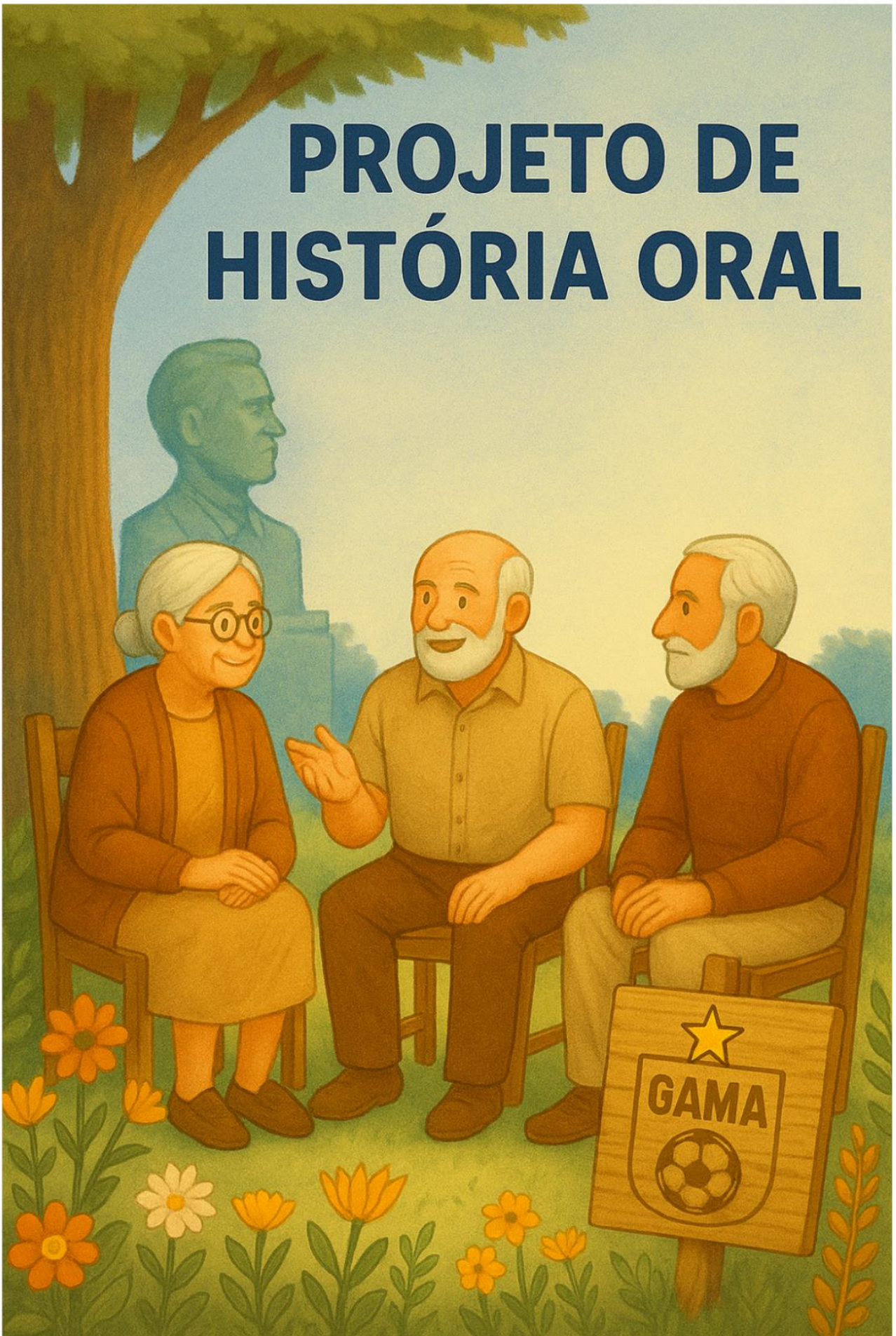
Sugestão!

Após a conclusão do projeto, o professor poderá planejar uma aula dedicada à história local, integrando as entrevistas realizadas pelos alunos ao conteúdo programático. Essas entrevistas poderão servir como ponto de partida para um diálogo mais profundo sobre os temas abordados em aula, conectando as vivências dos moradores à narrativa histórica, promovendo maior engajamento dos estudantes e valorizando as memórias coletivas da comunidade.

Documentos / Fichas

Acesso aos documentos necessários para realizar a entrevista: *Carta-Convite*, *Carta-Cessão*, *Roteiro Semi Aberto de perguntas*.

PROJETO DE HISTÓRIA ORAL



Carta-Convite

Prezado(a) Sr(a). _____,

O nosso colégio está desenvolvendo um projeto de história oral e memória sobre_____. Nossa intenção é coletar entrevistas com_____, a respeito de_____, a fim de que nossos alunos e nossa comunidade possam ampliar seus conhecimentos acerca de_____.

Gostaríamos de convidá-lo(a) a fazer parte desse projeto, concedendo uma entrevista de história oral a um grupo de nossos alunos. As entrevistas são gravadas e tem duração estimada em uma hora (1h), podendo ser realizadas no local mais conveniente para o (a) senhor(a). Após a entrevista solicitaremos ao(à) senhor(a) a assinatura de um termo de cessão, para que ela possa ser usada em nosso projeto escolar. Um(a) de nossos(as) alunos(as) entrará em contato com o(a) senhor(a) brevemente para consultar sua disponibilidade e agendar uma cessão de entrevista. Temos certeza que o seu largo conhecimento sobre o(a)_____ irá contribuir para a realização de nossos objetivos. Por isso gostaríamos muito que considerasse o convite.

Nesse meio tempo, fico à disposição para quaisquer esclarecimentos e, em nome do nosso colégio, agradeço desde já sua colaboração.

Cordialmente,

Professor(a):

Colégio:

Carta de Cessão

Eu, _____, autorizo que minha entrevista gravada em ____/____/____ seja arquivada na (nome da unidade de ensino) e que uma cópia dela fique sob os cuidados de (nome do aluno ou professor), em formato gravado ou escrito.

Autorizo também que minha entrevista seja utilizada para fins pedagógicos, de publicação e de difusão, por (nome do aluno e do professor).

Esta autorização exime meus descendentes dos direitos sobre a entrevista.

(nome completo e assinatura)

ROTEIRO SEMIABERTO PARA ENTREVISTA

1. Nome:

2. Idade (opcional):

3. Nasceu aqui? / Sua família é de qual estado?

4. Há quanto tempo mora na localidade:

5. Profissão ou atividade que exerceu:

6. Quais vizinhos que já moravam no bairro antes da sua chegada?

7. Qual o fato que ocorreu na sua história que o (a) sr./sra. não esqueceu?



<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
8. Possui alguma foto antiga ou outro objeto guardado da época da sua chegada à quadra?
<hr/> <hr/> <hr/>
9. Quando chegou aqui como era a cidade em termos de estrutura (água, esgoto, luz, asfalto, escola, hospital)? A sua localidade mudou muito após sua chegada no bairro? Quais as mudanças que ocorreram?
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
10. Que tipo de brincadeiras o sr./sra. realizava na infância?
<hr/> <hr/> <hr/>
10. O início foi difícil? Existia violência?
<hr/> <hr/> <hr/>
11. Qual é a melhor e a pior lembrança nesse tempo que o (a) sr./sra. mora na cidade?
<hr/> <hr/> <hr/>



12. Quais os locais da cidade que o (a) sr./sra. considera importantes para e que marcaram a sua memória?

13. Gosta da cidade ou tem vontade de ir embora?

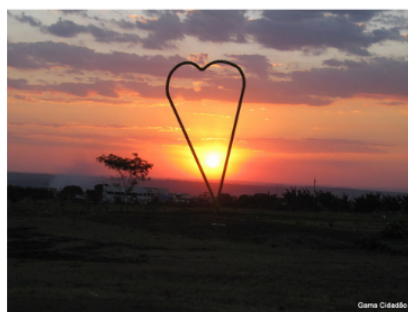
14. O que acha da cidade atualmente?

15. Em sua opinião, o que poderia melhorar na cidade?

16. O que o Gama representa para o (a) sr./sra.?

Referência

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. de. História Oral na sala de aula. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Práticas Docentes). 206 p.
Documentos/Fichas-Entrevista



Parque Ecológico do Gama. Fonte:

<https://www.gamacidadao.com.br/2a-consulta-publica-para-criacao-do-parque-ecologico-do-gama/>



SEB

CRÔNICA V

Gangues!

OPROMESO

“ Caminhei pelas ruas do Setor Oeste e me sentei para ouvir moradores que testemunharam um período sombrio da cidade. Foi a partir dessas conversas, dessas memórias compartilhadas, que comecei a montar o quebra-cabeça de uma época marcada por dor, violência e resistência. As vozes que me receberam não vieram de livros, mas da vida: carregadas de lembranças difíceis, mas também de desejo de transformação.

Nas quebradas do Gama Oeste, entre os anos 1980 e início dos anos 1990, o clima era tenso. As tardes e noites eram marcadas por confrontos entre duas gangues rivais que disputavam o território: Mavoca e Balão Mágico. Brigas banais, um misto de defesa de honra e disputa territorial, transformavam ruas e vielas em cenários de guerra.

Nas quadras do Setor Oeste o som dos tiros ecoava e espalhava medo. “Quem morreu desta vez?”, perguntavam os moradores, temendo pela segurança de seus familiares e amigos. Era um cotidiano de perdas, de lágrimas, de velórios marcados pela angústia de não saber onde aquilo tudo iria parar. Nem a PM, nem a Civil conseguiam conter a escalada de tensão. A 14ª Delegacia, no Setor Central, tornou-se o epicentro de muitas dessas disputas.

Ao entrevistar Nego Lu, ele descreveu a intensidade dos conflitos com clareza:

“Era uma guerra danada entre o Balão Mágico e a Mavoca. Era tiro pra todo canto, direto. A gente vivia nesse clima pesado, sem saber o que podia acontecer.”

DANNY

Marcelo, ex-morador da quadra II do Setor Oeste, também compartilhou memórias duras. Contou que, apesar de frequentarem os mesmos bailes e conviverem no mesmo setor, os jovens das duas gangues viviam em constante confronto:

- "Vi muitos amigos de infância morrerem por causa dessa guerra," relatou com pesar, mencionando nomes como Célio, Peixeiro, Ossinho, Esquilo, Bagaço, Boi e Telo – todos vítimas da violência que marcou aquela geração.



Esses relatos se repetiam com variações, mas sempre com o mesmo pano de fundo: a cidade se tornava palco de guerra. O Gama ficou "famoso" nos programas da Rádio Planalto, nas páginas do Correio Braziliense e até em reportagens do Fantástico. A paz era um conceito distante.

Depois de muitas lágrimas e mortes, os confrontos cessaram. O Gama encontrou um novo ritmo, um novo sentido. As gangues ficaram para trás, mas as ruas ainda sussurram essas histórias. O passado, feito de dores e silêncios, permanece vivo na memória dos que ficaram.

E a vida segue com passos mais leves, com olhares atentos, na esperança de que relembrar seja também um modo de impedir que tudo se repita.



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Objetivos

- ✔ Desenvolver habilidades artísticas e musicais ao adaptar um poema para diferentes gêneros musicais, como rap, hip-hop, rock, trap ou samba.
- ✔ Explorar a estrutura narrativa do poema, destacando sua mensagem e utilizando a música como meio de amplificar o impacto da história das gangues do DF.
- ✔ Estimular a observação e reflexão sobre a realidade local, incentivando a criação de poemas ou músicas que expressem a vivência e as problemáticas da comunidade.
- ✔ Promover o engajamento e a colaboração ao trabalhar em grupo, permitindo que os alunos compartilhem suas interpretações e produções artísticas.

Explorando a Crônica "Gangues"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua a cópia da crônica "Gangues!" para cada aluno e oriente-os a refletir sobre as seguintes questões: (Peça aos alunos que registrem suas observações e reflexões por escrito)

1. Descreva o principal problema de segurança enfrentado pela cidade do Gama nas décadas de 1980 e início dos anos 1990.
2. Balão Mágico, Mavoca, Adidas, GL. Você já ouviu falar desses nomes? Converse com seus familiares sobre esses grupos e compartilhe o que descobriu.
3. Opromeso, Danny e SEG promoviam festas e bailes que eram os principais pontos de diversão da juventude do Gama. O que os jovens fazem para se divertir atualmente? Compare com as opções de lazer disponíveis na época.
4. Quais foram as consequências da atuação desses movimentos no Gama?



5. Pesquise sobre os assassinatos do jovem Marco Antônio Velasco em 1992 e do indígena Galdino Pataxó em 1997. Quais foram os desdobramentos desses casos e seu impacto na comunidade do Gama?

6. Você já presenciou ou soube de algum caso de violência em sua rua ou quadra? Como reagiu na ocasião e, na sua opinião, o que as autoridades poderiam ter feito para prevenir situações semelhantes?

7. Pesquise sobre a atual situação da segurança pública no Gama. Quais são os principais desafios e o que tem sido feito para melhorar a segurança na cidade?

8. Elabore um projeto de intervenção social que vise prevenir o envolvimento da juventude com atividades criminosas. O projeto deve incluir estratégias para promover a inclusão, o acesso a atividades culturais, educacionais e esportivas, além de incentivar a conscientização sobre os impactos negativos do crime.

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas. O professor pode apresentar a fala por escrito ou em formato de áudio, compartilhando o depoimento de alguém que vivenciou esse período histórico.



Poesia e Música

GANGUES DO OESTE

Na quebrada do Gama Oeste, o clima pesou;
Mavoca e Balão Mágico, a treta estourou;
Gangues rivais, o ódio se espalhou;
Nas ruas e vielas, o caos se instaurou.

Brigas banais, defesa de honra e território;
No meio da violência, onde vai ser o velório?
Na 11 e 23, troca de tiros outra vez;
Meu Deus! Quem morreu? Foi aquele meu freguês?

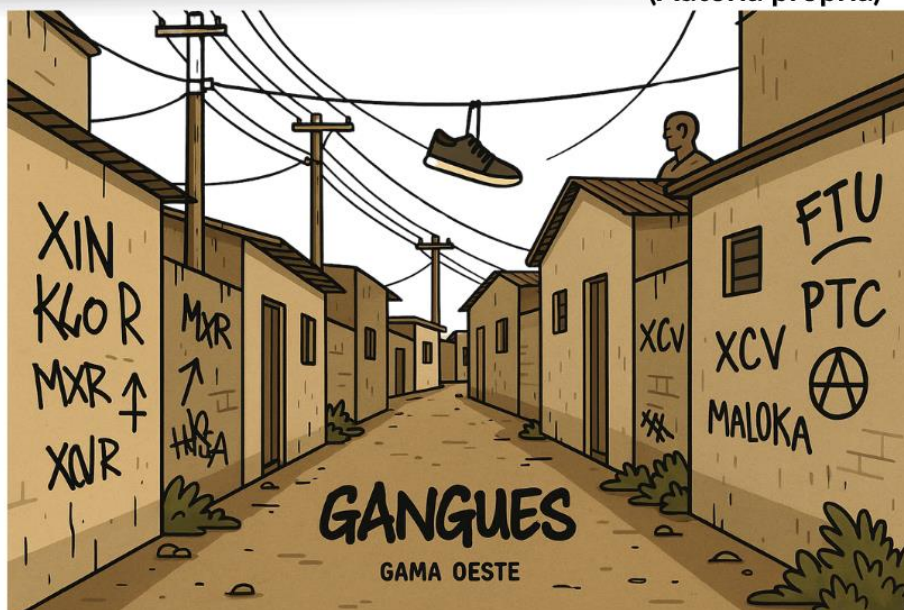
Familiares choram, sem saber onde vai parar;
Nem PM, nem Civil consegue frear;
É na 14º que o bicho vai pegar;
No Gama Oeste, a paz parece se afastar;

Mavoca diz que não tem medo, exige respeito;
Balão Mágico responde, mantendo seu jeito;
Os moradores assistem, com temor no peito;
Na cidade do Gama, a paz é um conceito.

Opromeso, Danny e SEG, a festa promovendo,
A alegria no ar, todo mundo se entendendo,
Mas depois do baile, o clima pesou
Jovens em conflito, a festa acabou

Com o fim do conflito, o Gama prosperou,
A amizade e o respeito, o amor perpetuou,
No palco da vida, a dança continua,
No Gama pacificado, a paz está na rua.

(Autoria própria)



A turma será dividida em grupos e o professor distribuirá cópias do poema para os grupos.

Criando Arte!



Música ou Poema

- Peça que cada grupo escolha um estilo musical que dialogue com a temática do poema (rap, hip-hop, rock, trap ou samba), e o transformem em uma canção. Eles deverão destacar a força narrativa do texto, adaptando a estrutura do poema para a música, com ênfase na melodia, ritmo e letra. Durante o processo, incentive-os a explorar como o estilo escolhido pode intensificar a mensagem do poema, mantendo sua essência e criando uma conexão emocional com o ouvinte.

- Peça que cada grupo escolha um estilo musical que dialogue com a temática do poema (rap, hip-hop, rock, trap ou samba), e o transformem em uma canção. Eles deverão destacar a força narrativa do texto, adaptando a estrutura do poema para a música, com ênfase na melodia, ritmo e letra. Durante o processo, incentive-os a explorar como o estilo escolhido pode intensificar a mensagem do poema, mantendo sua essência e criando uma conexão emocional com o ouvinte.

Finalizando a atividade

Os grupos apresentarão suas obras em sala de aula, compartilhando suas criações com os colegas. Com o devido planejamento e alinhamento com a coordenação, a apresentação poderá ser ampliada para toda a escola.




Notícias sobre Violência Juvenil no DF!

JORNAL

TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 19XX

O caso Marco Antônio Velasco



Massacre de menor revolta Brasília.
Agosto 1993

Para ler a matéria completa, acesse o QR Code ou o link
https://docs.google.com/document/d/1P0NAmJL1153CBKcNSSq4gz8uX3LT-w3ckDpck0EtYXI/edit?usp=drive_link

JORNAL

TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 19XX

Mapeamento das Gangues





Quarenta gangues espalham terror no DF
Agosto 1993

Para ler a matéria completa, acesse o QR Code ou o link:

https://docs.google.com/document/d/1nXppcEpB8UrLc92Kg533HdUpSG_f17RK-xjb2z1-U/edit?usp=drive_link



Para ler a matéria completa, acesse o QR Code ou o link:

https://docs.google.com/document/d/1mdZi_GQ3IuIvg0wwLaIeh2KzDyK58g2_y1aOmjM-15k/edit?usp=drive_link



JORNAL

TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 19XX

O caso do assassinato do índio Galdino de Jesus dos Santos

Galdino, da tribo dos pataxós, dormia, cansado, no ponto de ônibus da 503/504. Acordou, aterrorizado, com as chamas que queimavam quase todo o seu corpo

RAPAZES TOCAM FOGO EM ÍNDIO NA W3-SUL





Rapazes tocam fogo em índio na W3-Sul
Abril 1997

Após a leitura das notícias, o(a) professor(a) pode organizar uma roda de conversa para abordar questões relacionadas à violência praticada por jovens no passado da cidade do Gama. Durante a discussão, é possível explorar casos de violência juvenil que tiveram grande repercussão na imprensa e refletir sobre os fatores que podem levar jovens a ingressar no mundo do crime. A atividade pode incluir a análise de aspectos sociais, econômicos e culturais, incentivando os estudantes a pensar em estratégias de prevenção e na construção de alternativas positivas para a juventude.

CRÔNICA VI

Não é só futebol

“ Como pesquisador da história social do Gama, mergulhei em entrevistas, documentos e memórias para entender o papel que o futebol desempenhou na construção da identidade da cidade. O que encontrei foi muito mais do que relatos de gols e campeonatos: encontrei um sentimento coletivo pulsante, uma paixão que atravessa gerações.

O futebol sempre foi uma paixão gamense, enraizado no cotidiano da cidade desde os tempos dos times amadores. Entre eles, o Coenge brilhou intensamente, conquistando a Taça Brasília em 1969. Em um período de escassas opções de lazer e em meio a tantas adversidades sociais, o futebol se firmou como a principal fonte de diversão e orgulho dos moradores.

Foi por iniciativa de Seu Hermínio Ferreira, figura central nas narrativas que ouvi, que nasceu a Sociedade Esportiva do Gama — o time profissional da cidade. Pessoas vindas de várias regiões do país, muitas delas em busca de recomeços, encontraram nas arquibancadas um motivo para torcer juntas e, assim, criar uma identidade comum.

Em 1979, o time liderado por nomes como Péricles, Fantato e Roldão marcou definitivamente a memória afetiva do Gama. Aquele ano trouxe o primeiro título de campeão brasileiro, e muitos entrevistados ainda se referem àquela equipe como a mais emblemática da história do clube.

O Estádio Bezerrão, além de palco de grandes conquistas, tornou-se um símbolo cultural. O mais fascinante, contudo, é perceber como o futebol ajudou a transformar a imagem da cidade.

Como afirmou Márcio Almeida em entrevista: "Fora dessas páginas policiais e dos problemas sociais, dificilmente se falava sobre o Gama [...] com o futebol, pela primeira vez, o Gama sai das páginas policiais e vem pra virar destaque no esporte. Foi campeão."

Mais do que vitórias em campo, o futebol serviu como uma válvula de escape para uma população marcada por adversidades. Mais do que um esporte, ele se revelou uma força social capaz de unir, inspirar e transformar. Por isso, no Gama, "Não é só futebol" — é memória, identidade e pertencimento.



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Objetivos

- ✔ Promover a reflexão sobre a importância do futebol na construção da identidade e da comunidade do Gama.
- ✔ Desenvolver habilidades de leitura, interpretação e produção de textos.
- ✔ Compreender o impacto sociocultural do futebol na formação da identidade coletiva de uma comunidade.
- ✔ Analisar a influência histórica e social do futebol como motor de transformação e orgulho para a cidade do Gama.
- ✔ Desenvolver habilidades de pesquisa e argumentação, conectando aspectos históricos, culturais e sociais do futebol à realidade local.
- ✔ Refletir sobre como diferentes aspectos da vida urbana, como lazer e esportes, contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade em uma comunidade.
- ✔ Conhecer a infraestrutura e a história do Estádio Bezerrão e do centro de treinamento.

Explorando a Crônica "Não é só futebol"

Questões para o debate em sala de aula

Distribua uma cópia da crônica "Não é só futebol!" e assista a entrevista com o escritor e memorialista Márcio Almeida. Estimule os alunos a refletir sobre as seguintes questões: (Peça aos alunos que registrem suas observações e reflexões por escrito)

1. Pesquise matérias de jornais sobre o futebol do Gama.
2. O futebol, mais do que um esporte, foi um motor de identidade e orgulho para a comunidade local. Argumente.
3. O que o futebol representa para as pessoas que vivem em nossa cidade?
4. O que o futebol representa para os brasileiros?
5. Quais outros aspectos de uma cidade podem ser transformados por um esporte, como o futebol?
6. Como o futebol ajudou a mudar a imagem do Gama?
7. Em qual contexto histórico o futebol tornou-se mais importante que outras opções de lazer na cidade?
8. O que significa "identidade coletiva"? Como o futebol contribui para a criação de uma identidade para a cidade?



9. Quais foram os momentos mais marcantes do futebol no Gama (como o Coenge e a Sociedade Esportiva do Gama)?

10. Como a criação do time oficial da cidade e as vitórias ajudaram a fortalecer o sentimento de pertencimento?

11. Como o futebol serviu como válvula de escape para os problemas sociais enfrentados pela cidade?

12. Você já teve a oportunidade de visitar o Bezerrão? Qual é a sua memória mais marcante relacionada aos jogos do Gama?

13. Qual a atual situação do futebol profissional do Gama?

Finalizando a atividade

Numa roda de conversa cada aluno apresentará suas reflexões e descobertas sobre o tema. O papel do professor será intervir de forma estratégica, complementando as informações trazidas pelos alunos, esclarecendo dúvidas e incentivando conexões entre as ideias apresentadas.



Gama Campeão!



Assista ao documentário: “Gama, 20 anos da Série B - Especial do GloboEsporte.com relembra a maior conquista do Gama”.

PARTE 1



PARTE 2



PARTE 3



PARTE 4



O(a) professor(a) pode organizar uma roda de conversa para destacar a importância da conquista esportiva para a cidade em 1998, explorando o impacto social e cultural desse evento. A atividade pode abordar de que maneira o esporte mobilizou a população em torno do time de futebol, promovendo um senso de pertencimento coletivo.

- Professor, os links abaixo contém textos com análise sobre o uso de documentários em sala de aula:

Leitura crítica: filmes de ficção e documentários na escola

https://drive.google.com/file/d/1T1XsNkRV2Ny9rVJFr6lht7YzHBRKe6cL/view?usp=drive_link

Leitura crítica: filmes de ficção e documentários na escola

https://docs.google.com/document/d/1OfurHdRgQM2XvtNbq0poZoa16dG2j75jFIOlwS4A4Zg/edit?usp=drive_link

- Prezado(a) colega Professor(a), O QR Code abaixo oferece acesso direto às entrevistas que foram fundamentais para a construção deste caderno pedagógico. As entrevistas estão organizadas em pastas temáticas, cada uma abordando um aspecto específico da história da Região Administrativa do Gama-DF. Acreditamos que esse material proporcionará uma rica oportunidade de aprofundamento e reflexão sobre o contexto histórico local, auxiliando no planejamento e desenvolvimento de suas atividades pedagógicas. Aproveite este recurso para enriquecer sua prática docente e proporcionar aos seus alunos uma imersão mais completa no tema.



Estádio Valmir Campelo Bezerra (Bezerrão) Imagem de 2023

Fonte: <https://distritodoesporte.com/estadio-bezerrao-esta-oficialmente-autorizado-a-sediar-jogos/>

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C. de. Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

AVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A. (Org.). A conquista da cidade. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998. p. 115-134.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador. Rio de Janeiro: Editora Solo, 1994.

BRUM, M. S. I. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O Social em Questão, ano XVI, n. 29, p. 179-208, 2013. Disponível em: [Inserir um pouquinho de texto](#). Acesso em: 10 ago. 2024.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo (Org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora da UnB, 1991. p. 75-96.

KUBITSCHEK, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, 2000.

NUNES, B. F.; COSTA, A. T. M. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, heterogeneidade social e violência. Cadernos Metrôpoles, v. 17, p. 35-57, 2007.

PASTORE, J. Brasília: a cidade e o homem; uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano. São Paulo: Editora Nacional, 1969. 176 p. (Biblioteca Universitária; série 2).

RIBAS, M. C.; DOMÁS, M. S. M.; PESSANHA, K. G. A crônica em sala de aula: trabalhando com um gênero menor... SOLETRAS, São Gonçalo: UERJ, v. 1, n. 18, p. 7-23, 2009.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. Viagem pela Estrada Real dos Goyazes. Brasília: Paralelo 15, 2006.

RODRIGUES, Nelson. À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. de. História oral na sala de aula. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Práticas Docentes).

SETTE, Graça; TRAVALHA, Márcia. Leitura crítica: filmes de ficção e documentários na escola. São Paulo: Editora do Brasil, 2025. Disponível em: ETTE, Graça; TRAVALHA, Márcia. Leitura crítica: filmes de ficção e documentários na esc na periferia do Distrito Federal. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SOUZA, Margareth Lourdes et al. Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal. Brasília: IPHAN-DF, 2019.

TAVARES, Breitner L. Na quebrada a parceria é mais forte – juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

WASELFISZ, Júlio J. Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

. História da terra e do homem no Planalto Central. Disponível em: <https://>. Acesso em: 10 set. 2024.

.Estradas coloniais do Planalto Central na cartografia histórica – Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em: <https://>. Acesso em: 20 nov. 2024
